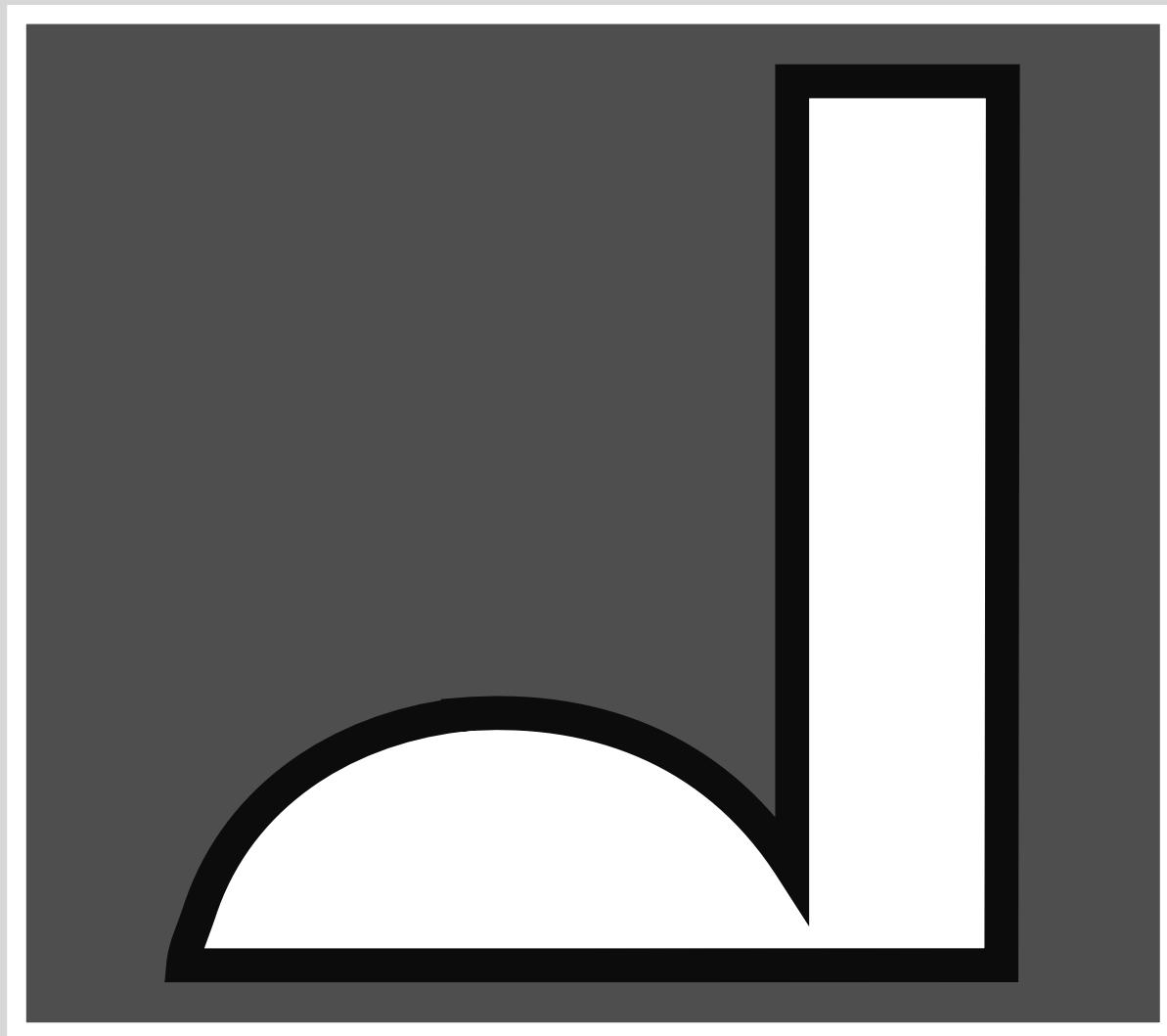




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVI - N° 089 - SEXTA-FEIRA, 03 DE JUNHO DE 2011 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE

José Sarney - (PMDB-AP)

1º VICE-PRESIDENTE

Marta Suplicy - (PT-SP)

2º VICE-PRESIDENTE

Wilson Santiago - (PMDB-PB)

1º SECRETÁRIO

Cícero Lucena - (PSDB-PB)

2º SECRETÁRIO

João Ribeiro - (PR-TO)²

3º SECRETÁRIO

João Vicente Claudino - (PTB-PI)

4º SECRETÁRIO

Ciro Nogueira - (PP-PI)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Gilvam Borges - (PMDB-AP)¹

2º - João Durval - (PDT-BA)

3º - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)

4º - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

Notas:

1. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

2. Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

LIDERANÇAS

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 29 Líder Humberto Costa - PT Líder do PT - 15 Humberto Costa Vice-Líderes do PT Gleisi Hoffmann João Pedro Lindbergh Farias Walter Pinheiro Wellington Dias Líder do PR - 4 Magno Malta Líder do PDT - 4 Acir Gurgacz Vice-Líder do PDT Cristovam Buarque Líder do PSB - 3 Antonio Carlos Valadares Vice-Líder do PSB Lidice da Mata Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella	Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) - 27 Líder do PMDB - 19 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Eduardo Braga Gilvam Borges (10) Waldeimir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner Líder do PP - 5 Francisco Dornelles Vice-Líder do PP Ana Amélia Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim Líder do PMN - 1 Sérgio Petecão Líder do PV - 1 Paulo Davim	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 16 Líder Mário Couto - PSDB (9) Vice-Líderes Jayme Campos (5) Ataídes Oliveira Maria do Carmo Alves Cyro Miranda Líder do PSDB - 11 Alvaro Dias Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira (8) Paulo Bauer (7) Flexa Ribeiro (6) Líder do DEM - 5 Demóstenes Torres (3,4) Vice-Líder do DEM Jayme Campos (5) PTB - 6 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti
PSOL - 2 Líder Marinor Brito - PSOL	PPS - 1 Líder Itamar Franco - PPS	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira João Pedro Lidice da Mata Jorge Viana Vital do Rêgo

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011,lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.

2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.

3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011,lido na sessão do dia 1º de março de 2011.

4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.

5. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. GLDEM Nº 028/2011, lido na sessão do dia 22 de março de 2011.

6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.

7. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.

8. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.

9. Senador Mário Couto é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria (PSBD/DEM), conforme comunicação das Lideranças do PSDB e do DEM, lida na sessão do dia 23 de março de 2011.

10. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.

EXPEDIENTE

Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Patrícia Freitas Portella Nunes Martins Diretora da Secretaria de Taquigrafia
--	---

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS	
1.1 – DECRETOS LEGISLATIVOS	
Nºs 137 a 145, de 2011	20807
2 – ATA DA 89ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 2 DE JUNHO DE 2011	
2.1 – ABERTURA	
2.2 – EXPEDIENTE	
2.2.1 – Comunicações da Presidência	
Abertura do prazo para recebimento de emendas, até o encerramento da discussão, no turno suplementar, perante a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ao Projeto de Lei do Senado nº 275, de 2007. (Ofício nº 62/2011, do Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional).....	20811
Abertura do prazo para recebimento de emendas, até o encerramento da discussão, no turno suplementar, perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, ao Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 91, de 2011. (Ofício nº 67/2011, do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania).....	20812
Abertura do prazo para recebimento de emendas, até o encerramento da discussão, no turno suplementar, perante a Comissão de Assuntos Sociais, ao Projeto de Lei do Senado nº 466, de 2003. (Ofício nº 51/2011, do Presidente da Comissão de Assuntos Sociais)	20813
Término do prazo, ontem, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 190, de 2010.	20814
Recebimento dos Relatórios de Gestão Fiscal, referentes ao 1º quadrimestre de 2011, do Governo Federal (Mensagem nº 37, de 2011-CN; nº 161/2011, na origem); do Supremo Tribunal Federal (Mensagem nº 38, de 2011-CN; nº 21/2011, na origem); da Câmara dos Deputados (Ofício nº 26, de 2011-CN; nº 1.496/2011, na origem); do Ministério Público da União (incluídas no relatório as despesas com pessoal concernentes ao Conselho Nacional do Ministério Público) e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (Ofício nº 27, de 2011-CN; nº 671/2011, na origem); do Conselho Nacional de Justiça (Ofício nº 28, de 2011-CN; nº 268/2011, na origem); do Tribunal Superior do Trabalho (Ofício nº 29, de 2011-CN; nº 170/2011, na origem); do Superior Tribunal Militar (Ofício nº 30, de 2011-CN; Ofício nº 137/2011, na origem); do Tribunal de Contas da União (Aviso nº 13, de 2011-CN; nº 696/2011, na origem); do Tribunal Superior Eleitoral (Ofício nº 31, de 2011-CN; nº 2.146/2011 na origem); do Superior Tribunal de Justiça (Ofício nº 32, de 2011-CN; nº 518/2011, na origem); e do Senado Federal (Ofício nº 33, de 2011-CN; Ato do Presidente nº 116/2011, na origem). <i>Estabelecimento de calendário para tramitação das matérias. (Publicados em suplemento à presente edição)</i>	20814
2.2.2 – Aviso do Tribunal de Contas da União	
Nº 652, de 2011, encaminhando cópia do Acórdão nº 1.346/2011, proferido nos autos do TC 023.664/2006-0, em resposta ao Requerimento nº 955, de 2007, do Senador Alvaro Dias.	20814
2.2.3 – Mensagens da Presidente da República	
Nº 163, de 2011, na origem, que restituí os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2011 (nº 4.409/2008, na Casa de origem), sancionado e transformado na Lei nº 12.411, de 2011....	20814
Nº 165, de 2011, na origem, que restituí os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2011 (nº 5.909/2009, na Casa de origem), sancionado e transformado na Lei nº 12.412, de 2011....	20814
Nº 166, de 2011, na origem, que restituí os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 149, de 2010 (nº 6.751/2006, na Casa de origem), sancionado e transformado na Lei nº 12.413, de 2011....	20814
2.2.4 – Comunicação	
Da Liderança do DEM no Senado Federal, cedendo ao Bloco de Apoio ao Governo vaga a que tem direito na Comissão Temporária Externa criada para visitar as regiões de conflito agrário na divisa dos Estados do Acre, Amazonas e Rondônia. (Ofício nº 45/2011, de 2 do corrente)	20815
2.2.5 – Leitura de projetos	
Projeto de Lei do Senado nº 305, de 2011, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que “institui o Código de Trânsito Brasileiro”, para dispor sobre a obrigatoriedade do uso de faróis baixos durante o dia.	20816

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2011, de autoria do Senador Pedro Taques, que adiciona a alínea "d" ao art. 1º da Lei nº 9.455, de 7 de abril de 1997, tornando crime de tortura a cobrança de dívida de qualquer natureza realizada com o emprego de violência ou grave ameaça.....	20818
Projeto de Lei do Senado nº 307, de 2011, de autoria do Senador Wellington Dias, que altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que "dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígeros, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal", para ampliar a definição das bebidas alcoólicas e estender as restrições legais para as cervejas, independentemente de seu teor alcoólico.....	20822
Projeto de Lei do Senado nº 308, de 2011, de autoria do Senador Pedro Taques, que acrescenta o art. 357-A ao Código Penal, para tipificar o crime de corrupção de ato judicial.....	20826
2.2.6 – Leitura de proposta de emenda à Constituição	
Nº 46, de 2011, tendo como primeira signatária a Senadora Vanessa Grazziotin, que dá nova redação ao inciso XVII do art. 49 da Constituição Federal.....	20828
2.2.7 – Discursos do Expediente	
SENADOR PAULO PAIM – Satisfação com o convite para participar da frente parlamentar que tem objetivo de defender interesses do setor têxtil; e outros assuntos.....	20864
SENADOR CASILDO MALDANER – Registro da realização da primeira diligência externa da Comissão Temporária da Defesa Civil, amanhã, em Florianópolis/SC.....	20866
SENADOR GEOFANI BORGES – Necessidade de infraestrutura na região onde se localiza a ponte binacional que liga o Amapá, Município do Oiapoque, à Guiana Francesa.....	20867
SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI, como Líder – Registro dos 20 anos de instalação do Tribunal de Justiça de Roraima.....	20870
SENADOR WELLINGTON DIAS – Registro do lançamento hoje, pelo governo federal, do Plano Brasil sem Miséria.....	20874
SENADORA MARTA SUPLICY – Registro do lançamento do Plano Brasil sem Miséria, parabenizando a Presidente Dilma Rousseff e todos os Ministros especialmente a Ministra Tereza Campello.....	20876
SENADOR PAULO DAVIM – Considerações acerca do Plano Brasil sem Miséria, ressaltando seu alcance social.....	20877
SENADORA ANA AMÉLIA – Comentários acerca do anúncio do governo da Rússia de suspender a importação de produtos derivados de carne oriundos do Brasil; e outros assuntos.....	20878

SENADOR EDUARDO SUPLICY – Cumprimentos ao Governo Federal pelo lançamento do Plano Brasil sem Miséria.....	20881
2.2.8 – Leitura de requerimento	
Nº 676, de 2011, de autoria do Senador Inácio Arruda, solicitando licença para se ausentar dos trabalhos da Casa nos dias 1º e 2 do corrente. Aprovado.	20888
2.2.9 – Discursos do Expediente (continuação)	
SENADOR WILSON SANTIAGO – Comentários acerca das metas do Plano Brasil sem Miséria.....	20889
SENADOR EUNÍCIO OLIVEIRA, como Líder – Comemoração pelo lançamento do Plano Brasil sem Miséria, e outro assunto.....	20890
2.2.10 – Leitura de requerimento	
Nº 677, de 2011, de autoria do Senador Inácio Arruda, solicitando licença para se ausentar dos trabalhos da Casa nos dias 2 e 3 do corrente. Aprovado.	20892
2.2.11 – Discursos do Expediente (continuação)	
SENADOR PEDRO SIMON – Defesa do afastamento do Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Antonio Palocci.	20900
SENADORA GLEISI HOFFMANN – Congratulações à Presidente Dilma Rousseff pelo lançamento do Plano Brasil sem miséria e lamento pela não votação, com esgotamento do tempo previsto, de duas medidas provisórias elencadas na pauta da Ordem do Dia de ontem.	20903
SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN, como Líder – Comentários acerca do episodio vivido pela Casa ontem ao apreciar medidas provisórias, criticando seu rito de tramitação atual; registro da participação de S. Exª, hoje, do ato de lançamento do Plano Brasil sem Miséria.	20906
2.3 – ORDEM DO DIA	
2.3.1 – Matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária.	
2.4 – APÓS A ORDEM DO DIA	
2.4.1 – Discursos	
SENADOR WALDEMAR MOKA – Considerações da ausência de previsão constitucional sobre o tempo de tramitação de medidas provisórias em cada Casa Legislativa, e outro assunto.....	20910
SENADOR DELCÍDIO DO AMARAL, como Líder – Considerações acerca do preparo da Presidente Dilma Rousseff para resolver assuntos importantes do País.....	20913
SENADORA ANA RITA – Importância das audiências públicas realizadas pelo Governo do Estado do Espírito Santo para discutir o Plano Pluriannual (PPA) e o Orçamento do próximo ano; e outro assunto.	20917

SENADOR <i>RENAN CALHEIROS</i> – Registro de realização de reuniões de parlamentares do PMDB, nas quais foram discutidos vários temas relevantes para o país; e outros assuntos.	20921
2.4.2 – Leitura de requerimento	
Nº 678, de 2011, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, solicitando licença para ausentarse dos trabalhos da Casa no dia 3 do corrente.	20925
Aprovado.	20925
2.4.3 – Apreciação de matéria	
Nº 532, de 2011, de autoria do Senador Paulo Paim e outros Srs. Senadores, lido em sessão anterior. Aprovado.	20926
2.4.4 – Discursos (continuação)	
SENADOR <i>BENEDITO DE LIRA</i> – Preocupação com a situação da dívida dos Estados para com a União.....	20926
2.4.5 – Comunicações	
Da Liderança do DEM no Senado Federal, de indicação de membro para integrar a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar irregularidades praticadas pelo ECAD (Ofício nº 41, de 23 de maio último). Designação do Senador Demóstenes Torres, como titular, para compor a referida Comissão.....	20929
Da Liderança do PTB no Senado Federal, de indicação de membros para integrarem a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar irregularidades praticadas pelo ECAD (Ofício nº 88, de 19 de maio último). Designação dos Senadores João Vicente Claudino e Gim Argello, respectivamente como titular e suplente, para comporem a referida Comissão.....	20929
Da Liderança do PMDB no Senado Federal, de indicação de membros para integrarem a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar irregularidades praticadas pelo ECAD (Ofício nº 166, de 19 de maio último). Designação dos Senadores Vital do Rêgo, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como titulares; e dos Senadores João Alberto e Geovani Borges, como suplentes, para comporem a referida Comissão pelo Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV.	20929
Da Liderança do PSOL no Senado Federal, de indicação de membro para integrar a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar irregularidades praticadas pelo ECAD em vaga cedida pela Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo (Ofício nº 273, de 1º do corrente). Designação do Senador Randolfe Rodrigues, como titular, para compor a referida Comissão.....	20929
Da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, cedendo ao PSOL uma vaga de titular na Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar irregularidades praticadas pelo ECAD. (Ofício nº 67/2011, de 27 de maio último)	20933

2.4.6 – Discursos (continuação)	
SENADOR <i>EDUARDO AMORIM</i> , como Líder – Reflexões sobre o alto índice de analfabetismo ainda verificado em todo o país.....	20933
2.4.7 – Apreciação de matérias	
Requerimentos nºs 612 e 613, de 2011, de autoria dos Senadores João Pedro e Paulo Davim, respectivamente, lidos em sessão anterior. Aprovados , nos termos dos Pareceres nºs 377 e 378, de 2011 , da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.	20935
2.4.8 – Discursos (continuação)	
SENADOR <i>LINDBERGH FARIA</i> – Cumprimentos à Presidenta Dilma Rousseff e à Ministra Tereza Campello pelo lançamento do Plano Brasil sem miséria; e insatisfação com o texto do projeto do novo Código Florestal aprovado pela Câmara dos Deputados.....	20939
SENADOR <i>VICENTINHO ALVES</i> – Manifestação sobre a potencialidade do modal hidroviários brasileiro para o escoamento de cargas.....	20943
SENADOR <i>VALDIR RAUPP</i> – Registro do transcurso, no dia 24 de maio, do Dia do Café e destaque para a necessidade de mais investimentos na indústria de processamento desse produto; e outros assuntos.	20945
2.4.9 – Leitura de requerimentos	
Nº 679, de 2011, de autoria do Senador Paulo Bauer, solicitando informações ao Ministro de Estado das Relações Exteriores.....	20947
Nº 680, de 2011, de autoria do Senador Pedro Simon e outros Srs. Senadores, solicitando voto de louvor à empresa Tramontina pelo transcurso de seus cem anos de existência.....	20948
Nº 681, de 2011, de autoria do Senador Vital do Rêgo, solicitando informações ao Ministro de Estado dos Transportes.	20948
Nº 682, de 2011, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 258, de 2011. Deferido	20949
Nº 683, de 2011, de autoria do Senador Acir Gurgacz, solicitando a oitiva da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária sobre o Projeto de Lei do Senado nº 148, de 2011.....	20950
Nº 684, de 2011, de autoria do Senador Acir Gurgacz, solicitando a oitiva da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária sobre o Projeto de Lei do Senado nº 36, de 2011.....	20950
2.4.10 – Discursos encaminhados à publicação	
SENADOR <i>ROMERO JUCÁ</i> – Agradecimento pelo recebimento da publicação nº 133, de abril do corrente ano, do CNC Notícias , revista da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo.	20951
SENADOR <i>ALOYSIO NUNES FERREIRA</i> – Registro da matéria publicada pela revista Veja	

em 27 de abril último, intitulada “Tensão entre petistas”. 20951

SENADOR ALVARO DIAS – Registro da matéria publicada pelo jornal **Folha de S. Paulo** em 18 de abril último, intitulada “Corte de verba compromete a vigilância as fronteiras”.....

2.5 – ENCERRAMENTO

3 – SUPLEMENTO À PRESENTE EDIÇÃO

3.1 – Relatórios de Gestão Fiscal

Recebimento dos Relatórios de Gestão Fiscal, referentes ao 1º quadrimestre de 2011, do Governo Federal (**Mensagem nº 37, de 2011-CN; nº 161/2011, na origem**); do Supremo Tribunal Federal (**Mensagem nº 38, de 2011-CN; nº 21/2011, na origem**); da Câmara dos Deputados (**Ofício nº 26, de 2011-CN; nº 1.496/2011, na origem**); do Ministério Público da União (incluídas no relatório as despesas com pessoal concernentes ao Conselho Nacional do Ministério Público) e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (**Ofício nº 27, de 2011-CN; nº 671/2011, na origem**); do Conselho Nacional de Justiça (**Ofício nº 28, de 2011-CN; nº 268/2011, na origem**); do Tribunal Superior do Trabalho (**Ofício nº 29, de 2011-CN; nº 170/2011, na origem**); do Superior Tribunal Militar (**Ofício nº 30, de 2011-CN; nº 137/2011, na origem**); do Tribunal de Contas da União (**Aviso nº 13, de 2011-CN; nº 696/2011, na origem**); do Tribunal Superior Eleitoral (**Ofício nº 31, de 2011-CN; nº 2.146/2011 na origem**); do Superior Tribunal de Justiça (**Ofício nº 32, de 2011-CN; nº 518/2011, na origem**); e do Senado Federal (**Ofício nº 33, de 2011-CN; Ato do Presidente nº 116/2011, na origem**). (Publicadas em suplemento à presente edição)

3 – REQUERIMENTOS DE LICENÇA

4 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR JOSÉ SARNEY, EM 2.6.2011

SENADO FEDERAL

5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

6 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

8 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte

CMA – Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)

Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010)

Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005)

Programa Senado Jovem Brasileiro (Resolução nº 42, de 2010)

CONGRESSO NACIONAL

10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 99.883, de 1999)

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO N° 137, DE 2011

Convoca plebiscito sobre a criação do Estado do Tapajós.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Tribunal Regional Eleitoral do Pará realizará, conforme previsto no § 3º do art. 18 da Constituição Federal, no prazo de 6 (seis) meses, contado da promulgação deste Decreto Legislativo, plebiscito sobre a criação do Estado do Tapajós, a ser constituído pelo desmembramento da área onde atualmente se situam os Municípios de Almeirim, Prainha, Monte Alegre, Alenquer, Óbidos, Oriximiná, Faro, Juruti, Belterra, Santarém, Porto de Moz, Várzea do Xingu, Altamira, Medicilândia, Uruará, Placas, Aveiro, Itaituba, Trairão, Jacareacanga, Novo Progresso, Brasil Novo, Curuá, Rurópolis, Senador José Porfírio, Terra Santa e Mojuí dos Campos.

Art. 2º O Tribunal Superior Eleitoral expedirá instruções ao Tribunal Regional Eleitoral do Pará para organização, realização, apuração, fiscalização e proclamação do resultado do plebiscito.

Art. 3º No prazo de 2 (dois) meses, contado da proclamação do resultado do plebiscito, se este for favorável à criação do Estado do Tapajós, a Assembleia Legislativa do Estado do Pará procederá ao questionamento dos seus membros sobre a medida, participando o resultado, em 3 (três) dias úteis, ao Congresso Nacional, para fins do disposto no § 3º do art. 18, combinado com o inciso VI do art. 48 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Não efetuada a deliberação pela Assembleia Legislativa ou feita a comunicação, nos prazos estabelecidos, o Congresso Nacional considerará atendida a exigência constitucional.

Art. 4º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 2 de junho de 2011. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento

Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO N° 138, DE 2011(*)

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Uzbequistão, assinado em Brasília, em 28 de maio de 2009.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Uzbequistão, assinado em Brasília, em 28 de maio de 2009.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 2 de junho de 2011. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no DSF de 30.11.2010.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO N° 139, DE 2011(*)

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Uzbequistão, celebrado em Brasília, em 28 de maio de 2009.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Uzbequistão, celebrado em Brasília, em 28 de maio de 2009.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resul-

tar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 2 de junho de 2011. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no DSF de 30.11.2010.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO N° 140, DE 2011(*)

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre a República Federativa do Brasil e a República da Guatemala, assinado em Brasília, em 4 de abril de 2008.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre a República Federativa do Brasil e a República da Guatemala, assinado em Brasília, em 4 de abril de 2008.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 2 de junho de 2011. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no DSF de 30.11.2010.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO N° 141, DE 2011(*)

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da Repú-

blica do Brasil e o Governo da Repú-

blica de Botsuana, celebrado em Gaborone,

em 11 de junho de 2009.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Botsuana, celebrado em Gaborone, em 11 de junho de 2009.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 2 de junho de 2011. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no DSF de 30.11.2010.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO N° 142, DE 2011(*)

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República das Seicheles, celebrado em Victória, em 16 de setembro de 2008.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República das Seicheles, celebrado em Victória, em 16 de setembro de 2008.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 2 de junho de 2011. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no DSF de 30.11.2010.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO N° 143, DE 2011(*)

Aprova o texto da Decisão XXXVIII/D/453, da XXXVIII Reunião de Ministros da Organização Latino-Americana de Energia, realizada em Medellín, Colômbia, em 30 de novembro de 2007.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto da Decisão XXXVIII/D/453, da XXXVIII Reunião de Ministros da Organização Latino-Americana de Energia, realizada em Medellín, Colômbia, em 30 de novembro de 2007.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão da referida Decisão, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 2 de junho de 2011. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

(*) O texto da Decisão acima citada está publicado no DSF de 18.02.2011.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO N° 144, DE 2011(*)

Aprova o texto do Acordo Bilateral de Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cingapura, celebrado em Brasília, em 25 de novembro de 2008.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo Bilateral de Serviços Aéreos entre o Governo da Repúblí-

ca Federativa do Brasil e o Governo da República de Cingapura, celebrado em Brasília, em 25 de novembro de 2008.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 2 de junho de 2011. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no DSF de 18.02.2011.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO N° 145, DE 2011(*)

Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas, celebrado em Puerto Iguazú, em 30 de novembro de 2005.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas, celebrado em Puerto Iguazú, em 30 de novembro de 2005.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 2 de junho de 2011. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no DSF de 05.04.2011.

Ata da 89^a Sessão, Deliberativa Ordinária em 2 de junho de 2011

1^a Sessão Legislativa Ordinária da 54^a Legislatura

*Presidência da Sra. Marta Suplicy, dos Srs. Wilson Santiago, Roberto Requião,
Mozarildo Cavalcanti, Vicentinho Alves, da Sra. Ana Amélia e do Sr. Paulo Paim*

(Inicia-se a Sessão às 14 horas, e encerra-se às 19 horas e 53 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento:

REGISTRO DE COMPARÉCIMENTO

Senado Federal

89^a SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 2/6/2011 07:05:45 até 2/6/2011 20:30:00

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ	X	
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	X	
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
PP	RS	ANA AMÉLIA	X	
PT	ES	ANA RITA	X	
PT	RR	ANGELA PORTELA	X	
PT	AC	ANGELA DINIZ	X	
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	X	
PSDB	TO	ATAIDES OLIVEIRA	X	
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	X	
PR	MT	BLAIRO MAGGI	X	
PMDB	SC	CASADO MALDANER	X	
PR	MG	CLÉSIO ANDRADE	X	
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	X	
PT	MS	DELcídio AMARAL	X	
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PSC	SE	EDUARDO AMORIM	X	
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	X	
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	X	
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES	X	
PMDB	AP	GEOVANI BORGES	X	
PTB	DF	GIM ARGELLO	X	
PT	PR	GLEISI HOFFMANN	X	
PT	PE	HUMBERTO COSTA	X	
PP	RO	IVO CASSOL	X	
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X	
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X	
PT	AM	JOÃO PEDRO	X	
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDIO	X	
PT	AC	JORGE VIANA	X	
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	X	
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	X	
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	X	
PSDB	GO	LUCIA VÂNIA	X	
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	X	
PR	ES	MAGNO MALTA	X	
PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
P-SOL	PA	MARINOR BRITO	X	
PSDB	PA	MÁRIO COLUTO	X	
PT	SP	MARTA SUPLICY	X	
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	
PSDB	SC	PAULO BAUER	X	
PV	RN	PAULO DAVIM	X	
PT	RS	PAULO PAIM	X	
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
PDT	MT	PEDRO TAQUES	X	
P-SOL	AP	PANDOLFE RODRIGUES	X	
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
PMDB	ES	RICARDO FERRÃO	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	X	
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	X	
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	X	
PR	TO	VICENTINHO ALVES	X	
PMDB	PB	VITAL DO REGO	X	
PMDB	MS	WALDEMAR MOKA	X	
PT	BA	WALTER PINHEIRO	X	
PT	PI	WELLINGTON DIAS	X	
PMDB	PB	WILSON SANTIAGO	X	

Compareceram: 72 Senadores

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Há número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

OF. N° 062/2011 – CRE/PRES

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência recebeu o **Ofício n° 62, de 2011**, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, comunicando a aprovação de Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 275, de 2007.

É o seguinte o Ofício:

Brasília, 26 de maio de 2011.

Excelentíssimo Senhor Presidente,
José Sarney

Na qualidade de Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão, em reunião ocorrida nesta data, e nos termos do art. 91, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, aprovou em decisão terminativa o Projeto de Lei do Senado nº 275, de 2007, de autoria do Senador Valdir Raupp, que “*Altera a Lei nº 7.064, de 6 de dezembro de 1982, para estender sua aplicação a todos os trabalhadores contratados no Brasil, ou transferidos para prestar serviços no exterior*”.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente, *com o apreço do*

F. Collor
Senador **FERNANDO COLLOR**
Presidente

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Com referência ao Ofício nº 62, de 2011, a Presidência comunica ao Plenário que poderão ser oferecidas emendas à matéria até o encerramento da discussão, no turno suplementar, perante a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 67, de 2011**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, comunicando a aprovação de Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 91, de 2011.

É o seguinte o Ofício:

Ofício nº 67/11—PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 31 de maio de 2011.

Assunto: Turno Suplementar.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Conjunta realizada nesta data, esta Comissão aprovou o **Substitutivo**, de autoria do Senador Luiz Henrique, ao Projeto de Lei do Senado nº 91, de 2011, que “Altera o art. 2º do Decreto nº 2.784, de 18 de junho de 1913, para restabelecer o fuso horário do Estado do Acre”, de autoria do Senador Pedro Taques.

A matéria será incluída na pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente,


Senador EUNÍCIO OLIVEIRA

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Com referência ao Ofício nº 67, de 2011, a Presidência comunica ao Plenário que poderão ser oferecidas emendas à matéria até o encerramento da discussão, no turno suplementar, perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 51, de 2011**, da Comissão de Assuntos Sociais, comunicando a aprovação de Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 466, de 2003.

É o seguinte o Ofício:

OFÍCIO Nº 51 /2011 - PRES/CAS

Brasília, 1º de junho de 2011.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão, em decisão terminativa, aprovou em turno único o Substitutivo (Emenda nº 1-CCJ-CAS) ao Projeto de Lei do Senado nº 466, de 2003, que *Altera o artigo 74 da Lei nº 8213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, estabelecendo que a pensão por morte é devida a partir do óbito do segurado*, de autoria do Senador Paulo Paim.

A matéria será incluída na pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

Cordialmente,

Senador JAYME CAMPOS
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Com referência ao Ofício nº 51, de 2011, a Presidência comunica ao Plenário que poderão ser oferecidas emendas à matéria até o encerramento da discussão, no turno suplementar, perante a Comissão de Assuntos Sociais.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, §§ 3º ao 5º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação pelo Plenário, do **Projeto de Lei do Senado nº 190, de 2010**, do Senador Heráclito Fortes, que *altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para dispor sobre o defensivo agrícola genérico*.

Tendo sido aprovado terminativamente pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, o Projeto vai à Câmara dos Deputados.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência comunica ao Plenário que recebeu os Relatórios de Gestão Fiscal, referentes ao 1º quadrimestre de 2011, dos seguintes Órgãos:

- Governo Federal (**Mensagem nº 37, de 2011-CN; nº 161/2011, na origem**);
- Supremo Tribunal Federal (**Mensagem nº 38, de 2011-CN; nº 21/2011, na origem**);
- Câmara dos Deputados (**Ofício nº 26, de 2011-CN; nº 1496 GP-O/2011, na origem**);
- Ministério Público da União (incluídas no relatório as despesas com pessoal concernentes ao Conselho Nacional do Ministério Público) e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (**Ofício nº 27, de 2011-CN; nº PGR/GAB/671/2011, na origem**);
- Conselho Nacional de Justiça (**Ofício nº 28, de 2011-CN; nº 268/GP-COFI/2011, na origem**);
- Tribunal Superior do Trabalho (**Ofício nº 29, de 2011-CN; OF.TST.GDGSET.GP nº 170/2011, na origem**);
- Superior Tribunal Militar (**Ofício nº 30, de 2011-CN; Ofício nº 137/PRES-013/SEPLA-GS, de 2011, na origem**);
- Tribunal de Contas da União (**Aviso nº 13, de 2011-CN; Aviso nº 696-GP/TCU, de 2011, na origem**);
- Tribunal Superior Eleitoral (**Ofício nº 31, de 2011-CN; Ofício nº 2.146 SOF/GP, na origem**);
- Superior Tribunal de Justiça (**Ofício nº 32, de 2011-CN; Ofício nº 518/GP, na origem**); e
- Senado Federal (**Ofício nº 33, de 2011-CN; Ato do Presidente nº 116, de 2011, na origem**).

Nos termos do art. 120 da Resolução nº 1, de 2006-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para tramitação das matérias:

- Leitura: 2-6-2011
- Até 7/6 prazo para publicação e distribuição dos avulsos da matéria;
- Até 22/6 prazo para apresentação de relatório;
- Até 30/6 prazo para apresentação de emendas ao relatório; e
- Até 7/7 prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação do relatório e encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional.

As matérias serão publicadas em suplemento ao Diário do Senado Federal de 3 de junho do corrente.

Os expedientes vão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 652, de 2011**, na origem, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 1.346/2011, proferido nos autos do TC 023.664/2006-0, em resposta ao Requerimento nº 955, de 2007, do Senador Alvaro Dias.

As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

O Requerimento vai ao Arquivo.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência recebeu, da Senhora Presidente da República, as seguintes Mensagens:

- **nº 163, de 2011**, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2011 (nº 4.409/2008, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *dispõe sobre a criação de cargos de Juiz do Trabalho e de Varas do Trabalho no Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região (CE), define jurisdições e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 12.411, de 2011*;
- **nº 165, de 2011**, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2011 (nº 5.909/2009, na Casa de origem), de iniciativa do Ministério Público da União, que *dispõe sobre o Quadro de Pessoal e a Estrutura Organizacional do Conselho Nacional do Ministério Público e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 12.412, de 2011*; e
- **nº 166, de 2011**, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 149, de 2010 (nº 6.751/2006, na Casa de origem), de iniciativa da Presidência da República, que au-

toriza a República Federativa do Brasil a efetuar doações a iniciativas internacionais de auxílio ao desenvolvimento, sancionado e transformado na Lei nº 12.413, de 2011.

Encaminhe-se à Câmara dos Deputados um exemplar de cada autógrafo.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

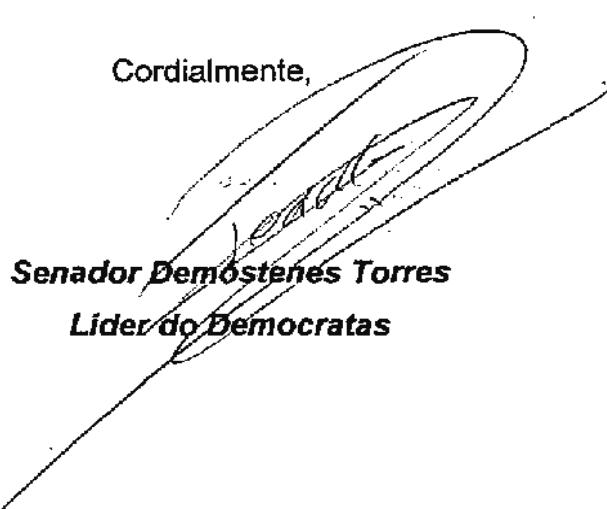
OF. Nº 045/11-GLDEM

Brasília, 02 de junho de 2011.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico que esta Liderança cedeu ao Bloco de apoio ao Governo, a vaga da Comissão Temporária Externa, para visitar as regiões de conflito agrário na divisa dos estados do Acre, Amazonas e Rondônia, onde ocorreu o assassinato de Adelino Ramos e, ainda, no município de Nova Ipixuna, no Sudeste do Pará, local do assassinato do casal de extrativistas José Cláudio Ribeiro da Silva e sua esposa, Maria do Espírito Santo Silva, e Eremilton Pereira dos Santos

Cordialmente,


Senador Demóstenes Torres
Líder do Democratas

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco PT – SP) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 305, DE 2011

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a obrigatoriedade do uso de faróis baixos durante o dia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso I do art. 40 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 40.

I – o condutor manterá acesos os faróis do veículo, utilizando luz baixa, durante a noite e durante o dia, nos túneis providos de iluminação pública e nas rodovias;

..... ” (NR)

Art. 2º A alínea “b” do inciso I do art. 250 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 250.

I –

b) de dia, nos túneis providos de iluminação pública e nas rodovias;

..... ” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor após cem dias a contar da data de sua publicação.

Justificação

A Polícia Rodoviária Federal (PRF) lançou recentemente uma campanha para estimular os motoristas a viajar com os faróis ligados durante todo o percurso da viagem, mesmo durante o dia. Segundo a PRF, o uso de faróis no período diurno torna os automóveis 60% mais visíveis, contribuindo na prevenção de acidentes, principalmente os de colisão frontal. Ademais, auxilia os pedestres a perceberem com mais clareza a velocidade dos veículos em aproximação. Essa percepção lhes permite tomar decisões seguras em relação aos próprios movimentos, bem como adotar

atitudes preventivas em relação a possíveis conflitos com o tráfego motorizado.

As vantagens apresentadas pelo uso diurno dos faróis já são conhecidas desde a edição do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), que o tornou obrigatório para ônibus e motos. Posteriormente, a Resolução nº 18, de 1998, do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), passou a recomendar essa prática para todos os veículos em circulação nas rodovias.

A simples recomendação, contudo, por parte do CONTRAN, não parece suficiente para garantir a disseminação dessa prática, cuja relevância na redução de acidentes de trânsito tem resultado na sua adoção por diversos países.

Diante das evidências de sua eficácia para a redução dos acidentes, é meu entendimento que o uso diurno dos faróis baixos é imprescindível, devendo constituir obrigação estendida a todos os veículos que trafeguem nas rodovias ou em túneis providos de iluminação pública. Afinal, as estatísticas da violência associada ao tráfego motorizado no Brasil não permitem que se negligencie qualquer medida que possa representar melhoria nos níveis de segurança do trânsito.

Com esse espírito, dirijo-me aos ilustres Pares, contando com seu apoio para a aprovação deste projeto. – Senador Demóstenes Torres.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI N° 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997

Institui o Código de Trânsito Brasileiro.

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

.....

Art. 40. O uso de luzes em veículo obedecerá às seguintes determinações:

I – o condutor manterá acesos os faróis do veículo, utilizando luz baixa, durante a noite e durante o dia nos túneis providos de iluminação pública;

II – nas vias não iluminadas o condutor deve usar luz alta, exceto ao cruzar com outro veículo ou ao segui-lo;

III – a troca de luz baixa e alta, de forma intermitente e por curto período de tempo, com o objetivo de advertir outros motoristas, só poderá ser utilizada para indicar a intenção de ultrapassar o veículo que segue à frente ou para indicar a existência de risco à seguran-

ça para os veículos que circulam no sentido contrário;

IV – o condutor manterá acesas pelo menos as luzes de posição do veículo quando sob chuva forte, neblina ou cerração;

V – O condutor utilizará o pisca-alerta nas seguintes situações:

a) em imobilizações ou situações de emergência;

b) quando a regulamentação da via assim o determinar;

VI – durante a noite, em circulação, o condutor manterá acesa a luz de placa;

VII – o condutor manterá acesas, à noite, as luzes de posição quando o veículo estiver parado para fins de embarque ou desembarque de passageiros e carga ou descarga de mercadorias.

Parágrafo único. Os veículos de transporte coletivo regular de passageiros, quando circularem em faixas próprias a eles destinadas, e os ciclos motorizados deverão utilizar-se de farol de luz baixa durante o dia e a noite.

.....
Art. 250. Quando o veículo estiver em movimento:

I – deixar de manter acesa a luz baixa;

a) durante a noite;

b) de dia, nos túneis providos de iluminação pública;

c) de dia e de noite, tratando-se de veículo de transporte coletivo de passageiros, circulando em faixas ou pistas a eles destinadas;

d) de dia e de noite, tratando-se de ciclomotores;

II – deixar de manter acesas pelo menos as luzes de posição sob chuva forte, neblina ou cerração;

III – deixar de manter a placa traseira iluminada, à noite;

Infração – média;

Penalidade – multa.

.....
Brasília, 23 de setembro de 1997; 176º da Independência e 109º da República. – **Fernando Henrique Cardoso; Iris Rezende; Eliseu Padilha.**

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 24.9.1997 e retificado em 25.9.1997

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 306, DE 2011

Adiciona a alínea 'd' ao art. 1º da Lei nº 9.455 de 7 de abril de 1997, tornando crime de tortura a cobrança de dívida de qualquer natureza realizada com o emprego de violência ou grave ameaça.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 9.455 de 7 de abril de 1997 passa a vigor acrescido da seguinte alínea:

"Art. 1º.....

d) para cobrar dívida de qualquer natureza". (NR).

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Há muito o país vem sofrendo com as máfias de agiotagem, que perseguem, ameaçam, promovem violências físicas e matam para cobrar dívidas, em geral de pessoas que já sofrem forte pressão psicológica porque não conseguem cumprir seus compromissos financeiros e não obtém acesso ao sistema oficial de empréstimos pela via bancária.

Em Mato Grosso tornaram-se notáveis as práticas do ex-bicheiro João Arcanjo Ribeiro, (preso desde 2003) que emprestava dinheiro a juros e cobrava seus devedores utilizando métodos violentos. Institui-se então, principalmente na Capital, uma verdadeira

onda de terror resultante das ações do que ficou conhecido como "Máfia da cobrança". Títulos não-pagos, promissórias vencidas e cheques devolvidos, eram motivos para que o grupo - comandado por Arcanjo, e supostamente formado por policiais e ex-policiais, decretasse "guerra" contra os maus pagadores. A cobrança unia humilhação, intimidação, espancamentos, extorsão e seqüestros, chegando até a execução sumária de cidadãos.

Essa situação é comum também em outros Estados da Federação, veja-se, por exemplo, reportagem do dia 01 de junho de 2011, do Jornal Bom Dia Brasil da Rede Globo de Televisão, noticiando que um homem foi morto pela máfia da agiotagem do Estado do Rio de Janeiro, em razão da cobrança de uma dívida de R\$ 20,00 (vinte reais).

Essa mesma notícia dá conta que os juros chegam a 600% (seiscentos por cento) e que a covardia dos agiotas é ilimitada, levando suas vítimas para salas escondidas, onde são, verdadeiramente, torturadas. Segundo dados publicados, apenas nos últimos 02 meses, o Disque-denúncia do Rio de Janeiro recebeu 3.513 ligações denunciando a prática de agiotagem e cobrança ilegal (disponível em: <http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2011/06/mafia-da-agiotagem-faz-vitimas-no-rj-homem-e-morto-apos-pedir-r-20.html>).

Todavia, a legislação ainda é muito branda na repressão desses delitos, exigindo verdadeiras acrobacias interpretativas para que seja possível punir devidamente esse tipo de cobrança como crime de tortura, o que, aliado à baixa pena do crime de usura pecuniária ou real (06 meses a 02 anos), leva a uma punição muito pequena, em face da gravidade do problema.

Não vimos, entretanto no aumento da pena do crime de usura a resposta para o problema, vez que a usura por vezes é praticada sem a ameaça ou violência na cobrança. É evidente que é condenável nos termos da lei. Mas crime maior é a utilização da tortura na cobrança da dívida, expediente normalmente utilizado por mafiosos neste campo.

Desta feita, para dirimir quaisquer dúvidas e deixar claro que as cobranças de qualquer natureza, quando praticadas com emprego de grave ameaça ou violência, causando sofrimento físico ou psicológico às vítimas deve configurar crime de tortura, com pena de reclusão de 02 (dois) a 08 (oito) anos, inafiançável, imprescritível e insuscetível de graça e anistia.

Pelos motivos expostos, julgamos essa alteração premente e rogamos os ilustres Pares a apoiá-la.

Senador **PEDRO TAQUE**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI N° 9.455, DE 7 DE ABRIL DE 1997.

Define os crimes de tortura e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Constitui crime de tortura:

I - constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental:

a) com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa;

b) para provocar ação ou omissão de natureza criminosa;

c) em razão de discriminação racial ou religiosa;

II - submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo.

Pena - reclusão, de dois a oito anos.

§ 1º Na mesma pena incorre quem submete pessoa presa ou sujeita a medida de segurança a sofrimento físico ou mental, por intermédio da prática de ato não previsto em lei ou não resultante de medida legal.

§ 2º Aquele que se omite em face dessas condutas, quando tinha o dever de evitá-las ou apurá-las, incorre na pena de detenção de um a quatro anos.

§ 3º Se resulta lesão corporal de natureza grave ou gravíssima, a pena é de reclusão de quatro a dez anos; se resulta morte, a reclusão é de oito a dezesseis anos.

§ 4º Aumenta-se a pena de um sexto até um terço:

I - se o crime é cometido por agente público;

II - ~~se o crime é cometido contra criança, gestante, deficiente e adolescente;~~

II – se o crime é cometido contra criança, gestante, portador de deficiência, adolescente ou maior de 60 (sessenta) anos; (Redação dada pela Lei nº 10.741, de 2003)

III - se o crime é cometido mediante seqüestro.

§ 5º A condenação acarretará a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada.

§ 6º O crime de tortura é inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.

§ 7º O condenado por crime previsto nesta Lei, salvo a hipótese do § 2º, iniciará o cumprimento da pena em regime fechado.

Art. 2º O disposto nesta Lei aplica-se ainda quando o crime não tenha sido cometido em território nacional, sendo a vítima brasileira ou encontrando-se o agente em local sob jurisdição brasileira.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revoga-se o art. 233 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.

Brasília, 7 de abril de 1997; 176º da Independência e 109º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Nelson A. Jobim

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 8.4.1997

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 307, DE 2011

Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígeros, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal, para ampliar a definição das bebidas alcoólicas e estender as restrições legais para as cervejas, independentemente de seu teor alcoólico.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º

§ 1º Consideram-se bebidas alcoólicas, para os efeitos desta Lei, os líquidos potáveis com teor alcoólico igual ou superior a meio grau Gay-Lussac.

§ 2º As disposições desta Lei, com exceção do § 2º do art. 4º, aplicam-se também às cervejas, pasteurizadas ou não, que possuam teor alcoólico inferior a meio grau Gay-Lussac.” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor cento e oitenta dias após sua publicação.

Justificação

A propaganda comercial de bebidas alcoólicas está sujeita a restrições legais no Brasil, nos termos do § 4º do art. 220 da Carta Magna. A Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígeros, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal, tornou efetiva a limitação imposta pelo constituinte.

No entanto, por mais inusitado que possa parecer, a bebida alcoólica mais consumida no País, e a mais apreciada pelos jovens – a cerveja –, foi excluída das restrições legais. Não cremos que tenha sido essa a intenção do constituinte originário, quando registrou, no texto constitucional, que compete à lei estabelecer os meios que garantam à pessoa e à família defesa da propaganda de produtos potencialmente nocivos à saúde (inciso II do § 3º do art. 220).

Para nós, resta claro que o legislador infraconstitucional incorreu em erro ao adotar uma definição bastante restritiva de bebida alcoólica, conforme dispõe o parágrafo único do art. 1º da retromencionada Lei nº 9.294, de 1996, pelo qual se consideram bebidas alcoólicas apenas as bebidas potáveis com teor alcoólico superior a treze graus Gay Lussac.

Em função desse dispositivo, a publicidade de cervejas, de bebidas *ice* e da maioria dos vinhos não

está especificamente regulada por lei. Sujeita-se apenas às normas gerais estabelecidas pelo Código de Defesa do Consumidor e às regras de caráter indicativo oriundas do Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária (CONAR).

Essa situação é inaceitável. O Congresso Nacional não pode assistir passivamente a nossas crianças e jovens serem bombardeados diuturnamente pela propaganda onipresente e sedutora das cervejas, enquanto testemunhamos as mazelas provocadas pelo consumo abusivo do álcool. Ninguém pode considerar razoável assistir pela televisão – que é concessão pública, registe-se – a uma peça publicitária festiva, com garotas insinuantes em trajes míimos, incentivando o consumo de cerveja, e, segundos após, no mesmo canal, ver notícias sobre acidentes e mortes provocados pelo consumo daquele produto.

O projeto de lei que ora apresento tem o condão de estender às bebidas de menor teor alcoólico as restrições legais já existentes. Com o fito de reforçar a medida, proponho, ainda, restringir a publicidade de quaisquer tipos de cerveja, inclusive as sem álcool, de modo a evitar que se promova a marca.

Sala das Sessões, – Senador Wellington Dias.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI N° 9.294, DE 15 DE JULHO DE 1996.

Regulamento

Dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígeros, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal.

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O uso e a propaganda de produtos fumígeros, derivados ou não do tabaco, de bebidas alcoólicas, de medicamentos e terapias e de defensivos agrícolas estão sujeitos às restrições e condições estabelecidas por esta Lei, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Consideram-se bebidas alcoólicas, para efeitos desta Lei, as bebidas potáveis com teor alcoólico superior a treze graus Gay Lussac.

Art. 2º É proibido o uso de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos ou de qualquer outro produto fumígero, derivado ou não do tabaco, em recinto coletivo, privado ou público, salvo em área destinada exclusivamente a esse fim, devidamente isolada e com arejamento conveniente.

§ 1º Incluem-se nas disposições deste artigo as repartições públicas, os hospitais e postos de saúde,

as salas de aula, as bibliotecas, os recintos de trabalho coletivo e as salas de teatro e cinema.

§ 2º É vedado o uso dos produtos mencionados no caput nas aeronaves e veículos de transporte coletivo, salvo quando transcorrida uma hora de viagem e houver nos referidos meios de transporte parte especialmente reservada aos fumantes.

§ 2º É vedado o uso dos produtos mencionados no caput nas aeronaves e demais veículos de transporte coletivo. (Redação dada pela Lei nº 10.167, de 27.12.2000)

§ 2º É vedado o uso dos produtos mencionados no **caput** nas aeronaves e veículos de transporte coletivo. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.190-34, de 2001)

Art. 3º A propaganda comercial dos produtos referidos no artigo anterior somente será permitida nas emissoras de rádio e televisão no horário compreendido entre as vinte e uma e as seis horas.

Art. 3º A propaganda comercial dos produtos referidos no artigo anterior só poderá ser efetuada através de pôsteres, painéis e cartazes, na parte interna dos locais de venda. (Redação dada pela Lei nº 10.167, de 27.12.2000)

§ 1º A propaganda comercial dos produtos referidos neste artigo deverá ajustar-se aos seguintes princípios:

I – não sugerir o consumo exagerado ou irresponsável, nem a indução ao bem-estar ou saúde, ou fazer associação a celebrações cívicas ou religiosas;

II – não induzir as pessoas ao consumo, atribuindo aos produtos propriedades calmantes ou estimulantes, que reduzam a fadiga ou a tensão, ou qualquer efeito similar;

III – não associar idéias ou imagens de maior êxito na sexualidade das pessoas, insinuando o aumento de virilidade ou feminilidade de pessoas fumantes;

IV – não associar o uso do produto à prática de esportes olímpicos, nem sugerir ou induzir seu consumo em locais ou situações perigosas ou ilegais;

IV – não associar o uso do produto à prática de atividades esportivas, olímpicas ou não, nem sugerir ou induzir seu consumo em locais ou situações perigosas, abusivas ou ilegais; (Redação dada pela Lei nº 10.167, de 27.12.2000)

V – não empregar imperativos que induzam diretamente ao consumo;

VI – não incluir, na radiodifusão de sons ou de sons e imagens, a participação de crianças ou adolescentes, nem a eles dirigir-se.

VI – não incluir a participação de crianças ou adolescentes. (Redação dada pela Lei nº 10.167, de 27.12.2000)

§ 2º A propaganda conterá, nos meios de comunicação e em função de suas características, advertência escrita e/ou falada sobre os malefícios do

fumo, através das seguintes frases, usadas seqüencialmente, de forma simultânea ou rotativa, nesta última hipótese devendo variar no máximo a cada cinco meses, todas precedidas da afirmação “O Ministério da Saúde Adverte”:

I – fumar pode causar doenças do coração e derrame cerebral;

II – fumar pode causar câncer do pulmão, bronquite crônica e enfisema pulmonar;

III – fumar durante a gravidez pode prejudicar o bebê;

IV – quem fuma adoece mais de úlcera do estômago;

V – evite fumar na presença de crianças;

VI – fumar provoca diversos males à sua saúde.

§ 2º A propaganda conterá, nos meios de comunicação e em função de suas características, advertência, sempre que possível falada e escrita, sobre os malefícios do fumo, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, segundo frases estabelecidas pelo Ministério da Saúde, usadas seqüencialmente, de forma simultânea ou rotativa. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.190-34, de 2001)

§ 3º As embalagens, exceto se destinadas à exportação, os pôsteres, painéis ou cartazes, jornais e revistas que façam difusão ou propaganda dos produtos referidos no art. 2º conterão a advertência mencionada no parágrafo anterior.

§ 3º A embalagem, exceto se destinada à exportação, e o material de propaganda referido neste artigo conterão a advertência mencionada no parágrafo anterior. (Redação dada pela Lei nº 10.167, de 27.12.2000)

§ 3º As embalagens e os maços de produtos fumígenos, com exceção dos destinados à exportação, e o material de propaganda referido no **caput** deste artigo conterão a advertência mencionada no § 2º acompanhada de imagens ou figuras que ilustrem o sentido da mensagem. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.190-34, de 2001)

§ 4º Nas embalagens, as cláusulas de advertência a que se refere o § 2º deste artigo serão seqüencialmente usadas, de forma simultânea ou rotativa, nesta última hipótese devendo variar no máximo a cada cinco meses, inseridas, de forma legível e ostensivamente destacada, em uma das laterais dos maços, carteiras ou pacotes que sejam habitualmente comercializados diretamente ao consumidor.

§ 5º Nos pôsteres, painéis, cartazes, jornais e revistas, as cláusulas de advertência a que se refere o § 2º deste artigo serão seqüencialmente usadas, de forma simultânea ou rotativa, nesta última hipótese variando no máximo a cada cinco meses, devendo ser escritas de forma legível e ostensiva.

§ 5º A advertência a que se refere o § 2º deste artigo, escrita de forma legível e ostensiva, será seqüencialmente

usada de modo simultâneo ou rotativo, nesta última hipótese variando, no máximo, a cada cinco meses. (Redação dada pela Lei nº 10.167, de 27.12.2000)

Art. 3º-A Quanto aos produtos referidos no art. 2º desta Lei, são proibidos: (Artigo incluído pela Lei nº 10.167, de 27.12.2000)

I – a venda por via postal; (Inciso incluído pela Lei nº 10.167, de 27.12.2000)

II – a distribuição de qualquer tipo de amostra ou brinde; (Inciso incluído pela Lei nº 10.167, de 27.12.2000)

III – a propaganda por meio eletrônico, inclusive internet; (Inciso incluído pela Lei nº 10.167, de 27.12.2000)

IV – a realização de visita promocional ou distribuição gratuita em estabelecimento de ensino ou local público; (Inciso incluído pela Lei nº 10.167, de 27.12.2000)

V – o patrocínio de atividade cultural ou esportiva; (Inciso incluído pela Lei nº 10.167, de 27.12.2000)

VI – a propaganda fixa ou móvel em estádio, pista, palco ou local similar; (Inciso incluído pela Lei nº 10.167, de 27.12.2000)

VII – a propaganda indireta contratada, também denominada **merchandising**, nos programas produzidos no País após a publicação desta Lei, em qualquer horário; (Inciso incluído pela Lei nº 10.167, de 27.12.2000)

VIII – a comercialização em estabelecimentos de ensino e de saúde. (Inciso incluído pela Lei nº 10.167, de 27.12.2000)

VIII – a comercialização em estabelecimento de ensino, em estabelecimento de saúde e em órgãos ou entidades da Administração Pública; (Redação dada pela Lei nº 10.702, de 14.7.2003)

IX – a venda a menores de dezoito anos. (Incluído pela Lei nº 10.702, de 14.7.2003)

Parágrafo único. O disposto nos incisos V e VI deste artigo entrará em vigor em 1º de janeiro de 2003, no caso de eventos esportivos internacionais e culturais, desde que o patrocinador seja identificado apenas com a marca do produto ou fabricante, sem recomendação de consumo. (Parágrafo incluído pela Lei nº 10.167, de 27.12.2000)

§ 1º Até 30 de setembro de 2005, o disposto nos incisos V e VI não se aplica no caso de eventos esportivos internacionais que não tenham sede fixa em um único país e sejam organizados ou realizados por instituições estrangeiras. (Renumerado e alterado pela Lei nº 10.702, de 14.7.2003)

§ 2º É facultado ao Ministério da Saúde afixar, nos locais dos eventos esportivos a que se refere o § 1º, propaganda fixa com mensagem de advertência escrita que observará os conteúdos a que se refere o § 2º do art. 3ºC, cabendo aos responsáveis pela sua

organização assegurar os locais para a referida afixação. (Incluído pela Lei nº 10.702, de 14.7.2003)

Art. 3º-B Somente será permitida a comercialização de produtos fumígenos que ostentem em sua embalagem a identificação junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária, na forma do regulamento. (Artigo incluído pela Lei nº 10.167, de 27.12.2000)

Art. 3ºC A aplicação do disposto no § 1º do art. 3ºA, bem como a transmissão ou retransmissão, por televisão, em território brasileiro, de eventos culturais ou esportivos com imagens geradas no estrangeiro patrocinados por empresas ligadas a produtos fumígeros, exige a veiculação gratuita pelas emissoras de televisão, durante a transmissão do evento, de mensagem de advertência sobre os malefícios do fumo. (Incluído pela Lei nº 10.702, de 14.7.2003)

§ 1º Na abertura e no encerramento da transmissão do evento, será veiculada mensagem de advertência, cujo conteúdo será definido pelo Ministério da Saúde, com duração não inferior a trinta segundos em cada inserção. (Incluído pela Lei nº 10.702, de 14.7.2003)

§ 2º A cada intervalo de quinze minutos será veiculada, sobreposta à respectiva transmissão, mensagem de advertência escrita e falada sobre os malefícios do fumo com duração não inferior a quinze segundos em cada inserção, por intermédio das seguintes frases e de outras a serem definidas na regulamentação, usadas seqüencialmente, todas precedidas da afirmação “O Ministério da Saúde adverte”: (Incluído pela Lei nº 10.702, de 14.7.2003)

I – “fumar causa mau hálito, perda de dentes e câncer de boca”; (Incluído pela Lei nº 10.702, de 14.7.2003)

II – “fumar causa câncer de pulmão”; (Incluído pela Lei nº 10.702, de 14.7.2003)

III – “fumar causa infarto do coração”; (Incluído pela Lei nº 10.702, de 14.7.2003)

IV – “fumar na gravidez prejudica o bebê”; (Incluído pela Lei nº 10.702, de 14.7.2003)

V – “em gestantes, o cigarro provoca partos prematuros, o nascimento de crianças com peso abaixo do normal e facilidade de contrair asma”; (Incluído pela Lei nº 10.702, de 14.7.2003)

VI – “crianças começam a fumar ao verem os adultos fumando”; (Incluído pela Lei nº 10.702, de 14.7.2003)

VII – “a nicotina é droga e causa dependência”; (e Incluído pela Lei nº 10.702, de 14.7.2003)

VIII – “fumar causa impotência sexual”. (Incluído pela Lei nº 10.702, de 14.7.2003)

§ 3º Considera-se, para os efeitos desse artigo, integrantes do evento os treinos livres ou oficiais, os ensaios, as reapresentações e os compactos. (Incluído pela Lei nº 10.702, de 14.7.2003)

Art. 4º Somente será permitida a propaganda comercial de bebidas alcoólicas nas emissoras de rádio e televisão entre as vinte e uma e as seis horas.

§ 1º A propaganda de que trata este artigo não poderá associar o produto ao esporte olímpico ou de competição, ao desempenho saudável de qualquer atividade, à condução de veículos e a imagens ou idéias de maior êxito ou sexualidade das pessoas.

§ 2º Os rótulos das embalagens de bebidas alcoólicas conterão advertência nos seguintes termos: "Evite o Consumo Excessivo de Álcool".

Art. 4º-A. Na parte interna dos locais em que se vende bebida alcoólica, deverá ser afixado advertência escrita de forma legível e ostensiva de que é crime dirigir sob a influência de álcool, punível com detenção. (Incluído pela Lei nº 11.705, de 2008)

Art. 5º As chamadas e caracterizações de patrocínio dos produtos indicados nos arts. 2º e 4º, para eventos alheios à programação normal ou rotineira das emissoras de rádio e televisão, poderão ser feitas em qualquer horário, desde que identificadas apenas com a marca ou *slogan* do produto, sem recomendação do seu consumo.

§ 1º As restrições deste artigo aplicam-se à propaganda estática existente em estádios, veículos de competição e locais similares.

§ 2º Nas condições do *caput*, as chamadas e caracterizações de patrocínio dos produtos estarão liberados da exigência do § 2º do art. 3º desta Lei.

Art. 6º É vedada a utilização de trajes esportivos, relativamente a esportes olímpicos, para veicular a propaganda dos produtos de que trata esta Lei.

Art. 7º A propaganda de medicamentos e terapias de qualquer tipo ou espécie poderá ser feita em publicações especializadas dirigidas direta e especificamente a profissionais e instituições de saúde.

§ 1º Os medicamentos anódinos e de venda livre, assim classificados pelo órgão competente do Ministério da Saúde, poderão ser anunciados nos órgãos de comunicação social com as advertências quanto ao seu abuso, conforme indicado pela autoridade classificatória.

§ 2º A propaganda dos medicamentos referidos neste artigo não poderá conter afirmações que não sejam passíveis de comprovação científica, nem poderá utilizar depoimentos de profissionais que não sejam legalmente qualificados para fazê-lo.

§ 3º Os produtos fitoterápicos da flora medicinal brasileira que se enquadram no disposto no § 1º deste artigo deverão apresentar comprovação científica dos seus efeitos terapêuticos no prazo de cinco anos da publicação desta Lei, sem o que sua propaganda será automaticamente vedada.

§ 4º É permitida a propaganda de medicamentos genéricos em campanhas publicitárias patrocinadas pelo Ministério da Saúde e nos recintos dos estabele-

cimentos autorizados a dispensá-los, com indicação do medicamento de referência. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.190-34, de 2001)

§ 5º Toda a propaganda de medicamentos conterá obrigatoriamente advertência indicando que, a persistirem os sintomas, o médico deverá ser consultado. (Renumerado pela Medida Provisória nº 2.190-34, de 2001)

Art. 8º A propaganda de defensivos agrícolas que contenham produtos de efeito tóxico, mediato ou imediato, para o ser humano, deverá restringir-se a programas e publicações dirigidas aos agricultores e pecuaristas, contendo completa explicação sobre a sua aplicação, precauções no emprego, consumo ou utilização, segundo o que dispuser o órgão competente do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, sem prejuízo das normas estabelecidas pelo Ministério da Saúde ou outro órgão do Sistema Único de Saúde.

Art. 9º Aplicam-se aos infratores desta Lei, sem prejuízo de outras penalidades previstas na legislação em vigor, especialmente no Código de Defesa do Consumidor, as seguintes sanções:

Art. 9º Aplicam-se ao infrator desta Lei, sem prejuízo de outras penalidades previstas na legislação em vigor, especialmente no Código de Defesa do Consumidor e na Legislação de Telecomunicações, as seguintes sanções: (Redação dada pela Lei nº 10.167, de 27.12.2000)

I – advertência;

II – suspensão, no veículo de divulgação da publicidade, de qualquer outra propaganda do produto, por prazo de até trinta dias;

III – obrigatoriedade de veiculação de retificação ou esclarecimento para compensar propaganda distorcida ou de má-fé;

IV – apreensão do produto;

V – multa de R\$ 1.410,00 (um mil quatrocentos e dez reais) a R\$ 7.250,00 (sete mil duzentos e cinquenta reais), cobrada em dobro, em triplo e assim sucessivamente, na reincidência.

V – multa, de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), aplicada conforme a capacidade econômica do infrator; (Redação dada pela Lei nº 10.167, de 27.12.2000)

VI – suspensão da programação da emissora de rádio e televisão, pelo tempo de dez minutos, por cada minuto ou fração de duração da propaganda transmitida em desacordo com esta Lei, observando-se o mesmo horário. (Inciso incluído pela Lei nº 10.167, de 27.12.2000)

VII – no caso de violação do disposto no inciso IX do artigo 3ºA, as sanções previstas na Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, sem prejuízo do disposto no art. 243 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. (Incluído pela Lei nº 10.702, de 14.7.2003)

§ 1º As sanções previstas neste artigo poderão ser aplicadas gradativamente e, na reincidência, cumulativamente, de acordo com as especificidade do infrator.

§ 2º Em qualquer caso, a peça publicitária fica definitivamente vedada.

§ 3º Consideram-se infratores, para efeitos deste artigo, os responsáveis pelo produto, pela peça publicitária e pelo veículo de comunicação utilizado.

§ 3º Considera-se infrator, para os efeitos desta Lei, toda e qualquer pessoa natural ou jurídica que, de forma direta ou indireta, seja responsável pela divulgação da peça publicitária ou pelo respectivo veículo de comunicação. (Redação dada pela Lei nº 10.167, de 27.12.2000)

§ 4º Compete à autoridade sanitária municipal aplicar as sanções previstas neste artigo, na forma do art. 12 da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, ressalvada a competência exclusiva ou concorrente: (Parágrafo incluído pela Lei nº 10.167, de 27.12.2000)

I – do órgão de vigilância sanitária do Ministério da Saúde, inclusive quanto às sanções aplicáveis às agências de publicidade, responsáveis por propaganda de âmbito nacional; (Inciso incluído pela Lei nº 10.167, de 27.12.2000)

II – do órgão de regulamentação da aviação civil do Ministério da Defesa, em relação a infrações verificadas no interior de aeronaves; (Inciso incluído pela Lei nº 10.167, de 27.12.2000)

III – do órgão do Ministério das Comunicações responsável pela fiscalização das emissoras de rádio e televisão; (Inciso incluído pela Lei nº 10.167, de 27.12.2000)

IV – do órgão de regulamentação de transportes do Ministério dos Transportes, em relação a infrações ocorridas no interior de transportes rodoviários, ferroviários e aquaviários de passageiros. (Inciso incluído pela Lei nº 10.167, de 27.12.2000)

§ 5º (VETADO) (Incluído pela Lei nº 10.167, de 27.12.2000)

§ 5º O Poder Executivo definirá as competências dos órgãos e entidades da administração federal encarregados em aplicar as sanções deste artigo. (Incluído pela Lei nº 10.702, de 14.7.2003)

Art. 10. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo máximo de sessenta dias de sua publicação.

Art. 11. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 15 de julho de 1996; 175º da Independência e 108º da República. – **FERNANDO HENRIQUE CARDOSO; Nelson A. Jobim; Arlindo Porto; Adib Jatene.**

CONSTITUIÇÃO FEDERAL – CF – 1988

Título VIII Da Ordem Social

CAPÍTULO V Da Comunicação Social

Art. 220 – A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

§ 4º – A propaganda comercial de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias estará sujeita a restrições legais, nos termos do inciso II do parágrafo anterior, e conterá, sempre que necessário, advertência sobre os malefícios decorrentes de seu uso.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL – CF – 1988

Título VIII Da Ordem Social

CAPÍTULO V Da Comunicação Social

Art. 220 – A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

§ 3º – Compete à lei federal:

II – estabelecer os meios legais que garantam à pessoa e à família a possibilidade de se defenderem de programas ou programações de rádio e televisão que contrariem o disposto no Art. 221, bem como da propaganda de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde e ao meio ambiente.

(*Às Comissões de Assuntos Sociais; de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, cabendo à última a decisão terminativa*)

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 308, DE 2011

Acrescenta o art. 357-A ao Código Penal, para tipificar o crime de corrupção de ato judicial.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passa a viger acrescido do seguinte art. 357-A:

Corrupção de ato judicial

Art. 357-A. Praticar corrupção passiva ou ativa (arts. 317 e 333) para favorecer ou prejudicar parte em processo judicial:

Pena – reclusão de 4 (quatro) a 12 (doze) anos, e multa.

Parágrafo único. A pena é aumentada de um terço, se a conduta acarreta injusta condenação em processo penal, ou da metade, se essa pena for de reclusão.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

O Código Penal (CP) ressente-se de dispositivo que apene de forma mais severa a corrupção de atos judiciais. Aliás, os crimes de corrupção passiva e ativa (arts. 317 e 333) configuram crimes contra a Administração em geral, ainda que o intuito dos agentes seja alterar o resultado de um processo judicial.

Cabe registrar que o Código Penal Italiano prevê a corrupção de ato judicial como delito autônomo, vindo a servir de inspiração para a elaboração do presente projeto.

Trata-se especificamente de acrescentar o art. 357-A na Parte Especial do CP para prever o crime de **corrupção de ato judicial**, um verdadeiro delito contra a Administração da Justiça, que deve ser punido de forma mais dura do que o crime contra a Administração em geral.

Sugerimos a pena de reclusão, de quatro a doze anos, e multa, sendo que as penas previstas nos arts. 317 e 333 do CP são de reclusão, de dois a doze anos, além de multa.

Temos especial preocupação em relação ao ato corrompido que acarreta injusta condenação de réu em processo penal. Nesse caso, a pena aplicada ao agente deverá ser aumentada de um terço, ou da metade, se a pena injustamente aplicada for de reclusão.

Estamos certos de que a proposição contribui para o aperfeiçoamento da legislação penal, razão pela qual peço que os ilustres Senadores e Senadoras votem pela sua aprovação. – Senador **Pedro Taques**.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 2.848,
DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940.

Código Penal.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta a seguinte Lei:

PARTE GERAL

TÍTULO I

Da Aplicação Da Lei Penal

(Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Anterioridade da Lei

Art. 1º – Não há crime sem lei anterior que o define. Não há pena sem prévia cominação legal. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Corrupção passiva

Art. 317 – Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 10.763, de 12.11.2003)

§ 1º – A pena é aumentada de um terço, se, em consequência da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou deixa de praticar qualquer ato de ofício ou o pratica infringindo dever funcional.

§ 2º – Se o funcionário pratica, deixa de praticar ou retarda ato de ofício, com infração de dever funcional, cedendo a pedido ou influência de outrem:

Pena – detenção, de três meses a um ano, ou multa.

Corrupção ativa

Art. 333 – Oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 10.763, de 12.11.2003)

Parágrafo único – A pena é aumentada de um terço, se, em razão da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou omite ato de ofício, ou o pratica infringindo dever funcional.

Exploração de prestígio

Art. 357 – Solicitar ou receber dinheiro ou qualquer outra utilidade, a pretexto de influir em juiz, jurado, órgão do Ministério Público, funcionário de justiça, perito, tradutor, intérprete ou testemunha:

Pena – reclusão, de um a cinco anos, e multa.

Parágrafo único – As penas aumentam-se de um terço, se o agente alega ou insinua que o dinheiro ou utilidade também se destina a qualquer das pessoas referidas neste artigo.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa)

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, proposta de emenda à Constituição que passo a ler.

É lida a seguinte:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 46, DE 2011

Dá nova redação ao inciso XVII do art. 49 da Constituição Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O inciso XVII do art. 49 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 49.

XVII – aprovar, previamente:

- a) a alienação ou a concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares;
- b) a concessão florestal que tenha por objeto a exploração de produtos ou serviços florestais em unidades de manejo de florestas públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares". (NR)

Art. 2º Esta Emenda à Constituição entrará em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O inciso XVII do art. 49 de nossa Carta Política prevê a competência exclusiva do Congresso Nacional para aprovar, ~~providenciar~~, alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares.

O texto da Lei nº 11.284, de 2006 (Lei de Gestão das Florestas Públicas), de forma inaceitável, afasta a aplicação do referido dispositivo de nossa Carta Política às normas que regulam a concessão florestal. Não há qualquer referência à manifestação prévia do Legislativo como condicionante para as concessões.

Os defensores da implementação do sistema de concessões florestais sem qualquer controle do Legislativo afirmam que, como a concessão florestal tem como objeto a exploração de produtos e serviços relacionados à cobertura florestal, ela não gera qualquer direito real sobre o imóvel em que se situa a cobertura florestal. Em palavras mais simples, a concessão florestal não se confundiria com a concessão de terras públicas.

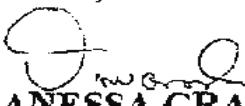
Há quem discorde desse entendimento. No trâmite legislativo do projeto que gerou a Lei nº 11.284, de 2006, apresentaram-se posições no sentido de que seria inviável a separação entre solo e cobertura florestal na definição do objeto da concessão para manejo florestal. Para uns, a floresta estaria incorporada ao solo. Para outros, na prática o imóvel ficaria afetado a uma determinada atividade, o manejo florestal. Assim, a concessão para manejo florestal equiparar-se-ia a uma concessão de terras públicas, submetendo-se ao inciso XVII do art. 49 da Constituição. Essa posição vale dizer, foi sustentada pelo importante jurista José Afonso da Silva, em reunião de audiência pública ocorrida na Câmara dos Deputados em 12.05.2005.

O Senado Federal caminhou nesse sentido, ao aprovar emenda prevendo que o Plano Anual de Outorga de Concessão Florestal (PAOF) deveria ser submetido a prévia aprovação pelo Congresso Nacional quando incluísse a concessão de florestas públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares. Essa emenda foi incorporada ao texto final aprovado pelo Congresso Nacional, mas foi objeto de veto presidencial. ~~Nas propostas~~ inexplicavelmente, não se encontra qualquer fundamentação jurídica relativa à não aplicação do inciso XVII do art. 49 da Constituição às concessões florestais. Limitou-se, de forma um tanto nebulosa, a fazer referência a eventuais efeitos negativos da submissão do PAOF à apreciação do Legislativo relacionada à garantia de condições estáveis e seguras para os investimentos no setor florestal.

Uma vez que, quando se contrata a concessão florestal, o imóvel ou imóveis onde se situam as florestas públicas inquestionavelmente ficam afetados a uma atividade determinada, o manejo florestal, nossa posição é de que não se deve e não se pode afastar a aplicação do inciso XVII do art. 49 de nossa Magna Carta. Se é demandada a manifestação do Legislativo para a alienação ou a concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares, essa exigência também se estende à concessão florestal que tenha por objeto a exploração de produtos ou serviços florestais em unidades de manejo de florestas públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares.

A proposta de emenda à Constituição aqui apresentada visa a eliminar qualquer possibilidade de dúvida em relação à aplicação do inciso XVII do art. 49 da Constituição Federal às concessões florestais, resgatando importante prerrogativa do Legislativo que tem sido ignorada no processo de implementação dos instrumentos regulados pela Lei de Gestão das Florestas Públicas.

Sala das Sessões, 06 maio de 2011.



Senadora VANESSA GRAZZIOTIN

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N°, DE 2011

Dá nova redação ao inciso
XVII do art. 49 da
Constituição Federal.

Nº	SENADOR/SENADORA	ASSINATURA
1		Vítor Hugo - PP
2		Ricardo Faria
3		Antônio José Ferreira
4	Sérgio Cabral	Sérgio Cabral - PTB
5	José Serra	José Serra
6	Cândido Rondon	Cândido Rondon
7		Ronaldo Requião
8	Edilson da Mata	Edilson da Mata
9	Marcelo de Carvalho	Marcelo de Carvalho
10		
11	Paulo Paim	Paulo Paim
12	Tina Rita Escario	Tina Rita Escario
13	Humaitá Costa	Humaitá Costa
14	Cláudio Alves	Cláudio Alves
15	Wladimir Soárez	Wladimir Soárez
16		
17		
18	Walmir Coelho	Walmir Coelho

Nº	SENADOR/SENADORA	ASSINATURA
19		
20	caetano	
21	josé Bonifácio	
22	J. NÍLIO	
23	FERNANDA COUTO	
24	FELIX LIBERIO	
25	Dugdet Portela	
26	LAMARQUE	
27	luiz jona	

EMBRI

28		
29	Haidel Oliveira	Haidel Oliveira
30	Eduardo Braga	
31	ACVALADAQES	
32	Cícero Lucena	
33	Pedro Simon	
34	Renato	
35	Gleisi	
36	raymundo Couto	

Ivo Cassol

João Alberto S.

Renato

Renato Alves

Romero Jucá

100.000
Das Atividades do Congresso - Volume II

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I - resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

II - autorizar o Presidente da República a declarar guerra, a celebrar a paz, a permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente, ressalvados os casos previstos em lei complementar;

III - autorizar o Presidente e o Vice-Presidente da República a se ausentarem do País, quando a ausência exceder a quinze dias;

IV - aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas;

V - sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa;

VI - mudar temporariamente sua sede;

VII - fixar idêntico subsídio para os Deputados Federais e os Senadores, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I;

VIII - fixar os subsídios do Presidente e do Vice-Presidente da República e dos Ministros de Estado, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I;

IX - julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo;

X - fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta;

XI - zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa dos outros Poderes;

XII - apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

XIII - escolher dois terços dos membros do Tribunal de Contas da União;

XIV - aprovar iniciativas do Poder Executivo referentes a atividades nucleares;

XV - autorizar referendo e convocar plebiscito;

XVI - autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais;

XVII - aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares.

Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI N° 11.284, DE 2 DE MARÇO DE 2006.

Mensagem de veto

Regulamento

Regulamento

Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro - SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal - FNDF; altera as Leis nos 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faça saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

CAPÍTULO ÚNICO

DOS PRINCÍPIOS E DEFINIÇÕES

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a gestão de florestas públicas para produção sustentável, institui o Serviço Florestal Brasileiro - SFB, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, e cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal - FNDF.

Art. 2º Constituem princípios da gestão de florestas públicas:

I - a proteção dos ecossistemas, do solo, da água, da biodiversidade e valores culturais associados, bem como do patrimônio público;

II - o estabelecimento de atividades que promovam o uso eficiente e racional das florestas e que contribuam para o cumprimento das metas do desenvolvimento sustentável regional e de todo o País; *42568.79963*

III - o respeito ao direito da população, em especial das comunidades locais, de acesso às florestas públicas e aos benefícios decorrentes de seu uso e conservação;

IV - a promoção do processamento local e o incentivo ao incremento da agregação de valor aos produtos e serviços da floresta, bem como à diversificação industrial, ao desenvolvimento tecnológico, à utilização e à capacitação de empreendedores locais e da mão-de-obra regional;

V - o acesso livre de qualquer indivíduo às informações referentes à gestão de florestas públicas, nos termos da ~~Lei nº 12.550, de 10 de abril de 2008~~;

VI - a promoção e difusão da pesquisa florestal, faunística e edáfica, relacionada à conservação, à recuperação e ao uso sustentável das florestas;

VII - o fomento ao conhecimento e a promoção da conscientização da população sobre a importância da conservação, da recuperação e do manejo sustentável dos recursos florestais;

VIII - a garantia de condições estáveis e seguras que estimulem investimentos de longo prazo no manejo, na conservação e na recuperação das florestas.

§ 1º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão as adaptações necessárias de sua legislação às prescrições desta Lei, buscando atender às peculiaridades das diversas modalidades de gestão de florestas públicas.

§ 2º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, na esfera de sua competência e em relação às florestas públicas sob sua jurisdição, poderão elaborar normas supletivas e complementares e estabelecer padrões relacionados à gestão florestal.

Art. 3º Para os fins do disposto nesta Lei, consideram-se:

I - florestas públicas: florestas, naturais ou plantadas, localizadas nos diversos biomas brasileiros, em bens sob o domínio da União, dos Estados, dos Municípios, do Distrito Federal ou das entidades da administração indireta;

II - recursos florestais: elementos ou características de determinada floresta, potencial ou efetivamente geradores de produtos ou serviços florestais;

III - produtos florestais: produtos madeireiros e não madeireiros gerados pelo manejo florestal sustentável;

IV - serviços florestais: turismo e outras ações ou benefícios decorrentes do manejo e conservação da floresta, não caracterizados como produtos florestais;

V - ciclo: período decorrido entre 2 (dois) momentos de colheita de produtos florestais numa mesma área;

VI - manejo florestal sustentável: administração da floresta para a obtenção de benefícios econômicos, sociais e ambientais, respeitando-se os mecanismos de sustentação do ecossistema objeto do manejo e considerando-se, cumulativa ou alternativamente, a utilização de múltiplas espécies madeireiras, de múltiplos produtos e subprodutos não madeireiros, bem como a utilização de outros bens e serviços de natureza florestal;

VII - concessão florestal: delegação onerosa, feita pelo poder concedente, do direito de praticar manejo florestal sustentável para exploração de produtos e serviços numa unidade de manejo, mediante licitação, à pessoa jurídica, em consórcio ou não, que atenda às exigências do respectivo edital de licitação e demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado;

VIII - unidade de manejo: perímetro definido a partir de critérios técnicos, socioculturais, econômicos e ambientais, localizado em florestas públicas, objeto de um Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS, podendo conter áreas degradadas para *42568.79963*

IX - lote de concessão florestal: conjunto de unidades de manejo a serem licitadas;

X - comunidades locais: populações tradicionais e outros grupos humanos, organizados por gerações sucessivas, com estilo de vida relevante à conservação e à utilização sustentável da diversidade biológica;

XI - auditoria florestal: ato de avaliação independente e qualificada de atividades florestais e obrigações econômicas, sociais e ambientais assumidas de acordo com o PMFS e o contrato de concessão florestal, executada por entidade reconhecida pelo órgão gestor, mediante procedimento administrativo específico;

XII - inventário amostral: levantamento de informações qualitativas e quantitativas sobre determinada floresta, utilizando-se processo de amostragem;

XIII - órgão gestor: órgão ou entidade do poder concedente com a competência de disciplinar e conduzir o processo de outorga da concessão florestal;

XIV - órgão consultivo: órgão com representação do Poder Público e da sociedade civil, com a finalidade de assessorar, avaliar e propor diretrizes para a gestão de florestas públicas;

XV - poder concedente: União, Estado, Distrito Federal ou Município.

TÍTULO II

DA GESTÃO DE FLORESTAS PÚBLICAS PARA PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 4º A gestão de florestas públicas para produção sustentável compreende:

I - a criação de florestas nacionais, estaduais e municipais, nos termos do art. 17 da Lei no 9.985 de 12 de junho de 2000, e sua gestão direta;

II - a destinação de florestas públicas às comunidades locais, nos termos do art. 6º desta Lei;

III - a concessão florestal, incluindo florestas naturais ou plantadas e as unidades de manejo das áreas protegidas referidas no inciso I do caput deste artigo.

CAPÍTULO II

DA GESTÃO DIRETA

Art. 5º O Poder Público poderá exercer diretamente a gestão de florestas nacionais, estaduais e municipais criadas nos termos do art. 17 da Lei no 9.985, de 12 de julho de 2000, sendo-lhe facultado, para execução de atividades subsidiárias, firmar convênios, termos de parceria, contratos ou instrumentos similares com terceiros, observados os procedimentos licitatórios e demais exigências legais pertinentes.

§ 1º A duração dos contratos e instrumentos similares a que se refere o caput deste artigo fica limitada a 120 (cento e vinte) meses.

§ 2º Nas licitações para as contratações de que trata este artigo, além do preço, poderá ser considerado o critério da melhor técnica previsto no inciso II do caput do art. 26 desta Lei.

CAPÍTULO III

DA DESTINAÇÃO ÀS COMUNIDADES LOCAIS

Art. 6º Antes da realização das concessões florestais, as florestas ~~utilizadas por comunidades locais~~ ^{425.687.79963*} utilizadas por comunidades locais serão identificadas para a destinação, pelos órgãos competentes, por meio de:

I - criação de reservas extrativistas e reservas de desenvolvimento sustentável, observados os requisitos previstos da Lei no 9.985, de 12 de julho de 2000.

II - concessão de uso, por meio de projetos de assentamento florestal, de desenvolvimento sustentável, agroextrativistas ou outros similares, nos termos do art. 189 da Constituição Federal e das diretrizes do Programa Nacional de Reforma Agrária;

III - outras formas previstas em lei.

§ 1º A destinação de que trata o caput deste artigo será feita de forma não onerosa para o beneficiário e efetuada em ato administrativo próprio, conforme previsto em legislação específica.

§ 2º Sem prejuízo das formas de destinação previstas no caput deste artigo, as comunidades locais poderão participar das licitações previstas no Capítulo IV deste Título, por meio de associações comunitárias, cooperativas ou outras pessoas jurídicas admitidas em lei.

§ 3º O Poder Público poderá, com base em condicionantes socioambientais definidas em regulamento, regularizar posses de comunidades locais sobre as áreas por elas tradicionalmente ocupadas ou utilizadas, que sejam imprescindíveis à conservação dos recursos ambientais essenciais para sua reprodução física e cultural, por meio de concessão de direito real de uso ou outra forma admitida em lei, dispensada licitação.

CAPÍTULO IV DAS CONCESSÕES FLORESTAIS

Seção I

Disposições Gerais

Art. 7º A concessão florestal será autorizada em ato do poder concedente e formalizada mediante contrato, que deverá observar os termos desta Lei, das normas pertinentes e do edital de licitação.

Parágrafo único. Os relatórios ambientais preliminares, licenças ambientais, relatórios de impacto ambiental, contratos, relatórios de fiscalização e de auditorias e outros documentos relevantes do processo de concessão florestal serão disponibilizados por meio da Rede Mundial de Computadores, sem prejuízo do disposto no art. 25 desta Lei.

Art. 8º A publicação do edital de licitação de cada lote de concessão florestal deverá ser precedida de audiência pública, por região, realizada pelo órgão gestor, nos termos do regulamento, sem prejuízo de outras formas de consulta pública.

Art. 9º São elegíveis para fins de concessão as unidades de manejo previstas no Plano Anual de Outorga Florestal.

Seção II

Do Plano Anual de Outorga Florestal

Art. 10. O Plano Anual de Outorga Florestal - PAOF, proposto pelo órgão gestor e definido pelo poder concedente, conterá a descrição de todas as florestas públicas a serem submetidas a processos de concessão no ano em que vigorar.

§ 1º O Paof será submetido pelo órgão gestor à manifestação do órgão consultivo da respectiva esfera de governo.

§ 2º A inclusão de áreas de florestas públicas sob o domínio da União no Paof requer manifestação prévia da Secretaria de Patrimônio da União do Ministério do Meio Ambiente, Orçamento e Gestão. *42568.79963*

§ 3º O Paof deverá ser previamente apreciado pelo Conselho de Defesa Nacional quando estiverem incluídas áreas situadas na faixa de fronteira definida no [Decreto nº 7.269, de 20 de junho de 2010](#).

§ 4º (VETADO)

Art. 11. O Paof para concessão florestal considerará:

I - as políticas e o planejamento para o setor florestal, a reforma agrária, a regularização fundiária, a agricultura, o meio ambiente, os recursos hídricos, o ordenamento territorial e o desenvolvimento regional;

II - o Zoneamento Ecológico-Econômico - ZEE nacional e estadual e demais instrumentos que disciplinam o uso, a ocupação e a exploração dos recursos ambientais;

III - a exclusão das unidades de conservação de proteção integral, das reservas de desenvolvimento sustentável, das reservas extrativistas, das reservas de fauna e das áreas de relevante interesse ecológico, salvo quanto a atividades expressamente admitidas no plano de manejo da unidade de conservação;

IV - a exclusão das terras indígenas, das áreas ocupadas por comunidades locais e das áreas de interesse para a criação de unidades de conservação de proteção integral;

V - as áreas de convergência com as concessões de outros setores, conforme regulamento;

VI - as normas e as diretrizes governamentais relativas à faixa de fronteira e outras áreas consideradas indispensáveis para a defesa do território nacional;

VII - as políticas públicas dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

§ 1º Além do disposto no caput deste artigo, o Paof da União considerará os Paofs dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

§ 2º O Paof deverá prever zonas de uso restrito destinadas às comunidades locais.

§ 3º O Paof deve conter disposições relativas ao planejamento do monitoramento e fiscalização ambiental a cargo dos órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, incluindo a estimativa dos recursos humanos e financeiros necessários para essas atividades.

Seção III

Do Processo de Outorga

Art. 12. O poder concedente publicará, previamente ao edital de licitação, ato justificando a conveniência da concessão florestal, caracterizando seu objeto e a unidade de manejo.

Art. 13. As licitações para concessão florestal observarão os termos desta Lei e, supletivamente, da legislação própria, respeitados os princípios da legalidade, moralidade, publicidade, igualdade, do julgamento por critérios objetivos e da vinculação ao instrumento convocatório.

§ 1º As licitações para concessão florestal serão realizadas na modalidade concorrência e outorgadas a título oneroso.

§ 2º Nas licitações para concessão florestal, é vedada a declaração de inexigibilidade prevista no ~~art. 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993~~.

Seção IV

Do Objeto da Concessão

Art. 14. A concessão florestal terá como objeto a exploração de produtos florestais, contratualmente especificados, em unidade de manejo de floresta pública, com ~~perímetro georreferenciado~~, registrada no respectivo cadastro de florestas públicas e incluída no lote de concessão florestal.

Parágrafo Único. Fica instituído o Cadastro Nacional de Florestas Públicas, interligado ao Sistema Nacional de Cadastro Rural e integrado:

I - pelo Cadastro-Geral de Florestas Públicas da União;

II - pelos cadastros de florestas públicas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Art. 15. O objeto de cada concessão será fixado no edital, que definirá os produtos florestais e serviços cuja exploração será autorizada.

Art. 16. A concessão florestal confere ao concessionário somente os direitos expressamente previstos no contrato de concessão.

§ 1º É vedada a outorga de qualquer dos seguintes direitos no âmbito da concessão florestal:

I - titularidade imobiliária ou preferência em sua aquisição;

II - acesso ao patrimônio genético para fins de pesquisa e desenvolvimento, bioprospecção ou constituição de coleções;

III - uso dos recursos hídricos acima do especificado como insignificante, nos termos da ~~Lei nº 9.433, de 6 de janeiro de 1997~~;

IV - exploração dos recursos minerais;

V - exploração de recursos pesqueiros ou da fauna silvestre;

VI - comercialização de créditos decorrentes da emissão evitada de carbono em florestas naturais.

§ 2º No caso de reflorestamento de áreas degradadas ou convertidas para uso alternativo do solo, o direito de comercializar créditos de carbono poderá ser incluído no objeto da concessão, nos termos de regulamento.

§ 3º O manejo da fauna silvestre pelas comunidades locais observará a legislação específica.

Art. 17. Os produtos de uso tradicional e de subsistência para as comunidades locais serão excluídos do objeto da concessão e explicitados no edital, juntamente com a definição das restrições e da responsabilidade pelo manejo das espécies das quais derivam esses produtos, bem como por eventuais prejuízos ao meio ambiente e ao poder concedente.

Seção V

Do Licenciamento Ambiental

Art. 18. A licença prévia para uso sustentável da unidade de manejo será requerida pelo órgão gestor, mediante a apresentação de relatório ambiental preliminar ao órgão ambiental competente integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA.

§ 1º Nos casos potencialmente causadores de significativa degradação do meio ambiente, assim considerados, entre outros aspectos, em função da escala e da intensidade do manejo florestal e da peculiaridade dos recursos ambientais, será exigido estudo prévio de impacto ambiental - EIA para a concessão da licença prévia.

§ 2º O órgão ambiental licenciador poderá optar pela realização de relatório ambiental preliminar e EIA que abranjam diferentes unidades de manejo integrantes de uma mesma área de concessão florestal, desde que as unidades se situem no mesmo ecossistema e no mesmo Estado.

§ 3º Os custos do relatório ambiental preliminar e do EIA serão resarcidos pelo concessionário ganhador da licitação, na forma do art. 24 desta Lei.

§ 4º A licença prévia autoriza a elaboração do PMFS e, no caso de unidade de manejo inserida no Paof, a licitação para a concessão florestal.

§ 5º O início das atividades florestais na unidade de manejo somente poderá ser efetivado com a aprovação do respectivo PMFS pelo órgão competente do Sisnama e a consequente obtenção da licença de operação pelo concessionário.

§ 6º O processo de licenciamento ambiental para uso sustentável da unidade de manejo compreende a licença prévia e a licença de operação, não se lhe aplicando a exigência de licença de instalação.

§ 7º Os conteúdos mínimos do relatório ambiental preliminar e do EIA relativos ao manejo florestal serão definidos em ato normativo específico.

§ 8º A aprovação do plano de manejo da unidade de conservação referida no inciso I do art. 4º desta Lei, nos termos da ~~Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993~~, substitui a licença prévia prevista no caput deste artigo, sem prejuízo da elaboração de EIA nos casos previstos no § 1º deste artigo e da observância de outros requisitos do licenciamento ambiental.

Seção VI

Da Habilitação

Art. 19. Além de outras requisitos previstos na ~~Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993~~, exige-se para habilitação nas licitações de concessão florestal a comprovação de ausência de:

I - débitos inscritos na dívida ativa relativos a infração ambiental nos órgãos competentes integrantes do Sisnama;

II - decisões condenatórias, com trânsito em julgado, em ações penais relativas a crime contra o meio ambiente ou a ordem tributária ou a crime previdenciário, observada a reabilitação de que trata o ~~art. 93 da Decreto-Lei nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940~~ - Código Penal.

§ 1º Somente poderão ser habilitadas nas licitações para concessão florestal empresas ou outras pessoas jurídicas constituidas sob as leis brasileiras e que tenham sede e administração no País.

§ 2º Os órgãos do Sisnama organizarão sistema de informações unificado, tendo em vista assegurar a emissão do comprovante requerido no inciso I do caput deste artigo.

Seção VII

Do Edital de Licitação

Art. 20. O edital de licitação será elaborado pelo poder concedente, observados os critérios e as normas gerais da ~~Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993~~, e conterá, especialmente:

I - o objeto, com a descrição dos produtos e dos serviços a serem explorados;

II - a delimitação da unidade de manejo, com localização e topografia, além de mapas e imagens de satélite e das informações públicas disponíveis sobre a unidade;

III - os resultados do inventário amostral;

IV - o prazo da concessão e as condições de prorrogação;

V - a descrição da infra-estrutura disponível;

VI - as condições e datas para a realização de visitas de reconhecimento das unidades de manejo e levantamento de dados adicionais;

VII - a descrição das condições necessárias à exploração sustentável dos produtos e serviços florestais;

VIII - os prazos para recebimento das propostas, julgamento da licitação e assinatura do contrato;

IX - o período, com data de abertura e encerramento, o local e o horário em que serão fornecidos aos interessados os dados, estudos e projetos necessários à elaboração dos orçamentos e apresentação das propostas;

X - os critérios e a relação dos documentos exigidos para a aferição da capacidade técnica, da idoneidade financeira e da regularidade jurídica e fiscal;

XI - os critérios, os indicadores, as fórmulas e parâmetros a serem utilizados no julgamento da proposta;

XII - o preço mínimo da concessão e os critérios de reajuste e revisão;

XIII - a descrição das garantias financeiras e dos seguros exigidos;

XIV - as características dos bens reversíveis, incluindo as condições em que se encontram aqueles já existentes;

XV - as condições de liderança da empresa ou pessoa jurídica responsável, na hipótese em que for permitida a participação de consórcio;

XVI - a minuta do respectivo contrato, que conterá as cláusulas essenciais referidas no art. 30 desta Lei;

XVII - as condições de extinção do contrato de concessão.

§ 1º As exigências previstas nos incisos II e III do caput deste artigo serão adaptadas à escala da unidade de manejo florestal, caso não se justifique a exigência do detalhamento.

§ 2º O edital será submetido a audiência pública previamente ao seu lançamento, nos termos do art. 8º desta Lei.

Art. 21. As garantias previstas no inciso XIII do art. 20 desta Lei:

I - incluirão a cobertura de eventuais danos causados ao meio ambiente, ao erário e a terceiros;

II - poderão incluir, nos termos de regulamento, a cobertura do desempenho do concessionário em termos de produção florestal.

§ 1º O poder concedente exigirá garantias suficientes e compatíveis com os ônus e riscos envolvidos nos contratos de concessão florestal.

§ 2º São modalidades de garantia:

I - caução em dinheiro;

II - títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

III - seguro-garantia;

IV - fiança bancária;

V - outras admitidas em lei.

§ 3º Para concessão florestal a pessoa jurídica de pequeno porte, microempresas e associações de comunidades locais, serão previstas em regulamento formas alternativas de fixação de garantias e preços florestais.

Art. 22. Quando permitida na licitação a participação de pessoa jurídica em consórcio, observar-se-ão, adicionalmente aos requisitos referidos no art. 19 desta Lei, os seguintes requisitos:

I - comprovação de compromisso, público ou particular, de constituição de consórcio, subscrito pelas consorciadas;

II - indicação da empresa-líder, que deverá atender às condições de liderança estipuladas no edital e será a representante das consorciadas perante o poder concedente;

III - apresentação dos documentos de que trata o inciso X do caput do art. 20 desta Lei, por parte de cada consorciada;

IV - comprovação de cumprimento da exigência constante do inciso XV do caput do art. 20 desta Lei;

V - impedimento de participação de empresas consorciadas na mesma licitação, por intermédio de mais de 1 (um) consórcio ou isoladamente.

§ 1º O licitante vencedor ficará obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no inciso I do caput deste artigo.

§ 2º A pessoa jurídica líder do consórcio é responsável pelo cumprimento do contrato de concessão perante o poder concedente, sem prejuízo da responsabilidade solidária das demais consorciadas.

§ 3º As alterações na constituição dos consórcios deverão ser submetidas previamente ao poder concedente para a verificação da manutenção das condições de habilitação, sob pena de rescisão do contrato de concessão.

Art. 23. É facultado ao poder concedente, desde que previsto no edital, determinar que o licitante vencedor, no caso de consórcio, constitua-se em empresa antes da celebração do contrato.

Art. 24. Os estudos, levantamentos, projetos, obras, despesas ou investimentos já efetuados na unidade de manejo e vinculados ao processo de licitação para concessão, realizados pelo poder concedente ou com a sua autorização, estarão à disposição dos interessados.

§ 1º O edital de licitação indicará os itens, entre os especificados no caput deste artigo, e seus respectivos valores, que serão resarcidos pelo vencedor da licitação.

§ 2º As empresas de pequeno porte, microempresas e associações de comunidades locais ficarão dispensadas do ressarcimento previsto no § 1º deste artigo.

Art. 25. É assegurado a qualquer pessoa o acesso aos contratos, decisões ou pareceres relativos à licitação ou às próprias concessões.

Seção VIII

Dos Critérios de Seleção

Art. 26. No julgamento da licitação, a melhor proposta será considerada em razão da combinação dos seguintes critérios:

I - o maior preço ofertado como pagamento ao poder concedente [REDACTED] concessão florestal;

II - a melhor técnica, considerando:

a) o menor impacto ambiental;

- b) os maiores benefícios sociais diretos;
- c) a maior eficiência;
- d) a maior agregação de valor ao produto ou serviço florestal na região da concessão.

§ 1º A aplicação dos critérios descritos nos incisos I e II do **caput** deste artigo será previamente estabelecida no edital de licitação, com regras e fórmulas precisas para avaliação ambiental, econômica, social e financeira.

§ 2º Para fins de aplicação do disposto no inciso II do **caput** deste artigo, o edital de licitação conferá parâmetros e exigências para formulação de propostas técnicas.

§ 3º O poder concedente recusará propostas manifestamente inexecutáveis ou financeiramente incompatíveis com os objetivos da licitação.

Seção IX

Do Contrato de Concessão

Art. 27. Para cada unidade de manejo licitada, será assinado um contrato de concessão exclusivo com um único concessionário, que será responsável por todas as obrigações nele previstas, além de responder pelos prejuízos causados ao poder concedente, ao meio ambiente ou a terceiros, sem que a fiscalização exercida pelos órgãos competentes exclua ou atenue essa responsabilidade.

§ 1º Sem prejuízo da responsabilidade a que se refere o **caput** deste artigo, o concessionário poderá contratar terceiros para o desenvolvimento de atividades inerentes ou subsidiárias ao manejo florestal sustentável dos produtos e à exploração dos serviços florestais concedidos.

§ 2º As contratações, inclusive de mão-de-obra, feitas pelo concessionário serão regidas pelo direito privado, não se estabelecendo qualquer relação jurídica entre os terceiros contratados pelo concessionário e o poder concedente.

§ 3º A execução das atividades contratadas com terceiros pressupõe o cumprimento das normas regulamentares relacionadas a essas atividades.

§ 4º É vedada a subconcessão na concessão florestal.

Art. 28. A transferência do controle societário do concessionário sem prévia anuênciā do poder concedente implicará a rescisão do contrato e a aplicação das sanções contratuais, sem prejuízo da execução das garantias oferecidas.

Parágrafo único. Para fins de obtenção da anuênciā referida no **caput** deste artigo, o pretendente deverá:

- I - atender às exigências da habilitação estabelecidas para o concessionário;
- II - comprometer-se a cumprir todas as cláusulas do contrato em vigor.

Art. 29. Nos contratos de financiamento, os concessionários poderão oferecer em garantia os direitos emergentes da concessão, até o limite que não comprometa a operacionalização e a continuidade da execução, pelo concessionário, do PMFS ou das demais atividades florestais.

Parágrafo único. O limite previsto no **caput** deste artigo será definido pelo órgão gestor.

Art. 30. São cláusulas essenciais do contrato de concessão as relativas a *42568.79963*

I - ao objeto, com a descrição dos produtos e dos serviços a serem explorados e da unidade de manejo;

II - ao prazo da concessão;

- III - ao prazo máximo para o concessionário iniciar a execução do PMFS;
- IV - ao modo, à forma, às condições e aos prazos da realização das auditorias florestais;
- V - ao modo, à forma e às condições de exploração de serviços e prática do manejo florestal;
- VI - aos critérios, aos indicadores, às fórmulas e aos parâmetros definidores da qualidade do meio ambiente;
- VII - aos critérios máximos e mínimos de aproveitamento dos recursos florestais;
- VIII - às ações de melhoria e recuperação ambiental na área da concessão e seu entorno assumidas pelo concessionário;
- IX - às ações voltadas ao benefício da comunidade local assumidas pelo concessionário;
- X - aos preços e aos critérios e procedimentos para reajuste e revisão;
- XI - aos direitos e às obrigações do poder concedente e do concessionário, inclusive os relacionados a necessidades de alterações futuras e modernização, aperfeiçoamento e ampliação dos equipamentos, infra-estrutura e instalações;
- XII - às garantias oferecidas pelo concessionário;
- XIII - à forma de monitoramento e avaliação das instalações, dos equipamentos, dos métodos e práticas de execução do manejo florestal sustentável e exploração de serviços;
- XIV - às penalidades contratuais e administrativas a que se sujeita o concessionário e sua forma de aplicação;
- XV - aos casos de extinção do contrato de concessão;
- XVI - aos bens reversíveis;
- XVII - às condições para revisão e prorrogação;
- XVIII - à obrigatoriedade, à forma e à periodicidade da prestação de contas do concessionário ao poder concedente;
- XIX - aos critérios de bonificação para o concessionário que atingir melhores índices de desempenho socioambiental que os previstos no contrato, conforme regulamento;
- XX - ao foro e ao modo amigável de solução das divergências contratuais.

§ 1º No exercício da fiscalização, o órgão gestor terá acesso aos dados relativos à administração, contabilidade, recursos técnicos, econômicos e financeiros do concessionário, respeitando-se os limites do sigilo legal ou constitucionalmente previsto.

§ 2º Sem prejuízo das atribuições dos órgãos do Sisnama responsáveis pelo controle e fiscalização ambiental, o órgão gestor poderá suspender a execução de atividades desenvolvidas em desacordo com o contrato de concessão, devendo, nessa hipótese, determinar a imediata correção das irregularidades identificadas.

§ 3º A suspensão de que trata o § 2º deste artigo não isenta o concessionário do cumprimento das demais obrigações contratuais.

§ 4º As obrigações previstas nos incisos V a IX do caput deste artigo são de interesse ambiental, para os efeitos do ~~artigo 5º, inciso II, da Lei nº 10.603, de 2002~~ *42568.79963*

Art. 31. Incumbe ao concessionário:

- I - elaborar e executar o PMFS, conforme previsto nas normas técnicas aplicáveis e especificações do contrato;

II - evitar ações ou omissões passíveis de gerar danos ao ecossistema ou a qualquer de seus elementos;

III - informar imediatamente a autoridade competente no caso de ações ou omissões próprias ou de terceiros ou fatos que acarretem danos ao ecossistema, a qualquer de seus elementos ou às comunidades locais;

IV - recuperar as áreas degradadas, quando identificado o nexo de causalidade entre suas ações ou omissões e os danos ocorridos, independentemente de culpa ou dolo, sem prejuízo das responsabilidades contratuais, administrativas, civis ou penais;

V - cumprir e fazer cumprir as normas de manejo florestal, as regras de exploração de serviços e as cláusulas contratuais da concessão;

VI - garantir a execução do ciclo contínuo, iniciada dentro do prazo máximo fixado no edital;

VII - buscar o uso múltiplo da floresta, nos limites contratualmente definidos e observadas as restrições aplicáveis às áreas de preservação permanente e as demais exigências da legislação ambiental;

VIII - realizar as benfeitorias necessárias na unidade de manejo;

IX - executar as atividades necessárias à manutenção da unidade de manejo e da infra-estrutura;

X - comercializar o produto florestal auferido do manejo;

XI - executar medidas de prevenção e controle de incêndios;

XII - monitorar a execução do PMFS;

XIII - zelar pela integridade dos bens e benfeitorias vinculados à unidade de manejo concedida;

XIV - manter atualizado o inventário e o registro dos bens vinculados à concessão;

XV - elaborar e disponibilizar o relatório anual sobre a gestão dos recursos florestais ao órgão gestor, nos termos definidos no contrato;

XVI - permitir amplo e irrestrito acesso aos encarregados da fiscalização e auditoria, a qualquer momento, às obras, aos equipamentos e às instalações da unidade de manejo, bem como à documentação necessária para o exercício da fiscalização;

XVII - realizar os investimentos ambientais e sociais definidos no contrato de concessão.

§ 1º As benfeitorias permanentes reverterão sem ônus ao titular da área ao final do contrato de concessão, ressalvados os casos previstos no edital de licitação e no contrato de concessão.

§ 2º Como requisito indispensável para o início das operações de exploração de produtos e serviços florestais, o concessionário deverá contar com o PMFS aprovado pelo órgão competente do Sisnama.

§ 3º Findo o contrato de concessão, o concessionário fica obrigado a devolver a unidade de manejo ao poder concedente nas condições previstas no contrato de concessão, inclusive a aplicação das devidas sanções contratuais e administrativas, bem como da responsabilização nas esferas penal e civil, inclusive a decorrente da ~~lei nº 12.568, de 20 de junho de 2011~~.

Art. 32. O PMFS deverá apresentar área geograficamente delimitada destinada à reserva absoluta, representativa dos ecossistemas florestais manejados, equivalente a, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total da área concedida, para conservação da biodiversidade e avaliação e monitoramento dos impactos do manejo florestal.

§ 1º Para efeito do cálculo do percentual previsto no caput deste artigo, não serão computadas as áreas de preservação permanente.

§ 2º A área de reserva absoluta não poderá ser objeto de qualquer tipo de exploração econômica.

§ 3º A área de reserva absoluta poderá ser definida pelo órgão gestor previamente à elaboração do PMFS.

Art. 33. Para fins de garantir o direito de acesso às concessões florestais por pessoas jurídicas de pequeno porte, micro e médias empresas, serão definidos no Paof, nos termos de regulamento, lotes de concessão, contendo várias unidades de manejo de tamanhos diversos, estabelecidos com base em critérios técnicos, que deverão considerar as condições e as necessidades do setor florestal, as peculiaridades regionais, a estrutura das cadeias produtivas, as infra-estruturas locais e o acesso aos mercados.

Art. 34. Sem prejuízo da legislação pertinente à proteção da concorrência e de outros requisitos estabelecidos em regulamento, deverão ser observadas as seguintes salvaguardas para evitar a concentração econômica:

I - em cada lote de concessão florestal, não poderão ser outorgados a cada concessionário, individualmente ou em consórcio, mais de 2 (dois) contratos;

II - cada concessionário, individualmente ou em consórcio, terá um limite percentual máximo de área de concessão florestal, definido no Paof.

Parágrafo único. O limite previsto no inciso II do caput deste artigo será aplicado sobre o total da área destinada à concessão florestal pelo Paof e pelos planos anuais de outorga em execução aprovados nos anos anteriores.

Art. 35. O prazo dos contratos de concessão florestal será estabelecido de acordo com o ciclo de colheita ou exploração, considerando o produto ou grupo de produtos com ciclo mais longo incluído no objeto da concessão, podendo ser fixado prazo equivalente a, no mínimo, um ciclo e, no máximo, 40 (quarenta) anos.

Parágrafo único. O prazo dos contratos de concessão exclusivos para exploração de serviços florestais será de, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 20 (vinte) anos.

Seção X

Dos Preços Florestais

Art. 36. O regime econômico e financeiro da concessão florestal, conforme estabelecido no respectivo contrato, compreende:

I - o pagamento de preço calculado sobre os custos de realização do edital de licitação da concessão florestal da unidade de manejo;

II - o pagamento de preço, não inferior ao mínimo definido no edital de licitação, calculado em função da quantidade de produto ou serviço auferido do objeto da concessão ou do faturamento líquido ou bruto;

III - a responsabilidade do concessionário de realizar outros investimentos previstos no edital e no contrato;

IV - a indisponibilidade, pelo concessionário, salvo disposição contrária, considerados reversíveis. *42568.79963*

§ 1º O preço referido no inciso I do caput deste artigo será definido no edital de licitação e poderá ser parcelado em até 1 (um) ano, com base em critérios técnicos e levando-se em consideração as peculiaridades locais.

§ 2º A definição do preço mínimo no edital deverá considerar:

I - o estímulo à competição e à concorrência;

II - a garantia de condições de competição do manejo em terras privadas;

III - a cobertura dos custos do sistema de outorga;

IV - a geração de benefícios para a sociedade, aferidos inclusive pela renda gerada;

V - o estímulo ao uso múltiplo da floresta;

VI - a manutenção e a ampliação da competitividade da atividade de base florestal;

VII - as referências internacionais aplicáveis.

§ 3º Será fixado, nos termos de regulamento, valor mínimo a ser exigido anualmente do concessionário, independentemente da produção ou dos valores por ele auferidos com a exploração do objeto da concessão.

§ 4º O valor mínimo previsto no § 3º deste artigo integrará os pagamentos anuais devidos pelo concessionário para efeito do pagamento do preço referido no inciso II do caput deste artigo.

§ 5º A soma dos valores pagos com base no § 3º deste artigo não poderá ser superior a 30% (trinta por cento) do preço referido no inciso II do caput deste artigo.

Art. 37. O preço referido no inciso II do caput do art. 36 desta Lei compreende:

I - o valor estabelecido no contrato de concessão;

II - os valores resultantes da aplicação dos critérios de revisão ou de reajuste, nas condições do respectivo contrato, definidos em ato específico do órgão gestor.

Parágrafo único. A divulgação do ato a que se refere o inciso II do caput deste artigo deverá preceder a data de pagamento do preço em, no mínimo, 30 (trinta) dias.

Art. 38. O contrato de concessão referido no art. 27 desta Lei poderá prever o compromisso de investimento mínimo anual do

Art. 39. Os recursos financeiros oriundos dos preços da concessão florestal de unidades localizadas em áreas de domínio da União serão distribuídos da seguinte forma:

I - o valor referido no § 3º do art. 36 desta Lei será destinado:

a) 70% (setenta por cento) ao órgão gestor para a execução de suas atividades;

b) 30% (trinta por cento) ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, para utilização restrita em atividades de controle e fiscalização ambiental de atividades florestais, de unidades de conservação e do desmatamento;

II - o preço pago, excluído o valor mencionado no inciso I do caput deste artigo, terá a seguinte destinação:

a) Estados: 30% (trinta por cento), destinados proporcionalmente à distribuição da floresta pública outorgada em suas respectivas jurisdições, para o apoio e promoção da utilização

sustentável dos recursos florestais, sempre que o ente beneficiário cumprir com a finalidade deste aporte; *42568.79963*

b) Municípios: 30% (trinta por cento), destinados proporcionalmente à distribuição da floresta pública outorgada em suas respectivas jurisdições, para o apoio e promoção da utilização sustentável dos recursos florestais, sempre que o ente beneficiário cumprir com a finalidade deste aporte;

c) Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal - FNDF: 40% (quarenta por cento).

§ 1º Quando os recursos financeiros forem oriundos dos preços da concessão florestal de unidades localizadas em florestas nacionais criadas pela União nos termos do art. 17 da Lei nº 8.995, de 18 de outubro de 2000, serão distribuídos da seguinte forma:

I - o valor referido no § 3º do art. 36 desta Lei será destinado ao órgão gestor para a execução de suas atividades;

II - o preço pago, excluído o valor mencionado no inciso I do caput deste artigo, terá a seguinte destinação:

a) IBAMA: 40% (quarenta por cento), para utilização restrita na gestão das unidades de conservação de uso sustentável; *Atenção! Vige Medida Provisória nº 360, de 2007.*

a) Instituto Chico Mendes: 40% (quarenta por cento), para utilização restrita na gestão das unidades de conservação de uso sustentável; *(Redação dada pela Lei nº 11.516, 2007)*

b) Estados: 20% (vinte por cento), destinados proporcionalmente à distribuição da floresta pública outorgada em suas respectivas jurisdições, para o apoio e promoção da utilização sustentável dos recursos florestais, sempre que o ente beneficiário cumprir com a finalidade deste aporte;

c) Municípios: 20% (vinte por cento), destinados proporcionalmente à distribuição da floresta pública outorgada em suas respectivas jurisdições, para o apoio e promoção da utilização sustentável dos recursos florestais, sempre que o ente beneficiário cumprir com a finalidade deste aporte;

d) FNDF: 20% (vinte por cento).

§ 2º (VETADO)

§ 3º O repasse dos recursos a Estados e Municípios previsto neste artigo será condicionado à instituição de conselho de meio ambiente pelo respectivo ente federativo, com participação social, e à aprovação, por este conselho:

I - do cumprimento das metas relativas à aplicação desses recursos referentes ao ano anterior;

II - da programação da aplicação dos recursos do ano em curso.

Art. 40. Os recursos financeiros oriundos dos preços de cada concessão florestal da União serão depositados e movimentados exclusivamente por intermédio dos mecanismos da conta única do Tesouro Nacional, na forma do regulamento.

§ 1º O Tesouro Nacional, trimestralmente, repassará aos Estados e Municípios os recursos recebidos de acordo com o previsto nas alíneas a e b do inciso II do caput e nas alíneas b e c do inciso II do § 1º, ambos do art. 39 desta Lei.

§ 2º O Órgão Central de Contabilidade da União editará as normas gerais relativas à consolidação das contas públicas aplicáveis aos recursos financeiros oriundos da concessão florestal e à sua distribuição.

Seção XI**Do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal**
42568.79963

Art. 41. Fica criado o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal - FNDF, de natureza contábil, gerido pelo órgão gestor federal, destinado a fomentar o desenvolvimento de atividades sustentáveis de base florestal no Brasil e a promover a inovação tecnológica do setor.

§ 1º Os recursos do FNDF serão aplicados prioritariamente em projetos nas seguintes áreas:

- I - pesquisa e desenvolvimento tecnológico em manejo florestal;
- II - assistência técnica e extensão florestal;
- III - recuperação de áreas degradadas com espécies nativas;
- IV - aproveitamento econômico racional e sustentável dos recursos florestais;
- V - controle e monitoramento das atividades florestais e desmatamentos;
- VI - capacitação em manejo florestal e formação de agentes multiplicadores em atividades florestais;
- VII - educação ambiental;
- VIII - proteção ao meio ambiente e conservação dos recursos naturais.

§ 2º O FNDF contará com um conselho consultivo, com participação dos entes federativos e da sociedade civil, com a função de opinar sobre a distribuição dos seus recursos e a avaliação de sua aplicação.

§ 3º Aplicam-se aos membros do conselho de que trata o § 2º deste artigo as restrições previstas no art. 59 desta Lei.

§ 4º Adicionalmente aos recursos previstos na alínea c do inciso II do caput e na alínea d do inciso II do § 1º, ambos do art. 39 desta Lei, constituem recursos do FNDF a reversão dos saldos anuais não aplicados, doações realizadas por entidades nacionais ou internacionais, públicas ou privadas, e outras fontes de recursos que lhe forem especificamente destinadas, inclusive orçamentos compartilhados com outros entes da Federação.

§ 5º É vedada ao FNDF a prestação de garantias.

§ 6º Será elaborado plano anual de aplicação regionalizada dos recursos do FNDF, devendo o relatório de sua execução integrar o relatório anual de que trata o § 2º do art. 53 desta Lei, no âmbito da União.

§ 7º Os recursos do FNDF somente poderão ser destinados a projetos de órgãos e entidades públicas, ou de entidades privadas sem fins lucrativos.

§ 8º A aplicação dos recursos do FNDF nos projetos de que trata o inciso I do § 1º deste artigo será feita prioritariamente em entidades públicas de pesquisa.

§ 9º A aplicação dos recursos do FNDF nos projetos de que trata o § 1º deste artigo poderá abranger comunidades indígenas, sem prejuízo do atendimento de comunidades locais e outros beneficiários e observado o disposto no § 7º deste artigo.

Seção XII**Das Auditorias Florestais**

Art. 42. Sem prejuízo das ações de fiscalização ordinárias, as concessões serão submetidas a auditorias florestais, de caráter independente, em prazos não superiores a 3 (três) anos, cujos custos serão da responsabilidade do concessionário.

§ 1º Em casos excepcionais, previstos no edital de licitação, nos quais a atividade florestal torne inviável o pagamento dos custos das auditorias florestais pelo concessionário, o órgão gestor adotará formas alternativas de realização das auditorias, conforme regulamento.

§ 2º As auditorias apresentarão suas conclusões em um dos seguintes termos:

I - constatação de regular cumprimento do contrato de concessão, a ser devidamente validada pelo órgão gestor;

II - constatação de deficiências sanáveis, que condiciona a manutenção contratual ao saneamento de todos os vícios e irregularidades verificados, no prazo máximo de 6 (seis) meses;

III - constatação de descumprimento, que, devidamente validada, implica a aplicação de sanções segundo sua gravidade, incluindo a rescisão contratual, conforme esta Lei.

§ 3º As entidades que poderão realizar auditorias florestais serão reconhecidas em ato administrativo do órgão gestor.

Art. 43. Qualquer pessoa física ou jurídica, de forma justificada e devidamente assistida por profissionais habilitados, poderá fazer visitas de comprovação às operações florestais de campo, sem obstar o regular desenvolvimento das atividades, observados os seguintes requisitos:

I - prévia obtenção de licença de visita no órgão gestor;

II - programação prévia com o concessionário.

Seção XIII

Da Extinção da Concessão

Art. 44. Extingue-se a concessão florestal por qualquer das seguintes causas:

I - esgotamento do prazo contratual;

II - rescisão;

III - anulação;

IV - falência ou extinção do concessionário e falecimento ou incapacidade do titular, no caso de empresa individual;

V - desistência e devolução, por opção do concessionário, do objeto da concessão.

§ 1º Extinta a concessão, retornam ao titular da floresta pública todos os bens reversíveis, direitos e privilégios transferidos ao concessionário, conforme previsto no edital e estabelecido em contrato.

§ 2º A extinção da concessão autoriza, independentemente de notificação prévia, a ocupação das instalações e a utilização, pelo titular da floresta pública, de todos os bens reversíveis.

§ 3º A extinção da concessão pelas causas previstas nos incisos II, IV e V do caput deste artigo autoriza o poder concedente a executar as garantias contratuais, sem prejuízo da responsabilidade civil por danos ambientais prevista na [Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981](#).

§ 4º A devolução de áreas não implicará ônus para o poder concedente, nem conferirá ao concessionário qualquer direito de indenização pelos bens reversíveis, os quais passarão à propriedade do poder concedente.

§ 5º Em qualquer caso de extinção da concessão, o concessionário fará, por sua conta exclusiva, a remoção dos equipamentos e bens que não sejam objetos ~~de uso e exploração~~ ^{*12568.70962*} obrigado a reparar ou indenizar os danos decorrentes de suas atividades e praticar os atos de recuperação ambiental determinados pelos órgãos competentes.

Art. 45. A inexecução total ou parcial do contrato acarretará, a critério do poder concedente, a rescisão da concessão, a aplicação das sanções contratuais e a execução das garantias, sem prejuízo da responsabilidade civil por danos ambientais prevista na ~~Lei nº 6.936 de 31 de agosto de 1981~~, e das devidas sanções nas esferas administrativa e penal.

§ 1º A rescisão da concessão poderá ser efetuada unilateralmente pelo poder concedente, quando:

I - o concessionário descumprir cláusulas contratuais ou disposições legais e regulamentares concernentes à concessão;

II - o concessionário descumprir o PMFS, de forma que afete elementos essenciais de proteção do meio ambiente e a sustentabilidade da atividade;

III - o concessionário paralisar a execução do PMFS por prazo maior que o previsto em contrato, ressalvadas as hipóteses decorrentes de caso fortuito ou força maior, ou as que, com anuência do órgão gestor, visem à proteção ambiental;

IV - descumprimento, total ou parcial, da obrigação de pagamento dos preços florestais;

V - o concessionário perder as condições econômicas, técnicas ou operacionais para manter a regular execução do PMFS;

VI - o concessionário não cumprir as penalidades impostas por infrações, nos devidos prazos;

VII - o concessionário não atender a notificação do órgão gestor no sentido de regularizar o exercício de suas atividades;

VIII - o concessionário for condenado em sentença transitada em julgado por crime contra o meio ambiente ou a ordem tributária, ou por crime previdenciário;

IX - ocorrer fato superveniente de relevante interesse público que justifique a rescisão, mediante lei autorizativa específica, com indenização das parcelas de investimento ainda não amortizadas vinculadas aos bens reversíveis que tenham sido realizados;

X - o concessionário submeter trabalhadores a condições degradantes de trabalho ou análogas à de escravo ou explorar o trabalho de crianças e adolescentes.

§ 2º A rescisão do contrato de concessão deverá ser precedida da verificação de processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa.

§ 3º Não será instaurado processo administrativo de inadimplência antes da notificação do concessionário e a fixação de prazo para correção das falhas e transgressões apontadas.

§ 4º Instaurado o processo administrativo e comprovada a inadimplência, a rescisão será efetuada por ato do poder concedente, sem prejuízo da responsabilização administrativa, civil e penal.

§ 5º Rescindido o contrato de concessão, não resultará para o órgão gestor qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados do concessionário.

§ 6º O Poder Público poderá instituir seguro para cobertura da indenização prevista no inciso IX do § 1º deste artigo.

Art. 46. Desistência é o ato formal, irrevogável e irretratável pelo qual o concessionário manifesta seu desinteresse pela continuidade da concessão.

§ 1º A desistência é condicionada à aceitação expressa do poder concedente, que dependerá de avaliação prévia do órgão competente para determinar o cumprimento das obrigações emergentes.

§ 2º A desistência não desonerará o concessionário de suas obrigações com terceiros.

Art. 47. O contrato de concessão poderá ser rescindido por iniciativa do concessionário, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo poder concedente, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim.

Seção XIV

Das Florestas Nacionais, Estaduais e Municipais

Art. 48. As concessões em florestas nacionais, estaduais e municipais devem observar o disposto nesta Lei, na [Lei nº 9.935, de 16 de julho de 2000](#), e no plano de manejo da unidade de conservação.

§ 1º A inserção de unidades de manejo das florestas nacionais, estaduais e municipais no Paof requer prévia autorização do órgão gestor da unidade de conservação.

§ 2º Os recursos florestais das unidades de manejo de florestas nacionais, estaduais e municipais somente serão objeto de concessão após aprovação do plano de manejo da unidade de conservação, nos termos da [Lei nº 9.935, de 16 de julho de 2000](#).

§ 3º Para a elaboração do edital e do contrato de concessão florestal das unidades de manejo em florestas nacionais, estaduais e municipais, ouvir-se-á o respectivo conselho consultivo, constituído nos termos do [art. 17, § 5º, da Lei nº 9.935, de 16 de julho de 2000](#), o qual acompanhará todas as etapas do processo de outorga.

TÍTULO III

DOS ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS PELA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

CAPÍTULO I

DO PODER CONCEDENTE

Art. 49. Cabe ao poder concedente, no âmbito de sua competência, formular as estratégias, políticas, planos e programas para a gestão de florestas públicas e, especialmente:

I - definir o Paof;

II - ouvir o órgão consultivo sobre a adoção de ações de gestão de florestas públicas, bem como sobre o Paof;

III - definir as áreas a serem submetidas à concessão florestal;

IV - estabelecer os termos de licitação e os critérios de seleção;

V - publicar editais, julgar licitações, promover os demais procedimentos licitatórios, definir os critérios para formalização dos contratos para o manejo florestal sustentável e celebrar os contratos de concessão florestal;

VI - planejar ações voltadas à disciplina do mercado no setor florestal, quando couber.

§ 1º No exercício da competência referida nos incisos IV e V do caput deste artigo, o poder concedente poderá delegar ao órgão gestor a operacionalização dos procedimentos licitatórios e a celebração de contratos, nos termos do regulamento.

§ 2º No âmbito federal, o Ministério do Meio Ambiente exercerá as competências definidas neste artigo.

CAPÍTULO II

DOS ÓRGÃOS DO SISNAMA RESPONSÁVEIS PELO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL

Art. 50. Caberá aos órgãos do Sisnama responsáveis pelo controle e fiscalização ambiental das atividades florestais em suas respectivas jurisdições:

- I - fiscalizar e garantir a proteção das florestas públicas;
- II - efetuar em qualquer momento, de ofício, por solicitação da parte ou por denúncia de terceiros, fiscalização da unidade de manejo, independentemente de prévia notificação;
- III - aplicar as devidas sanções administrativas em caso de infração ambiental;
- IV - expedir a licença prévia para uso sustentável da unidade de manejo das respectivas florestas públicas e outras licenças de sua competência;
- V - aprovar e monitorar o PMFS da unidade de manejo das respectivas florestas públicas.

§ 1º Em âmbito federal, o Ibama exercerá as atribuições previstas neste artigo.

§ 2º O Ibama deve estruturar formas de atuação conjunta com os órgãos seccionais e locais do Sisnama para a fiscalização e proteção das florestas públicas, podendo firmar convênios ou acordos de cooperação.

§ 3º Os órgãos seccionais e locais podem delegar ao IBAMA, mediante convênio ou acordo de cooperação, a aprovação e o monitoramento do PMFS das unidades de manejo das florestas públicas estaduais ou municipais e outras atribuições.

CAPÍTULO III

DO ÓRGÃO CONSULTIVO

Art. 51. Sem prejuízo das atribuições do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, fica instituída a Comissão de Gestão de Florestas Públicas, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, de natureza consultiva, com as funções de exercer, na esfera federal, as atribuições de órgão consultivo previstas por esta Lei e, especialmente:

- I - assessorar, avaliar e propor diretrizes para gestão de florestas públicas da União;
- II - manifestar-se sobre o Pafc da União;
- III - exercer as atribuições de órgão consultivo do SFB.

Parágrafo único. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disporão sobre o órgão competente para exercer as atribuições de que trata este Capítulo nas respectivas esferas de atuação.

Art. 52. A Comissão de Gestão de Florestas Públicas será composta por representantes do Poder Público, dos empresários, dos trabalhadores, da comunidade científica, dos movimentos sociais e das organizações não governamentais, e terá sua composição e seu funcionamento definidos em regulamento.

Parágrafo único. Os membros da Comissão de Gestão de Florestas Públicas exercem função não remunerada de interesse público relevante, com precedência, na esfera federal, sobre quaisquer cargos públicos de que sejam titulares e, quando convocados, farão jus a transporte e diárias.

CAPÍTULO IV DO ÓRGÃO GESTOR

Art. 53. Caberá aos órgãos gestores federal, estaduais e municipais, competências:

- I - elaborar proposta de Paof, a ser submetida ao poder concedente;
- II - disciplinar a operacionalização da concessão florestal;
- III - solicitar ao órgão ambiental competente a licença prévia prevista no art. 18 desta Lei;
- IV - elaborar inventário amostral, relatório ambiental preliminar e outros estudos;
- V - publicar editais, julgar licitações, promover os demais procedimentos licitatórios, inclusive audiência e consulta pública, definir os critérios para formalização dos contratos e celebrá-los com concessionários de manejo florestal sustentável, quando delegado pelo poder concedente;
- VI - gerir e fiscalizar os contratos de concessão florestal;
- VII - dirimir, no âmbito administrativo, as divergências entre concessionários, produtores independentes e comunidades locais;
- VIII - controlar e cobrar o cumprimento das metas fixadas no contrato de concessão;
- IX - fixar os critérios para cálculo dos preços de que trata o art. 36 desta Lei e proceder à sua revisão e reajuste na forma desta Lei, das normas pertinentes e do contrato;
- X - cobrar e verificar o pagamento dos preços florestais e distribuí-los de acordo com esta Lei;
- XI - acompanhar e intervir na execução do PMFS, nos casos e condições previstos nesta Lei;
- XII - fixar e aplicar as penalidades administrativas e contratuais impostas aos concessionários, sem prejuízo das atribuições dos órgãos do Sisnama responsáveis pelo controle e fiscalização ambiental;
- XIII - indicar ao poder concedente a necessidade de extinção da concessão, nos casos previstos nesta Lei e no contrato;
- XIV - estimular o aumento da qualidade, produtividade, rendimento e conservação do meio ambiente nas áreas sob concessão florestal;
- XV - dispor sobre a realização de auditorias florestais independentes, conhecer seus resultados e adotar as medidas cabíveis, conforme o resultado;
- XVI - disciplinar o acesso às unidades de manejo;
- XVII - atuar em estreita cooperação com os órgãos de defesa da concorrência, com vistas em impedir a concentração econômica nos serviços e produtos florestais e na promoção da concorrência;
- XVIII - incentivar a competitividade e zelar pelo cumprimento da legislação de defesa da concorrência, monitorando e acompanhando as práticas de mercado dos agentes do setor florestal;
- XIX - efetuar o controle prévio e a posteriori de atos e negócios jurídicos a serem celebrados entre concessionários, impondo-lhes restrições à mútua constituição de direitos e obrigações, especialmente comerciais, incluindo a abstenção do próprio ato ou contrato ilegal;
- XX - conhecer e julgar recursos em procedimentos administrativos;
- XXI - promover ações para a disciplina dos mercados de produtos florestais e seus derivados, em especial para controlar a competição de produtos florestais de origem não sustentável;

XXII - reconhecer em ato administrativo as entidades que poderão realizar auditorias florestais;

XXIII - estimular a agregação de valor ao produto florestal na região em que for explorado.

§ 1º Compete ao órgão gestor a guarda das florestas públicas durante o período de pousio entre uma concessão e outra ou, quando por qualquer motivo, houver extinção do contrato de concessão.

§ 2º O órgão gestor deverá encaminhar ao poder concedente, ao Poder Legislativo e ao conselho de meio ambiente, nas respectivas esferas de governo, relatório anual sobre as concessões outorgadas, o valor dos preços florestais, a situação de adimplemento dos concessionários, os PMFS e seu estado de execução, as vistorias e auditorias florestais realizadas e os respectivos resultados, assim como as demais informações relevantes sobre o efetivo cumprimento dos objetivos da gestão de florestas públicas.

§ 3º O relatório previsto no § 2º deste artigo relativo às concessões florestais da União deverá ser encaminhado ao Conama e ao Congresso Nacional até 31 de março de cada ano.

§ 4º Caberá ao Conama, considerando as informações contidas no relatório referido no § 3º deste artigo, manifestar-se sobre a adequação do sistema de concessões florestais e de seu monitoramento e sugerir os aperfeiçoamentos necessários.

§ 5º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disporão sobre o órgão competente para exercer as atribuições de que trata este Capítulo nas respectivas esferas de atuação.

TÍTULO IV

DO SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO

CAPÍTULO I

DA CRIAÇÃO DO SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO

Art. 54. Fica criado, na estrutura básica do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro - SFB.

Art. 55. O SFB atua exclusivamente na gestão das florestas públicas e tem por competência:

I - exercer a função de órgão gestor prevista no art. 53 desta Lei, no âmbito federal, bem como de órgão gestor do FNDF;

II - apoiar a criação e gestão de programas de treinamento, capacitação, pesquisa e assistência técnica para a implementação de atividades florestais, incluindo manejo florestal, processamento de produtos florestais e exploração de serviços florestais;

III - estimular e fomentar a prática de atividades florestais sustentáveis madeireira, não madeireira e de serviços;

IV - promover estudos de mercado para produtos e serviços gerados pelas florestas;

V - propor planos de produção florestal sustentável de forma compatível com as demandas da sociedade;

VI - criar e manter o Sistema Nacional de Informações Florestais integrado ao Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente;

VII - gerenciar o Cadastro Nacional de Florestas Públicas, exercendo as seguintes funções:

- a) organizar e manter atualizado o Cadastro-Geral de Florestas P~~UBLICAS~~
42568.79963
- b) adotar as providências necessárias para interligar os cadastros estaduais e municipais ao Cadastro Nacional;

VIII - apoiar e atuar em parceria com os seus congêneres estaduais e municipais.

§ 1º No exercício de suas atribuições, o SFB promoverá a articulação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, para a execução de suas atividades de forma compatível com as diretrizes nacionais de planejamento para o setor florestal e com a Política Nacional do Meio Ambiente.

§ 2º Para a concessão das florestas públicas sob a titularidade dos outros entes da Federação, de órgãos e empresas públicas e de associações de comunidades locais, poderão ser firmados convênios com o Ministério do Meio Ambiente, representado pelo SFB.

§ 3º As atribuições previstas nos incisos II a V do caput deste artigo serão exercidas sem prejuízo de atividades desenvolvidas por outros órgãos e entidades da Administração Pública federal que atuem no setor.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E GESTÃO DO SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO

Seção I

Do Conselho Diretor

Art. 56. O Poder Executivo disporá sobre a estrutura organizacional e funcionamento do SFB, observado o disposto neste artigo.

§ 1º O SFB será dirigido por um Conselho Diretor, composto por um Diretor-Geral e 4 (quatro) diretores, em regime de colegiado, ao qual caberá:

I - exercer a administração do SFB;

II - examinar, decidir e executar ações necessárias ao cumprimento das competências do SFB;

III - editar normas sobre matérias de competência do SFB;

IV - aprovar o regimento interno do SFB, a organização, a estrutura e o âmbito decisório de cada diretoria;

V - elaborar e divulgar relatórios sobre as atividades do SFB;

VI - conhecer e julgar pedidos de reconsideração de decisões de componentes das diretórias do SFB.

§ 2º As decisões relativas às atribuições do SFB são tomadas pelo Conselho Diretor, por maioria absoluta de votos.

Art. 57. O SFB terá, em sua estrutura, unidade de assessoramento jurídico, observada a legislação pertinente.

Art. 58. O Diretor-Geral e os demais membros do Conselho Diretor do SFB serão brasileiros, de reputação ilibada, experiência comprovada e elevado conceito no campo de especialidade dos cargos para os quais serão nomeados.

§ 1º (VETADO)

§ 2º O regulamento do SFB disciplinará a substituição do Diretor-Geral e os demais membros do Conselho Diretor em seus impedimentos ou afastamentos regulamentares e ainda no período de vacância que anteceder à nomeação de novo diretor.

Art. 59. Está impedido de exercer cargo de direção no SFB quem mantiver, ou tiver mantido nos 24 (vinte e quatro) meses anteriores à nomeação, os seguintes vínculos com qualquer pessoa jurídica concessionária ou com produtor florestal independente:

I - acionista ou sócio com participação individual direta superior a 1% (um por cento) no capital social ou superior a 2% (dois por cento) no capital social de empresa controladora;

II - membro do conselho de administração, fiscal ou de diretoria executiva;

III - empregado, mesmo com o contrato de trabalho suspenso, inclusive das empresas controladoras ou das fundações de previdência de que sejam patrocinadoras.

Parágrafo único. Também está impedido de exercer cargo de direção no SFB membro do conselho ou diretoria de associação ou sindicato, regional ou nacional, representativo de interesses dos agentes mencionados no caput deste artigo, ou de categoria profissional de empregados desses agentes.

Art. 60. O ex-dirigente do SFB, durante os 12 (doze) meses seguintes ao seu desligamento do cargo, estará impedido de prestar, direta ou indiretamente, independentemente da forma ou natureza do contrato, qualquer tipo de serviço às pessoas jurídicas concessionárias, sob regulamentação ou fiscalização do SFB, inclusive controladas, coligadas ou subsidiárias.

Parágrafo único. Incorre na prática de advocacia administrativa, sujeitando-se o infrator às penas previstas no [art. 321 da Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940](#) - Código Penal, o ex-dirigente do SFB que descumprir o disposto no caput deste artigo.

Art. 61. Os cargos em comissão e funções gratificadas do SFB deverão ser exercidos, preferencialmente, por servidores do seu quadro efetivo, aplicando-se-lhes as restrições do art. 59 desta Lei.

Seção II

Da Ouvidoria

Art. 62. O SFB contará com uma Ouvidoria, à qual competirá:

I - receber pedidos de informação e esclarecimento, acompanhar o processo interno de apuração das denúncias e reclamações afetas ao SFB e responder diretamente aos interessados, que serão cientificados, em até 30 (trinta) dias, das providências tomadas;

II - zelar pela qualidade dos serviços prestados pelo SFB e acompanhar o processo interno de apuração das denúncias e reclamações dos usuários, seja contra a atuação do SFB, seja contra a atuação dos concessionários;

III - produzir, semestralmente e quando julgar oportuno:

a) relatório circunstanciado de suas atividades e encaminhá-lo à Diretoria-Geral do SFB e ao Ministro de Estado do Meio Ambiente;

b) apreciações sobre a atuação do SFB, encaminhando-as ao Conselho Diretor, à Comissão de Gestão de Florestas Públicas, aos Ministros de Estado do Meio Ambiente, da Fazenda, do Planejamento, Orçamento e Gestão e Chefe da Casa Civil da Presidência da República, bem como às comissões de fiscalização e controle da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, publicando-as para conhecimento geral.

§ 1º O Ouvidor atuará junto ao Conselho Diretor do SFB, sem subordinação hierárquica, e exercerá as suas atribuições sem acumulação com outras funções.

§ 2º O Ouvidor será nomeado pelo Presidente da República para mandato de 3 (três) anos, sem direito a recondução.

§ 3º O Ouvidor somente poderá perder o mandato em caso de rejeição judicial transitada em julgado ou condenação em processo administrativo disciplinar.^{*42568.79963*}

§ 4º O processo administrativo contra o Ouvidor somente poderá ser instaurado pelo Ministro de Estado do Meio Ambiente.

§ 5º O Ouvidor terá acesso a todos os assuntos e contará com o apoio administrativo de que necessitar.

§ 6º Aplica-se ao ex-Ouvíador o disposto no art. 60 desta Lei.

Seção III

Do Conselho Gestor

Art. 63. (VETADO)

Seção IV

Dos Servidores do SFB

Art. 64. O SFB constituirá quadro de pessoal, por meio da realização de concurso público de provas, ou de provas e títulos, ou da redistribuição de servidores de órgãos e entidades da administração federal direta, autárquica ou fundacional.

Art. 65. O SFB poderá requisitar, independentemente da designação para cargo em comissão ou função de confiança, e sem prejuízo dos vencimentos e vantagens a que façam jus no órgão de origem, servidores de órgãos e entidades integrantes da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, observado o quantitativo máximo estabelecido em ato conjunto dos Ministros de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Meio Ambiente.

Parágrafo único. No caso de requisição ao Ibama, ela deverá ser precedida de autorização do órgão.

Art. 66. Ficam criados 49 (quarenta e nove) cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superiores - DAS, no âmbito do Poder Executivo Federal, para reestruturação do Ministério do Meio Ambiente, com a finalidade de integrar a estrutura do SFB, assim distribuídos:

- I - 1 (um) DAS-6;
- II - 4 (quatro) DAS-5;
- III - 17 (dezessete) DAS-4;
- IV - 10 (dez) DAS-3;
- V - 9 (nove) DAS-2;
- VI - 8 (oito) DAS-1.

Seção V

Da Autonomia Administrativa do SFB

Art. 67. O Poder Executivo poderá assegurar ao SFB autonomia administrativa e financeira, no grau conveniente ao exercício de suas atribuições, mediante a celebração de contrato de gestão e de desempenho, nos termos do § 6º do art. 37 da Constituição Federal, negociado e firmado entre o Ministério do Meio Ambiente e o Conselho Diretor.

§ 1º O contrato de gestão e de desempenho será o instrumento de controle da atuação administrativa do SFB e da avaliação do seu desempenho, bem como elemento integrante da sua prestação de contas, bem como do Ministério do Meio Ambiente, aplicado o disposto no § 2º.

~~Dezida Lei nº 5.443, de 16 de julho de 1982, sendo sua inexistência considerada falta de natureza formal, conforme disposto no inciso II do art. 16 da mesma Lei.~~

§ 2º O contrato de gestão e de desempenho deve estabelecer, nos programas anuais de trabalho, indicadores que permitam quantificar, de forma objetiva, a avaliação do SFB.

§ 3º O contrato de gestão e de desempenho será avaliado periodicamente e, se necessário, revisado por ocasião da renovação parcial da diretoria do SFB.

Seção VI

Da Receita e do Acervo do Serviço Florestal Brasileiro

Art. 68. Constituem receitas do SFB:

I - recursos oriundos da cobrança dos preços de concessão florestal, conforme destinação prevista na alínea a do inciso I do caput e no inciso I do § 1º, ambos do art. 3º desta Lei, além de outros referentes ao contrato de concessão, incluindo os relativos aos custos do edital de licitação e os recursos advindos de aplicação de penalidades contratuais;

II - recursos ordinários do Tesouro Nacional, consignados no Orçamento Fiscal da União e em seus créditos adicionais, transferências e repasses que lhe forem conferidos;

III - produto da venda de publicações, material técnico, dados e informações, inclusive para fins de licitação pública, e de emolumentos administrativos;

IV - recursos provenientes de convênios ou acordos celebrados com entidades, organismos ou empresas públicas, ou contratos celebrados com empresas privadas;

V - doações, legados, subvenções e outros recursos que lhe forem destinados.

TÍTULO V

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 69. Sem prejuízo do disposto nos incisos VI e VII do art. 23 da Constituição Federal, a execução das atividades relacionadas às concessões florestais poderá ser delegada pelos Estados, Distrito Federal e Municípios à União, bem como pela União aos demais entes federados, mediante convênio firmado com o órgão gestor competente.

Parágrafo único. É vedado ao órgão gestor conveniado exigir do concessionário sob sua ação complementar de regulação, controle e fiscalização obrigação não prevista previamente em contrato.

Art. 70. As unidades de manejo em florestas públicas com PMFS aprovados e em execução até a data de publicação desta Lei serão vistoriadas:

I - pelo órgão competente do Sisnama, para averiguar o andamento do manejo florestal;

II - pelo órgão fundiário competente, para averiguar a situação da ocupação, de acordo com os parâmetros estabelecidos na legislação específica.

§ 1º As vistorias realizadas pelo órgão fundiário competente serão acompanhadas por representante do Poder Público local.

§ 2º Nas unidades de manejo onde não for verificado o correto andamento do manejo florestal, os detentores do PMFS serão notificados para apresentar correções, no prazo estabelecido pelo órgão competente do Sisnama.

§ 3º Caso não sejam atendidas as exigências da notificação mencionada no § 2º deste artigo, o PMFS será cancelado e a área correspondente deverá ser desocupada sem ônus para o Poder Público e sem prejuízo das demais penalidades previstas em lei.

§ 4º As unidades de manejo onde o correto andamento do manejo florestal for verificado ou saneado nos termos do § 2º deste artigo serão submetidas a processo licitatório de até 24 (vinte e quatro) meses a partir da data da manifestação dos órgãos a respeito da vistoria prevista no caput deste artigo, desde que não seja constatado conflito com comunidades locais pela ocupação do território e uso dos recursos florestais.

§ 5º Será dada a destinação prevista no art. 6º desta Lei às unidades de manejo onde o correto andamento do manejo florestal for verificado e os detentores dos PMFS forem comunidades locais.

§ 6º Até que sejam submetidas ao processo licitatório, as unidades de manejo mencionadas no § 4º deste artigo permanecerão sob a responsabilidade do detentor do PMFS, que poderá dar continuidade às atividades de manejo mediante assinatura de contrato com o poder concedente.

§ 7º O contrato previsto no § 6º deste artigo terá vigência limitada à assinatura do contrato de concessão resultante do processo licitatório.

§ 8º Findo o processo licitatório, o detentor do PMFS que der continuidade à sua execução, nos termos deste artigo, pagará ao órgão gestor competente valor proporcional ao preço da concessão florestal definido na licitação, calculado com base no período decorrido desde a verificação pelo órgão competente do Sisnama até a adjudicação do vencedor na licitação.

Art. 71. A licitação para a concessão florestal das unidades de manejo mencionadas no § 4º do art. 70 desta Lei, além de observar os termos desta Lei, deverá seguir as seguintes determinações:

I - o vencedor da licitação, após firmar o contrato de concessão, deverá seguir o PMFS em execução, podendo revisá-lo nas condições previstas em regulamento;

II - o edital de licitação deverá conter os valores de resarcimento das benfeitorias e investimentos já realizados na área a serem pagos ao detentor do PMFS pelo vencedor do processo de licitação, descontado o valor da produção auferida previamente à licitação nos termos do § 8º do art. 70 desta Lei.

Art. 72. As florestas públicas não destinadas a manejo florestal ou unidades de conservação ficam impossibilitadas de conversão para uso alternativo do solo, até que sua classificação de acordo com o ZEE esteja oficializada e a conversão seja plenamente justificada.

Art. 73. As áreas públicas já ocupadas e convertidas para uso alternativo do solo na data de publicação desta Lei estarão excluídas das concessões florestais, desde que confirmada a sua vocação para o uso atual por meio do ZEE aprovado de acordo com a legislação pertinente.

§ 1º Nos remanescentes das áreas previstas no caput deste artigo, o Poder Público poderá autorizar novos Planos de Manejo Florestal Sustentável, observada a legislação vigente.

§ 2º Fica garantido o direito de continuidade das atividades econômicas realizadas, em conformidade com a lei, pelos atuais ocupantes em áreas de até 2.500ha (dois mil e quinhentos hectares), pelo prazo de 5 (cinco) anos a partir da data de publicação desta Lei.

Art. 74. Os parâmetros para definição dos tamanhos das unidades de manejo a serem concedidas às pessoas jurídicas de pequeno porte, micro e médias empresas, na forma do art. 33 desta Lei, serão definidos em regulamento, previamente à aprovação do primeiro Paof.

Art. 75. Após 5 (cinco) anos da implantação do primeiro Paof, será feita avaliação sobre os aspectos técnicos, econômicos, sociais e ambientais da aplicação desta Lei, a que se dará publicidade.

Art. 76. Em 10 (dez) anos contados da data de publicação desta Lei, a área total com concessões florestais da União não poderá ultrapassar 20% (vinte por cento) ~~de suas florestas públicas disponíveis para a concessão, com exceção das unidades de manejo localizadas em florestas nacionais criadas nos termos do art. 17 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998~~ ^{11235879963*}

Art. 77. Ao final dos 10 (dez) primeiros anos contados da data de publicação desta Lei, cada concessionário, individualmente ou em consórcio, não poderá concentrar mais de 10% (dez por cento) do total da área das florestas públicas disponíveis para a concessão em cada esfera de governo.

Art. 78. Até a aprovação do primeiro Paof, fica o poder concedente autorizado a realizar concessões florestais em:

I - unidades de manejo em áreas públicas que, somadas, não ultrapassem 750.000ha (setecentos e cinqüenta mil hectares), localizadas numa faixa de até 100Km (cem quilômetros) ao longo da rodovia BR-163;

II - florestas nacionais ou estaduais criadas nos termos do ~~art. 17 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998~~, observados os seguintes requisitos:

a) autorização prévia do órgão gestor da unidade de conservação;

b) aprovação prévia do plano de manejo da unidade de conservação nos termos da ~~Lei nº 10.883, de 28 de maio de 2003~~

c) opção do conselho consultivo da unidade de conservação, nos termos do § 3º do art. 48 desta Lei;

d) previsão de zonas de uso restrito destinadas às comunidades locais.

Parágrafo único. As concessões de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo devem ser objeto de licitação e obedecer às normas previstas nos arts. 8º e 12 a 47 desta Lei.

Art. 79. As associações civis que venham a participar, de qualquer forma, das concessões florestais ou da gestão direta das florestas públicas deverão ser constituídas sob as leis brasileiras e ter sede e administração no País.

Art. 80. O ~~inciso XV do art. 2º da Lei nº 10.883, de 28 de maio de 2003~~, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 29.

XV - do Ministério do Meio Ambiente o Conselho Nacional do Meio Ambiente, o Conselho Nacional da Amazônia Legal, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético, o Conselho Deliberativo do Fundo Nacional do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro, a Comissão de Gestão de Florestas Públicas e até 5 (cinco) Secretarias;

....." (NR)

Art. 81. O ~~inciso Iº da Lei nº 5.885, de 12 de dezembro de 1972~~, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso V:

"Art. 1º

V - Cadastro Nacional de Florestas Públicas.

....." (NR)

Art. 82. A Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 50-A e 69-A:

"Art. 50-A. Desmatar, explorar economicamente ou degradar floresta, ~~ou exploração ou exploração~~ ^{*42568.79963*} terras de domínio público ou devolutas, sem autorização do órgão competente.

Pena - reclusão de 2 (dois) a 4 (quatro) anos e multa.

§ 1º Não é crime a conduta praticada quando necessária à subsistência imediata pessoal do agente ou de sua família.

§ 2º Se a área explorada for superior a 1.000 ha (mil hectares), a pena será aumentada de 1 (um) ano por milhar de hectare."

"Art. 69-A. Elaborar ou apresentar, no licenciamento, concessão florestal ou qualquer outro procedimento administrativo, estudo, laudo ou relatório ambiental total ou parcialmente falso ou enganoso, inclusive por omissão:

Pena - reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa.

§ 1º Se o crime é culposo:

Pena - detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos.

§ 2º A pena é aumentada de 1/3 (um terço) a 2/3 (dois terços), se há dano significativo ao meio ambiente, em decorrência do uso da informação falsa, incompleta ou enganosa."

Art. 83. O ~~art. 16 da Lei nº 9.985, de 31 de dezembro de 1999~~, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 19. A exploração de florestas e formações sucessoras, tanto de domínio público como de domínio privado, dependerá de prévia aprovação pelo órgão estadual competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, bem como da adoção de técnicas de condução, exploração, reposição florestal e manejo compatíveis com os variados ecossistemas que a cobertura arbórea forme.

§ 1º Compete ao Ibama a aprovação de que trata o caput deste artigo:

I - nas florestas públicas de domínio da União;

II - nas unidades de conservação criadas pela União;

III - nos empreendimentos potencialmente causadores de impacto ambiental nacional ou regional, definidos em resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA.

§ 2º Compete ao órgão ambiental municipal a aprovação de que trata o caput deste artigo:

I - nas florestas públicas de domínio do Município;

II - nas unidades de conservação criadas pelo Município;

III - nos casos que lhe forem delegados por convênio ou outro instrumento admissível, cuvidos, quando couber, os órgãos competentes da União, dos Estados e do Distrito Federal.

§ 3º No caso de reposição florestal, deverão ser priorizados projetos que contemplem a utilização de espécies nativas." (NR)

Art. 84. A Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 9º

XIII - instrumentos econômicos, como concessão florestal, serviço ambiental, seguro ambiental e outros." (NR)

Art. 3º Mediante anuência do órgão ambiental competente, o proprietário rural pode instituir servidão ambiental, pela qual voluntariamente renuncia, em caráter permanente^{42568/9962*}, total ou parcialmente, a direito de uso, exploração ou supressão de recursos naturais existentes na propriedade.

§ 1º A servidão ambiental não se aplica às áreas de preservação permanente e de reserva legal.

§ 2º A limitação ao uso ou exploração da vegetação da área sob servidão instituída em relação aos recursos florestais deve ser, no mínimo, a mesma estabelecida para a reserva legal.

§ 3º A servidão ambiental deve ser averbada no registro de imóveis competente.

§ 4º Na hipótese de compensação de reserva legal, a servidão deve ser averbada na matrícula de todos os imóveis envolvidos.

§ 5º É vedada, durante o prazo de vigência da servidão ambiental, a alteração da destinação da área, nos casos de transmissão do imóvel a qualquer título, de desmembramento ou de retificação dos limites da propriedade."

"Art. 14.

§ 1º A execução das garantias exigidas do poluidor não impede a aplicação das obrigações de indenização e reparação de danos previstas no § 1º deste artigo." (NR)

"Art. 17-G

§ 2º Os recursos arrecadados com a TCFA terão utilização restrita em atividades de controle e fiscalização ambiental." (NR)

Art. 85. O inciso II do caput do art. 167 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, passa a vigorar acrescido dos seguintes itens 22 e 23:

"Art. 167.

II -

22. da reserva legal;

23. da servidão ambiental." (NR)

Art. 86. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 2 de março de 2006; 185^a da Independência e 118^a da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Antonio Palocci Filho
Paulo Bernardo Silva
Marina Silva

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A proposta de emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições constantes dos arts. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria será publicada e remetida à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pela ordem, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Para uma comunicação parlamentar. Eu cheguei em segundo lugar.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP) – Primeiro lugar, comunicação inadiável.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Pela ordem, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador Paulo Paim, em primeiro lugar. Senador... Quem foi o primeiro?

O SR. EDUARDO SUPILY (Bloco/PT – SP) – Para uma comunicação inadiável, em terceiro lugar, Sr^a Presidente.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Pela liderança, em primeiro lugar.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Em terceiro lugar, Senador Suplicy. Geovani, em primeiro; Paim e Suplicy. Liderança, Senadora Vanessa e Senador Moarildo.

Com a palavra o Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr^a Presidente, eu acabei de trocar com o Senador Paulo Davim. Ele fica no meu lugar e eu vou para o lugar dele.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Como comunicação inadiável?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Ele não está inscrito para comunicação inadiável, Senador, a não ser como orador inscrito. É isso?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Ele está como orador inscrito. Ele fica com o meu lugar, para comunicação inadiável, para ele não perder o lugar.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não. Então, o senhor perde sua vaga de comunicação inadiável e está em primeiro lugar como orador inscrito, na permuta com o Senador Paulo Davim.

Pois não.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Senadora Marta Suplicy, Senadores e Senadoras, primeiro, quero registrar a importância do evento de hoje, pela manhã – a senhora estava conosco lá,

Presidenta, inúmeros Senadores e Senadoras, o Senador Suplicy, a Senadora Vanessa –, durante o qual a Presidenta Dilma lançou o programa de combate à miséria, à pobreza, enfim, para que 16,2 milhões de brasileiros saiam do estado de pobreza absoluta. Foi um grande momento, mas poderemos falar mais do programa provavelmente no dia de amanhã e mesmo na segunda-feira.

Sr^a Presidente, neste momento, quero dizer que foi com satisfação que recebi o convite de Deputados, Senadores, empresários e trabalhadores para participar de uma frente em defesa do setor têxtil. Vários empresários da indústria têxtil e de confecção e moda do Rio Grande do Sul informaram a importância da audiência pública que ocorreu ontem na Câmara dos Deputados, a que, infelizmente, não pude comparecer. A audiência foi capitaneada pela frente que se chama Frente Parlamentar Mista José Alencar, que tem o objetivo de desenvolver a indústria têxtil e de confecção, e tratou da situação atual e das perspectivas do setor.

Cumprimento o meu amigo Deputado Federal Henrique Fontana, que é um dos coordenadores da frente na Câmara dos Deputados. Aqui, no Senado, é o Senador de Santa Catarina, Senador Henrique.

O setor têxtil é o segundo maior empregador direto do País. São 30 mil empresas e 1 milhão e 750 mil trabalhadores. No meu Estado, o segmento é formado por um conjunto superior a 9 mil empresas, que geram aproximadamente 32 mil empregos. Somente a região serrana gaúcha compreende mais de 1.300 empresas, gerando somente ali em torno de 16 mil empregos diretos e 64 mil empregos indiretos. Esses números são uma pequena amostra da importância desse setor que, apesar das dificuldades, vem sobrevivendo e procurando avançar, somando esforços em favor do crescimento nacional como um todo.

É por esse e outros motivos, Sr^a Presidente, que reitero o meu total apoio ao setor têxtil e de confecção do nosso País e faço das suas reivindicações também as minhas. Eles lembram:

A importância de uma reforma tributária urgente; Isonomia, ou seja, regras iguais para situações iguais, tanto para o trato fiscal e tributário, quanto com o importado como com o produto nacional;

Entrada de tecidos e confecção pronta: que se estabeleça um valor em dólar por quilo. No tecido, um valor devido e, na peça pronta, outro valor;

Abertura de linhas específicas de crédito junto ao BNDES para inovação, ampliação e modernização do setor;

Melhoria nos aeroportos e portos que, neste momento, não estão preparados para receber os produtos têxteis, porque não têm laboratórios, e as informações

registram que, infelizmente, são totalmente precárias essas instalações;

Coibição do contrabando, a fim de que o setor possa aumentar, então, a sua competitividade;

Desoneração das exportações, uma vez que, atualmente, as pequenas empresas, bem como aquelas enquadradas no Simples permanecem exportando impostos, os quais, conforme a faixa de faturamento, podem chegar a 12,11%.

A exclusão do setor têxtil da pauta de negociação governamental com governos da Ásia, valendo-se do setor têxtil como moeda de troca, preocupa.

Por isso, Srª Presidente, levantamos aqui alguns dados para a reflexão de todos: as importações brasileiras de produtos têxteis, em 2010, superaram as exportações em US\$3,5 bilhões, cerca de R\$6 bilhões.

A previsão para 2011 é de um déficit de US\$6 bilhões, cerca de R\$10,2 bilhões, o que representa 250 mil empregos não gerados no Brasil.

Srª Presidente, os empresários do setor entendem que, se a situação continuar como está, as perspectivas, a curto e a médio prazos, são de diminuição desse importante setor da nossa economia. Eles temem que, a longo prazo, a indústria têxtil brasileira perca a sua importância e a sua grandeza no contexto nacional e mesmo na política internacional.

Eles dizem: "Ficaremos pequenos no futuro se não forem adotadas as devidas providências o mais breve possível".

Neste momento, o grande desafio é, portanto, reverter o chamado déficit de US\$6 bilhões do setor têxtil e de confecção, com a defesa dos empregos e a geração de novos postos de trabalho, o combate às importações desleais e à competição desigual, além da implementação da agenda competitiva no País.

Para finalizar, Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, lembro que a Frente Parlamentar Mista José Alencar para o Desenvolvimento da Indústria Têxtil e de Confecção é coordenada, na Câmara, pelo Deputado Henrique Fontana, do PT do Rio Grande do Sul, e, aqui no Senado Federal, pelo Senador Luiz Henrique, do PMDB de Santa Catarina.

No próximo dia 7, a frente se reunirá com o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, e também com o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, que receberá a frente no dia 22.

Srª Presidente, para concluir, cumprimento todos os Senadores e Senadoras da Comissão de Direitos Humanos. Hoje, pela manhã, e o Senador Mozarildo era um dos que estavam lá, limpamos toda a pauta, votamos todos os projetos, tanto os terminativos quanto os não terminativos, e todos os requerimentos. Só não

votamos três projetos, uns a pedido dos próprios autores e de outros o Governo pediu vista, legitimamente, via Regimento. Mas o quórum foi mantido durante todo o período para que todos os projetos terminativos – era necessário que estivessem dez a onze Senadores permanentemente no plenário – fossem votados.

Agradeço a todos.

Concluo, Srª Presidenta, dizendo que, hoje, às 15 horas, junto com as Centrais Sindicais, Confederações e a Cobap, estarei, mais uma vez, lá, com o Ministro Garibaldi, da Previdência, e com outros setores do Governo, para discutirmos a construção, com rapidez, de uma alternativa ao fator previdenciário e uma política de valorização dos benefícios dos aposentados e pensionistas.

Informo isso com satisfação, porque a Presidenta Dilma e o Ministro Gilberto Carvalho estão cumprindo a palavra empenhada de que abririam as portas do Governo para debater esses dois temas. Já fizemos inúmeras reuniões. E espero que a reunião de hoje avance para termos uma solução definitiva para esse tema.

O Sr. Casildo Maldaner (Bloco/PMDB – SC) – Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pois não.

O Sr. Casildo Maldaner (Bloco/PMDB – SC) – Apenas para prestar solidariedade a V. Exª e cumprimentá-lo novamente. É um grande líder V. Exª nessa área das Comissões de Assuntos Sociais, de Direitos Humanos, enfim, nesta Casa e por liderar novamente a questão do fator previdenciário e tratar com o Ministro, que esteve na semana passada na Comissão, e sentimos da parte dele a vontade, a abertura. Sendo colocada a proposta por V. Exª, sem dúvida alguma, a coisa vai avançar. E estamos aí para ajudar V. Exª, para que essa questão vá adiante.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Maldaner, V. Exª é um Senador permanente, ativo em todas as comissões e tem dado uma enorme contribuição para o debate na Subcomissão que coordeno do Trabalho e Previdência, inclusive o seu projeto está na pauta da comissão. Pretendo levar a ideia também para o Ministério.

Parabéns a V. Exª, é um alegria trabalhar com V. Exª sobre todos os temas, mas, com este da Previdência – V. Exª sabe do nosso envolvimento com os aposentados –, de uma forma especial, tanto com os já aposentados como com aqueles que sonham em ter uma aposentadoria decente.

Obrigado, Senador Maldaner.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Paim.

Com a palavra, o Senador Casildo Maldaner, como orador inscrito, trocando de ordem com o Senador Geovani, depois a Senadora ...

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. *Fora do microfone.*) – Ele não é orador inscrito, é comunicação inadiável.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A senhora não está prejudicada, Senadora Vanessa.

Eu sei, eu estou dizendo que eles trocaram e a senhora não está prejudicada, depois dele é a senhora, Excelência.

Com a palavra, o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC.) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Eu quero agradecer essa possibilidade, eminente Senadora Marta Suplicy, que preside esta sessão, e a benevolência também do Senador Geovani Borges, para que pudéssemos fazer a permuta e eu tivesse condições então de fazer essa exposição que pretendemos neste instante, de um tema que nós reputamos de grande importância, que é a defesa civil no Brasil.

Esta Casa houve por bem, em função dos problemas, das catástrofes, dos sinistros que ocorrem a todo instante, construir, eleger uma comissão para tratar desse tema no Brasil, e é em razão disso que vou trazer algumas reflexões sobre o assunto.

Amanhã, nobre Presidente e nobres colegas, a Comissão Temporária de Defesa Civil do Senado, presidida pelo Senador Jorge Viana e da qual recebi a incumbência de ser Relator, fará na capital catarinense, Florianópolis, a primeira de cinco diligências externas. Depois de Santa Catarina, estaremos na região Sudeste, no Rio de Janeiro; no Norte, no Amazonas; no Nordeste, que deve ser em Pernambuco, e no Centro-Oeste, no Mato Grosso do Sul, em Campo Grande.

O objetivo desses encontros é conhecer mais profundamente as realidades regionais, com suas demandas específicas, bem como coletar experiências bem-sucedidas das equipes estaduais e municipais de defesa civil. Ouviremos depoimentos dos secretários de Estado de Santa Catarina, na pessoa do Senador Geraldo Althoff, Paraná e Rio Grande do Sul, bem como prefeitos municipais, equipes de bombeiros militares e voluntários, entre outros.

Quero destacar ainda a participação da Comissão de Defesa Civil da Assembléia catarinense, presidida pelo eminentíssimo Deputado Kennedy Nunes, que são parceiros na organização dessa diligência. Por sinal, a reunião, amanhã de manhã, vai ter início às 9 horas

e 30 minutos na própria sede da Assembléia Legislativa do nosso Estado, em Florianópolis.

Serão realizadas ainda audiências públicas, aqui no Senado, em que ouviremos ministros, técnicos, estudiosos, associações e outros convidados para o debate junto com os colegas membros da Comissão.

Por fim, faremos uma ampla pesquisa na legislação vigente e nos projetos em tramitação, aqui e na Câmara dos Deputados. Buscaremos exemplos de estruturas de defesa civil de países como Japão, Chile, Austrália, Estados Unidos, Alemanha, com apoio do Ministério das Relações Exteriores e das embaixadas desses respectivos países. Quer dizer, as melhores propostas que eles possuem nesses países desenvolvidos e que têm dado certo haveremos de colher e tentaremos inseri-las numa nova legislação para o Brasil. Essa é a idéia, esse é o compromisso dessa Comissão, e teremos a incumbência de realizá-lo.

Dentro de noventa dias, nobres colegas, nossa Comissão apresentará nesta Casa as bases de uma nova legislação para defesa civil no País.

Entendemos necessário, em primeiro lugar, uma mudança de paradigma, uma visão de defesa civil, com grande atenção ao caráter preventivo. No Brasil, temos sido, via de regra, imprudentes.

É inadmissível que continuemos nas mãos do acaso, esperando a ocorrência de catástrofes para só depois, como se diz popularmente, correr atrás do prejuízo. São vidas ceifadas em todo País, além de danos incalculáveis à nossa economia.

Por outro lado, em caso de sinistros, precisamos de recursos imediatos para mitigação de suas consequências, alocados em um Fundo Nacional de Defesa Civil, desburocratizado e descentralizado. É impensável que Municípios aguardem decisões do governo federal para que possam colocar de pé uma ponte, uma escola ou um hospital. Até que todo o trâmite político seja cumprido, passaram-se seis meses, um ano. Tarde demais...

As estruturas de defesa civil, nacional, estaduais e municipais, devem ter equipes, capacitação e materiais adequados que permitam prestar atendimento imediato e de qualidade nos momentos difíceis.

É voz corrente entre especialistas, Srs. Senadores, que vivenciamos um período de grandes alterações climáticas, ambiente propício para ocorrência de catástrofes de origens diversas. O Brasil e o mundo têm-nos dado mostras: enchentes, secas, furacões, *tsunamis* e terremotos...

Já que não está ao nosso alcance prever o futuro, que ao menos nos preparemos para ele.

São essas algumas das considerações, nobre Presidente e caros colegas, que trago à Casa em função desta missão que temos nos próximos noventa dias: ouvirmos, elencarmos, andarmos, percorrermos as cinco regiões do País, sentirmos com os especialistas, com as pessoas envolvidas nisso, com os países envolvidos, junto às respectivas embaixadas, para dotarmos o Brasil de uma legislação que traga recursos, traga meios, enfim, traga uma maneira de sermos mais previdentes, de atuarmos preventivamente nas questões, seja por satélites, seja por outras maneiras e tecnologias que existem no mundo, prevenirmos essas possibilidades. Com isso, quando, porventura, sinistros, catástrofes acontecerem, que tenhamos recursos, fundos que venham, em seguida, a socorrer vítimas, pessoas, para que os prejuízos materiais também não tenham alcance infundível.

Essa nossa ideia é que, no campo preventivo e também no campo de recuperação, tenhamos uma legislação e fundos em uma situação descentralizada para podermos municiar as defesas civis dos respectivos Municípios, dos Estados e a Defesa Civil Nacional para que, quando ocorrerem essas coisas, nós possamos agir imediatamente, não esperarmos uma ladainha, quer dizer, uma via-sacra de vários meses para podermos recuperar a ponte, a escola que caiu, o hospital que está no chão, o posto de saúde ou coisa que o valha. Nós precisamos ser mais previdentes e mais ágeis. Essa é a missão.

Amanhã, com S. Ex^a, o eminentíssimo Presidente Senador Jorge Viana, que foi Governador do Acre, com o Vice-Presidente José Inácio Arruda, do Ceará, com os nossos Senadores catarinenses Luiz Henrique e Paulo Bauer e com outros colegas que estão se incorporando nessa caminhada, daremos início, na Assembleia Legislativa, a essa oitava, a esse lançamento, a essa audiência pública para começarmos a ouvir, sentir e preparar essa caminhada. Então, nesta noite, estaremos nos dirigindo a Florianópolis, com esses colegas, para darmos início a esta grande arrancada de uma nova legislação para a defesa civil no Brasil.

Muito obrigado, Sr^a Presidente e nobres colegas.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Casildo Maldaner.

Com a palavra, o Senador Geovani, para uma comunicação inadiável.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP) – Eu?

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – É o senhor, Senador, porque o senhor trocou

com o Casildo, e a gente inverteu. Depois do senhor, será a Vanessa, que está inscrita pela liderança. Depois, o Senador Walter Pinheiro e, em seguida, o Senador Cyro Miranda.

O orador tem cinco minutos, para fazer uma comunicação inadiável.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP).

Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Senadora Marta Suplicy, do Estado de São Paulo, Sr^ss e Srs. Senadores, há quem diga que ao homem é dado um sonho, um sonho de cada vez no que se refere à possibilidade de realização.

Eu não sei bem se esse princípio está correto, mas me permito avaliar que essa tem sido, infelizmente, a realidade do meu Estado, o Amapá, em muitos aspectos relacionados ao bem-estar, ao progresso, a uma vida melhor para o nossa gente. Um sonho de cada vez...

A minha análise hoje se prende à nossa ponte binacional, que liga o Município do Oiapoque à Guiana Francesa, naquilo que identificamos como uma proximidade continental.

A ponte, digamos assim, é nosso xodó. É nosso motivo de orgulho. Aliás, pontes, qualquer que seja a envergadura da obra, qualquer que seja seu tamanho e os lados que elas unem, são sempre importantes e trazem por si só um conceito claro de progresso, de troca comercial, de proximidade entre os seres humanos.

Não é diferente com a nossa ponte binacional, que, de fato, estreita as relações com a Guiana Francesa, não só do ponto de vista econômico como também linguística e culturalmente; estabelece também um elo com o país vizinho.

A ponte binacional está pronta e o Amapá, em tese, está efetivamente ligado à União Europeia. São 378 metros de extensão.

E aí vem a pergunta: será que estamos preparados para o tudo que significa essa proximidade? Será que estamos dando ramificações a tudo o que pode ser conquistado a partir dessa obra pela qual a comunidade esperou tantos anos?

Então, vamos lá. Um sonho de cada vez.

Do lado francês, já se veem delegacias, terminais de pedágios, alfândegas, ruas asfaltadas. E do lado brasileiro? Permanece uma vergonha. Só mato e lama. O Oiapoque está parado, Sr. Governador, é só mato e lama. O comércio sem movimentação, lojas fechando, cidades sujas, tristes e com uma população que luta bravamente para desenvolver o nosso querido Oiapoque.

Não está certo. Ou será que nem diante de uma ponte que necessariamente une dois extremos podemos ter a chance de alavancar dois sonhos ao mesmo tempo?

Nenhum cidadão do Oiapoque tem dúvidas sobre o que a ponte binacional pode trazer em termos de crescimento econômico para o Amapá.

Um pequeno exemplo disso vem com o turismo. Sai muito mais barato o europeu viajar pelo resto do Brasil saindo do Amapá. Ele vem pela ponte, tem acesso a algumas de nossas cidades, vê de perto o nosso potencial e depois segue para o seu destino.

O Presidente Lula, junto com o Presidente Sarney, o Presidente Sarkozy, da França, e o Senador Gilvam Borges, juntamente com a bancada federal do Amapá, finalmente conseguiram tornar esse sonho realidade.

Então, o Estado tem de agir, senhores, tem de se mexer, ou vamos pagar um preço muito alto com a economia parada, com a falta de planejamento, com a falta de visão política e econômica. E a oportunidade escorrendo em nossos dedos.

Repto: ela será inaugurada ainda este ano pela nossa Presidente Dilma.

Aconteceram lá, há poucos dias, as cerimônias que marcaram a união dos dois lados da ponte binacional do Rio Oiapoque.

Fala-se sobre a necessidade de orientar as pessoas para que tirem passaporte, importante documento para zonas de fronteira, e alertar sobre os direitos e os deveres que os cidadãos têm dentro e fora do Brasil.

E os passos têm de continuar. Imaginem os senhores, por exemplo, as tantas vertentes que podem ser colocadas em prática, como estímulo ao aprendizado de outra língua ou o vislumbrar da troca de culturas.

A conclusão da ponte binacional no Rio Oiapoque, ligando o Brasil à França pela Guiana Francesa, precisa abrir definitivamente a porta do turismo nos dois países.

E ir além. Precisamos discutir sobre os desafios e as perspectivas das relações do Amapá com a Guiana Francesa, com o Suriname e com a República da Guiana. O interesse comercial e turístico com o Brasil utilizando o Porto de Santana, também precisa entrar na pauta.

A questão da saúde, com a possibilidade de intercâmbio de especialidades é outro aspecto alvissareiro, entre outros tantos campos de cooperação. São tantas as possibilidades que fica de fato impossível manter-se preso à perspectiva de um sonho só.

O Oiapoque tem uma população de cerca de 21 mil habitantes, segundo dados do IBGE, e está distan-

te a 550 quilômetros de Macapá, distância que muitas vezes chega a ser percorrida em 22 horas por conta dos precários trechos da BR-156.

A pavimentação desta rodovia ainda está longe de ser concluída. Enquanto a obra não termina, o Oiapoque amarga um atraso de décadas. É um paradoxo, uma vez que o Oiapoque é o único Município a fazer frente com o adiantado mundo francês.

Sr^a Presidente, para concluir, abusando da generosidade de V. Ex^a. Em um minuto eu concluo.

Na fronteira brasileira pode-se observar tudo quanto é tipo de problemas, desde a falta de condições urbanas, passando pelo frágil setor energético.

Mas eu não quero ver meu povo com as mãos estendidas. Por isso eu peço: olhem para o Oiapoque! Olhem pelo Amapá! Vamos atrás dos ajustes, sanear dificuldades que ainda emperram as políticas públicas em favor da nossa gente.

O Amapá pode desempenhar um papel estratégico com as quatro obras: ponte internacional sobre o rio Oiapoque, a rodovia BR156, o aeroporto internacional de Macapá e o Porto de Santana.

Mas os nossos problemas estruturais subsistem, ainda estão lá! Não se pode pensar em progresso econômico sem estrada decente. Não se pode pensar até nas fraquíssimas gerações de emprego e renda.

Sr^a Presidente, como eu não consegui concluir, solicito, na forma do regimento, a transcrição na íntegra do meu pronunciamento.

SEGUE, NA ÍNTegra, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR GEOVANI BORGES

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente , Sr^as e Srs. Senadores, há quem diga que ao homem é dado um sonho de cada vez, no que se refere à possibilidade de realização.

Eu não sei bem se esse princípio está correto, mas me permito avaliar que essa tem sido , infelizmente , a realidade do meu Estado, o Amapá, em muitos aspectos relacionados ao bem estar , ao progresso , a uma vida melhor para nossa gente. Um sonho de cada vez...

A minha análise hoje se prende à nossa ponte binacional, que liga o município do Oiapoque à Guiana Francesa, naquilo que identificamos como uma proximidade continental.

A ponte, digamos assim, é nosso xodó. É nosso motivo de orgulho. Aliás, pontes, qualquer que seja a envergadura da obra, qualquer que seja seu tamanho e os lados que elas unem, são sempre importantes e trazem por si só, um conceito claro de progresso,

de troca comercial, de proximidade entre os seres humanos.

Não é diferente com a nossa ponte bi-nacional, que, de fato, estreita as relações com a Guiana Francesa, não só do ponto de vista econômico, como também lingüística e culturalmente, estabelece também um elo com o país vizinho.

A Ponte Binacional está pronta e o Amapá, em tese, está efetivamente ligado à União Européia.

São trezentos e setenta e oito metros de extensão. E aí vem a pergunta.

Será que estamos preparados para o tudo que significa essa proximidade? Será que estamos dando ramificações à tudo o que pode ser conquistado a partir dessa obra pela qual a comunidade esperou tantos anos?

Então vamos lá ... um sonho de cada vez ...

Do lado francês já se vê delegacia, terminal de pedágio, alfândega, ruas asfaltadas.

E do lado brasileiro? Permanece uma vergonha, só mato e lama. Oiapoque está parado, o comércio sem movimentação, lojas fechando, cidade suja, triste e com uma população que se acanha de morar na cidade.

Não está certo. Ou será que nem diante de uma ponte, que necessariamente une dois extremos, podemos ter a chance de alavancar dois sonhos ao mesmo tempo?

Nenhum cidadão do Oiapoque, tem dúvidas sobre o que ponte Binacional pode trazer em termos de crescimento econômico para o Amapá.

Um pequeno exemplo disso vem com o turismo. Sai muito mais barato o europeu viajar pelo resto do Brasil saindo do Amapá. Ele vem pela ponte, tem acesso a algumas de nossas cidades, vê de perto nosso potencial e depois segue para o seu destino!

Então o Estado tem que agir, Senhores. Tem que se mexer. Ou vamos pagar um preço muito alto com a economia parada, com a falta de planejamento. Com a falta de visão política e econômica. É a oportunidade escorrendo em nossos dedos...

Aconteceram lá a poucos dias as cerimônias que marcaram a união dos dois lados da ponte binacional do Rio Oiapoque.

Fala-se sobre a necessidade de orientar as pessoas para que tirem passaporte, importante documento para zonas de fronteira e alertar sobre os direitos e deveres que os cidadãos têm, dentro e fora do Brasil .

E os passos têm que continuar... Imaginem os senhores por exemplo, as tantas vertentes que podem ser colocadas em prática, como o estímulo ao aprendizado de outra língua, o vislumbrar da troca de culturas.

A conclusão da ponte binacional no rio Oiapoque, ligando o Brasil a França pela Guiana Francesa, precisa abrir definitivamente a porta do turismo nos dois países.

E ir além... precisamos discutir sobre os desafios e as perspectivas das relações do Amapá com a Guiana Francesa, com o Suriname e a República da Guiana. O interesse comercial e turístico com o Brasil, utilizando o Porto de Santana, também precisa entrar na pauta.

A questão da saúde, com a possibilidade de intercâmbio de especialidades é outro aspecto alvissareiro, entre outros tantos campos de cooperação. São tantas as possibilidades que fica de fato impossível manter-se preso à perspectiva de um sonho só.

O Oiapoque tem uma população de cerca de 21 mil habitantes segundo dados do IBGE/2010) e está distante a 550 quilômetros de Macapá, distância que muitas vezes chega a ser percorrida em 22 horas por conta dos precários trechos da BR-156.

A pavimentação desta rodovia ainda está longe de ser concluída. Enquanto a obra não termina, Oiapoque amarga um atraso de décadas. É um paradoxo uma vez que o Oiapoque é o único município a fazer frente com o adiantado mundo francês.

Na fronteira brasileira pode-se observar tudo quanto é tipo de problemas. Desde a falta de condições urbanas, passando pelo frágil setor energético, até a fraquíssima geração de emprego e renda.

Enquanto que no lado francês a conclusão da ponte é acompanhada por toda uma logística urbana necessária no entorno da obra, em Oiapoque o que se vê é totalmente o contrário. Senhores, o turista não pode chegar do lado brasileiro pisando em lama...

É um cenário de economia desiguais.

Não é de hoje que brasileiros, principalmente amapaenses, buscam o eldorado francês. Em busca quase que exclusivamente de trabalho e boas perspectivas econômicas, os tucujus enfrentam bons e maus bocados para fazerem parte desse primeiro mundo. Mas eu não quero ver meu povo com os as mãos estendidas...

Por isso eu peço, olhem pro Oiapoque. Olhem pelo Amapá. Vamos atrás dos ajustes, do sanear de dificuldades que ainda emperram as políticas públicas em favor de nossa gente.

O Amapá pode desempenhar um papel estratégico com as três obras: ponte internacional sobre o Rio Oiapoque, a Rodovia BR 156 e o Porto de Santana.

Mas os nossos problemas estruturais subsistem, ainda estão lá! Não se pode pensar em progresso eco-

nômico sem estrada decente. Não se pode pensar em progresso econômico sem energia de qualidade.

São barreiras que precisam ser vencidas pra gente sonhar de verdade, sonhar por completo. E não existe contradição entre o sonho e a verdade. Porque a realidade pode e deve sim partir do sonho, mas ela só se consolida com a ação, com o fazer.

Eu não quero mais para o meu povo essa história de um sonho de cada vez... Esse contentar-se com pouco. É um parâmetro que definitivamente não combina com a grandiosidade da nossa região, com as infinitas possibilidades de progresso que temos.

O elo físico está aí, na ponte. De todo coração agora eu torço para que se estabeleça o elo entre os progressos, entre as possibilidades, entre os níveis de cooperação.

Era o que tínhamos a registrar. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – V. Ex^a será atendido nos termos do Regimento.

Senador Mozarildo Cavalcanti, como liderança inscrita.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Senadora Marta Suplicy, quero registrar aqui, embora com atraso de alguns dias, o fato de que o Tribunal de Justiça do meu Estado completou vinte anos de sua instalação, já que foi instalado no dia 25 de abril.

Portanto, 20 anos de instalação. E nesta sessão queremos chamar atenção para algumas coisas importantes que mostram o quanto foi fundamental para Roraima ter sido transformada em Estado e a partir daí contar com um tribunal de justiça, já que antes, com Roraima como território, o seu tribunal de justiça era o Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

Conforme o Presidente atual do Tribunal de Justiça de Roraima, Desembargador Lupercino de Sá Nogueira Filho, todas as metas têm sido alcançadas como forma de facilitar o atendimento. O Tribunal de Justiça busca o cumprimento desse objetivo evitando lentidão, para uma atuação com duração razoável em favor do cidadão. O esforço da magistratura, dos membros do tribunal de justiça estadual é exatamente dar o melhor atendimento possível àqueles que necessitam de justiça.

O nosso Tribunal de Justiça de Roraima alcançou as metas 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10 e ficou na primeira colocação no cumprimento da Meta 2 do CNJ, com o índice de 99%. O concurso público, que está em andamento, e a informatização também fazem parte das metas cumpridas.

O concurso público é uma exigência constitucional. Aprimorar, aperfeiçoar o processo digital é uma forma de facilitar o acesso à Justiça, sempre como melhor resolução das dificuldades porventura encontradas pelos servidores.

Atualmente, o nosso Tribunal de Justiça tem um quadro de 711 servidores, sete desembargadores e 40 juízes de direito. O atendimento à sociedade é feito em oito comarcas localizadas nos Municípios de Boa Vista, Caracaraí, São Luís do Anauá, Rorainópolis, Alto Alegre, Pacaraima e Bonfim.

A Comarca da capital concentra a maior parte dos jurisdicionados e conta com oito varas cíveis, sete varas criminais, quatro juizados cíveis, um juizado especial criminal e de penas e medidas alternativas, um juizado da infância e juventude, um juizado especializado em violência doméstica e familiar contra a mulher e quatro núcleos de atendimento e conciliação dos juizados especiais, além da vara da justiça itinerante, com jurisdição em todo o Estado.

É importante, Senadora Marta, frisar aqui, quando às vezes se discute a criação de novos Estados, a diferença que nós temos hoje, num Estado como o nosso, que é o que tem menos população no País, ter uma Justiça equipada, com uma proporção de juízes que, embora possa não ser a ideal, chega a ser de 40 juízes para cerca de 400 mil habitantes, portanto um índice muito bom, comparado com outros Estados do País, como é o caso do Pará e do Amazonas, que até estão fechando comarcas, dado o tamanho desses Estados.

Então, quero deixar registrado aqui, cumprimentando todos os magistrados, desembargadores e juízes, na pessoa do Desembargador Lupercino de Sá Nogueira, que é o atual Presidente do Tribunal, e também prestar uma homenagem que, aliás, foi prestada pelo Tribunal ao Desembargador Robério Nunes, que se aposentou. Foi um dos primeiros magistrados a compor o Tribunal de Justiça.

Peço, portanto, a V. Ex^a que autorize a transcrição do material que li aqui parcialmente, para cumprimentar o Tribunal de Justiça do meu Estado de Roraima pelos 20 anos de sua instalação, um tribunal jovem, mas que tem realmente se modernizado e se destacado, na avaliação do Conselho Nacional de Justiça. Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do inciso I, §2º, art. 210 do Regimento Interno.)

TJ comemora 20 anos de instalação

NAJRA SOUSA

O Tribunal de Justiça de Roraima (TJ/RR) completou ontem 20 anos de instalação no Estado. Dentre os objetivos alcançados está o recebimento do certificado do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) por estar entre os tribunais brasileiros que mais se destacaram no cumprimento das Metas Prioritárias de 2010. Em comemoração à data, autoridades foram convidadas para uma sessão solene realizada no Fórum Advogado Sobral Pinto.

Conforme o presidente do TJ, desembargador Lúpercino de Sá Nogueira, as metas são alcançadas como forma de facilitar os atendimentos. "O TJ busca o cumprimento desses objetivos evitando lentidão, para uma atuação com duração razoável em favor do cidadão. O esforço da magistratura, dos membros do Tribunal, da Justiça estadual, é exatamente dar o melhor atendimento possível àqueles que necessitam da Justiça", frisou.

O TJ de Roraima alcançou as metas 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, e 10 e ficou na primeira colocação no cumprimento da Meta 2, com o índice de 99%. O concurso público, que está em andamento, e a informatização também fazem parte das metas cumpridas.

"O concurso público é uma exigência constitucional. Aprimorar, aperfeiçoar o processo digital é uma forma de facilitar o acesso à Justiça, sempre com melhor resolução das dificuldades por ventura encontradas pelos servidores e magistrados", comentou o desembargador.

Atualmente o Tribunal tem em seu quadro 711 servidores, sete desembargadores e 40 juízes de direito. O atendimento à sociedade é feito em oito Comarcas que estão localizadas nos municípios de Boa Vista, Caracaraí, São Luís do Anauá, Mucajai, Rorainópolis, Alto Alegre, Pacaraima e Bonfim.

A Comarca da capital concentra a maior parte dos jurisdicionados e conta com oito Varas Cíveis, sete Varas Criminais, quatro Juizados Cíveis, um Juizado Especial Criminal e de Penas e Medidas Alternativas, um Juizado da Infância e Juventude, um Juizado Especializado em Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e quatro Núcleos de Atendimento e Conciliação dos Juizados Especiais, além da Vara da Justiça Itinerante com jurisdição em todo Estado.

SOLENIDADE - Durante a solenidade foram prestadas homenagens ao desembargador Robério Nunes dos Anjos, que encerra suas atividades junto ao Tribunal de Justiça de Roraima por conta de sua aposentadoria compulsória.

SELO - Como parte da programação de aniversário, foi firmado um convênio com os Correios para a edição de selo e carimbo postal comemorativos, que estarão presentes em todas as correspondências do Estado pelo período de 30 dias. (N.S)

Tribunal de Justiça realiza sessão solene para comemorar 20 anos de instalação

Qua, 25 de Maio de 2011 16:47 | 

O Tribunal de Justiça do Estado de Roraima completou no dia 25 de abril, 20 anos de instalação. Para a data histórica será realizada uma sessão solene amanhã, 26 de maio, às 17 horas, no Fórum Advogado Sobral Pinto. Na oportunidade acontecerá uma homenagem especial ao Desembargador Robério Nunes dos Anjos, em virtude do encerramento de suas atividades jurisdicionais.

Para o Presidente do TJRR, Des. Lúpercino de Sá Nogueira Filho, "O TJRR completa vinte anos com a missão de melhorar a prestação de serviços jurisdicionais. Estamos investindo em informatização especializada para facilitar o trabalho do julgador. Ao mesmo tempo, criando mecanismos para a valorização dos servidores, principalmente os comprometidos com a visão e a missão do Tribunal".

Selo Comemorativo

Como parte da programação de aniversário do TJRR foi firmado um convênio com os Correios para a edição de selo e carimbo postal comemorativos, que estarão presentes em todas as correspondências do Estado pelo período de trinta dias.

Estrutura

Atualmente o TJRR tem em seu quadro aproximadamente 711 servidores. Já o quadro de magistrados é formado por sete desembargadores e 40 juízes de Direito. Possui oito Comarcas que estão localizadas nos municípios de Boa Vista (Capital), Caracaraí, São Luiz do Anauá, Mucajai, Rorainópolis, Alto Alegre, Pacaraima e Bonfim.

A Comarca de Boa Vista concentra a maior parte dos jurisdicionados e conta com oito Varas Cíveis, sete Varas Criminais, quatro Juizados Cíveis, um Juizado Especial Criminal e de Penas e Medidas Alternativas, um Juizado da Infância e Juventude, um Juizado Especializado em Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e quatro Núcleos de Atendimento e Conciliação dos Juizados Especiais, e ainda, a Vara da Justiça Itinerante com jurisdição em todo Estado.

participou do Curso de Oficial do Exército Brasileiro - Centro de Preparação de Oficiais da Reserva da 6ª Região Militar, em Salvador, 1959/1961; teve efetiva participação como palestrante, debatedor e assistente, em congressos, seminários e encontros.

Robério Nunes compartilhou seu conhecimento em várias atividades didáticas como professor de português do Liceu Salesiano de Salvador, entre os anos 1964 e 1965; professor de Sociologia, Noções Gerais de Direito e Legislação Aplicada no Colégio Municipal Nossa Senhora da Conceição, em Miguel Calmon, 1967/1968; professor de Direito Usual e Legislação Aplicada no Colégio Comercial de Jacobina, em 1969; professor de Introdução ao Estudo de Direito e Estudo de Problemas Brasileiros da Academia de Polícia Militar da Bahia, entre 1983 e 1986; Professor de Direito Processual Civil, da Usual, em 1989.

Funções Públicas

Atuou como Delegado Regional da 19ª Região Policial, entre 1970/1971; Juiz de Direito, em 1971, TJBA; Auditor do Tribunal de Justiça Desportiva da Bahia entre 1986 e 1988; Juiz Auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça por anos; Desembargador, em substituição, do TJBA - 2 anos.

Em 1991 foi nomeado Membro Efetivo do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, período em que foi eleito o primeiro presidente da instituição no biênio 1991/1993; logo em seguida assumiu a Presidência da Associação dos Magistrados do Estado de Roraima – AMARR, entre 1993/1995; Corregedor do Tribunal Regional Eleitoral/RR - 1993/1995, assumindo a Presidência daquele órgão logo em seguida, mandato que durou até 1997.

Atuou como Corregedor-Geral de Justiça no período de 1997/1999 e no biênio de 2001/2003 foi eleito Vice-Presidente do TJRR.

No biênio de 2004 /2007 assume novamente a Presidência do Tribunal Regional Eleitoral e entre os anos 2007/2009 torna-se o primeiro desembargador a presidir por duas vezes um tribunal de justiça na história do Brasil.

Vale destacar que em sua primeira administração frente ao TJRR teve a árdua missão de instalar e fazer funcionar o Poder Judiciário Estadual, realizar o primeiro concurso para a magistratura e, ainda, criar o Diário do Poder Judiciário, empregando independência e maior transparência nas publicações dos atos processuais.

Em sua segunda gestão comprometeu-se com a modernização dos serviços da justiça, instalando o Processo Judiciário Digital em todas as varas cíveis da Capital, criou o Diário da Justiça Eletrônico que tornou o acesso público e gratuito às decisões e atos do Poder Judiciário local.

Além da atividade judicante e de magistério, Robério atuou como membro da Comissão Executiva do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil; membro e secretário do Colégio de Presidentes de Tribunais de Regionais Eleitorais; membro do Colégio de Desembargadores Corregedores Gerais de Justiça do Brasil; Diretor da Escola Superior da Magistratura do Estado de Roraima; Vice-Presidente da Associação de Magistrados Brasileiros – AMB; Secretário Geral do Instituto Brasileiro de Direito Desportivo.

Cartilha do TJRR foi incluída no Banco de Boas Práticas do CNJ

Seg, 23 de Maio de 2011 11:35 | 

A cartilha “Conheça o Judiciário de Roraima”, criada pela Assessoria de Comunicação Social do Tribunal de Justiça de Roraima foi incluída no Banco de Boas Práticas de Gestão do Judiciário mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

O Banco de Boas Práticas é um instrumento de registro sistemático e de divulgação, interna e externa, das melhores práticas de gestão aplicadas no Poder Judiciário.

O Projeto “Conhecendo o Judiciário de Roraima” é uma forma de difundir a Justiça Estadual de Roraima na sociedade envolvente, por meio de material impresso e eletrônico.

De acordo com a Assessora de Comunicação Social do órgão, Haline Bandeira, o principal objetivo é aprimorar a comunicação com o público externo, aproximando a sociedade do Poder Judiciário. “Ficamos muito felizes com a notícia de que nossa iniciativa servirá de auxílio para outros tribunais é sem dúvida uma grande motivação”.

A cartilha foi impressa com auxílio do Governo do Estado e será distribuída nas escolas para as crianças na faixa etária de 10 a 12 anos. Além disso, a comunidade pode acessar no site www.tjrr.jus.br a versão on-line, que pode ser salva no computador ou lida na própria página do Tribunal.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Mozarildo. O senhor será atendido, na forma do Regimento, com a transcrição do seu pronunciamento.

Com a palavra o Senador Wellington Dias, em permuta com o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Senadora Marta Suplicy, Srªs e Srs. Senadores, os que fazem esta Casa, povo do Brasil e do Piauí, nesta quinta-feira, a Presidente Dilma Rousseff lançou o Programa Brasil sem Miséria. Esse é um dos mais importantes programas do Governo Federal, principal promessa de campanha da Presidenta e mencionado no discurso feito por ela aqui, neste Congresso Nacional, pouco antes de receber a faixa presidencial.

Os dois mandatos do Presidente Lula foram fundamentais para que o nosso povo começasse a acreditar que é possível reduzir as condições de pobreza e de miséria neste Brasil. Com crescimento econômico e decisões políticas acertadas – e é exatamente isso que acontece –, como a criação do Bolsa Família e um conjunto de outros programas que compuseram uma rede daquilo que ficou conhecido como programa Fome Zero, Lula trouxe dignidade a milhões de brasileiros e brasileiras no seu governo.

Agora é a hora de nos debruçarmos sobre os 16,2 milhões de homens e mulheres que ainda permanecem em situação de extrema pobreza. Para chegar a esse número, o Ministério de Desenvolvimento Social considerou como miseráveis pessoas com renda familiar *per capita* de até R\$ 70,00 por mês.

No Brasil, esses 16 milhões de pessoas estão divididos nas cinco regiões, mas 59% dos que estão na linha de extrema pobreza pertencem à minha região, a região Nordeste.

São 9,6 milhões de nordestinos, entre eles muitos piauienses, que ainda não têm acesso à rede de esgoto, distribuição de água potável, acesso à educação, acesso precário a recursos, oportunidades de empregos e atividades produtivas, além de falta de acesso a serviços públicos básicos. São esses que serão retirados da miséria, do círculo vicioso da exclusão social.

No meu Estado, Srª Presidente, existem 437 mil cadastrados no Bolsa Família. Porém, ainda temos 665 mil pessoas que vivem em situação de extrema pobreza. Devo citar esse número para também comemorar um fato: quando assumi o Governo naquele Estado, em 2003, com base no Censo de 2000, nós tínhamos 1,5 milhão de pessoas com renda que hoje seria abaixo dos R\$70,00 *per capita*, que se enquadra

nesse padrão de miséria. Temos o desafio de incluir no Programa Brasil sem Miséria, portanto, 120 mil famílias aproximadamente no Estado do Piauí.

Para os mais desfavorecidos, Srªs e Srs. Senadores, faltam instrução, acesso à terra e insumos para a produção, saúde, moradia, justiça, crédito e voz ativa, enfim, acesso às oportunidades.

Sabe-se que mais 7,5 milhões de pessoas que sobrevivem nessas condições de miséria estão no meio rural. A cada 20 pessoas no meio urbano, uma pode ser considerada miserável. Quando se toma apenas o meio rural, de cada quatro indivíduos, um é miserável. E destaco aqui, Senador Mozarildo, a região Norte – mas digo isso com dados de todo o Brasil –, a situação de miséria mais vergonhosa é a da população indígena: de cada dez, nove estão na miséria. Então, devemos tratar essa população com todo o carinho, com todo o cuidado, reconhecendo que temos, o Brasil, de tratá-los – eles, as raízes do Brasil – de uma forma completamente diferente.

Ou seja, parte substantiva do desafio de acabar com a miséria no Brasil está diretamente associada a ações que possam impedir a continuidade do ciclo perverso que não só exclui e vulnerabiliza a população pobre das áreas rurais, das populações indígenas, como também tende a aumentar a pressão e o inchaço nos conglomerados urbanos.

O plano que será apresentado pela Presidente Dilma é constituído de três eixos:

1. garantia de renda;
2. inclusão social, inclusão produtiva – como ali é chamado-; e
3. acesso aos serviços públicos – água, condições de saúde, de educação.

A Garantia de Renda se dará com a inclusão no cadastro único das famílias extremamente pobres, além da inclusão daqueles que são elegíveis nos programas de transferência de renda, como o Bolsa Família. Ou seja, o Bolsa Família, o benefício da prestação continuada, juntamente com aposentadorias, como o benefício rural, pensões para quem não tem direito, são formas que serão trabalhadas nesse primeiro momento.

A inclusão social se dará em dois eixos: na cidade, com ações para a geração de emprego e renda – o que inclui a qualificação profissional, o acesso ao microcrédito, a intermediação para encontrar oportunidades. No campo, as ações do Brasil sem Miséria se darão com o aumento da produção – defendi hoje, com a Ministra Tereza Campelo, a importância de um tratamento especial para os índios e, ao mesmo tempo, também programas específicos de educação profissional para o campo –, através de mais acesso aos meios de produção, assistência técnica e acesso aos

mercados. Sugeri à Ministra Tereza Campelo modelos de qualificação profissional no campo, como os que experimentamos no meu Estado, por meio de escolas móveis, escolas que se direcionam a uma comunidade e, num caminhão com sala de aula, com laboratório, com professores qualificados, ali mesmo, naquela comunidade rural, sem precisar de uma estrutura física permanente, para uma população pequena, são oferecidas condições para a qualificação profissional.

As ações de infraestrutura levarão água potável, luz elétrica, enfim, os serviços públicos a quem ainda não tem acesso.

O foco são as 800 mil famílias – 16,5 milhões de brasileiros – que vivem abaixo da linha da pobreza e que ainda não são contempladas por projetos de distribuição de renda, como o Bolsa Família.

O Plano Brasil sem Miséria envolve ações de transferência de renda associadas à melhoria geral do bem-estar social e ao acesso a oportunidades de emprego e geração de renda.

Esse plano é um dos pilares que nos permitirá fazer do Brasil um País com desenvolvimento econômico e também a democratização da sociedade brasileira, mas sem miséria.

Temos de compreender que o aumento de repasses financeiros à população vivendo em níveis miseráveis não é o único ponto essencial nessa iniciativa. O principal é a rede de proteção que o Governo vai oferecer para garantir a sustentabilidade das ações. Entre elas estão as obras de saneamento; água para todos; universalização do acesso à rede de luz; financiamento a fundo perdido para a agricultura familiar e outros; financiamentos através da rede bancária; além de uma campanha para acabar com pessoas vivendo sem documentos.

Com maior prazer, ouço o Senador Mozarildo.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Wellington, V. Ex^a aborda um tema muito importante. Esse programa realmente é necessário – diria -, até urgente. Agora, é importante que se dê, como diz V. Ex^a, uma atenção especial à população rural, porque, senão, vamos ficar naquela história: não atendemos à população rural; ela migra para a periferia das cidades e fica na miserável, nas periferias, nas favelas. V. Ex^a lembrou uma população muito importante: a indígena. Na última edição da revista *Veja*, havia uma matéria sobre a reserva indígena Raposa Serra do Sol, no meu Estado. Debatemos aqui no Senado a criação dessa controversa reserva. O Senador Lindbergh, por sinal, foi o relator da matéria na Comissão Temporária externa, que propôs uma demarcação não excludente, mas terminaram fazendo de forma contrária. A reportagem é esclarecedora, inclusive o título é: “A Reserva

da Miséria”. Espero até que a miséria existente nessa reserva, que foi provocada com os índios e os não índios saídos de lá, seja prioridade, inclusive, nesse programa.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Quero aqui incorporar o seu aparte ao meu pronunciamento.

Chamar atenção aqui, Senador Suplicy, para o fato de que, hoje, mesmo nos dados do próprio Governo, temos a quantificação das pessoas. Na classificação dessas pessoas, temos 70% de negros e pardos. Quem são os pardos? Eu sou pardo, descendente de índio. Boa parte dos pardos brasileiros são descendentes de índios. Mas as pessoas são tratadas como tanto preconceito e tanta discriminação que fazem questão de não se assumir, a não ser que, morando nas aldeias, não tenham jeito.

Se a gente tiver a idéia de fazer um programa de habitação, por exemplo, ou de casa ou de apartamento, para qualquer comunidade que vive de forma rudimentar, todo mundo aplaude; se pensarmos em fazer isso para os índios, é um crime.

Então, o Brasil tem que pensar seriamente sobre isso. Essa forma equivocada tem que mudar. Trata-se de uma situação especial, mas é uma grande vergonha para o Brasil, porque esse é o povo que deu origem ao nosso País e deve ter um tratamento especial.

O Brasil deu um tratamento especial à população negra, e estamos avançando, tem melhorado; um tratamento especial a regiões como a Nordeste, o Semiárido, e estamos avançando; mas não podemos tolerar, basta ver a diferença: são 8% de miseráveis na população brasileira, e 90% na população indígena.

Temos que mudar isso completamente. Por isso incorporo os dados que V. Ex^a nos traz.

Outro ponto relevante, Sr^a Presidenta, é que as ações do Brasil sem Miséria serão diferentes em cada região do País, para evitar que medidas eficazes nas regiões Norte e Nordeste se percam no Centro-Oeste, no Sul ou no Sudeste, sem a sua experiência.

A Presidenta Dilma especificou também que o Brasil sem Miséria precisa de metas anuais, começando já em 2011. Até o fim do Governo, em 2014, Dilma quer que todos os 308 mil domicílios sem luz do País estejam abastecidos por energia elétrica e que seja revertida a situação dos cidadãos que hoje não têm documentos, cerca de 50 mil brasileiros. O Luz para Todos vai beneficiar de modo muito forte o Estado do Piauí, completando essa missão.

O objetivo do nosso Governo é promover à inclusão social e produtiva desses dezesseis milhões de brasileiros e brasileiras que estão na linha da extrema pobreza. Com o Brasil sem Miséria, vamos elevar a

renda familiar *per capita*, ampliar o acesso aos serviços públicos, ampliar o acesso às oportunidades de emprego e geração de renda com ações de inclusão produtiva nos meios urbano e rurais.

Por isso, é fundamental que o Brasil continue crescendo, pois só assim conseguiremos garantir o bem-estar de nossa população

(*Interrupção do som.*)

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Para encerrar, Sr. Presidente, vamos trabalhar para fazer desse plano o sucesso que ele deve ser, de forma que consigamos incluir esses dezesseis milhões de brasileiros e brasileiras que estão na pobreza extrema.

Parabéns à Ministra Tereza Campelo e à toda equipe da Presidenta Dilma, da sociedade, dos Governos Municipais e Estaduais, que serão muito importantes agora na execução do programa.

Mãos à obra, pois temos muito a fazer, muito a trabalhar.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Wellington Dias, a Sra. Marta Suplicy, 1ª Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Roberto Requião.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra, a Senadora Marta Suplicy, em permuta com o Senador Cyro Miranda.

A SRA. MARTA SUPILCY (Bloco/PT – SP). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente Requião.

Hoje de manhã, tivemos o lançamento do Programa Brasil sem Miséria, da Presidenta Dilma. Eu fiquei muito impactada com esse programa, Senador. Acredito que ele não só vai mudar o Brasil como o Governo Lula mudou em relação à pobreza, mas vai mais fundo, porque já chegamos a determinado patamar em que esse aprofundamento agora é necessário. O programa me impactou primeiro pelas palavras da Ministra Tereza Campello e pelas ações articuladas que ele tem. Ele vai dar o peixe, mas ele vai ensinar a pescar. E não vai ensinar a pescar aquelas famílias que estão pobres; vai ensinar a pescar aquelas famílias que estão totalmente desamparadas, que ainda são muitas no nosso Brasil. Além de o programa ser bem articulado, a Presidenta Dilma mostrou uma visão de mundo, de história do Brasil, de opressão de centenas de anos de classes no Brasil e as formas de resgatar com ações muito bem alinhavadas a pobreza, a saída do Brasil dessa pobreza. Fiquei muito animada. Acredito que esse programa vai ser um marco no Brasil e que vai ser copiado em muitos países.

Vou dar alguns dados para vocês, Senadores, Senadoras, você, que nos assiste em casa. Ele tem a meta de retirar 16 milhões de brasileiros dessa situação que eu mencionei. São novos programas. O que é interessante é que as famílias vão ser buscadas. Ele vai ser ativo. As pessoas vão ser localizadas. Daí a importância enorme dos Prefeitos, Prefeitas, Governadores, Governadoras, que vão localizar essas pessoas. A partir de agora, a Ministra disse, não é a população mais pobre que vai correr atrás do Estado; vai ser o contrário: o Governo é que vai cadastrar, incluir, procurar. Vai ter mutirão, vai ter campanha, vai ter palestra, vai ter atividade socioeducativa. Na zona rural, por exemplo, vai-se incentivar o aumento da produção por meio de assistência técnica, distribuição de sementes pela Embrapa, apoio à comercialização. Realmente, será dada a vara para a pessoa aprender a pescar.

O plano também vai priorizar a expansão e a qualificação dos serviços públicos, como documentação, energia elétrica, alfabetização, medicamento, tratamento dentário, creche, saneamento.

Vai também ser direcionado para as famílias que recebem até R\$70,00 por pessoa e que têm, na visão da Presidenta, a possibilidade de – se a gente puder resgatá-las – sair dessa situação, em que há tanta gente em condições tão trágicas.

No governo Lula, 28 milhões de brasileiros saíram da pobreza, e 36 milhões subiram para a classe média. Então, nós temos aí a prova de que essas primeiras medidas do Bolsa Família foram acertadas.

Nós temos várias camadas sociais e chegamos a uma camada extremamente necessitada. Este plano é para a última camada, aquela a que não conseguimos chegar e à qual poderíamos ter dado só o peixe. Não vai ser assim. Eu nunca vi um programa tão bem articulado.

Eu já fui Prefeita da maior cidade do Brasil, onde foi implantado, pela primeira vez, o maior programa do mundo, na época, antes do Bolsa Família. Foram atingidos quase 12% da população, numa época muito dura economicamente para o País. E a gente viu o impacto que isso criou, porque a família conseguia comer naquele momento econômico difícil para o Brasil; além disso, aquela periferia que era tão carente, aquele barzinho de esquina que antes só vendia pinga e cigarro – sabe, Senador Requião? – passou a vender óleo, arroz, feijão, e as pessoas traziam o vizinho para trabalhar. Então, aquilo reviveu, e economicamente o País foi dinamizado.

Acho que o Bolsa Família já fez isso na gestão Lula. Entretanto, essas famílias que não foram atingidas são ainda mais carentes. Isso é tudo de que o plano precisa para tecer essa teia a fim de que as famílias

consigam alfabetização, semente para que possam plantar, etc.

Vai haver técnicos também. Impressionou-me muito o número de técnicos e a requalificação de pessoas entre 18 a 65 anos por meio de ações articuladas também.

O plano vai atingir os catadores de papel, os catadores de material reciclável em 260 Municípios e também vai capacitar e fortalecer a participação na coleta seletiva de 60 mil catadores até 2014. Isso também é bastante importante.

Hoje, a meta do programa para a zona rural é aumentar, em quatro vezes, o número de agricultores familiares. Atualmente, há 156 mil agricultores, Senador Ana Amélia, que vendem a sua produção para o programa. E a meta é ampliar para 445 mil até o final do atual Governo. E, para acompanhar os agricultores, haverá uma equipe de 11 técnicos para cada mil famílias.

Consta ainda o fomento de R\$2.400,00 por família que estiver no plano, ao longo de dois anos, para apoiar a produção e a comercialização excedente dos alimentos. O pagamento será feito pelo cartão do Bolsa Família. Além disso, 253 mil famílias receberão sementes e insumos, como adubos e fertilizantes. Ampliar as compras por parte de instituições públicas, filantrópicas também é objetivo do plano.

Estava presente também o Presidente da Associação de Supermercados. Por isso disse que é um plano tão bem costurado. O Presidente da Associação dos Supermercados garantiu aos seus associados a compra da produção desse programa de alimentos. Então, sabemos que não será uma coisa que acontece aqui, fica parada e cai ali porque não tem uma cadeia para se desenvolver. O programa realmente impressiona muito nesse sentido.

Também vai cuidar das cisternas. Serão construídas 750 mil cisternas nos próximos dois anos e meio. Desde 2003, o Governo destinou recursos para construção de 340 mil. Agora, o poder de execução está mais rápido.

Também o Plano definiu que mais famílias, 257 mil, terão acesso a energia elétrica até 2014.

Também haverá o Bolsa Verde para preservação ambiental, que pagará a cada trimestre R\$300,00 por família que preservar florestas, reservas extrativistas. E o valor também será transmitido pelo Bolsa Família.

Então, acredito no passo gigantesco que está sendo dado por este programa que é diferente dos que são lançados. Isso, na minha cidade, no meu Estado tem direto; lança-se um programa, o jornal diz que vai se lançar um programa; mas nunca se vê o programa. O programa não acontece. O Bolsa Família aconteceu.

E, hoje, a Presidenta contou alguns casos muito interessantes. Ela recuperou toda a história de tudo o que se disse do Bolsa Família: que o Bolsa Família era bolsa esmola, que o Bolsa Família ia deixar as pessoas vadiando em casa, que o Bolsa Família não iria de jeito nenhum fazer o Brasil caminhar para frente.

E aí nós vimos como foi um programa que, apesar de toda a crítica, ele venceu, venceu porque é um programa que está indo em direção ao fim da miséria do povo brasileiro. Foram gerações e gerações de pessoas prejudicadas.

Saíram agora os dados do IBGE em que pudemos constatar que a raça negra padece ainda no Brasil em termos de desemprego, em termos salariais, em termos de sucumbir mais à violência, em termos de criminalidade. Isso tudo temos que resgatar. E programas como esses são de uma grandeza em termos de resgate e de foco.

O que realmente eu mais gostei, e parabenizo, foi do trabalho que a Ministra Tereza Campello fez de articulação: são seis ou sete ministérios que vão do MEC, Ministério da Educação, ao Ministério do Trabalho, passando pelo de Agricultura, Social, para que possam realmente, juntos, dar o encaminhamento exitoso para esse programa que é o programa do Brasil sem Miséria.

Parabéns, Presidente Dilma e todos os Ministros envolvidos, especialmente a Ministra Tereza Campello.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Para uma breve comunicação, o Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, eu sei que os oradores que me antecederam, evidentemente, alguns já falararam e se reportaram ao lançamento do Plano Brasil sem Miséria, que a Presidenta Dilma apresentou ao Brasil hoje pela manhã.

Eu estava lá também, acompanhei e, apesar de vários oradores, de vários Senadores já terem comentado esse plano, eu me junto a eles por estar absolutamente impressionado com o programa apresentado pela Presidenta.

Todos sabem que sou do Nordeste, sou lá do Rio Grande do Norte, moro em Natal, mas a minha história de vida passa pelo interior do Estado, passei a minha infância no sertão potiguar. Conheço de perto as dificuldades que os nordestinos passam no interior do Brasil: dificuldade de acesso à água de boa qualidade, dificuldade de acesso à alimentação, dificuldade de acesso à moradia digna, a uma escola, as dificuldades que, em geral, atravessam os jovens, os

adolescentes na busca do primeiro emprego, na qualificação profissional.

O Brasil foi sacudido, no início deste ano, quando se divulgou que mais de 16 milhões de brasileiros estão abaixo da linha da pobreza. São aqueles brasileiros que vivem com R\$70,00 por mês, brasileiros que acordam de manhã e não sabem se vão comer naquele dia, brasileiros que, ao dormir, muitas vezes, usam o chão, as ruas e as marquises como aconchego de um lar, usam um pedaço de jornal ou de papelão para enfrentar o frio das madrugadas. São legiões e legiões de brasileiros que não foram alcançados pelo olhar dos governos.

Eu conheço de perto essa história. E quando a Presidenta apresentou o Brasil sem Miséria, eu fiquei bastante empolgado. É um programa que repousa, basicamente, em cima de quatro eixos: o aumento da capacidade e oportunidade, a garantia de renda, a inclusão produtiva, inclusão rural e inclusão urbana, e o acesso ao serviço público.

É um programa que vai ao cerne da questão, oferecendo, por exemplo, água para todos, que pretende oferecer água de boa qualidade para 750 mil famílias, um programa que vai dar continuidade ao que já existe no Luz para Todos, um programa que está lincado com a preocupação ambiental na hora em que propõe a Bolsa Verde, que pretende dar R\$300,00, trimestralmente, para as famílias em extrema pobreza, que, apesar de estarem na extrema pobreza, conseguem ter uma visão ecológica afinada, requintada e que preserva o meio ambiente.

É louvável um programa desse porte, um programa desse alcance. É um programa que visa a oferecer esperança e oportunidade para 40% do segmento de 16 milhões de pessoas que estão abaixo da linha de pobreza, que são jovens abaixo de 14 anos. É, sobretudo, um programa inclusivo. É, sobretudo, um programa que busca resgatar cidadania de um povo esquecido ao longo dos anos, ao longo dos governos. É, sobretudo, um programa redentor. O Prefeito de Aracaju, hoje, saudando a todos em nome dos Prefeitos, traçou um parâmetro entre esse programa e a escravidão.

Eu quero me somar a todos os oradores que passaram por esta tribuna ressaltando o grande alcance social deste programa do Governo. Eu também, Srª Presidente, estou absolutamente empolgado com a dimensão do programa Brasil sem Miséria. É dessa forma que se constrói a cidadania em um país como o nosso.

Quero parabenizar a Presidenta Dilma e todos os Ministros que criaram, que construíram e que formaram esse programa, que, tenho absoluta certeza, será de grande sucesso e de grande alcance.

Muito obrigado, Srª Presidente.

Durante o discurso do Sr. Paulo Davim, o Sr. Roberto Requião deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Marta Suplicy, 1ª Vice-Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Paulo Davim.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia, por permuta com a Senadora Gleisi Hoffmann, como oradora inscrita.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Srª Presidenta Dilma Rousseff... Vocês falaram tanto na Presidenta Dilma Rousseff, que a nossa Presidenta Marta Suplicy pode seguir o caminho da atual Presidenta, pois já foi Prefeita de São Paulo. Espero que, com isso, ela me dê mais dois minutos aqui na tribuna.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Mais dois e mais um, como tem sido para os oradores, com muito prazer.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS). Está bom. Eu lhe agradeço muito.

Senadora Gleisi, Senador Suplicy, Senador Mazzarildo, Senador Wilson Santiago, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, a notícia não é boa.

A Rússia anunciou hoje que irá proibir a importação de carne e de produtos compostos de carne de 85 frigoríficos brasileiros, 27 dos quais do Rio Grande do Sul. Desses indústrias gaúchas, pelo menos dez seriam exportadoras de carne de frango. A inspeção sanitária russa desconfia da qualidade dos serviços de controle sanitário oficiais.

O Ministério da Agricultura no meu Estado ainda não foi informado oficialmente desse embargo ou dessa suspensão das exportações brasileiras.

A lista do embargo inclui também 62 frigoríficos e fábricas de rações de Mato Grosso, dos nossos Blairo Maggi e Jayme Campos, e também do Paraná, da nossa Senadora Gleisi Hoffmann, do Senador Requião e também do Senador Alvaro Dias.

Segundo o comunicado, da forma como está estabelecido o controle sanitário no Brasil, são poucas as amostras de carne submetidas a teste, não garantindo, segundo a visão russa, a qualidade de toda a produção.

As alegações das autoridades daquele país de que requisitos sanitários não foram cumpridos são rebatidas pelas autoridades e por empresários do meu Estado, Senador Wilson Santiago. O chefe do Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal do Ministério da Agricultura no Rio Grande do Sul, Marco Antônio

Rodrigues, garante que as empresas estão cumprindo rigorosamente as exigências que são impostas pelo controle sanitário.

Os estabelecimentos não exportam, vale lembrar, apenas para a Rússia, mas para mais de 150 países, onde há, seguramente, um controle sanitário e de segurança alimentar talvez até mais rigoroso do que o existente na Rússia. Inclusive, há determinados países que estão seguindo o modelo de fiscalização e inspeção sanitária aplicado aqui pelo nosso País.

Uma vistoria de técnicos da Rússia esteve, há dois meses, no Rio Grande do Sul. Ocorreram algumas restrições e suspensões temporárias, mas a decisão do governo russo, anunciada e oficializada hoje, surpreendeu não só as autoridades brasileiras e do Rio Grande do Sul, mas também os próprios exportadores de carne, especialmente de frangos e de suínos.

O Brasil, como se sabe, é o maior exportador de carne para a Rússia, que é, também, o maior comprador de carne brasileira, com uma receita anual estimada em US\$2 bilhões. Antes da proibição, 236 frigoríficos brasileiros exportavam para o mercado russo, que é um mercado estratégico e muito importante para o Brasil.

Depois do anúncio da Rússia sobre o embargo à entrada da carne de três Estados brasileiros – Rio Grande do Sul, Paraná e Mato Grosso –, entidades do setor cobraram providências do Governo brasileiro. Os Presidentes da União Brasileira de Avicultura – Ubabef, o ex-Ministro Francisco Turra, e da Associação Brasileira das Empresas Produtoras e Exportadoras de Carne Suína – Abipecs, Pedro de Camargo Neto, solicitaram hoje ao Ministro da Agricultura, Wagner Rossi, medidas urgentes e providências imediatas com relação à decisão do governo russo.

Na oportunidade, foram informados de que toda a equipe do Ministério da Agricultura está mobilizada para reverter a suspensão anunciada pelo Serviço Veterinário e Sanitário Russo.

Mas não é só essa a má notícia para o setor agropecuário brasileiro, Sr. Presidente Wilson Santiago. Ontem, a União Europeia anunciou que planeja cancelar a preferência tarifária que concede a exportações do Brasil e de outros países emergentes, pelo Sistema Geral de Preferência, o SGP.

A medida deverá afetar a competitividade de manufaturados brasileiros no mercado europeu. O Comissário Europeu de Comércio proporá, em maio próximo, a revisão desse mecanismo pelo qual a União Europeia elimina ou reduz, unilateralmente, as tarifas sobre os produtos exportados por países em desenvolvimento para o mercado comunitário.

O objetivo dessa reforma, segundo as autoridades da União Europeia, será focar tais benefícios naqueles que realmente precisam disso, ou seja, as nações mais pobres.

Esses dois casos, mais as barreiras protecionistas que a Argentina está impondo aos produtos brasileiros, não só a manufaturados, mas também a outros produtos, também formam um conjunto de dificuldades ao acesso da produção brasileira em mercados muito importantes, a começar pelo bloco do Mercosul, chegar à União Europeia, e, agora, com essa decisão do embargo da Rússia, ampliam-se as dificuldades.

Isso vai exigir das autoridades diplomáticas brasileiras uma ação enérgica, com agilidade, com competência e com talento negociador, para vencer essas barreiras e evitar um prejuízo muito grande para o comércio exterior brasileiro, especialmente para o conceito que temos do mercado internacional, de toda a nossa produção, que é altamente competitiva.

Aliás, nenhuma dessas medidas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, nenhuma dessas medidas de restrição à exportação de comida do Brasil tem a ver com o Código Florestal. Alguns chegaram a fazer um certo terrorismo com relação a esta matéria. Da mesma forma que o Código Florestal e as questões de violência que estão acontecendo na região Norte do País, os assassinatos nada têm de relação.

A propósito disso, Sr. Presidente, eu solicito à Mesa do Senado que transcreva nos Anais o editorial do jornal *Folha de S.Paulo*, edição de ontem, terça-feira, dia 1º de junho, intitulado “Faroeste Brasileiro. Associar votação do Código Florestal com assassinatos de líderes rurais lança uma cortina de fumaça sobre omissão do Governo diante da violência naquela região”.

Aliás, ré econhecido que o próprio Governo não tem tido capacidade, alcance ou poder para dar proteção e segurança a todos aqueles indicados ou apontados como as próximas vítimas dessa violência.

Sua desmedida estabelece um vínculo causal, ainda que tênue, entre a aprovação do novo Código Florestal e os assassinatos de quatro agricultores com militância ambiental entre terça-feira e sábado da semana passada.

Grilagem de terras e extração ilegal de madeira são atividades que, na Amazônia, sempre bordejaram a tradicional violência agrária em região de fronteira em expansão. Seus sicários nunca se preocuparam com a legislação, muito menos com o Congresso.

Faço questão, portanto, Sr. Presidente, de ter registrado na íntegra esse editorial nos Anais do Congresso Nacional.

O Código Florestal, cujo projeto advindo da Câmara já está distribuído às Comissões de Constituição e Justiça, de Meio-Ambiente e de Agricultura e Reforma Agrária, deverá ter um tratamento especial e prioritário desta Casa.

Aliás, o Senador Jorge Viana, que é o relator na Comissão de Meio Ambiente, o Senador Luiz Henrique da Silveira, da Comissão de Constituição, Justiça, e a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e os parlamentares que estão envolvidos com essa discussão já estão conversando para que daqui saia, desta Casa, um projeto que diga respeito aos interesses nacionais e atenda exatamente as prioridades determinadas pela soberania brasileira em relação a essa matéria.

É por isso que temos que dar um grande apoio às negociações para daí surgir, Senador Waldemir Moka, Senador Valdir Raupp, também envolvidos nesse assunto, um tratamento, eu diria até afetuoso, responsável e

muito competente e dedicado à tramitação do Código Florestal nesta Casa. Nós confiamos que teremos, sim, a capacidade de produzir esse trabalho para honrar a confiança que os brasileiros em nós depositam em relação às nossas responsabilidades.

Obrigada, Sr. Presidente.

Queria saudar os visitantes que aqui abrillhantam a tribuna do Senado Federal. É sempre bom ver jovens acompanhando o que fazem os Senadores e as Senadoras do Brasil, que vocês, amanhã, também vão representar. Poderão estar aqui no meu lugar as meninas e os meninos que hoje são o futuro do Brasil.

Muito obrigada, Sr. Presidente. (Palmas.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA ANA AMÉLIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido de acordo com o art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Faroeste brasileiro

Assassínios de líderes rurais lamaçana de formaça sobre o governo diante da violência

Sua desaceleração estabeleceu um vinhedo rural, ainda que permanente, a aprovação do novo Código Florestal e os assassinatos de quatro agricultores como militância ambiental, entreles, feita e calado da seguinte passada.

Galagão de regas e outras, o Negão de magrebas, atividades que, na Amazônia, sempre traziam a tristeza da violência agrária em vez de fronteira em expansão. Seus efeitos mudam de protagonista com a transição, mal suportada, pelo Congresso.

Praiaçu, faraó da floresta, a ilusão José Cláudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo da Silva, na Nova Friburgo, sudeste do Pará. Extraíram de castanheiras, de madeireiros e queimaram clandestinamente lista de líderes rurais desmendados de nome feita pela Comissão Pastoral da Terra, contagiados à Igreja Católica.

No mesmo documento figura o nome do agricultor Adelmo Ramus, localizado na seara-festa em Vista Alegre Alenquer, Roraima. Ramus fala conselho contra a ação de madeireiros na divisa com o Acre e a Amazônia. Mais quatro líderes foram assassinados na área desde 2006.

No sábado, outro agricultor, Benedito Pereira dos Santos, foi

assassinado em Nova Ipixuna. O presidente da Associação das Fazendas da Terra de Cima, presidente da Comunidade de Lamego, a letal e a morte na fronteira veracruz. O senhor que desembocou está na penitenciária ameaçada pelo governo federal após a campanha de ameaças dos últimos dias, formada em grupo interestadual.

Outra nova confissão é a metade esquerda de um ex-frente não progressista. No caso, serve também como exemplo para a impondibilidade da Constituição Agrária Nacional.

Pelo novo ex-morador, o de Adelino Barbosa, o ônibus ligado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário recebeu identificações sobre as autorias de morte. Subiu ao topo, ao à Secretaria de Segurança Pública do Amazonas e a autoridades policiais de Lábrea (AM). Seu resultado, veja.

Afora do grupo citado, o presidente boliviano, Michel Temer, liberou R\$ 500 mil para pagar deslocamentos de agentes do Incra no Amazonas e no Pará. O Plano, que inclui também projeto da Polícia Federal para 46 jurados de morte, não é discurso de base, mas um engano malévolo.

Nu nado, substituiu-se à intensificação de operações — avoo de Iguaçu e Arco Verde — que têm conta a ter com desmatamento ilegal do que virá: milícia no campo.

Existe essa dupla tipologia de crimes possíveis: projetar e concretizar onde o poder público se ausenta, ou, até mesmo entrelazar-se, associando-lhos evitável e acelerar o seu operacional entre votação do Código Florestal e sua execução.

Durante o discurso da Sra. Ana Amélia, a Sra. Marta Suplicy, 1^a Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Wilson Santiago, 2^º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Parabéns, Senadora Ana Amélia, pelo pronunciamento. V. Ex^a terá, com certeza, a publicação, de acordo com o Regimento, da matéria que solicitou anteriormente a devida publicação.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra, o Senador Eduardo Suplicy, e concedo a V. Ex^a, enquanto ele se dirige à tribuna, a palavra, pela ordem.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR). Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – É apenas para fazer um agradecimento à Comissão de Assuntos Sociais desta Casa, a CAS, em particular à Senadora Ana Rita, pela aprovação de projeto de minha autoria que regulamenta a aposentadoria das donas de casa. Foi aprovado em decisão terminativa na CAS e agora segue para a Câmara dos Deputados.

O projeto regulamenta um direito já concedido por uma lei complementar em que as mulheres podem ser contribuintes do setor de Previdência e podem se aposentar. Mas nós não tínhamos ainda as regras de carência e de transição. Com esse projeto de lei, se a Câmara dos Deputados o aprovar, teremos algumas regras de transição e carência, como mulheres que já têm 60 anos, ao contribuírem com apenas dois anos, adquirirem o direito à aposentadoria.

Queria agradecer muitíssimo à CAS, muitíssimo à Senadora Ana Rita. Quero voltar a este tema em um pronunciamento de plenário semana que vem, mas não poderei deixar de fazer esse registro, Sr. Presidente, e também esse agradecimento à Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP). Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Santiago, quero, assim como meus antecessores, quase todos que falaram hoje, também expressar o meu sentimento a respeito do que tive oportunidade, com número quase de 20 Senadores, um número maior ainda de Deputados Federais, grande número de governadores, de prefeitos... Acho que havia lá no Palácio do Planalto mais de 800, senão 1.000 pessoas presenciando o lançamento do Programa Brasil sem Miséria. Foi um dos atos mais comoventes a que assisti, até hoje,

no Palácio do Planalto, pelo grande número de pessoas, mas, sobretudo, pelo conteúdo do que foi anunciado pela Presidenta Dilma Rousseff e pela Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello. E ali estavam ministros que a antecederam, inclusive o Ministro José Graziano, que foi o primeiro Ministro de Segurança Alimentar e Combate à Fome, na primeira fase do Governo do Presidente Lula.

Foram comoventes alguns dos pronunciamentos ali colocados, como o da Marise Alves Prazeres, Presidente da Cooperativa das Costureiras de Osasco, que deu o seu depoimento sobre como, a partir de 2003, ela, mãe de quatro filhos, teve grandes dificuldades, até que passou a fazer parte do Programa Bolsa Família.

Mas, ali em Osasco, graças muito à iniciativa do Prefeito Emídio de Souza, houve programas de inclusão social como o de oferecer às pessoas o conhecimento sobre formação de cooperativas, como formatá-las e ter os mais diversos conhecimentos.

Graças a isso, a Marise Alves Prazeres passou a fazer parte daquela cooperativa de costureiras e se tornou a sua presidente. É uma pessoa que se desenvolveu extraordinariamente, inclusive em sua capacidade de se comunicar, por isso encantou a todos os presentes. E hoje relatou que faz parte de inúmeras licitações junto à Prefeitura Municipal de Osasco e tem ganhado diversas delas. Portanto, a cooperativa vem tendo um ótimo desenvolvimento.

Também ali falou o Presidente da Abras, Associação Brasileira de Supermercados, Sussumu Honda, que ali representou os mais diversos tipos de associações empresariais. Ali estavam também os representantes da construção civil, que resolveram participar e apoiar as iniciativas do programa Brasil sem Miséria.

Em nome dos prefeitos, o Prefeito de Aracaju, Edvaldo Nogueira, do PCdoB, contou-nos das enormes dificuldades que teve Aracaju durante tantos anos, mas como agora, entrosado com o Governo federal e também com o Governo estadual, com o nosso Governador Marcelo Deda, vem realizado ações que justamente proporcionarão maiores oportunidades a todos aqueles que vivem em condições de pobreza, sendo Aracaju um dos Municípios do Nordeste brasileiro onde há grande presença ainda de pessoas em condição de pobreza absoluta.

O Governador Sérgio Cabral, em nome de todos os governadores, deu exemplo das parcerias do Governo Federal vem realizando. Ele lança, nesta semana, o cartão que complementará a ação do Bolsa

Família, aumentando o nível de contribuição. Isso vai ser algo muito positivo.

A Presidenta Dilma Rousseff ressaltou os eixos fundamentais: a busca ativa, quando o Estado vai procurar onde estão as pessoas em condição de pobreza absoluta; a parceria entre os diversos níveis de governo e a parceria com a sociedade, com todos os segmentos, inclusive os movimentos sociais, tais como a Coordenação Nacional do Povo da Rua, que, no último Natal, dia 23 de dezembro, perante o Presidente Lula e perante a nova Presidente que iria assumir no dia 1º de janeiro, Dilma Rousseff, chegou a entregar uma carta com a opinião do povo de rua de São Paulo, propondo inclusive que venha em breve o Governo brasileiro a adotar a Renda Básica de Cidadania. E, naquela oportunidade, a Presidenta Dilma Rousseff transmitiu à coordenação nacional do Povo da Rua que ela iria justamente procurar identificar aquelas pessoas que, nas ruas de São Paulo, muitas vezes estão distantes de serem beneficiadas pelo programa Bolsa Família, às vezes até por falta de documentação ou porque se desgarraram de seus ambientes familiares, de seus domicílios. Então, que ela iria realizar, justamente no programa Brasil Sem Miséria, ações que busquem onde estão essas pessoas. Assim, quero cumprimentar...

Vou aqui solicitar que seja transscrito na íntegra, como parte de meu pronunciamento, este documento da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, "Brasil sem miséria reúne medidas de

transferência de renda, acesso a serviços e inclusão produtiva para 16,2 milhões de brasileiros". Até porque o Senador Paulo Paim, Wellington Dias, Marta Suplicy e outros aqui já destacaram muitos desses pontos.

Mas quero cumprimentar a Presidenta Dilma, Teixeira Campello, Ana Fonseca e toda a sua equipe, que agiu de maneira interministerial para desenvolver esse programa, que espero tenha todo sucesso, até que...

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – ... em 2014, tenhamos de fato erradicado a pobreza absoluta.

Eu gostaria, inclusive, que, nessa progressão, venha o Governo a colocar em prática, porque ajudará muito, aquilo que diz a Lei 10.835, de 2004: a perspectiva de, em breve, também chegar ao Brasil a Renda Básica de Cidadania como um direito a todas as pessoas, não importa sua origem, raça, sexo, idade, condição civil e socioeconômica, conforme prevê a lei, para ser instituída por etapas, a critério do Poder Executivo, começando pelos mais necessitados, como o faz, com muita clareza, o programa Brasil sem Miséria.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

Presidência da República
Secretaria de Comunicação Social
Secretaria de Imprensa

Release

Brasil sem Miséria reúne medidas de transferência de renda, acesso a serviços e inclusão produtiva para 16,2 milhões de brasileiros

A presidente Dilma Rousseff lançou hoje (2/6) em Brasília, o *Plano de Superação da Extrema Pobreza - Brasil sem Miséria*, que visa a retirar 16,2 milhões de brasileiros da extrema pobreza, por meio de ações de transferência de renda, inclusão produtiva, e acesso a serviços públicos nas áreas de educação, saúde, assistência social, saneamento e energia elétrica.

O objetivo do governo federal é incluir a população mais pobre – com renda familiar de até R\$ 70 por pessoa - nas oportunidades geradas pelo crescimento econômico brasileiro, por meio de um conjunto de ações que envolvem a criação de novos programas e a ampliação de iniciativas já existentes, em parceria com estados, municípios, empresas públicas e privadas e organizações da sociedade civil.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o *Brasil Sem Miséria* vai localizar as famílias extremamente pobres e incluí-las de forma integrada nos mais diversos programas, de acordo com as suas necessidades. Para isso, o governo seguirá os mapas de extrema pobreza produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Busca ativa - Do público alvo do *Brasil Sem Miséria*, 59% estão no Nordeste, 40% têm até 14 anos e 47% vivem na área rural. Equipes de profissionais vão localizar, cadastrar e incluir nos programas as famílias em situação de pobreza extrema. Também vão identificar os serviços existentes e a necessidade de criar novas ações para que essa população possa acessar os seus direitos. Mutirões, campanhas, palestras, atividades socioeducativas, visitas domiciliares e cruzamentos de bases cadastrais serão utilizados neste trabalho. A qualificação dos gestores públicos no atendimento à população extremamente pobre faz parte da estratégia.

O Plano engloba ações nos âmbitos nacional e regional. Na zona rural, por exemplo, incentiva o aumento da produção por meio de assistência técnica, distribuição de sementes e apoio à comercialização. Na área urbana, o foco da inclusão produtiva é a qualificação de mão de obra e a identificação de emprego. Além disso, as pessoas que ainda não são beneficiárias do Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada (BPC) serão incluídas nestes programas de transferência de renda.

O Plano vai priorizar a expansão e a qualificação dos serviços públicos em diversas áreas assegurando, por exemplo, documentação, energia elétrica, alfabetização, medicamentos, tratamentos dentário e oftalmológico, creches e saneamento. Os Centros de Referência de Assistência Social (Cras) serão os pontos de atendimento dos programas englobados pelo *Brasil Sem Miséria*. As sete mil unidades existentes no país funcionam em todos os municípios e outros pontos serão criados.

Qualificação de 1,7 milhão de pessoas nas cidades - As iniciativas de inclusão produtiva urbana vão reunir estímulo ao empreendedorismo e à economia solidária, oferta de cursos de qualificação profissional e intermediação de mão de obra para atender às demandas nas áreas públicas e privadas, totalizando 2 milhões de pessoas.

Em relação à qualificação, a proposta é atender 1,7 milhão de pessoas de 18 à 65 anos, por meio de ações articuladas de governo: Sistema Público de Trabalho, Emprego e Renda; Programa Nacional de Acesso à Escola Técnica (Pronatec); Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem); obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do Minha Casa, Minha Vida; Rede de Equipamentos de Alimentos e Nutrição; e coleta de materiais recicláveis.

Além da qualificação, o trabalho de inclusão produtiva abrangerá a emissão de documentos, acesso a serviços de saúde, como o Olhar Brasil (para exame de vista e confecção de óculos) e Brasil Soridente (para tratamento dentário), microcrédito e orientação profissional.

Apoio à Organização Produtiva de Catadores – O Plano prevê o apoio à organização produtiva de catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis. Para esse público está prevista a melhoria das condições de trabalho e a ampliação das oportunidades de inclusão socioeconômica. A prioridade é atender capitais e regiões metropolitanas, abrangendo 260 municípios.

O *Brasil Sem Miséria* também apoiará as prefeituras em programas de coleta seletiva, com a participação dos catadores de materiais recicláveis. O Plano vai capacitar e fortalecer a participação na coleta seletiva de 60 mil catadores até 2014, viabilizar a infraestrutura para 280 mil e incrementar cem redes de comercialização.

Ampliação do número de agricultores familiares atendidos pelo PAA - Uma das metas do *Brasil sem Miséria* para a zona rural é aumentar em quatro vezes o número de agricultores familiares, em situação de extrema pobreza, atendidos pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), passando de 66 mil para 255 mil até 2014. Com a expansão, a participação dos agricultores muito pobres no conjunto dos beneficiários do PAA será elevada de 41% para 57%. Atualmente, 156 mil agricultores

vendem sua produção para o PAA e a meta é ampliar para 445 mil até o final do atual governo.

Para acompanhar os agricultores, haverá uma equipe de 11 técnicos para cada mil famílias. Consta ainda do Plano o fomento de R\$ 2,4 mil por família, ao longo de dois anos, para apoiar a produção e a comercialização excedente dos alimentos. O pagamento será efetuado por meio do cartão do Bolsa Família. Além disso, 253 mil famílias receberão sementes e insumos, como adubos e fertilizantes. Ampliar as compras por parte de instituições públicas e filantrópicas (hospitais, escolas, universidades, creches e presídios) e estabelecimentos privados da agricultura familiar também é um dos objetivos do Plano.

Cisternas e energia elétrica para as famílias - O acesso à água para o consumo e a produção é outra ação que será fortalecida com o *Brasil sem Miséria*. De acordo com o Plano, a construção de novas cisternas para o plantio e criação de animais vai atender 600 mil famílias rurais até 2013. Também haverá um "kit irrigação" para pequenas propriedades e recuperação de poços artesianos.

No caso da água para o consumo, a proposta é construir cisternas para 750 mil famílias nos próximos dois anos e meio. Desde 2003, o governo destinou recursos para a construção de 340 mil cisternas na região do semiárido. Outra iniciativa é a implantação de sistemas complementares e coletivos de abastecimento para 272 mil famílias. Todas essas ações irão contemplar populações rurais dispersas ou que vivem em áreas mais adensadas e com acesso a fontes hídricas.

O Plano definiu também que mais 257 mil famílias terão acesso à energia elétrica até 2014. Esse quantitativo foi obtido a partir de cruzamento dos dados - da população extremamente pobre - do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do cadastro das empresas de energia.

Bolsa Verde de R\$ 300 para preservação ambiental - O governo federal vai criar um programa de transferência de renda para as famílias em situação de extrema pobreza que promovam a conservação ambiental nas áreas onde vivem e trabalham. É o Bolsa Verde, que pagará, a cada trimestre, R\$ 300 por família que preserve florestas nacionais, reservas extrativistas e de desenvolvimento sustentável. O valor será transferido por meio do cartão do Bolsa Família.

Inclusão de mais 800 mil famílias no Bolsa Família - O *Brasil Sem Miséria* vai incluir no Bolsa Família 800 mil famílias que atendem as exigências de entrada no programa, mas não recebem o recurso porque ainda não estão cadastradas. Para

efetuar o cadastramento, haverá um trabalho pró-ativo de localização desses potenciais beneficiários. O governo pretende atingir essa meta em dezembro de 2013.

Outra mudança no Bolsa Família é o limite do número de crianças e adolescentes com até 15 anos para o recebimento do benefício, que hoje é de R\$ 32. Antes, independentemente do número de crianças na família, a quantidade máxima de benefícios era de três. Agora, passa para cinco. Com a alteração, 1,3 milhão de crianças e adolescentes serão incluídos no Bolsa Família. Hoje, são 15,7 milhões. Da população extremamente pobre, 40% têm até 14 anos. Em abril, o governo reajustou em 45% o valor do benefício pago às crianças nesta faixa etária.

Além da expansão do programa federal, o governo está em negociação com estados e municípios para a adoção de iniciativas complementares de transferência de renda.

Aumento da oferta de serviços públicos com qualidade - A expansão e a qualidade dos serviços públicos ofertados às pessoas em situação de extrema pobreza norteiam o *Brasil sem Miséria*. Para isso, o Piano prevê o aumento e o redirecionamento dos programas, aliados à sensibilização, mobilização e qualificação dos profissionais que atuam em diversas áreas. As ações incluirão os seguintes pontos: documentação; energia elétrica; combate ao trabalho infantil; cozinhas comunitárias e bancos de alimentos; saneamento; apoio à população em situação de rua; educação infantil; Saúde da Família; Rede Cegonha; medicamentos para hipertensos e diabéticos; tratamento dentário; exames de vista e óculos; combate ao crack e outras drogas; e assistência social, por meio dos Centros de Referência de Assistência Social (Cras) e Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas).

Números do Brasil sem Miséria

- Retirar 16,2 milhões da extrema pobreza
- Renda familiar de até R\$ 70 por pessoa
- 59% do público alvo está no Nordeste, 40% tem até 14 anos e 47% vivem na área rural
- Qualificar 1,7 milhão de pessoas entre 18 e 65 anos
- Capacitar e fortalecer a participação na coletiva seletiva de 60 mil catadores até 2014
- Viabilizar a infraestrutura para 280 mil catadores e incrementar cem redes de comercialização

- Aumentar em quatro vezes, elevando para 255 mil, o número de agricultores familiares em situação de extrema pobreza atendidos pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)
- Equipe de 11 técnicos para cada mil famílias de agricultores
- Fomento semestral de R\$ 2,4 mil por família, durante dois anos, para apoiar a produção e a comercialização excedente de alimentos
- 253 mil famílias receberão sementes e insumos
- 600 mil famílias terão cisternas para produção
- 257 mil receberão energia elétrica
- Construir cisternas para 750 mil famílias nos próximos dois anos e meio
- Implantação de sistemas complementares e coletivos de abastecimento para 272 mil famílias
- Bolsa Verde: R\$ 300 para preservação ambiental
- Bolsa Família incluirá 800 mil famílias
- Mais 1,3 milhão de crianças e adolescentes incluídos no Bolsa Família

Mais informações

Assessoria de Imprensa

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (61) 3433-1021

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Wilson Santiago, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Antes de passar a palavra ao próximo orador inscrito, quero colocar em votação o requerimento do Senador Inácio Arruda, que solicita licença para se au-

sentar dos trabalhos da Casa nos dias 1º e 2 de junho do corrente, a fim de participar como membro da Comissão Temporária Externa criada pelo Requerimento 588, de 2011, que foi aprovado em sessão plenária do dia 25 de maio do corrente, que tem por objetivo representar o Senado Federal na 4ª Conferência de Prefeitos da C40, em São Paulo, capital.

É o seguinte o requerimento:

REQUERIMENTO N° 676, de 2011

Requeiro, nos termos do artigo 40, § 1º, inciso II, alínea “a”, do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos desta Casa, no período de 01 a 02 de junho deste, tendo em vista ter sido designado representante do Senado Federal em missão parlamentar, para participar da IV Conferência de Prefeitos da C40, que se realizará na cidade de São Paulo.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 2011.

Senador **Inácio arruda**

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – O pedido feito pelo Senador Eduardo Suplicy será atendido na forma do Regimento.

Com a palavra o Senador Wilson Santiago, pelo tempo regimental.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Mozarildo, que ocupa a Presidência, Srs. Senadores, Sras Senadoras, profissionais da imprensa, demais senhores e senhoras, estive, ainda há pouco, no Palácio do Planalto, como também tantos outros companheiros, acompanhando o lançamento do Plano Brasil Sem Miséria. Centenas de pessoas ocuparam o espaço do evento para ouvir a Presidenta Dilma Rousseff anunciar um dos mais importantes planos de combate à pobreza extrema da história do Brasil. Deu para sentir o entusiasmo da Presidenta contagiando todos os que assistiram ao evento, durante a explicação dos detalhes sobre o plano. Um plano que, com toda certeza, Senador Presidente, haverá de contribuir enormemente para a diminuição das imensas desigualdades que ainda atormentam a vida da grande maioria da população brasileira.

A meta do plano de combate à miséria é retirar 16,2 milhões de pessoas, 16,2 milhões de brasileiros e brasileiras, da situação de extrema pobreza. O projeto governamental engloba transferência de renda, acesso a serviços públicos nas áreas de educação, saúde, assistência social, saneamento, energia elétrica, abastecimento de água e inclusão produtiva.

Senadora Ana Rita, V. Ex^a, com certeza, ficou também emocionada com o entusiasmo e com as justificativas e as razões por que se foi lançado o grandioso programa.

O plano encerra um conjunto de ações que envolvem a criação de novos programas e a ampliação de iniciativas já existentes, em parceria com Estados, Municípios, empresas públicas e privadas e organizações da sociedade civil. Com ele, o Governo Federal quer incluir a população mais pobre nas oportunidades geradas pelo forte crescimento econômico já detectado e constatado no Brasil e também pela capacidade que o País tem de crescer ainda mais.

O objetivo é elevar a renda e as condições de bem-estar da população. O Brasil Sem Miséria vai localizar as famílias extremamente pobres e incluí-las de forma integrada nos mais diversos programas de acordo com as suas necessidades. Para isso, o Governo seguirá os mapas de extrema pobreza produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e também por outros institutos de pesquisa que de fato têm comprovado e têm identificado não só o IDH, como também outros meios e outras situações em que na verdade vivem grande parte da população brasileira.

A Senadora Gleisi, que acompanhou de perto o lançamento desse grandioso programa, com certeza ficou emocionada, a exemplo de tantos outros que lá estavam, representantes e representações de todos os Estados da Federação, digo até que independentemente de partido político, independentemente de cor e de religião, lá estavam governadores, prefeitos, lideranças políticas e representantes sindicais, aplaudindo, emocionados, e reconhecendo o esforço da Presidenta em de fato colocar em prática um programa, Senador Moka, que irá abranger e atender as necessidades de mais de 16 milhões de brasileiros que ainda estão abaixo dos níveis de pobreza, no que é conhecido como miséria.

O plano, direcionado aos brasileiros que vivem em lares cuja renda familiar é de até R\$70 por pessoa, cumpre um compromisso assumido pela Presidenta Dilma de público, do Brasil sem miséria. Todos nós sabemos que esses compromissos não só foram assumidos na campanha política, como também nos programas e no próprio reconhecimento em fazer com que o Brasil de fato fique sem miséria, toda a sua população, porque não se justifica ainda termos no Brasil de hoje mais de 16 milhões de brasileiros vivendo em extrema pobreza.

Do público-alvo do Brasil Sem Miséria, 59%, Senador Raupp, está residindo no Nordeste brasileiro; 40% têm até 14 anos de idade, portanto as crianças e os adolescentes, é um número muito alto que está prejudicado e que, com certeza, será beneficiado nesse grandioso programa, e 47% vivem na zona rural.

Por esta razão, a debandada do trabalhador rural, das famílias do campo, habitando, Senador Moka, a periferia das grandes cidades, exatamente por falta de programas abrangentes como este, que atendam diretamente a esta população e contribuam para que ela de fato permaneça residindo onde nasceu, trabalhando naquilo que de fato aprendeu durante toda a sua vida e não sejam obrigadas a saírem do campo para residirem e morarem nas periferias dos maiores centros deste País.

Concedo um aparte a V. Ex^a, Senador Valdir Raupp.

O Sr. Valdir Raupp (Bloco/PMDB – RO) – Senador Wilson Santiago, eu só queria dar uma contribuição para dizer que eu acompanhei os oito anos do mandato do Presidente Lula no meu primeiro mandato de Senador, de oito anos. E acompanhei praticamente todos os lançamentos dos programas do Governo Lula, todos muito bonitos e praticamente todos com sucesso: o Bolsa Família; o PAC; Minha Casa, Minha Vida; o Luz para Todos e todos os programas que foram lançados no Palácio do Planalto.

Mas este de hoje, o Programa Brasil sem Miséria, lançado pela Presidenta Dilma e pela Ministra Tereza Campello, foi muito emocionante. Eu diria que foi um dos melhores lançados até agora e o efeito dele deu para sentir também pelo comprometimento dos pre-

feitos, dos governadores, dos empresários, de toda a sociedade. Com isso, vai ter sucesso também. É um sonho. No Brasil, que, até pouco tempo atrás, tinha mais de 40 milhões de brasileiros abaixo da linha da pobreza, ou seja, na miséria mesmo, 28 milhões já saíram da linha da pobreza, por meio do Programa Fome Zero e do Bolsa Família, e agora mais 16 milhões, com o programa de combate à pobreza extrema lançado pela Presidente Dilma. Eu só queria registrar, porque eu estive lá. Eu confesso que chorei, quando assisti ao depoimento da Marisa, aquela moça de São Paulo que esteve no Bolsa Família, que depois criou uma cooperativa e que hoje se pode dizer que é uma empresária, pois preside uma cooperativa de confecções de sucesso no Estado de São Paulo. Foi um depoimento que emocionou a todos nós. Parabéns a V. Ex^a pelo depoimento. Muito obrigado.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB)

– Obrigado, Senador Raupp.

A meta do programa, segundo explicaram a própria Presidente e a Ministra de Combate à Fome, é qualificar 1 milhão e 700 mil pessoas nas cidades. As iniciativas de inclusão produtiva urbana vão reunir: estímulo ao empreendedorismo e à economia solidária; oferta de cursos de qualificação profissional, tão debatido e tão cobrado por todos nós nesta Casa, Senador Moka; a intermediação de mão de obra para atender às demandas das áreas públicas e privadas, totalizando dois milhões de pessoas sendo atendidas somente nessa área.

Em relação à qualificação, a proposta é atender 1 milhão e 700 mil pessoas de 18 a 65 anos, por meio de ações articuladas de Governo: Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda; Programa Nacional de Acesso à Escola Técnica – Pronatec, já tão falado e defendido por todos nós; Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem; obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e também do Programa Minha Casa, Minha Vida; Rede Integrada de Equipamentos Públicos de Alimentos e Nutrição; e coleta de materiais reciclados.

Além da qualificação, o trabalho de inclusão produtiva abrangerá emissão de documentos; acesso a serviços de saúde, como o Olhar Brasil, para exames de vista e confecção de óculos, e o Brasil Soridente, para tratamento dentário, microcrédito e orientação profissional, além de tantos outros programas e de ações que serão integralizados a esse grandioso programa.

Enfim, Sr. Presidente, Srs. e Sras. Senadores, o Programa Brasil Sem Miséria, compromisso da Presidenta Dilma com o povo brasileiro ainda em campanha, desde a eleição passada, que agora começa a ser cumprido, necessita do apoio e da participação ativa de todos nós. É disto que precisamos no próprio Brasil, com certeza: de uma ampla e efetiva colaboração entre todos os Poderes, para que possamos superar os entraves sociais e econômicos com os quais ainda hoje somos obrigados a conviver, apesar – é bom que se diga – de todas as ações

positivas adotadas, como até foi dito anteriormente, pelo próprio ex-Presidente Lula, governo do qual a Presidente Dilma Rousseff também fez parte.

Estou certo, Senador Moka, de que são ações desse porte, decisões dessa natureza, tomadas por qualquer governo, por qualquer administrador, por qualquer pessoa que queira servir ou colaborar... Estou certo de que participei, na manhã de hoje, de um evento histórico, a partir do qual o Brasil pode arrancar, definitivamente, no rumo de um País mais justo, mais humano e mais igualitário.

Parabéns a todos que participaram do evento. Parabéns, enfim, a todo o Congresso Nacional, que se solidarizou, com certeza, com o grandioso programa. E vamos ajudar para que tudo dê certo e para que o Brasil retire da linha de pobreza mais de dezesseis milhões de pessoas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Obrigado a todos que apartearam ou que estavam com a intenção de apartear.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE)

– Sr. Presidente, pela ordem. Eu gostaria de inscrever-me pela Liderança do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB

– RR) – Senador Eunício, V. Ex^a já está inscrito, conforme expediente encaminhado à Mesa, e tem a palavra, neste momento, como Líder, por cinco minutos.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE).

Pela Liderança. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Mozarildo Cavalcanti, minhas Srs. Senadoras, meus Srs. Senadores, a pobreza é um fenômeno complexo e multidimensional.

O Brasil, nos últimos anos, progrediu muito nas suas políticas sociais e em seus respectivos indicadores.

Nosso País conseguiu avanços consideráveis na redução da pobreza, associada à renda insuficiente.

Infelizmente, a pobreza continua inaceitavelmente alta para um País com os níveis de renda média do Brasil. Mais de dezesseis milhões de pessoas ainda permanecem em situação de extrema pobreza. E, para nós, do Nordeste brasileiro, para nossa tristeza, Senadora Gleisi, 59% da pobreza absoluta no Brasil encontra-se no Nordeste brasileiro.

Enquanto isso, os pobres nas grandes áreas urbanas e metropolitanas sofrem privações adicionais decorrentes de domicílios com muitas pessoas em más condições de saúde, violência e crime.

Neste sentido, torna-se de fundamental importância o lançamento hoje do programa feito hoje pela Presidenta Dilma Rousseff, Brasil sem Miséria.

A meta principal é incluir mais de 800 mil famílias no Programa Bolsa Família até dezembro de 2013. Hoje, o Bolsa Família atende cerca de 12 milhões de famílias com renda mensal de até R\$140,00 por pessoa. Todos recebem benefícios que variam de determinado valor até R\$242,00.

O Governo também vai criar o Bolsa Verde, que pagará R\$2.400,00, por família, em quatro parcelas de R\$600,00, para tornar a terra onde vive produtiva.

Dos 190 milhões de brasileiros, 30 milhões vivem em área rural, e 25% dessa população – cerca de 7,5 milhões de pessoas – estão em situação de miséria absoluta.

O programa de inclusão produtiva rural prevê ainda a distribuição de sementes e mudas, repasse de tecnologias e financiamento para produção.

O Programa vai investir também muito dinheiro em saneamento básico, nos moldes do Luz para Todos. O Brasil sem Miséria relançará um dos programas mais importantes que estão sendo lançados neste País, que é o Programa Água para Todos, semelhante ao mesmo programa que nós fizemos junto com o Presidente Lula e que tem continuidade com a Presidenta Dilma, permitindo que nenhuma casa, por mais distante que seja o Município brasileiro, num sítio, numa fazenda ou em qualquer lugar deste País, a partir de dezembro deste ano, deixe de ter o conforto da energia elétrica dentro de casa.

O programa de que estamos falando é o Programa Água para Todos, projeto da carteira de investimento do PAC, que também tem o aval da nossa Presidenta Dilma.

Pelos levantamentos do Governo Federal, 48%, Sr. Presidente, dos domicílios rurais vivem em extrema pobreza e não estão ligados à rede geral de distribuição de água e não têm poço ou nascente em suas propriedades.

Outro dado revela que 53% dos domicílios não estão ligados à rede geral de esgoto pluvial ou à fossa séptica.

Dentro das medidas de qualificação profissional, o Governo promete reforçar também os programas de alfabetização.

Dos mais de 16 milhões de pessoas extremamente pobres neste País, Sr. Presidente, quase 26% com 15 anos ou mais de 15 anos ainda são analfabetas.

Segundo o Governo Federal, haverá ainda um incremento nos programas de economia solidária, na concessão de microcrédito e na promoção de microempreendedores individuais.

Sr. Presidente, o Brasil sem Miséria é mais um programa federal que conta como o nosso apoio e também com o apoio do nosso querido partido, o PMDB.

É mais um esforço para alcançarmos a meta ambiciosa de melhoria dos indicadores sociais neste País, meu caro e querido Pedro Simon, com o objetivo de reduzir em 50%, pelo menos, a taxa de pobreza extrema que judia dos nossos irmãos nordestinos principalmente. Essa taxa será, graças a esses programas, reduzida em cerca de 50% até 2015.

Sr's e Srs. Senadores, meu querido Presidente Wilson Santiago, hoje presenciamos no Brasil algo extraordinário. Eu tive a oportunidade de participar do governo do Presidente Lula e, num jantar de que V. Ex^a participava, eu dizia, naquela noite, ao Presidente Lula e à candidata Dilma, que tinha muito orgulho de

ter participado de um governo que tirou 35 milhões de brasileiros da miséria absoluta; tinha muito orgulho de ter participado de um governo que fez o maior programa de inclusão digital da América Latina; tinha muito orgulho de ter participado de um governo e ter ajudado um governo que fez com que os filhos dos pobres pudessem ter uma profissão, e, só no meu Estado, que tinha zero matrícula em escolas profissionalizantes, no final deste ano, vamos estar com cerca de 120 escolas profissionalizantes instaladas na minha querida cidade de Lavra da Mangabeira e cerca de...

(Interrupção do som.)

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE)

– Já concluo, Sr. Presidente.

E cerca de 60 mil novas matrículas. Mas ainda temos muitos desafios pela frente e talvez o maior dos desafios que temos pela frente é fazer com que a economia consiga crescer mais ainda, fazer com que este País nunca mais volte a ter um imposto perverso que judia dos pobres deste País que é a chamada inflação.

Por isso, Sr. Presidente, vim aqui a esta tribuna dizer da minha alegria de ver a Presidenta Dilma lançar mais um programa para erradicar de vez, para acabar de vez com a miséria absoluta no Brasil, especialmente no nosso sofrido Nordeste brasileiro.

Só quem sabe, só quem viu, só quem assistiu, só quem presenciou...

(Interrupção do som.)

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE)

– ...cenas de brasileiros carregando uma lata d'água na cabeça por até 15 quilômetros para levar água para cozinhar nas suas casas poderá imaginar o resultado desse programa.. Hoje também foi lançado o Água para Todos.

Finalizando, Sr. Presidente, outro programa que nos preocupa e que a Presidenta Dilma lançou ontem, na nossa reunião do Conselho Político, foi em relação às fronteiras do Brasil. Por elas, entram as drogas; por elas, entram os armamentos clandestinos para fazer a violência no Brasil.

Para concluir, eu quero apenas dizer – vejo ali o Senador Eduardo Braga – que nós acertamos uma audiência pública para debatermos, nas três Comissões – Ciência, Tecnologia e Comunicação...

(Interrupção do som.)

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE)

– Obrigado, Sr. Presidente. É só para fazer um comunicado à Casa e aos membros das três Comissões: nós vamos fazer uma audiência pública conjunta, meu caro Walter Pinheiro, da Comissão de Ciência, Tecnologia e Comunicação do Senado Federal, da Comissão de Educação e da Comissão de Constituição e Justiça para finalizarmos o relatório do chamado PL nº 116, que vai fazer e ajudar a inclusão digital no Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Eunício Oliveira, o Sr. Mozarildo Cavalcanti deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Wilson Santiago, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra, o Senador Pedro Simon. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Antes que o Senador compareça à tribuna: Sobre a mesa, requerimento de iniciativa do Senador Inácio Arruda, Líder do PCdoB, que solicita licença para se ausentar dos trabalhos da Casa nos dias 02 e 03 de junho do corrente ano.

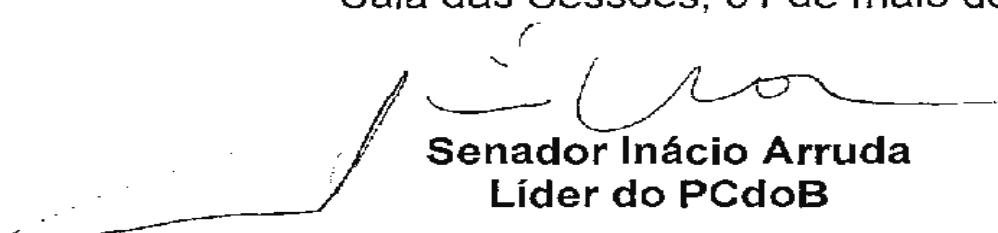
É o seguinte o requerimento:

REQUERIMENTO N.º 677 , DE 2011

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 13, combinado com o art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro licença para ausentar-me dos trabalhos da Casa nos dias 02 e 03 de junho de 2011, quando estarei, com ônus para a Casa, procedendo diligência da Comissão Temporária de Defesa Civil no Plenário da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, para analisar e propor alterações ao Sistema Nacional de Defesa Civil.

Sala das Sessões, 31 de maio de 2011.


**Senador Inácio Arruda
Líder do PCdoB**

REQUERIMENTO N° , DE 2011

Requeiro, com amparo no art. 90, XIII, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência a Santa Catarina (SC), no âmbito desta Comissão Especial Interna – Alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil (CTDEFESACIVIL), para verificar *in loco* os desafios, as experiências e as limitações referentes às ações de defesa civil na região Sul. Na oportunidade, será realizada reunião com representantes dos órgãos de defesa civil de estados da região.

Sala da Comissão,


Senador Jorge Viana (PT/AC)

Presidente


Senador Casildo Maldaner (PMDB/SC)

Relator

Comissão Temporária, criada pelo RQS nº 171 de 2011, com o objetivo de avaliar e propor, no prazo de 90 dias, alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil e construir proposta de constituição de uma força nacional de defesa, atuando especialmente em estados onde ocorreram tragédias de grandes proporções como Alagoas, Peruambuco e Rio de Janeiro.

ATA DA 2ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 2ª Reunião, realizada em 18 de maio de 2011, às quatorze horas e quarenta e nove minutos, na Sala nº 02 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Senador Jorge Viana (PT-AC) e com a presença dos Senadores: Delcídio Amaral (PT-MS), Lindbergh Farias (PT-RJ), Inácio Arruda (PC do B-CE), Casildo Maldaner (PMDB-SC), Fernando Collor (PTB-AL), Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) e Blairo Maggi (PR-MT). Deixaram de comparecer os Senadores: Eduardo Braga (PMDB-AM), Vital do Rêgo (PMDB-PB), Valdir Raupp (PMDB-RO) e Paulo Bauer (PSDB-SC). Na oportunidade foram aprovados o plano de trabalho e os seguintes requerimentos:

Nº	Ementa	Autoria
001/11	Requer a realização de diligência no Rio de Janeiro para verificar <i>in loco</i> os desafios, as experiências e as limitações referentes às ações de defesa civil na região Sudeste.	Sen. Jorge Viana Sen. Casildo Maldaner
002/11	Requer a realização de audiência pública para debater a estruturação e o financiamento das atividades de defesa civil no País, com os seguintes convidados: representante da Secretaria Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional, representante do Conselho Diretor do Fundo Especial para Calamidades Públicas e representante da Defesa Civil Estadual de Santa Catarina.	Sen. Jorge Viana Sen. Casildo Maldaner
003/11	Requer a realização de audiência pública para debater ações de defesa civil (prevenção), inclusive sistemas de monitoramento climático com os seguintes convidados: representante da Secretaria Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional, representante do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais do Ministério da Ciência e Tecnologia e representante da Defesa Civil Municipal do Rio de Janeiro.	Sen. Jorge Viana Sen. Casildo Maldaner
004/11	Requer a realização de diligência em Santa Catarina para verificar <i>in loco</i> os desafios, as experiências e as limitações referentes às ações de defesa civil na região Sul.	Sen. Jorge Viana Sen. Casildo Maldaner
005/11	Requer a realização de audiência pública para debater ações de defesa civil (preparação), inclusive sistemas de alerta de desastres, com os seguintes convidados: representante da Secretaria Nacional de Defesa	Sen. Jorge Viana Sen. Casildo Maldaner

	Civil do Ministério da Integração Nacional, representante do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e o representante do Sistema Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.	
006/11	Requer a realização de diligência ao Amazonas para verificar <i>in loco</i> os desafios, as experiências e as limitações referentes às ações de defesa civil na região Norte.	Sen. Jorge Viana Sen. Casildo Maldaner
007/11	Requer a realização de audiência pública para debater ações de defesa civil (resposta), inclusive proposta de criação de uma Força Nacional de Defesa Civil, com os seguintes convidados: representante da Secretaria Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional, representante da Defesa Civil Estadual de Alagoas e o representante da Defesa Civil Municipal de Angra dos Reis.	Sen. Jorge Viana Sen. Casildo Maldaner
008/11	Requer a realização de diligência a Pernambuco para verificar <i>in loco</i> os desafios, as experiências e as limitações referentes às ações de defesa civil na região Nordeste.	Sen. Jorge Viana Sen. Casildo Maldaner
009/11	Requer a realização de audiência pública para debater ações de defesa civil (reconstrução), com os seguintes convidados: representante da Secretaria Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional, representante do Ministério das Cidades e o representante do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.	Sen. Jorge Viana Sen. Casildo Maldaner
010/11	Requer a realização de diligência ao Mato Grosso do Sul para verificar <i>in loco</i> os desafios, as experiências e as limitações referentes às ações de defesa civil na região Centro-Oeste.	Sen. Jorge Viana Sen. Casildo Maldaner
011/11	Requer a realização de audiência pública para debater o Sistema Nacional de Defesa Civil com a presença do Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia (MCT), Aloizio Mercadante.	Senador Jorge Viana
012/11	Requer a realização de audiência pública para debater o Sistema Nacional de Defesa Civil com a presença do Ministro de Estado da Integração Nacional (MI), Fernando Bezerra.	Senador Jorge Viana
013/11	Requer a realização de audiência pública para debater o Sistema Nacional de Defesa Civil com a presença do Ministro de Estado das Cidades (MCid), Mário Negromonte.	Senador Jorge Viana

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Boa tarde. Havendo número regimental, já temos a assinatura de seis Senadores, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Temporária, criada pelo Requerimento nº 171, com o propósito de avaliar e propor alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil e apresentar proposta, visando a criação de uma força nacional de defesa civil.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, coloco em votação a Ata.

Penso que, por aclamação, podemos dar como aprovada a Ata da 1ª Reunião e aproveito para pedir a dispensa da leitura da mesma.

Não sei se posso manter a aprovação da Ata da instalação da Comissão? (Pausa.)

A Ata está aprovada.

Conforme convocação, a presente reunião destina-se à apreciação do plano de trabalho e votação de requerimentos.

Eu aproveito e passo a palavra para o Senador Casildo Maldaner, Relator desta Comissão.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Nobre Presidente e caros colegas, vários Srs. Senadores já fizeram a inscrição, já subscreveram a presença. Então, há número legal, Senador Lindbergh, para que nós possamos instalar aqui o plano de trabalho. Essa é a ideia da reunião de hoje.

Nesse plano de trabalho, cada um dos colegas está recebendo uma cópia, a Comissão, os nossos coordenadores, o pessoal ligado à Presidência realizou uma contextualização do programa, para vermos o que vamos fazer. Está arrolado em duas, três, quatro páginas. Principalmente temos de ter um objetivo, uma proposta de trabalho, de como fazer, distribuir em quatro itens, mais ou menos, que é a questão da prevenção no Brasil; também a preparação para isso; as respostas que podemos dar quando acontecerem os sinistros, e também a organização, orçamento, fundos, de onde poderemos tirar os resultados.

Então, é a prevenção, é a resposta à sociedade quando ocorrerem as questões, e, em ocorrendo, se temos o pessoal preparado, se estamos em dia, como podemos dar as respostas à sociedade e aí como é que vamos ter os recursos e os fundos para poder corresponder.

Mais ou menos isso é que está delineado no decorrer desta proposta de trabalho.

Depois, a gente parte para um roteiro de atividades. Aqui há uma ideia de ouvirmos as pessoas aqui, em Brasília, em audiências públicas; sentirmos isso, quer dizer, ver o que há na Câmara, o que há no Congresso, o que se tem. Está-se discutindo aqui uma audiência pública – a Defesa Civil Nacional – com o Ministério da Integração Nacional, que é o Ministério que coordena isso no Brasil inteiro hoje. Isso está vinculado ao Ministério, que é o Ministro Fernando Bezerra, que é o Ministro da Integração Nacional. A área dele é responsável pela defesa civil no País.

Tem alguém do Ministério aqui? (Pausa.)

Estão aí, é fundamental. E aí nós queremos também ouvir pessoas e há Ministérios também interessados em colaborar com isso, com propostas, inclusive o Senador Lindbergh estava dizendo da possibilidade de ouvirmos, inclusive, o nosso Ministro Mercadante, que é do Ministério da Ciência e Tecnologia, que tem propostas também com relação a isso.

Hoje, numa defesa moderna, evoluída, de acordo com outros países, é fundamental também.

Então é isto: ouvirmos algumas audiências públicas. Temos um

apanhado aqui para visitarmos algumas regiões; a do Rio, por exemplo, o Senador Lindbergh está dizendo que existe um plano da Prefeitura, municipal, para irmos in loco, ouvirmos alguma coisa de defesa civil no Rio de Janeiro, é uma tese. Eu propus até fazermos, um dia, uma visita a Santa Catarina e ouvirmos a defesa civil catarinense, o que eles têm, o que eles sentem. O Governo do Estado criou, inclusive, uma secretaria de Defesa Civil, especialmente para isso, um secretaria de Estado para pensar a defesa civil em Santa Catarina. Eu acho que é uma ideia. Há uma ideia também na proposta de irmos para o Nordeste um dia, sentirmos lá, parece que aqui está insinuado Pernambuco, irmos à Amazônia e também à região do Pantanal, em função de secas, em função de enchentes, quer dizer, essa região do oeste do Brasil também. Portanto, pega-se o Norte, o Nordeste, a região do Rio, o Sudeste e o Sul também.

E aqui nas audiências públicas, mais ou menos, temos uma proposta – não sei se os senhores receberam, claro que os técnicos estão realizando...

Enfim, essa é a ideia de um cronograma de atividades. Num prazo, naturalmente, que nós temos aqui de noventa dias, a ideia é chegarmos e reunirmos saídas, saídas para a defesa civil no Brasil.

Está proposto, também, pelos técnicos, pelos assessores, pela coordenadoria, pelos consultores, ouvirmos exemplos de uns quatro ou cinco países. Parece que elencaram aqui Japão, Estados Unidos, Espanha, Chile, mas esse é um trabalho que precisa ver como se faz, porque nós vamos fazer no sistema on line. Hoje, pela tecnologia, nós podemos conhecer como o Chile tem o seu sistema – dizem que é muito bom –, conhecemos como alguns países desenvolvidos adotaram a defesa civil naqueles países.

Tendo isso em mãos, também, isso nos ajudará a elaborarmos, Sr. Presidente, uma proposta que pode, talvez, até originar a criação de leis ou que venha a provocar projetos de legislação, já que nós fazemos parte do Congresso Nacional para envolver isso, ou coisa que o valha.

Enfim, nós temos o compromisso, esta Comissão, por meio do nosso Presidente, e nós, os colegas, de ajudarmos nesse trabalho a fim de prevenirmos o País em relação a isso.

Em tese, Sr. Presidente, é um relatório, é uma proposta de atividade desta Comissão.

Devolvo a palavra a V. Ex^a

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Obrigado, eu passo a palavra para o Senador Lindbergh, que queria apresentar algumas sugestões para este plano de trabalho.

O SR. LINDBERGH FARIA (Bloco/ PT – RJ) – Presidente,

Senador Jorge Viana, primeiro elogiar o Relator Casildo Maldaner. Tenho que ser muito direto pelo adiantado da hora, mas o Casildo é um Senador trabalhador, atuante nesta Casa, conhece esses problemas por tê-los enfrentado no Estado de Santa Catarina.

Aqui acho que existem questões de duas ordens, Senador Jorge Viana: primeira, a legislativa – primeira, não –; uma é legislativa, porque, ao final daqui, a gente tem que apresentar um projeto que sintetize a necessidade de atualização da nossa legislação sobre o tema. Infelizmente, a medida provisória que foi aprovada no final de dezembro é muito insuficiente, na discussão do fundo... Então, nós temos que ter essa parte, discutir como aperfeiçoar a legislação, e este é um produto desta Comissão.

Um outro produto que esta Comissão e este Senado Federal tem que tentar ajudar, e a gente sabe que há um esforço Governo, a Presidente Dilma, quando veio entregar sua mensagem ao Congresso Nacional, disse o seguinte: “Nós temos que construir um novo marco de regulação do Sistema Nacional de Defesa Civil e os senhores têm que nos ajudar”.

Eu sei, nós sabemos que, dentro do Governo, existe gente do Ministério da Integração discutindo, Ministério da Ciência e Tecnologia também está discutindo, outras ações por dentro do Governo, e nós temos aqui, também, que ajudar nessa formatação do que o Brasil precisa e contribuir com o Governo Federal nesse sentido.

Por isso que quero aqui fazer uma proposta bem concreta. Eu acho, Senadores, que a gente tem que fazer muita reunião de trabalho, inclusive, fechadas, às vezes com assessores, chama no gabinete. Esse horário de terça e quarta-feira, na verdade, é inviável. Eu estou aqui com Rio+20, agora começa esta Comissão de Política Fiscal, às 15 horas, em que eu vou ser Relator, vou ser escolhido agora. Então, acho que, talvez, essas reuniões mais fechadas fossem importantes.

Agora, em relação à sugestão aqui dessas audiências mais abertas, dois nomes, um de cada vez, quem quiser vir primeiro, melhor: Ministro da Integração, Fernando Bezerra, e Ministro de Ciência e Tecnologia, Mercadante.

O Mercadante já chegou a anunciar o Sistema Nacional de Prevenção e Alerta contra Desastres Naturais, faz parte da equipe dele o cientista Carlos Nobre, então há muita coisa em andamento.

Creio que nós podemos ajudar o Governo na formatação, no aperfeiçoamento desse sistema, não só na defesa civil, mas no sistema mais amplo de prevenção e alerta contra desastres naturais de uma forma geral.

Então, eu faria esta proposição aqui: de a gente tentar escutar os dois Ministérios primeiro – para mim é indiferente qual seria o Ministro que viria – para depois entrar nesta pauta aqui.

No caso do Rio de Janeiro, só para dar um exemplo concreto, porque eu acho que é uma experiência muito interessante: houve um desastre terrível na década de 60, depois desse desastre, na cidade do Rio, surgiu uma empresa chamada Geo-Rio, e essa empresa, com profissionais, com geólogos, fez sabe o quê na cidade do Rio de Janeiro? A cidade do Rio de Janeiro toda está mapeada. Hoje o Prefeito da capital, Eduardo Paz, montou uma grande central de gerenciamento da cidade, onde você entra numa sala em que você vê todos os pontos da cidade num telão, todas as casas em áreas de risco são mapeadas no Rio de Janeiro. No Rio de Janeiro, sabe-se: são 18 mil pessoas que vivem em área de risco. Você entra na tela do computador e você vê as áreas, você faz o acompanhamento meteorológico, o Prefeito colocou alarme nas casas. Então, a cidade no Rio, nesse sentido, a gente vê muitas enchentes, mas tem morrido pouca gente na cidade do Rio de Janeiro.

Isso tudo porque houve um acidente e existe essa empresa, Geo-Rio, que tenho certeza de que é referência. E aquilo que nós temos na cidade do Rio de Janeiro, tem que haver uma central nacional, nós temos que ter uma central nacional.

Não quero me alongar aqui, são muitas ideias, apresentei vários projetos sobre a área, mas eu acho que devemos tentar procurar dois produtos: um, aperfeiçoar a legislação; o outro, pegar todas essas experiências e chegar e dizer: "Olha, pessoal, vamos conversar com a Presidenta, vamos conversar com o Ministro da Integração. Esse aqui é um caminho, coisas que já existem". Porque a gente sabe que também, no Governo, não é simples, os Ministérios cada um têm suas demandas, e talvez nós possamos sair daqui com um grande resultado, que é ajudar o Governo a fechar seu projeto, que, com certeza, Senador Casildo, a gente tem que, até setembro, outubro, apresentar para o País. Nós não podemos passar, novamente, as chuvas do próximo ano sem que exista um novo marco legal, sem que exista um sistema em construção.

Era essa a minha exposição e, depois de falar muito, eu quero dizer que, daqui a pouco, vou ter que sair para esta reunião na Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Bem, eu queria agradecer a intervenção do Relator, que, muito apropriadamente,...

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Aliás é o co-Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) –... nos apresentou e queria agradecer também as contribuições do Senador Lindbergh, até porque ele é de um Estado que tem vivido, especificamente nos dois últimos anos, os maiores dramas passados no Brasil – lamentavelmente ocorreram no Rio de Janeiro.

As observações são importantes. Eu penso que junto com o Relator devemos só observar, até por conta do tempo e porque nós queremos fazer num esforço concentrado para alcançar um bom resultado, que seria muito importante, inclusive, consultar – e eu me proponho a fazer isso – tanto o Ministro da Integração quanto o Ministro Aloizio. Aí vamos estudar melhor se ouviríamos os dois, exclusivamente, numa única reunião, e concentraríamos os esforços dos demais membros desta Comissão por um período, porque temos como fazer um pequeno ajuste na programação, já que há grupos ligados à área da Integração, Defesa Civil e grupos ligados também à Ciência e Tecnologia, mas com a sugestão de apresentação desses dois requerimentos – eu pedi, inclusive, para a Secretaria, já considero como requerimentos, depois podem pegar a sua assinatura –, nós vamos tentar incorporar.

Nós vamos fazer um estudo só de data, porque o propósito é aproveitarmos, da melhor maneira possível, o tempo dos Senadores e Senadoras desta Casa e também o próprio Senador Lindbergh já falou, a Presidente Dilma, no seu discurso, estabeleceu como uma questão central, e o movimento que hoje está sendo feito nesta Casa para lidar com essa agenda, que é de interesse da sociedade, do próprio Governo e é papel do Senado, é aqui este espaço. Então, é trabalho, trabalho e trabalho.

O propósito é que em agosto ainda possamos ter concluído esse trabalho. Com essa observância do plano de trabalho aqui, vamos afacar quatro pontos: a prevenção – isso do ponto de vista da legislação –; a preparação, que é treinamento, ver como funciona; as respostas, e também um outro item que chama segurança orçamentária, que hoje nós não temos. Além do mais, há uma crise, que é a questão da fiscalização dos recursos como chegam. Há denúncias de toda ordem que esta Comissão tem que tratar também de maneira objetiva.

Então, para concluir e encerrar esta reunião que visa apreciar o plano de trabalho que o Relator traz, eu peço à Secretaria que encaminhe o plano de trabalho para todos os membros da Comissão, que possamos pedir, por escrito, uma ou outra sugestão e que, já na outra semana, possamos iniciar, de fato, os trabalhos.

Quero agradecer a presença de todos e queria pedir a aprovação também para o plano de trabalho e para os requerimentos que são a viabilização do próprio plano de trabalho. Posso considerar como aprovado? (Pausa.) Então, encerramos esta reunião e vamos ao trabalho.

(Levanta-se a reunião às 15 horas e 7 minutos.)

SENADOR JORGE VIANA
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – As Sr^as e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa*.)

Aprovado o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra, o Senador Pedro Simon. V. Ex^a dispõe de dez minutos, como orador inscrito, antes da Ordem do Dia.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é com prazer que vejo V. Ex^a na Presidência, porque a nossa querida Senadora de São Paulo ontem exagerou. Era muito Regimento para cima da falta de sensibilidade com a situação que nós estávamos vivendo.

Eu venho aqui hoje com muita emoção e com muita responsabilidade. Desde o início vi com muita simpatia o Governo da Presidente Dilma. Eu conheço a sua biografia, conheço a sua história. Embora mineira, toda a sua política foi feita no Estado do Rio Grande do Sul. Ela, jovem ainda, participou do instituto de formação política do MDB do Rio Grande do Sul, uma instituição que iniciou... À época não existia fundação disso, fundação daquilo. Foi o primeiro órgão de debate de história política que se fez. Muita gente que hoje está no PT e em outros partidos começou ali; ela, o Governador Tarso Genro e tantas outras pessoas.

Eu era Governador quando Colares era Prefeito de Porto Alegre, e ela era Secretária da Fazenda. E pude ver a sua capacidade e a sua competência, que depois continuou com Colares Governador e ela, Secretária de Minas e Energia. Depois, Olívio Dutra Governador, e ela continuou na Secretaria de Minas e Energia. Quando Lula se preparava para assumir o governo, ele criou os grupos fundamentais para estabelecer o esquema político do seu governo, e a Dilma foi chamada pela sua especialidade: minas e energia. E a atuação dela foi tão importante, foi tão respeitada que ela foi escolhida Ministra de Minas e Energia. Não foi indicação nem do Rio Grande do Sul nem de quem quer que seja, foi uma escolha do Lula ao ver a sua capacidade, e foi uma grande Ministra.

Lembra-se de que, à época, houve até uma discussão entre ela e outros elementos de outros partidos, inclusive do meu, porque ela queria que, no Ministério de Minas e Energia, na Petrobras, em todos os seus setores, fossem postos técnicos de responsabilidades e não entregues aos partidos políticos. E assim era até que ela saiu, e aí se alterou essa questão.

Houve uma crise muito grande aqui. Na minha opinião pessoal, o Presidente Lula cometeu um grande equívoco. Foi quando o Sr. Waldomiro, Subchefe da Casa Civil, apareceu na televisão, recebendo di-

nheiro, botando no bolso e negociando percentuais de quanto ele receberia e para quem iria daquilo que acontecesse.

Essa cena foi repetida na televisão ao esgotamento, à irritação, milhares de vezes. Ali, inclusive, eu fui ao governo. Naquele início de governo do Lula, eu era simpático; inclusive, convidado a participar do governo eu tinha sido. E disse ao Presidente Lula: demita, imediatamente. O senhor tem de dar o tom do seu governo, e o tom do seu governo o senhor vai dar demitindo, porque a cena foi indecorosa. O Presidente não demitiu.

Pedimos para criar uma CPI aqui Casa. O Presidente Lula e o Presidente Sarney não deixaram criar a CPI. O ilustre, querido e saudoso Senador pelo Amazonas, hoje falecido, e eu entramos no Supremo; e o Supremo mandou criar a CPI; e a CPI foi criada; e daí nasceu o mensalão. Mas a CPI foi criada um ano depois; e um ano depois, pelo fato da não punição que o Lula fez, já eram dezenas de casos que aconteceram – quarenta são os processados no Supremo Tribunal.

Até fui chamado, no momento, pelo PFL, pelo Senador Bornhausen, grande Líder do PFL. Eles estavam reunidos para decidir o pedido de *impeachment* do Presidente Lula. E aí resolveram me chamar, porque eu fui o coordenador da comissão de *impeachment* do Presidente Collor. E ali eu cheguei. E quando me perguntaram o que eu achava, eu disse: a questão do *impeachment* não é uma questão de jurista; é uma questão política, é um fato, é um tato político. Eu, com toda a sinceridade, não estou vendo. Acho que, se pedirmos o *impeachment* do Presidente Lula, ele vai se transformar num mártir.

Naquele época, naquele momento, a figura do Presidente Lula estava praticamente queimada politicamente. E não saiu o *impeachment*. E entrou a Dilma na Casa Civil. O governo do Lula se divide em dois: com o Dirceu na Casa Civil, que foi véspera de *impeachment*, e com a Dilma na Casa Civil, quando ele se transformou em um grande governo.

Hoje, estamos vivendo um fato delicado: o Chefe da Casa Civil.

Eu sempre tive respeito pelo Ministro Palocci. Achei que ele atravessou aquela questão do mensalão, e eu acompanhei tudo aqui na Casa, e até fiquei impressionado de ver a sua figura não participando daqueles atos.

Houve um incidente realmente, com respeito ao funcionário, ao caseiro, que até hoje não foi bem explicado, mas ficou por aí.

Todo mundo viu com otimismo.

Eu vi com otimismo a escolha do Palocci para chefe da Casa Civil. Um homem tranquilo, sereno, com

a confiabilidade do Lula e da Presidente da República. Todo mundo o viu com o maior respeito. Mas aconteceu o que nós fomos acompanhando. E esse fato que nós estamos acompanhando é um fato que exige um debate e exige uma análise mais profunda e de maior responsabilidade.

Pode ou não pode um Deputado criar uma empresa de assessoria financeira? Dizem que pode.

Pode, mas o que aconteceu com o Sr. Palocci é algo muito estranho. Criou a empresa. Ninguém sabia, nunca se ouviu falar. E aí acontece que, quinze dias antes de assumir a Casa Civil, ele registra no seu nome e no cartório um apartamento que tinha comprado, de seis milhões e não sei quantos mil.

Eu, desde o início, disse o seguinte: o Sr. Palocci não é, entre aspas, um profissional nos atos ilícitos. Fora isso ele não faria o ridículo de registrar um apartamento de seis vírgula tantos milhões no seu nome às vésperas de assumir a chefia da Casa Civil. Ele deixaria esse dinheiro junto com o resto que pode ter lá pelo exterior ou coisa que o valha.

Esse ato é de uma ingenuidade, de uma burrice que nem eu faria. Mas eu respondo: não é burrice nenhuma, porque, em primeiro lugar, eu não ganharia nem um milhão, quanto mais seis. Eu não sei como aplicar, porque não sei nem como ganhar. Mas esse gesto demonstra que ele não quis esconder e que realmente não é um profissional nessa questão, mas ele cometeu.

Aí veio o fato a público, porque realmente é surpreendente, em questão de um mandato, aumentar o seu patrimônio em vinte mil vezes. Trezentos e cinquenta milhões, ele, Ministro da Fazenda? Aumentar o seu patrimônio dessa forma? Para alguém que foi Secretário da Fazenda, o que são trezentos e cinquenta milhões?

Cá entre nós, não tem importância. Eu não tenho, mas a maioria dos caras tem muito mais e não...

Agora, em quatro anos, de Líder do Governo... perdão, de Deputado aumentar o seu patrimônio para R\$20 milhões é mais complicado. E se se diz que, desses R\$20 milhões, R\$10 milhões foram feito no tempo em que a Dilma já era eleita Presidente e ele já estava na articulação para a posse, já estava escolhido como futuro chefe da Casa Civil. Aí é mais complicado.

Aí a imprensa começou a esperar e a cobrar do Sr. Palocci que ele desse uma explicação. E ele deu uma resposta de que a explicação era aquela que ele deu, que era uma firma que ele fez. Agora como fez, o que fez, não pode dizer, porque tem uma cláusula de sigilo. É normal que possa ter uma cláusula de sigilo, mas aqui há algo muito mais importante do que uma cláusula de sigilo. É o nome do Ministro.

Espero, por isso acho que a CPI que está se criando aqui deveria esperar, a posição do Procurador-Geral da República, que é uma figura excepcional. No Governo do PT, do Lula e da Dilma, nota 10 para a Procuradoria-Geral da República. Os três, desde o meu irmão franciscano, que foi o primeiro...

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS)... todos os pedidos de processo e não denunciava nem arquivava, simplesmente ficava na gaveta. No atual Governo, não. Ou arquiva, porque não tem nada, ou denuncia.

O atual Procurador está com a palavra e dizem que entre hoje, amanhã ou depois ele apresenta os fatos. Eu confio.

Reparem, a vida dá voltas e às vezes nos deixa em uma situação muito delicada. O atual Procurador, um homem extraordinário – e as informações que temos são de que todos, a equipe da Procuradoria é a favor de apresentar a denúncia –, vai dar a resposta. Ele termina seu mandato dentro de alguns dias. Ele e toda a sua equipe querem que ele seja candidato à recondução.

Mas a recondução é um cargo de confiança do Presidente da República. Então, o Procurador-Geral da República gostaria de ser reconduzido. Mas para ser reconduzido, quem decide é a Presidente Dilma.

Ele vai ter que decidir agora com relação ao Sr. Palocci. Mesmo assim, eu confio nele, porque é um homem de bem. Eu diria que até por isso ele vai olhar duas vezes, para ninguém dizer, insinuar ou imaginar que ele tomou essa ou aquela posição por causa desse ou daquele interesse.

Agora, ilustre Ministro Palocci, Senadores do seu partido sugerem a sua saída. Eu estou vendo nos jornais de hoje que segmentos do PT sugerem a sua saída. Ministro Palocci, V. Ex^a deveria se afastar. Afaste-se do cargo. Deixem que se afaste hoje ou amanhã, antes do Procurador, para não ter consequência do Procurador. Afaste-se hoje ou amanhã, antes de se criar a CPI.

Meu amigo Palocci, está ficando feio para o PT e o PMDB impedir que V. Ex^a venha depor no plenário ou numa comissão, porque isso é o normal. Nós estamos numa democracia!

Em um regime aberto como é o do PT e do PMDB no Governo, como vão impedir que alguém convoque o Presidente – não é como réu, como nada – para dizer o que aconteceu? Pois a Comissão de Agricultura da Câmara convocou. E o que aconteceu? Foi aprovado. E o que aconteceu? O Presidente da Câmara pediu tempo para pensar, refletir. Caso contrário, quarta-feira será convocado o Ministro.

Na Comissão de Constituição e Justiça, quarta-feira o Presidente da Comissão disse que vai colocar em votação três requerimentos. Nós vamos lá impedir? É muito delicado.

Ministro Palocci, V. Ex^a ficando fica mal. E V. Ex^a está deixando a Presidente Dilma, que tem o carinho de V. Ex^a, numa posição muito delicada.

O Lula, que todo mundo bateu palma e achou formidável porque veio aqui, na minha opinião, não deveria ter vindo ou, se viesse, deveria ter muito mais discrição do que teve.

Na verdade, ela colocou os brios da Presidente em jogo. Vir aqui para mandar um recado para a Presidente, que deve deixar ou não mexer nele? E por que o Presidente Lula demitiu o José Dirceu? E por que o Presidente Lula demitiu o Palocci no momento em que houve aquele incidente do cidadão, do rapazinho, aquele que era o vigilante da casa? Demitiu porque tinha que demitir.

Não foi feliz o Lula em vir aqui. Eu não concordo com a interpretação: não, ele veio porque um vazio político atingiu a Presidente Dilma, a Presidente Dilma ficou numa posição realmente difícil. Não acho. Ele cometeu um deslize, o Lula. Com toda sinceridade, não acredito que ele tenha feito de propósito nem que ele tenha o interesse de comprometer a Presidente Dilma. Não. Deixou muito claro, e eu senti a vontade do Lula em aceitar, em ajudar. Ele veio, o Presidente Lula, para colaborar, eu senti isso. Mas não é o que sentiu a sociedade.

Por isso, ilustre Ministro Palocci, a grande saída é o senhor se afastar. A história mostra um exemplo...

(Interrupção do som)

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) –... [Senadora Ana Amélia, o que aconteceu com o governo Itamar.] O seu Chefe da Casa Civil saiu e voltou porque não teve nada contra ele.

Ninguém pode dizer, e eu não estou dizendo nem botando a mão no fogo: ele cometeu ilícito, foi uma barbaridade, aconteceu. Eu não vim aqui para dizer e garantir que isso aconteceu. Mas o coordenador político do Governo, um governo dedicado como este, em que a Presidente não tem passado de costura política e o Ministério que ela recebeu, ou que ela compôs, que o Lula compôs mais do que ela, é um Ministério que ainda está por aparecer, porque ainda não tem a firmeza necessária. O homem forte ali, politicamente, é – era – o Sr. Palocci. Neste momento, nesta circunstância, acho difícil que o Palocci continue. Acho difícil. O Governo jogou, os partidos jogaram naquilo que é no Brasil.

Por que é que as coisas acontecem principalmente aqui no Senado? Por que é que as coisas acontecem? Porque o escândalo de hoje faz a gente esquecer o de ontem, mas quem está vivendo o escândalo de hoje fica mais ou menos tranquilo: eu tenho que ficar firme, eu tenho que deixar as coisas passarem, porque o de amanhã faz esquecer o de hoje.

Lamentavelmente, num País da impunidade como é o Brasil, isso é o que acontece. A gente esquece, mas também está provado que, muitas vezes, a gente não esquece. E esse é um caso que a gente não esquece. A imprensa vai cobrando, vai cobrando, vai cobrando, até que, em determinado momento, as coisas têm que acontecer. Assim como o procurador vai apresentar, tenho certeza – não sei se vai denunciar ou não vai denunciar...

(Interrupção do som.)

O Sr. Pedro Taques (Bloco/PDT – MT) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a me permite um aparte?

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – ...mais isso, mais isso e mais isso.

Na minha opinião, não houve nada. Vamos ver. Ou houve; mas ele vai dizer. O que o Sr. Palocci devia ter dito e poderia ter dito.. vem à comissão, depõe e diz: aconteceu isso, mais isso, mais isso e mais isso; e a gente vai analisar. A oposição, talvez radicalmente, esteja querendo encontrar algo onde não existe nada. Mas a maioria vai até torcer para que não exista nada, porque ninguém tem nada contra o Sr. Palocci. Eu gostaria até que ele saísse ileso disso.

A Presidente Dilma merece o meu respeito. Acho, com toda a sinceridade, que ela está agindo e muito bem. Acho que ela está mostrando firmeza; mostrou, quando um Deputado do PMDB do Rio de Janeiro – que todo mundo conhece – fez muitas restrições, querendo impor o fulano de tal...

(Interrupção do som.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS. Fora do microfone.) – ...então, vou denunciar, vou publicar um dos-siê, contando tudo. E ela respondeu: conte o que quiser. Assim tem sido a posição dela. Merece o respeito...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – ... onde ainda não temos partidos consolidados. Mas o meu Partido, o PMDB, não tem a firmeza; está querendo ter agora e, justiça seja feita, a atual direção, que é a mesma de antes, está agindo com firmeza. O PT

tem suas secções, seus grupos e, antigamente, eram grupos por debate ideológico: nós vamos a favor da eleição Diretas Já; vamos a favor daqui; vamos à luta armada ou; vamos não sei o quê. Agora, não. Agora são divisões, dividem-se, cada uma querendo seus respectivos cargos.

Mas há momentos na vida em que a gente tem que parar para pensar.

Eu acho, meu querido Presidente, que várias pessoas têm falado aqui... Inclusive quero fazer justiça ao Senador Aécio. O Senador Aécio dizia que a gente...

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – O Senador Aécio dizia que a gente devia...

(Interrupção do som.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Senador Pedro Simon, eu sei da importância do tema, do respeito que tenho a V. Ex^a, mas existem outros oradores inscritos. Assim, peço permissão a V. Ex^a para anunciar o próximo orador, e V. Ex^a poderá retornar posteriormente...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Não basta, amanhã ou depois, como o Dr. Sarney, tirar o *impeachment* ali do corredor achando que mudou a história. Não. A história acontece, e, por mais força que tenha o Presidente, ele não vai alterar.

A história hoje deixa para o Sr. Palocci a possibilidade de sair temporariamente com dignidade. O futuro vai dizer o que vai acontecer. É o mínimo que ele deve à Presidente da República. É isso que ele deve fazer. É o apelo que faço, Sr. Presidente: que o Sr. Palocci se afaste, se for possível hoje, antes, e a imprensa está anunciando, que saia a decisão do Procurador-Geral da República, provavelmente amanhã.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Concedo a palavra à nobre Senadora Gleisi Hoffmann.

V. Ex^a dispõe do tempo regimental.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Senadora Gleisi, se V. Ex^a me permite. Eu acho que nós temos aqui um revezamento entre inscritos, orador e liderança.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – V. Ex^a tem razão, Senadora.

Houve uma permuta entre o Senador Pedro Simon, e Senadora tem um consulta médica daqui a

10 minutos. Por essa razão, houve uma tolerância da Mesa. Em seguida, será V. Ex^a.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Como a Senadora já está na tribuna, S. Ex^a pode falar. Eu falarei na sequência. Não há problema, faço essa observação apenas para que isso não torne a acontecer.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Inicialmente, quero aqui me congratular com a Presidenta Dilma pelo lançamento do Plano Brasil sem Miséria, já mencionado aqui por diversos Senadores e Senadoras. Este é o tema, o *slogan* da nossa Presidenta: um País rico é um país sem pobreza. Na semana que vem, falarei um pouco desse programa essencial para o desenvolvimento do Brasil.

Mas o que me traz à tribuna hoje é a lamentável sessão plenária que nós tivemos ontem nesta Casa. Venho a esta tribuna lamentar o que aconteceu aqui na noite de ontem, quando encerramos uma sessão, à meia noite, com a derrubada de duas importantes medidas provisórias por absoluta falta de tempo para debatê-las.

Muitas pessoas do meu Estado, em particular do Hospital de Clínica do Paraná, perguntaram o que tinha acontecido. Perguntaram mais: por que nós não estávamos aqui defendendo as medidas provisórias? Que só havia aqui Senadores da oposição na tribuna falando contra as medidas provisórias, quanto ao seu conteúdo e à sua constitucionalidade.

Aqui aproveito para explicar o trâmite da medida provisória e para fazer outras considerações, Sr. Presidente.

As pessoas que estão me ouvindo, aqueles servidores do Hospital de Clínicas de Curitiba, que é ligado à Universidade Federal do Paraná, e de tantos outros hospitais universitários, digo que a medida provisória que criava a empresa hospitalar, assim como os médicos residentes, há cento e vinte dias tramitava neste Congresso Nacional, a maior parte desse tempo na Câmara dos Deputados. Quando ela veio para esta Casa, para ser debatida, discutida e aprovada, nós dispúnhamos de um tempo muito pequeno, que não possibilitava o debate. Como o debate ficou para o último dia do prazo e seriam três medidas provisórias, abrimos mão de falar e de fazer o debate na política, para garantir que elas fossem aprovadas. Quero lamentar, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a situação que aconteceu.

Eu entendo que temos de mudar o trâmite dessas medidas. Já tem a PEC apresentada pelo Presidente

Sarney. Não é possível que a Câmara dos Deputados fique a maior parte do tempo discutindo essas medidas e que reste ao Senado Federal tão pouco tempo. Agora, também não é possível que a oposição, sabendo que o problema não é do Governo, sabendo que as medidas vão cair, venha justamente aqui e se utilize de um acordo que foi feito numa legislatura passada, para que essas medidas não fossem necessariamente discutidas e votadas.

Antes de conceder um aparte ao Senador Humberto Costa, quero só dizer que sou uma pessoa que sempre procurou as convergências. Acho que a convergência lança luz às divergências e as diminui, aproximando-nos naquilo que podemos evoluir, mas a convergência não pode ser um fim em si mesma, a convergência tem de servir a um avanço da sociedade. Eu só poderia admitir um acordo e uma convergência se fosse, efetivamente, para que o resultado aqui fosse a votação das medidas provisórias. O que vamos fazer com 27 mil servidores dos Hospitais de Clínicas? Quem é que vai tocar esses hospitais? Como vamos gerenciar esses hospitais? E os médicos residentes?

Respeito muito a oposição. Respeito o direito de a oposição usar o Regimento, respeito o direito de a oposição protelar debates de matérias. Respeito o fato de que a oposição tem de debater e tem de ter tempo. Mas estava visto que não iríamos conseguir aprovar as medidas provisórias deixando para o último dia.

Respeito muito também o nosso Líder, Senador Romero Jucá. É um dos líderes mais importantes desta Casa. Sei que ele prezou, a todo momento, para que tivéssemos equilíbrio nas relações aqui e, portanto, respeitar um acordo que dizia que tínhamos que deixar a medida provisória ficar por duas sessões para debater na terceira. Mas não tínhamos tempo hábil. E, entre um acordo como esse e garantir a vida das pessoas na ponta, eu tenho um compromisso com a garantia da vida. Eu tenho um compromisso para que as matérias realmente sejam apreciadas.

Então, quero aqui fazer uma discussão com este Plenário, para que possamos efetivamente fazer valer o Regimento, sim, a começar pelo trâmite das medidas provisórias. Isso não é um problema do Governo, não é um problema do Executivo. É um problema que temos na Câmara dos Deputados.

Concedo um aparte ao nosso Líder Humberto Costa.

O Sr. Humberto Costa (Bloco/PT – PE) – Senadora Gleisi Hoffmann, primeiro quero parabenizá-la pelo conteúdo do discurso de V. Ex^a. Quero aproveitar este momento para manifestar aqui a minha mais integral e absoluta solidariedade à nossa vice-Presidente, Marta Suplicy, que conduziu, de forma absolutamente

correta, a sessão de ontem e que foi vítima aqui das mais diversas provocações, agressões, chacotas, coisas que eu não vi aqui nas vezes em que a Mesa foi presidida por um homem. As manifestações ocorridas aqui foram claramente de conteúdo machista, tentando testar a capacidade e a firmeza da Presidência da Mesa. Em segundo lugar, é importante que se diga: hoje, os jornais dizem que o Governo foi derrotado, que a Oposição derrotou o Governo. A Oposição não derrotou o Governo; foi o tempo que derrotou o Governo ontem. Nós recebemos essas medidas provisórias em cima da hora. Caímos aqui na ilusão de aceitar um acordo com o qual não concordávamos. A Oposição, na terça-feira, concordou com que votássemos uma medida provisória com o compromisso de votar as três ontem – nós não queríamos fazer esse acordo –, mas, depois, passou a sessão inteira criando medidas protelatórias para que não houvesse a votação. E mais: no final, ainda ficou querendo posar de vítima. Eu disse à imprensa lá fora: a Oposição aqui no Senado padece da doença bipolar. No momento, eles estão naquela fase maníaca, achando que é o passado, quando eles tinham maioria aqui. Eles esquecem que foram derrotados pelo povo brasileiro, fragorosamente, nas eleições de 2010 e ficam aqui com complexo de superioridade, querendo que a minoria diga como a maioria deve se comportar. Em outros momentos, vão para o polo da depressão: agredem, criam aqui todo tipo de tumulto e querem se fazer de vítimas. Quem foi que jogou o Regimento Interno aqui no chão? Quem foi que partiu para agredir o Senador Crivella? Quem foi que aqui gerou o maior tumulto, se não a Oposição? Nós queremos o maior entendimento possível. Desde que começou esta Legislatura, a bancada do PT, do bloco, a nossa liderança só trabalha pela convergência, mas há aqueles que falam pela convergência diante da imprensa e, na hora em que têm a chance de mostrar a sua capacidade de convergir, estimulam a dissensão, o enfrentamento. O Líder Romero Jucá não merece nenhum reparo em relação à sua atitude. Ele fez o acordo e tentou cumprir o acordo. Quem não quis cumprir foi a Oposição. Foi essa que não cumpriu. E, digo claramente, se for desejo da Oposição o enfrentamento, nós faremos o enfrentamento. E vamos começar dizendo que não temos qualquer compromisso, qualquer compromisso com o substitutivo apresentado lá na Comissão de Constituição e Justiça para tratar de tramitação de medidas provisórias. Vamos votar de acordo com o que achamos seja o melhor para o funcionamento do Congresso Nacional e não preocupados em bater fotos de apertos de mão entre Governo e Oposição. Se quiserem paz, entendimento, nós teremos, mas, para isso, são necessários gestos que mostrem claramente

que o sentimento da Oposição é o do entendimento. Obrigado, Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Eu que agradeço, Líder Humberto Costa.

E digo ainda que vi nos jornais de hoje a Oposição se manifestando, afirmando que fez um protesto ontem aqui. Protesto contra quem? Contra a Câmara dos Deputados? Contra o Governo? Um protesto que colocou sob risco a administração dos hospitais? O salário dos médicos? É esse o processo? É essa a responsabilidade que a Oposição desta Casa tem? Tem que assumir o que está acontecendo, porque, se não votamos essas duas medidas provisórias, foi exatamente por isto, por um rompimento de acordo.

Queria aqui também manifestar a minha tristeza pela forma da discussão de ontem, pela histeria que presenciamos no plenário, de Senadores com história, com nome, jogando Regimento, pulando, agredindo. Isso não é demonstração que esta Casa tem que dar. Esta Casa é o Senado, é a Câmara Alta! Aqui há pessoas com grande responsabilidade! Somos 81 Senadores perante duzentos milhões de brasileiros! Olha a responsabilidade que temos! Não podemos patrocinar esse show.

E quero aqui me solidarizar com a Senadora Marta Suplicy. Primeiro, quero cumprimentá-la pelo cumprimento do Regimento, pela firmeza, pela clareza, pela postura que ela teve durante toda a votação e toda a discussão. Segundo, quero fazer um desagravo porque, em muitos momentos, ela foi desrespeitada. Vimos aqui deboches, galhofas, gracinhos. Aliás, não é a primeira vez. Há Senador aqui que, dia após dia, usa a mesma estratégia. E aí quero pensar como V. Ex^a, Senador Humberto. Será porque é uma mulher que está na direção da Casa? Será porque é uma mulher que está na direção da Casa que se faz isso?

Acho que temos que refletir. Por isto a luta das mulheres, para que a gente possa ter uma presença maior, para que o Parlamento, para que os setores públicos se acostumem com uma forma diferente de tratar as coisas. Então, quero lamentar aqui, deixar o meu protesto registrado e espero que este Senado não patrocine novamente uma situação como a que vimos ontem.

Concedo o aparte à Senadora Ana Rita.

A SRA. Ana Rita (Bloco/PT – ES) – Eu sei que o seu tempo está terminando, mas gostaria de aproveitar esta oportunidade, Sr. Presidente, de também manifestar as minhas solidariedades a nossa companheira Senadora Marta Suplicy. O que aconteceu aqui ontem está sendo motivo de repúdio por parte de muitas pessoas. Confesso que ontem fiquei extremamente decepcionada com a atitude de boa parte dos

Senadores de Oposição. Acho que esta Casa tem um papel extremamente importante para defender os interesses da população brasileira. O que aconteceu aqui ontem é muito ruim, mancha a imagem desta Casa de forma negativa. Penso que nós, Senadores, temos de ter a preocupação de defender os interesses do povo brasileiro e não ficarmos olhando o nosso próprio umbigo. Isso não nos engrandece e não traz benefício para ninguém. Portanto, quero manifestar mais uma vez o nosso apoio, o apoio com certeza de todas as Senadoras que compõem esta Casa, à Senadora Marta Suplicy e, de certa forma, repudiar o que aconteceu ontem aqui. Espero que isso jamais se repita em novas sessões que teremos pela frente nós próximos quatro anos. Era isso e obrigada pelo aparte.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Eu vou conceder o aparte ao Senador Pedro Taques e depois eu quero um minuto para concluir, Sr. Presidente.

O Sr. Pedro Taques (Bloco/PDT – MT) – Senadora, parabenizo V. Ex^a pela fala, mas uma Casa não é feita só de consenso; é também feita de dissenso. Eu parabenizo V. Ex^a, mas não concordo com o que V. Ex^a disse a respeito da condução dos trabalhos. No meu entendimento, com todo o respeito à posição de V. Ex^a, a Senadora Marta, presidindo o Senado da República, não aplicou o Regimento conforme se determina. Após o pedido, o requerimento feito pelo Senador Crivella, ela descumpriu o Regimento. Esta é a minha posição, com todo o respeito à posição de V. Ex^a.

Agora, concordo que, ontem, o Senado da República desceu ao nível mais baixo dos últimos tempos da nossa história. Isto é fato. Todavia, mais do que cumprir Regimento, nós todos temos de cumprir a Constituição da República. Nós estamos aqui discutindo, há quatro meses, se vamos discutir ou não o novo rito da medida provisória. Eu faço parte da base de sustentação da Presidente Dilma – com muito orgulho, faço parte da base –, agora, mais do que fazer parte da base, eu sou um Senador que jurei aqui cumprir a Constituição, e a Constituição da República vem sendo descumprida neste Senado em razão das medidas provisórias. Parabéns pelo seu pronunciamento, mas não podemos ter só consenso; o dissenso também é importante para a democracia.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Eu agradeço, Senador Pedro Taques, e peço só mais um minuto a Mesa para concluir.

Não vou entrar aqui na discussão da constitucionalidade das MPs; vou voltar a esta tribuna para tratar disso, inclusive sobre a MP das empresas hospitalares.

O Sr. Aníbal Diniz (Bloco/PT – AC) – Senadora Gleisi...

A SRA. GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Consulto a Mesa sobre o aparte do Senador Aníbal. (Pausa.)

O Sr. Aníbal Diniz (Bloco/PT – AC) – Eu quero me congratular com V. Ex^a e dizer também que sou absolutamente solidário com a Senadora Marta, que estava presidindo a Casa e verdadeiramente foi desrespeitada. Não gostaria de acreditar nesta hipótese, mas tudo leva a crer que realmente houve uma atitude machista e preconceituosa aqui na Câmara Alta do nosso País e, por a Senadora Marta, na condição de Presidenta, ter sido desrespeitada, eu quero externar a minha mais irrestrita solidariedade a ela e dizer que política se faz com maioria e com minoria, e a gente trabalha, sim, o respeito à posição de cada um, sabendo que ao fim, ao cabo vota-se e vence a maioria. De tal maneira que estou absolutamente solidário com o seu pronunciamento e a cumprimento por esse brilhante discurso.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Obrigada Senador Aníbal.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permita que eu também acrescente uma brevíssima palavra?

A SRA. GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Sim, Senador Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Com a generosidade do Presidente, que está hoje com uma atitude de bom senso. Eu quero também enaltecer-lá e cumprimentá-la pela palavra de solidariedade a Presidenta da nossa sessão de ontem, a 1^a vice-Presidenta, Senadora Marta Suplicy; cumprimentá-la por suas palavras. E, aqui, como que fazer um apelo a todos nós Senadores e Senadoras porque nós não podemos continuar com o clima que caracterizou ontem a nossa sessão.

(*Interrupção do som*)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Vamos fazer um apelo no sentido de que tenhamos respeito mútuo entre nós. Vamos colocar nossas divergências, mas, na medida do possível, não vamos aqui alterar nosso tom de voz para expressar aquilo que... Afinal de contas, somos representantes do povo. As pessoas esperam de nós uma atitude de diálogo, de respeito para com os valores, as ideias e proposições de cada um. E que possamos, logo, fazer do nosso Senado uma Casa onde todas as pessoas continuem a apreciar os debates que, tantas vezes, têm repercutido tão positivamente entre todos os brasileiros e brasileiras. Meus cumprimentos a V. Ex^a.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Obrigada, Senador Suplicy, agradeço o seu aparte.

Para encerrar, Sr. Presidente, eu só queria dizer aos médicos residentes, aos servidores dos hospitais de clínicas e dos hospitais universitários que, infelizmente, ontem não conseguimos dar resposta às demandas que eles tinham.

Espero que esta Casa tenha mais...

(*Interrupção do som*)

A SRA. GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – ...mais consciência e responsabilidade sobre os seus atos. É óbvio que nós vamos até o Executivo para tentar, agora, ver que medida podemos encaminhar para assegurar que nossos hospitais de clínicas tenham servidores, tenham uma gestão compatível com os serviços que prestam, para que nossas casas possam ter o certificado de filantropia e para que os médicos residentes possam ter seu salário no mês de junho.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra, pela Liderança do PCdoB, a Senadora Vanessa Grazziotin.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – É só para lembrar a V. Ex^a que nós já, de certa maneira, ultrapassamos o horário da Ordem do Dia, e como é latente, ou melhor, visível, portanto, mensurável a olho nu, não teremos quórum para um processo de votação.

Eu quero sugerir a V. Ex^a que, se possível, nós até, de certa maneira, evitássemos a Ordem do Dia de hoje. Não vai haver. Portanto, anunciaríamos a Ordem do Dia e, na sequência, encerrariímos a Ordem do Dia e continuaríamos a ordem dos oradores nesta tarde e noite.

Se V. Ex^a puder aquiescer a este meu apelo, eu ficaria grato.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Senador Walter, estamos ouvindo o Presidente da Casa sobre a Ordem do Dia. Em seguida, em breve, dentro de poucos minutos, daremos o retorno a V. Ex^a.

Com a palavra a Senadora Vanessa, pela Liderança do PCdoB, por cinco minutos.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Pela Liderança. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Presidente Wilson Santiago.

Sr^as Senadoras, Srs. Senadores, companheiros e companheiras, vou abrir um parêntese em relação ao assunto que me traz à tribuna para comentar, em poucas palavras, o episódio vivido no dia de ontem aqui nesta Casa. De fato, um episódio lamentável, em que o equilíbrio e o bom senso, por alguns minutos, abandonaram determinados Parlamentares, o que não faz bem para a democracia, muito menos para o Poder Executivo. Penso que, daqui para a frente, temos que pensar, Presidente Wilson Santiago, em adotar procedimentos que evitem o clima vivido no dia de ontem.

Um fato é verdade: não podemos continuar com o mesmo rito na tramitação das medidas provisórias: consumidos 98% pela Câmara dos Deputados e restando a esta Casa, ao Senado Federal, poucas horas para análise da matéria. Aqui está o exemplo vivo: recebemos, em um único dia, quatro medidas provisórias, todas muito importantes, todas de extrema relevância para o Governo Federal, para os serviços de saúde, de energia, para diversos setores. Mas, infelizmente, no meu entendimento, ontem, tivemos o maior problema de todos, que não foi o desequilíbrio de alguns, foi o relógio. O tempo que tínhamos era insuficiente para votar, em um único dia, até às 12 horas, três medidas provisórias. Acho que precisamos sim, de forma urgente, mudar o rito da medida provisória.

Quero me antecipar aqui, dizendo que não concordo. Não temos que limitar poder de Presidente nenhum. Presidente tem que ter poder para editar medida provisória. Medida provisória tem que valer como lei desde o ato de sua publicação. Não é isso que vamos buscar. Agora, temos que buscar um equilíbrio entre Câmara e Senado. Não é possível o Senado passar quase três meses debatendo e a esta Casa não restar um minuto sequer para o debate. Nenhum de nós, que somos da base do Governo, subimos à tribuna para falar de qualquer matéria, porque fomos colaborativos não com a oposição, mas com o tempo. Colaborativos não com a oposição, mas com o tempo. Então, acho que é isso que precisamos fazer.

Na próxima semana, acho que há uma matéria, sim, de urgência e relevância para o Senado Federal. Essa matéria é o início da análise da mudança do rito das medidas provisórias.

Sr. Presidente, Sr^as e Senadores, participei, com muita alegria, hoje pela manhã, no Palácio do Planalto, do ato de lançamento de um programa que já vem sendo divulgado pela imprensa, do qual já falei desta tribuna, o Programa Brasil Sem Miséria, que foi cercado de um belo ato, não apenas pelas pessoas que lá estiveram. E lá estiveram Ministros de Estado, quase todos os Governadores de Estados brasileiros, inúmeros prefeitos de cidades e de capitais brasileiras,

empresários, representantes de empresas estatais, Parlamentares, Deputados, Senadores, enfim, um ato belo, e não pela participação só das pessoas, mas um ato belo pelo seu conteúdo.

Acredito que um governo que é governo precisa agir no que é principal. E o que é principal é o processo de inclusão social. Nós queremos alcançar o desenvolvimento nacional. Nós comemoramos muito o fato de o Brasil ser a sétima economia do mundo, mas queremos fazer com que esta sétima economia do mundo garanta qualidade de vida a sua gente.

E esse é caminho, o caminho iniciado pelo Presidente Lula, o caminho de olhar com um olhar diferente o povo brasileiro. E repito aqui o que disse a Ministra Tereza Campello. Durante a sua intervenção, ela fez questão de repetir inúmeras vezes, não uma única vez, Senador Paim, mas inúmeras vezes, quando ela colava um número: esse não é um dado estatístico, é o nome de uma pessoa que tem endereço, que tem local de moradia e que vive um sofrimento profundo, porque à margem de tudo de bom que a sociedade pode oferecer, à margem da assistência à saúde, da assistência à educação, da moradia, do processo produtivo. E são essas pessoas que o Brasil precisa resgatar.

Com o Presidente Lula conseguimos, o Brasil alcançou números extremamente positivos, números extremamente positivos: 28 milhões de brasileiros saíram da linha de pobreza e 36 milhões de pessoas ascenderam à classe média. Isso é muito importante, mas precisamos continuar avançando. E esse Programa Brasil...

(Interrupção do som.)

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Para concluir, Sr. Presidente. Se V. Ex^a puder me conceder pelo menos dois minutos para que eu possa concluir, ficarei extremamente agradecida.

Esse Programa Brasil Sem Miséria vem exatamente nesse sentido. Aproximadamente R\$20 bilhões serão investidos ao ano. Programas, serão todos eles agrupados. E ações importantes foram anunciadas no dia de hoje. Não tenho tempo para falar de todas elas, mas quero falar de algumas. O corte para o recebimento do Bolsa Família era de até três crianças, passa a cinco crianças. Esse corte passa a cinco filhos. Também foi anunciado o lançamento de outro programa, o Bolsa Verde. O Programa Bolsa Verde, Sr. Presidente, é muito importante. Pagará, trimestralmente, R\$300,00 aos agricultores que vivem em área de reserva florestal, em áreas de...

(Interrupção do som.)

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – ...em áreas de proteção ambiental. Parece

pouco, mas se levarmos em consideração que é um programa federal que vem agregar os programas existentes em Municípios e Estados, no âmbito municipal e estadual, isso é muito importante no meu Estado do Amazonas. O Senador e ex-Governador Eduardo Braga instituiu o Bolsa Floresta, que paga, mensalmente, R\$50,00 a cada agricultor que promove a preservação. Com R\$100,00 do Governo Federal, poderemos ir a R\$150,00; com mais R\$50,00 que pode vir a dar o Município, seriam R\$200,00 de adicional de renda para aquela família. Mas o importante é que não é só um programa assistencialista, é um programa que vai trabalhar a inclusão produtiva, a capacitação.

E eu aqui quero saudar principalmente a atenção com o campo brasileiro, com aqueles que têm terra para produzir, mas, por falta de mecanismos e meios, não produzem.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Os oradores inscritos são Waldemir Moka; depois, pela Liderança do Governo, Delcídio do Amaral; em seguida, a Senadora Ana Rita; e, pela liderança do PMDB, o Senador Renan Calheiros.

Mas, antes disso, precisamos anunciar a Ordem do Dia, para que tenhamos condições de continuar a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) –

ORDEM DO DIA

Não havendo entendimentos em alguns pontos da pauta e outros, as lideranças concordaram que fosse adiada a Ordem do Dia para a próxima sessão deliberativa.

Está encerrada a Ordem do Dia.

São as seguintes as matérias não apreendidas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária.

1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 467, DE 2008-COMPLEMENTAR

(*Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 451, de 2011*)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 467, de 2008-Complementar, da Senadora Ideli Salvatti, que altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para acrescentar outras atividades de prestação de serviços às já passíveis de opção pelo Simples Nacional.

Parecer sob nº 1.575, de 2009, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Se-

nador Antonio Carlos Junior, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAE, que apresenta.

2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2010-COMPLEMENTAR

(*Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 475, de 2011*)

Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2010-Complementar (nº 12/2003-Complementar, na Casa de origem, do Deputado Sarney Filho), que fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora e altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.

(Pendente de: – leitura do parecer da CCJ; – emissão de pareceres da CRA e da CMA.)

3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 41, DE 2010

(*Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 476, de 2011*)

Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2010 (nº 219/2003, na Casa de origem, do Deputado Reginaldo Lopes), que regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 janeiro de 1991, e dá outras providências.

(Pendente de: – leitura dos pareceres da CCJ, CCT e CDH; – emissão de parecer da CRE.)

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 11, DE 2011

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 11, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador José Sarney, que altera o procedi-

mento de apreciação das medidas provisórias pelo Congresso Nacional.

Parecer sob nº 255, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aécio Neves, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, com voto em separado do Senador José Pimentel.

5

REQUERIMENTO N° 548, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 548, de 2011, do Senador Antonio Carlos Valadares, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 107, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida também a Comissão de Assuntos Econômicos (indicadores de produtividade).

6

REQUERIMENTO N° 549, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 549, de 2011, do Senador Antonio Carlos Valadares, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 107, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida também a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (indicadores de produtividade).

7

REQUERIMENTO N° 569, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 569, de 2011, do Senador Alvaro Dias, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 565 e 641, de 2007, com os Projetos de Lei do Senado nºs 276 e 345, de 2007, que já se encontram apensados, por regularem matérias correlatas (operações de crédito consignado).

8

REQUERIMENTO N° 573, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 573, de 2011, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de solidariedade ao Governo Brasileiro, em razão da declaração da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos, em 1º de abril de 2011, na qual solicita às autoridades brasileiras a suspensão do licenciamento

e da construção da hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu (PA).

9

REQUERIMENTO N° 574, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 574, de 2011, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de censura à declaração da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos, em 1º de abril de 2011, na qual solicita às autoridades brasileiras a suspensão do licenciamento e da construção da hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu (PA).

10

REQUERIMENTO N° 579, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 579, de 2011, da Senadora Marisa Serrano, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 322, de 2010, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte (regulamenta profissão de DJ).

11

REQUERIMENTO N° 580, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 580, de 2011, da Senadora Marisa Serrano, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 152, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte (exame de proficiência para registro profissional).

12

REQUERIMENTO N° 581, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 581, de 2011, do Senador Delcídio do Amaral, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 495, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (sódio em produtos alimentícios).

13

REQUERIMENTO N° 586, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 586, de 2011, do Senador Humberto Costa, solicitando que, sobre o Projeto de Lei

do Senado nº 127, de 2006, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (seguro-desemprego).

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra o Senador Waldemir Moka.

V. Ex^a dispõe do tempo regimental.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Wilson Santiago, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – V. Ex^a tem a palavra, pela ordem, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu sei que V. Ex^a está concluindo a Ordem do Dia, mas o que vou pedir é regimental. Eu queria ver se V. Ex^a poderia colocar em votação um requerimento para a sessão de homenagem aos autistas.

Já foi lido o requerimento, que está pronto para ser votado; a sessão seria no dia 27. Como eles estão mobilizando-se no Brasil todo e a Comissão de Assuntos Sociais já aprovou o projeto, com isso eles seriam homenageados aqui no plenário. Esse é o apelo que faço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Peço um pouco de paciência a V. Ex^a. Daqui a pouco, a assessoria trará a solicitação de V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Obrigado, Senador Wilson Santiago.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra, o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEmir MOKA (Bloco/PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sra Senadoras e Srs. Senadores, quero começar a minha fala, meu caro Senador Pedro Taques, dizendo que V. Ex^a foi muito respeitoso, ao apartear a Senadora Gleisi. E quero parabenizar a Senadora Gleisi pelo espírito de solidariedade.

Mas eu começaria, dizendo aqui que o problema mais grave e urgente que o Senado precisa resolver, para evitar uma sessão constrangedora, como a da noite passada, é resolver a questão do prazo das medidas provisórias.

Essas medidas provisórias têm um erro de origem. Quando se estabelecem 120 dias da vigência da medida provisória, não se diz por quanto tempo elas ficam lá na Câmara e por quanto tempo ficariam no Senado. Esse é o erro de origem.

Por isso, a Câmara hoje – embora, evidentemente, não devesse fazê-lo – ao ficar, dos 120 dias, 115 ou

117 dias, não comete nenhuma ilegalidade, meu Líder Renan Calheiros, porque, insisto em dizer, a medida provisória tem um erro na sua origem. Não estabeleceram o tempo em que deveria ficar na Câmara e o tempo em que deveria ficar no Senado. E essa é uma questão que precisa de urgência. Ontem, aqui, ao se tumultuar a sessão, ao haver toda aquela pressão... E concordo com o Senador Pedro Taques: o requerimento de encerramento não poderia ir a voto, sem se conceder tempo para a sua discussão, até porque isso é o que diz o nosso Regimento. Ele teria de ser discutido, teria de haver tempo para o encaminhamento; aí, sim, ele iria a voto. A partir daí, houve todo aquele tumulto. Isso não justifica o que aconteceu, mas acho que também temos de restabelecer os fatos como eles são, senão eu iria ficar aqui como omissos.

Quero ser solidário à Senadora Marta Suplicy, que, embora com muita dificuldade, chegou ao final da sessão. Acho que são sessões como essa que diminuem o Parlamento, em especial o Senado Federal. Acho que temos, daqui para frente, de ter o cuidado para que sessões como essa não se repitam mais.

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco/PSDB – PA) – Permite-me um aparte, Senador Moka?

O SR. WALDEmir MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Vou conceder o aparte. Fiz só a introdução, mas preciso abordar o assunto que me trouxe à tribuna. Já lhe concedo o aparte.

Sr. Presidente, Sra e Srs. Senadores, ontem os representantes do meu Partido, a convite da Senhora Presidenta da República, estiveram num almoço. A Presidenta, que nos recebeu com muita cordialidade, com muita educação, deixando-nos à vontade, fez várias colocações. Quero especificamente ater-me a uma delas, que foi o momento em que tive a oportunidade de me pronunciar naquela reunião.

Disse à Senhora Presidenta que ela tinha uma preocupação muito grande, Senadora Ana Amélia, com a questão do desmatamento e que não era preocupação de alguém que poderia ser considerado um ambientalista, um xiita ou coisa parecida, mas de alguém que tem a responsabilidade de conduzir a Nação.

Não votei na Presidente Marta, não fiz campanha para Presidente. O meu Estado foi o único lugar em que o Governador do PMDB apoiou o candidato José Serra, mas nem por isso eu seria capaz de cometer qualquer tipo de desrespeito e invoco o testemunho do Líder da minha bancada, o Senador Renan Calheiros. Quando a nossa Presidente acabou a sua colocação, eu lhe disse que estava convencido de que o texto aprovado na Câmara, em nenhum momento, estimulava o desmatamento, até porque, Sra e Srs.

Senadores, ele é muito claro. O texto se reporta a um decreto de junho de 2008.

Ora, tem-se um marco legal. Veja, Srs. Senadores, que qualquer produtor que fizer um desmatamento depois de junho de 2008 não encontrará agasalho no texto da lei e será punido pela legislação. Como pode estimular desmatamento um texto como esse?

Ao contrário, e aqueles que estão até junho de 2008, longe de anistia, terão de entrar num programa de regularização fundiária e, só depois que recuperarem aquilo que for degradado, só aí, então, poderão ter as multas suspensas. Vejam como o texto é claro e pedagógico. Por quê? O que será mais importante: recuperar a terra degradada ou recolher imposto por meio desse tipo de multa?

Quero conceder o aparte à Senadora Ana Amélia e, logo em seguida, à Senadora Vanessa Grazziotin. Desculpem-me, devo conceder o aparte, primeiramente, ao Senador Flexa Ribeiro. Perdoem-me.

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco/PSDB – PA) – Senador Moka, peço a V. Ex^a que o conceda, primeiro, à Senadora Ana Amélia e à Senadora Vanessa. Eu aguardo para aprender com os apartes das duas Senadoras, como estou aprendendo com o pronunciamento de V. Ex^a.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – V. Ex^a pode falar, Senador Flexa, não há problema.

O SR. WALDEMAR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Agradeço.

Concedo o aparte à Senadora Ana Amélia.

A Sr^a Ana Amélia (Bloco/PP – RS) – Apenas aceito a delicadeza do nosso colega Flexa Ribeiro, porque imagino o tema que irá abordar no aparte que fará a V. Ex^a, Senador Waldemir Moka. Fico nesse ponto da sua conversa com a Presidenta Dilma Rousseff a respeito do esclarecimento em torno dos termos, das palavras usadas, que, por desinformação, estão criando uma confusão no entendimento da sociedade brasileira a respeito do Código Florestal, no aspecto específico do que se chama anistia. Como bem V. Ex^a acaba de explicar, não se trata de anistia, mas de uma forma pedagógica de, em vez de punir, aproveitar essa multa para a recuperação da área desmatada nas condições legais que são apresentadas no texto primorosamente elaborado por Aldo Rebelo, que fez um trabalho – e V. Ex^a, como Deputado Federal, também teve participação, sim, na elaboração desta difícil missão de compatibilizar a questão de interesse nacional de aumentar a produtividade agrícola e dar sustentabilidade à produção com o cuidado ambiental. Parabéns a V. Ex^a. Tenho certeza de que seu papel aqui, no Senado, no encaminhamento do debate sobre o Código Florestal,

será de relevância fundamental. Esse trabalho já começou com a articulação seja com Jorge Viana, Relator da Comissão de Meio Ambiente, seja com Luiz Henrique, do seu Partido, que é responsável pela Relatoria nas Comissões de Constituição e Justiça e também de Agricultura e Reforma Agrária. Parabéns e conte com o meu apoio aqui, Senador Moka. Precisamos esclarecer os detalhes disso que não estão sendo bem entendido pela sociedade brasileira.

O SR. WALDEMAR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Agradeço o aparte e concedo o aparte à Senadora Vanessa Grazziotin.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Senador Moka. Um dia desses, eu estava fazendo um pronunciamento sobre o mesmo tema, e V. Ex^a me solicitou um aparte. Chegou a minha vez de solicitar o aparte a V. Ex^a e de dizer que temos pensamentos convergentes. Acho que não dá para tratar o Código Florestal, o conteúdo do projeto aprovado pela Câmara, como um Código que valoriza e estimula o desmatamento. O Deputado Aldo Rebelo, em momento nenhum, anistia qualquer desmatador, pelo contrário. A redação do artigo, salvo engano, não vou citar porque são tantos...

O SR. WALDEMAR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Art. 8º.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco/PCdoB – AM) – Art. 8º. A redação do art. 8º é a cópia do decreto assinado pelo Presidente Lula, de uma política de recuperação florestal. É a cópia. Qual é a diferença? Anistia é quando se recebe uma multa e dela se é anistiado, perdoado. O que o projeto propõe? O agricultor que desmatou ao arrepio da lei deve obrigatoriamente entrar num programa de recuperação florestal e, a partir desse momento, será, sim, considerado como uma pessoa legal, porque pagará a penalidade não com reais, com dinheiro, mas com árvore. E o que queremos? Dinheiro ou árvore? Queremos a árvore, a floresta replantada. Mas já temos a informação de que o Senador Jorge Viana, relator na Comissão de Meio Ambiente, já conversou com o Deputado Aldo, e vamos aqui travar o bom debate, que é o que o Brasil espera de todos nós. Parabéns, Senador Moka, por sua posição.

O SR. WALDEMAR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Agradecendo o aparte...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Senador Moka, V. Ex^a tem mais dez minutos, já que está falando logo após a Ordem do Dia. Portanto, o tempo de V. Ex^a é dobrado.

O SR. WALDEMAR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Concedo um aparte ao eminentíssimo Senador Flexa.

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco/PSDB – PA) – Senador, V. Ex^a iniciou seu pronunciamento fazendo um comentário sobre a sessão de ontem, da tarde/noite de ontem. V. Ex^a disse que aquela sessão não deveria se repetir, porque ela era negativa em relação à imagem do Senado Federal. Quero dizer a V. Ex^a que eu estava em reunião no gabinete e fui informado de que o Senador Humberto Costa e a Senadora Gleisi Hoffmann teriam usado da tribuna fazendo também comentários sobre a participação da oposição, dos Senadores da oposição na sessão de ontem. Vim até aqui para colocar isso e o farei no momento oportuno. Não quero prejudicar o seu pronunciamento que trata de uma questão importantíssima que é a revisão do Código Florestal. Uma peça de mais de 40 anos tem, sim, que passar por um processo de flexibilização em função do incremento da tecnologia. Mas esse é um assunto que, como disse a Senadora Ana Amélia, V. Ex^a domina com competência e fará o debate responsável, na ocasião em que o Projeto estiver tramitando no Senado. Com respeito à sessão de ontem, quero dizer a V. Ex^a que é exatamente o contrário. Acredito que a sessão de ontem mostrou a defesa da democracia que ocorreu aqui no Senado Federal. Abri aqui o site do Senado e vejo a manchete dizendo: "Humberto Costa diz que governistas vão endurecer contra oposição". Eu quero dizer que eu não sabia que o Senador Humberto Costa ou os Senadores governistas eram moles. Não acho que sejam moles; então não há o que endurecer. Che Guevara dizia: "Endurecer sem perder a ternura". Então, acredito que todos nós fizemos ontem o papel de defensores da Constituição e do Regimento do Senado Federal. Não acredito que tenha sido uma sessão para ser esquecida. Muito pelo contrário, uma sessão para ser relembrada e continuada. Acho que o processo democrático é isso mesmo, é o debate, é a vontade da maioria, mas a maioria dentro do Regimento. Por várias vezes, pedi uma questão de ordem pelo art. 14 e não me foi concedida. Questão de ordem! Regimentalmente tem que ser levantada e respondida no momento da solicitação. A questão de ordem era exatamente para dizer que os requerimentos, sim, têm que ser discutido um a um, e não da forma como foi colocado aqui. Mas essa é uma opinião que eu queria só trazer a V. Ex^a, e poderei aprofundar melhor no pronunciamento que farei da tribuna. Muito obrigado e parabéns pelo restante do pronunciamento de V. Ex^a sobre o Código Florestal.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Quero agradecer ao Senador Flexa Ribeiro, mas, na verdade, eu não queria passar por omisso. É que talvez V. Ex^a não tenha tido a oportunidade de ouvir os pronunciamentos que aqui aconteceram em rela-

ção a ontem. Mais uma vez, não sou homem de ficar em cima do muro e nem de me omitir. Acho que o que aconteceu ontem – insisto em dizer, isso é opinião pessoal – eu não gostaria que se repetisse. Acho que a gente pode debater, nós podemos ser firmes e flexíveis, mas ontem, lamentavelmente, o que se viu no final da sessão foi realmente uma coisa que a mim, particularmente – insisto nessa opinião – não engrandece o Parlamento.

Mas concedo um aparte ao Senador Casildo Maldaner.

O Sr. Casildo Maldaner (Bloco/PMDB – SC) – Senador Waldemir Moka, em relação ao caso de ontem eu acredito que até demorou, que houve uma verdadeira cirurgia na questão das MPs. Eu diria que as MPs estão hoje na UTI. V. Ex^a é médico, e para retirar da UTI agora é fazer esse tratamento necessário para corrigi-las. Acho que vamos ter um outro momento, a partir de ontem, em relação às medidas provisórias, sem dúvida alguma. É o grande questionamento. Inclusive, para chegar daí à questão que eu gostaria, que é a do Código Florestal, ontem, no almoço com a Presidente da República no Alvorada, com a Bancada do PMDB, essa questão foi tratada e ainda o Código Florestal. Eu queria cumprimentar porque V. Ex^a estava tratando sobre isso e, como médico, como professor, colocou de uma forma extraordinária no sentido de encontrarmos o denominador comum em relação ao Código Florestal que está chegando à Casa. Senti que o Senador Eduardo Braga tem alguns pensamentos um pouco diferentes, isso dentro da nossa bancada. O que eu estava achando? Eu digo isso com muita sinceridade, é meu jeito de agir. Senador Moka, V. Ex^a, com o Senador Eduardo Braga dentro da nossa bancada, buscando esse entendimento com a participação do Relator da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o Senador Luiz Henrique da Silveira, partindo os senhores três, acho que vão tirar o entendimento da nossa bancada, para daí, com o Senador Jorge Viana, do Meio Ambiente, nós buscaremos uma grande construção. Porque, naquela hora em que V. Ex^a disse que a degradação no Brasil não está na proposta do Aldo para que se anule, que se anistie, em absoluto. Vão ter de fazer uma inscrição das propostas, dos desejos, vão ter de recuperar. As notificações serão sobrestadas, as multas serão sobrestadas até que a recuperação esteja OK. Depois disso, será feito esse ajuste de condutas. Trata-se de assunto que até a Presidente desconhecia, e V. Ex^a o deixou muito claro ontem. Dentro da nossa bancada, com a participação de V. Ex^a, do Senador Eduardo Braga e do Senador Luiz Henrique, poderemos chegar a um consenso e

levá-lo a debate com o relator na Comissão de Meio Ambiente. Assim, poderemos chegar a um entendimento o quanto antes em relação ao Código Florestal. Quero cumprimentá-lo porque V. Ex^a propõe a convergência, entende da matéria. Para nós, catarinenses, é uma grande honra ouvi-lo.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS)

– Quero agradecer ao Senador Casildo Maldaner, que estava presente, assim como o Senador Pedro Simon, o Senador Renan Calheiros e outros.

Quero finalizar dizendo que tenho o maior respeito pela Presidente Dilma, acho que ela surpreende positivamente o País – e faço essa avaliação como um daqueles que não votaram na Presidenta. Ela surpreende pela forma firme e pelo ritmo importante que imprime em sua gestão. Agrada-me muito a postura e o comportamento da Presidenta.

E ontem, quando ela disse que sua preocupação era exatamente com a repercussão internacional, eu também tive oportunidade de dizer o seguinte, Senadora Ana Amélia: mercado é mercado, e a balança comercial é condicionada pela demanda. Aqueles que têm recursos para comprar, de alguma forma, estabelecem as condições. No entanto, Sr^as e Srs. Senadores, o que a Europa e os Estados Unidos têm para nos ensinar em relação à preservação? A Europa não tem 0,4% de sua vegetação nativa, enquanto o Brasil tem mais de 60%! – o Pantanal do Mato Grosso do Sul chega a ter 80% de sua vegetação nativa.

O que temos de fazer é inverter a lógica desse discurso, porque nós somos, de longe, a nação que mais produz alimentos de forma sustentável; a nação que, apesar de produzir grandes quantidades de alimentos, preserva seu patrimônio ambiental. Esse é que é o discurso! Não podemos nos acuar em função de pressão de ONGs em cujos quintais não se teve o cuidado que agora tentam nos impor. Não se preocupem eles porque nós vamos preservar.

Nós do Mato Grosso do Sul temos tradição na preservação e nem por isso deixamos de produzir. Somos o terceiro produtor de grãos do País e somos grandes produtores e exportadores de carne do Brasil, além das nossas *commodities* em relação ao minério de ferro.

Então, Sr. Presidente, ao encerrar, quero dizer às Senadoras e aos Senadores que o que houve ontem no almoço, invocando o testemunho daqueles que lá estiveram, foi um diálogo respeitoso, absolutamente respeitoso da parte da Presidente, a quem eu quero agradecer pelo honroso convite. Da minha parte, jamais seria indelicado com uma pessoa que, neste momento, representa 100% de todos os brasileiros e brasileiras.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra o Senador Delcídio do Amaral, pela Liderança do Governo.

V. Ex^a dispõe do tempo regimental.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem, Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Excelência, peço a palavra pela ordem apenas para registrar a presença, no plenário do Senado, do governador do meu Estado, do Estado do Amapá, o Governador Camilo Capiberibe.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS).

Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, venho a esta tribuna porque acompanhei com muito cuidado, com muita cautela, com muita prudência os últimos acontecimentos envolvendo o Governo Federal e, mais especificamente, a Presidenta Dilma.

Quero dizer às Sr^as e aos Srs. Senadores que conheço a Presidenta Dilma há quase vinte anos. Tenho a mesma origem dela, pois ambos viemos do setor de energia. Conheci a Presidenta Dilma quando era Secretário Executivo do Ministério de Minas e Energia do Governo Itamar Franco, governo que honrou o Brasil e no qual tive muita honra de trabalhar.

Naquela época, a Presidenta Dilma era Secretária de Infraestrutura do Rio Grande do Sul. O Governador era Alceu Collares. Conheci a Presidenta Dilma negociando uma das questões mais preocupantes do Rio Grande do Sul à época: a dívida da CEEE, a Companhia Estadual de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul.

Foi uma negociação dura, difícil. A Presidenta Dilma sempre foi uma pessoa determinada, que faz lição de casa, correta, defende seus argumentos, mas também ouve os argumentos das pessoas que se colocam de maneira clara; sensata, sempre pensa naquilo que é melhor para o nosso País.

Dali fizemos uma série de trabalhos juntos. O desenho e o modelo da usina de Candiota, que hoje opera, foram feitos lá atrás, quando a Presidenta Dilma era secretária de infraestrutura. Quando o filho é feio, ninguém lembra; quando o filho é bonito... Tenho visto uma porção de pais assumindo o sucesso que hoje é Candiota.

A primeira conversora de energia nós inauguramos juntos, quando eu estava no Ministério de Minas e Energia, e ela era secretária: a conversora de Paso

de Los Libres, uma conversora de 50 megawatts, na fronteira com Uruguaiana.

Depois, durante um tempo, eu voltei para a minha empresa naquela época, a Eletrosul, e a Presidenta foi para os Estados Unidos, sempre buscando se aperfeiçoar, trabalhar cada vez mais, qualificar sua conduta, preparar-se – eu não tenho dúvida nenhuma – para os desafios que viriam.

Encontramo-nos depois novamente, mas nesse ínterim nos falávamos por telefone, porque sempre tive uma admiração muito grande por ela: decente, digna, valorosa, competente, boa gestora, republicana.

Voltei a encontrar a Presidenta Dilma na Petrobras, onde era secretária de energia do Rio Grande do Sul, no governo Olívio Dutra. Começamos a trabalhar na estruturação do programa de gás natural do Rio Grande do Sul – canalização do gás natural boliviano no Estado, introdução do gás natural nas residências, no comércio, nas indústrias.

A termoelétrica a gás natural foi muito importante para a cidade de Porto Alegre, especificamente para o Rio Grande do Sul. Eram grandes linhas de transmissão para garantir a segurança energética daquele Estado.

Nunca esqueço quando nós instalamos a usina termoelétrica de Canoas. Naquela época, foi um projeto muito questionado, e hoje é um projeto absolutamente essencial para Mato Grosso do Sul.

Depois, Sr. Presidente, fui candidato ao Senado pelo meu Estado, Mato Grosso do Sul. O Presidente Lula eleito; a Presidenta Dilma, responsável e coordenando a transição, cuidando de uma área que ela conhece, que é minas e energia. Foi alçada ao Ministério de Minas e Energia, responsável por projetos fundamentais para o País. Tive a honra de ser relator, aqui no Senado, do novo modelo do setor elétrico, olhando e tendo como pilares modicidade tarifária, planejamento, universalização.

Isso, nada mais nada menos, é o Luz para Todos, Sr. Presidente, um modelo exitoso, de que tive a oportunidade de ser o relator e aqui debater intensamente, inclusive com a Presidenta Dilma, porque nós conseguimos implementar uma série de aperfeiçoamentos no projeto que veio do Presidente Lula.

Veio a crise de 2005/2006, e a Presidenta Dilma foi alçada à Ministra Chefe da Casa Civil. Mostrou a sua competência ao estruturar, a partir de 2007, o Programa de Aceleração do Crescimento, um programa com começo, meio e fim; um programa que naturalmente enfrentou dificuldades, porque nós éramos carentes de técnicos e carentes de engenheiros. O processo licitatório brasileiro, baseado na Lei nº 8.666, não é um processo fácil. Os licenciamentos ambientais...

Verdade é que o Brasil e as políticas do Presidente Lula foram implementadas. Vários projetos com dificuldades saíram do chão. Isso levou a Presidenta Dilma a ser indicada candidata para suceder o Presidente Lula.

Uma campanha memorável, histórica, uma campanha em que nós, mais do que nunca, levamos o nome da Presidenta Dilma sabendo a pessoa que ela é, sabendo o que ela já representava e sempre representou para o Brasil e o que ela faria pelo bem do nosso País, dando continuidade, mas avançando em cima daquilo tudo que o Presidente Lula trouxe nos oito anos de mandato.

A Presidenta Dilma, muitos falam: "Ah, não tem cintura política".

Eleger-se Presidente da República, enfrentar uma campanha dura como foi a campanha de 2010, e alguém vai me dizer que não tem cintura política? Com a construção partidária e com articulação política que foi promovida?

É ignorar os fatos, e eu não brigo com fatos. Alguém que chega à Presidência da República sendo candidata pela primeira vez, contando evidentemente com o apoio incondicional do PT, dos partidos aliados e especialmente do Presidente Lula, demonstrou claramente a competência política que tem.

A Presidenta Dilma assumiu em janeiro. Nós estamos, Sr. Presidente, com apenas cinco meses de governo. Construiu um ministério que efetivamente representa a coalizão, a articulação política promovida ao longo da campanha eleitoral que já havia sido iniciada no Governo do Presidente Lula e que hoje é concretizada pela participação dos partidos nos diferentes ministérios.

É importante registrar aqui: a Presidenta Dilma teve de fazer um meio cavalo-de-pau. Muitos diziam: "Gastaram demais! E é por isso que ela está fazendo isso". Não. É que a realidade mundial mudou. A realidade mundial mudou. Hoje, a inflação é uma preocupação não só do Brasil, mas uma preocupação de todos os países, inclusive dos países desenvolvidos nos vários continentes. E ela teve serenidade, segurou o caixa.

E qual é o governo que quando inicia não toma esse tipo de medida mesmo sendo governo de continuidade? É natural, até fruto também de um quadro externo diferenciado que levou a Presidenta a tomar medidas no sentido de economizar, no sentido de ter o superávit necessário para o País continuar tendo a credibilidade que conquistou a duras penas, Sr. Presidente.

Estão aí as medidas, muita gente apostando, mas a realidade é que a inflação está caindo. Os combustí-

veis eram os grandes vilões; entrou a safra de álcool, e o combustível está começando a baixar. Apreciação do câmbio – as medidas tomadas pelo Governo começam a ter resultado.

(Interrupção do som.)

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Sr. Presidente, se V. Ex^a pudesse me dar um pouco mais de tempo...

Sr. Presidente, estão aí os resultados. A inflação anualizada ainda é elevada, porque no ano passado – junho, julho – a inflação foi zero. Claro que anualizando em 12 meses ainda vai dar um valor alto. Mas o importante é que ela está em queda, e eu não tenho dúvida de que, no próximo ano, no primeiro quadrimestre, nós vamos chegar ao centro da meta.

Portanto, ela teve que tomar medidas, inclusive para garantir o crescimento de 4%, de 4,5%, porque o compromisso nosso, o compromisso de todos é ter a inflação como âncora, para garantir o crescimento e garantir a distribuição de renda.

Está aí o Brasil sem Miséria, lançado hoje, um programa fundamental, cidadão, para o nosso País.

Sr. Presidente, o País caminha, o País trabalha, os programas do Governo continuam, estão dando resultado. Aí alguns questionam: “Mas como é que nós vamos fazer? E as emendas?” É claro, isso é importante para os Municípios. Muitos aqui fizeram campanha assumindo os compromissos de investimento dos Municípios. O Brasil não vive só de PAC; existe aquele Brasil profundo que são os Municípios pequenos, que precisam das emendas dos parlamentares.

Mas começaram as liberações, Sr. Presidente: 2007, 2008; agora a discussão de 2009, que tem seu limite em 30 de junho. O Governo está fazendo a sua parte, Sr. Presidente, apesar das dificuldades e das medidas que teve de tomar para fazer efetivamente frente a esse momento diferenciado que o mundo enfrenta, especialmente no que se refere ao processo inflacionário.

Depois, falam de cargos. Eu pergunto aos Srs. Senadores e às Sr^{as} Senadoras. O Governo tem basicamente os mesmos partidos da coalizão ou da coligação que elegera a Dilma e que apoiou o Presidente Lula. Será que nós vamos ter grandes mudanças de cargo, Senador Pedro Simon? Nos Estados? Nas estatais?

Não acredito nisso. A Eletrosul deve permanecer, a Eletronorte, também; a Eletrobrás passou por pequenos ajustes; talvez Chesf, Eletronorte, Petrobras, BR Distribuidora.

E os cargos nos Estados? Nós vamos ter ajustes? Teremos. Mas nós não vamos virar o Governo de

cabeça para baixo, porque esse Governo é uma consequência do que o Presidente Lula também fez. Mas, mesmo assim, isso está sendo olhado com cuidado.

E, importante, eu quero registrar aqui, Senador Pedro Simon, a Presidenta Dilma tem preocupação com meritocracia. Portanto, não entra qualquer pessoa num cargo federal que ela quer saber quem é. Ninguém aqui está questionando indicação política, mas tem que ter indicação política com premissa de experiência, de competência. E é isso que a Presidenta Dilma tem procurado fazer, escolhendo pessoas que executem um bom trabalho e que honrem o nosso Governo.

Portanto, esse é um quadro evolutivo, um quadro absolutamente natural. Temos que dar um tempo ao Governo. São cinco meses de mandato da Presidenta Dilma. Estamos entrando em junho, mas parece que estamos em um Governo com dois, três anos de idade. Temos que deixar a Dilma trabalhar! E ela está trabalhando. Ela tem uma pauta extensa para incrementar e para discutir com o Legislativo.

Existem falhas? Existem. Os articuladores do Palácio do Planalto precisam conversar mais sobre política? Precisam conversar mais sobre política. Não vamos só votar. Não adianta ter maioria no Senado ou na Câmara. O diálogo político, o exercício da política é fundamental para qualquer governo, e é isso que temos que fazer. Não tenho dúvida de que a Presidenta Dilma tem consciência disso.

Está aí o Código Florestal. Vamos fazer essa discussão do Código Florestal com tranquilidade, com equilíbrio, ampliando cada vez mais – isso é importante registrar – o diálogo com as diferentes lideranças, com os Parlamentares aqui do Senado.

Sr. Presidente! *(Pausa.)*

Sr. Presidente! Portanto, Sr. Presidente, voltando aqui ao que eu vinha dizendo... Portanto, Sr. Presidente...

Sr. Presidente, aí não dá! *(Pausa.)*

Sr. Presidente, portanto, voltando ao que víhamos discutindo, víhamos falando, temos muitas coisas pela frente. Falamos aqui da articulação política. Agora, tudo isso catalisado por uma crise...

(Interrupção do som.)

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS.

Fora do microfone.) –...com o Ministro Palocci, Chefe da Casa Civil, ocupando uma pasta absolutamente estratégica.

O Ministro Palocci deu as suas explicações, falou dos seus contratos de consultoria, falou, inclusive, das cláusulas de confidencialidade. O Ministro Palocci é um homem que trabalhou muito pelo País: foi Ministro da Fazenda em um momento crucial e, com a sua tran-

quilidade, a sua serenidade e o seu equilíbrio, levou o Brasil a essa situação, sem dúvida nenhuma, sem demérito nenhum ao trabalho do Ministro Guido Mantega; depois, foi Deputado, um homem formulador. Deu as explicações necessárias. Não há entendimento claro ou algumas pessoas questionam as explicações do Ministro Palocci, mas não tenho dúvida nenhuma de que ele vai disponibilizar as informações necessárias para que o Procurador-Geral da República faça o seu juízo. Faça o seu juízo!

E eu compactuo com o Senador Pedro Simon aqui: o Dr. Roberto Gurgel é um homem de bem, é um homem sério, um homem isento e não está sendo eventualmente reconduzido porque engavetou alguma coisa, mas porque conquistou o respeito dos seus pares pelo trabalho insano que fez, inclusive substituindo também um procurador que é referência para todos nós, que é o Dr. Antonio Fernando. Portanto, não tenho dúvida de que ele dará as explicações e a Procuradoria-Geral da República vai posicionar-se.

Agora, o que eu acho, Sr. Presidente, é que, com todos esses desafios e o País andando, o Governo andando, com cinco meses, começam a criar uma crise, inclusive, de desestabilização...

(*Interrupção do som.*)

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS)

—... do Ministro. Como é que pode a gente receber tiro de quartel para entender? (*Fora do microfone.*) Será que a gente não tem o bom senso e a racionalidade para entender que isso afeta o nosso Governo, que isso afeta a Presidenta Dilma?

Eu aprendi: Chefe da Casa Civil, Presidente da Petrobras e Ministro da Fazenda são do Presidente. É o Presidente é que cuida disso, porque são áreas muito sensíveis. E a decisão é da Presidenta Dilma, porque é um cargo muito delicado, é um cargo sensível. E com a competência, com a idoneidade e, acima de tudo, com a isenção, eu sei, da Presidenta Dilma, a decisão que ela tomará será uma decisão muito equilibrada com relação à questão do Ministro Palocci.

Mas nós não temos o direito de tentar bombardear o Ministro Palocci para desestabilizá-lo.

Nós estamos prestando um desserviço ao Brasil. Um desserviço ao Brasil! Isso não é justo. Não é justo porque nós estamos prejudicando a Presidenta Dilma, que está trabalhando desde o primeiro dia que assumiu o País. E o País vai bem, ao contrário de algumas versões que tentam jogar para as pessoas que estamos numa crise gigantesca. Não, é uma crise individual, e o Procurador-Geral da República com certeza vai fazê-lo o diagnóstico e vai avaliá-la corretamente.

Portanto, eu estou vindo aqui, Sr. Presidente, para afirmar que nós não podemos deixar que essas coisas prejudiquem o andamento de um governo que está dando certo. Que está dando certo! O Presidente Lula nos ajudou muito com a sua vinda na semana passada. Mas talvez nós não o avaliássemos pela sua liderança, pelo que ele representa para o povo brasileiro e para a classe...

(*Interrupção do som.*)

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS)

—...política, pois, por mais boa vontade, por mais boa intenção que ele (*Fora do microfone.*) tivesse, ficou uma imagem de fragilidade da Presidenta Dilma, algo que ela não é. Se existe uma coisa que a Presidenta Dilma tem é autoridade. E quem está falando aqui é alguém que conviveu com a Presidenta.

Portanto, essas coisas são muito delicadas. Nós temos que ter tranquilidade, nós temos que ter equilíbrio. Nós não podemos prejudicar um governo que caminha, que tem projetos.

Quando eu vejo assim: agenda positiva, reunião com não sei quem, reunião com partido, o fundamental é agenda positiva, mas e a outra agenda que nós não estamos discutindo?

Ontem, ninguém disse que o STF tomou a decisão com relação à guerra fiscal. O que isso vai representar para essa reforma tributária fatiada? Está lá a Resolução nº 72, da CAE: o Governo prepara a desoneração de investimentos, o Governo prepara a desoneração da folha.

(*Interrupção do som.*)

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS)

Fora do microfone.) — Nós estamos aí na iminência de discutir o Código Florestal. E o Governo mesmo está entendendo que tem que ampliar, capilarizar esse debate. E o Senado vai ter tranquilidade e discernimento para oferecer um Código Florestal adequado, que atenda os produtores, que atenda os ambientalistas.

Ontem, nós tivemos a licença de Belo Monte, o maior projeto em instalação no mundo. E nós não vamos fazer nenhum comentário? Só vamos ficar nessa crise, que na verdade não existe, que é uma crise individual, que evidentemente corre risco, se não for bem administrada, é claro que ela pode se estender. Mas nós temos que ter o pé no chão para entender o quadro que a gente está vivendo para fazer com que o Governo continue andando.

Sr. Presidente, nós temos outras pautas também que eu não posso aqui deixar de registrar. Além da pauta tributária, a divisão dos *royalties* do pré-sal, que nos levou a uma mudança de modelo, que a Ministra Dilma comandou à época, absolutamente pertinente

com essa nova realidade que o Brasil convive, enfrenta. A Emenda nº 29, da Saúde, uma preocupação de vários prefeitos. A preocupação de se ter uma via rápida da Lei nº 8.666, do licenciamento ambiental, porque é fundamental que nós tenhamos uma modelagem ágil para implementar os projetos do PAC, o PAC II, que será lançado agora no segundo semestre, atendendo cidades com menos de 50 mil habitantes.

Quantos são os desafios, Sr. Presidente! Nós temos uma pauta extremamente importante para o País e estamos patinando. E o pior é o seguinte: gente jogando contra! E jogando contra para quê? Esse jogo acaba prejudicando a gestão da...

(*Interrupção do som.*)

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS)
– ...Presidente Dilma.

Portanto, Sr. Presidente, (*Fora do microfone.*), temos que ter essa consciência, ter o pé no chão, ter bom senso, olhar essas coisas com equilíbrio, para que, efetivamente, o Brasil continue marchando na busca de um país melhor, de um país de oportunidades, de um país com crescimento, de um país com saúde, com educação, com segurança, um país de todos, como dizia o lema do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Portanto, eu não podia deixar de vir aqui, a esta tribuna, pelo menos para tentar dar alguma colaboração em função da nau de insensatos que tentam, com esse problema, prejudicar toda a ação do Governo.

Eu acho que nós não merecemos isso. Eu acho que nós temos que ter, acima de tudo, responsabilidade, especialmente com relação a um governo que promete muito...

(*Interrupção do som.*)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS)
– ...e que, sem dúvida nenhuma, vai fazer muito pelo nosso País.

Eu quero agradecer a V. Ex^a pela paciência e tolerância e agradecer aos colegas também pela paciência e tolerância.

E só terminar, dizendo o seguinte: deixe a Dilma trabalhar, Sr. Presidente!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra a Senadora Ana Rita.

V. Ex^a dispõe do tempo regimental.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, expectadores da TV Senado, ouvintes da rádio Senado, venho à tribuna destacar a importância das audiências públicas

que vêm sendo realizadas pelo Governo do Estado do Espírito Santo para discutir o Plano Plurianual (PPA) e o Orçamento do próximo ano.

As audiências públicas têm o meu apoio e, sem dúvida alguma, farão com que o projeto de lei com as metas, estratégias e ações prioritárias do Executivo estadual cheguem à Assembleia Legislativa do Estado imbuído de legitimidade, resultado do amplo debate que vem sendo feito com a população capixaba.

Com as audiências públicas, o governo de Estado aprimora os canais de diálogo com os capixabas e amplia o foco geralmente localizado nos interesses locais e transfere a preocupação para o desenvolvimento regional harmônico, fomentando identidades e compromissos coletivos.

Tive a oportunidade, Sr. Presidente, de participar da audiência pública, realizada na última sexta-feira, dia 27 de maio, na região do Município de Cachoeiro de Itapemirim e conferir como as audiências públicas têm sido importantes e como têm contado com a participação dos capixabas na construção do Plano Plurianual e também do Orçamento.

Só na audiência pública de Cachoeiro de Itapemirim mais de 700 pessoas participaram. A população tem dado opiniões e apresentado suas demandas para a saúde, a educação, o saneamento básico, entre tantas outras áreas, o que acho extremamente salutar para o fortalecimento da participação popular e da democracia direta no Estado do Espírito Santo.

Quero elogiar, Sr. Presidente, a decisão do governo de Estado de fazer as audiências públicas de forma a contemplar todas as regiões do Estado e de ter inovado, ao garantir a presença do Governador Renato Casagrande e dos secretários de Estado em todos os espaços de discussão sobre o PPA e também sobre o orçamento.

Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, no Espírito Santo, a série de audiências públicas para discutir o PPA foi aberta pelo governo do Estado no dia 12 de maio. Ao todo, serão realizadas 10 audiências para se debater com os capixabas dos 78 Municípios do Estado as prioridades do Plano Plurianual de 2012 a 2015 e para o Orçamento do próximo ano.

Até o momento, o governo do Estado já realizou seis audiências com um número expressivo de mais de três mil e oitocentos participantes. O objetivo, Sr. Presidente, do governo do Estado é elaborar um Plano Plurianual e um Orçamento que contemplam as expectativas dos cidadãos capixabas, focando o atendimento aos segmentos mais vulneráveis e o desenvolvimento regionalmente equilibrado.

Este ano, o Governo ampliou ainda mais a participação da sociedade com a criação de um site na

Internet, que é o (www.ppaonline.es.gov.br). O site está aberto para receber demandas e proposições ao PPA e também ao Orçamento. Até o momento, o site teve mais de 4 mil visitantes, 520 pessoas cadastradas e já foram apresentadas 230 propostas para as cinco primeiras audiências.

Esta semana, Sr. Presidente, estão acontecendo mais duas audiências públicas: uma, abrangendo os Municípios da metrópole expandida sul, lá do Estado, e outra com os Municípios da região sudoeste e serrana. As duas últimas audiências serão realizadas na próxima semana, em Santa Teresa, com os Municípios da central serrana e em Vitória, com a região metropolitana.

Faço questão de destacar este tema porque considero o PPA e o Orçamento como ferramentas indispensáveis para viabilizar a inserção da população nas decisões das administrações públicas. São nestas audiências que é possível alcançar uma parcela da população que mais necessita.

Quero finalizar este primeiro momento da minha fala, Sr. Presidente, parabenizando a Senadora Gleisi Hoffmann, que é a Relatora do primeiro PPA do Governo da Presidenta Dilma Rousseff. A Senadora Gleisi é a primeira mulher a relatar um Plano Plurianual do Governo Federal. A escolha foi muito acertada, e tenho certeza de que, com o seu olhar, certamente, podermos contar, no PPA, com um foco específico para as políticas para mulheres.

Sr. Presidente, também quero aproveitar esta oportunidade para fazer um destaque com relação ao Plano Brasil Sem Miséria. Hoje, a Presidenta Dilma presenteou o Brasil com mais um ambicioso e magnífico plano de que já tive conhecimento na minha história de vida, na minha militância. Principalmente por ser um plano robusto o suficiente para não ser apenas uma ficção e, sim, um pano que fará a diferença na vida da nossa população.

Na manhã desta quinta-feira, o Governo brasileiro deu um passo importante para este ser, de fato, um País rico e desenvolvido, erradicando a miséria ainda presente em nossa sociedade. A Presidenta apresentou a meta de retirar 16,2 milhões brasileiros da situação de extrema pobreza.

Como assistente social e militante pelos direitos das pessoas, pela melhoria da qualidade de vida dos mais pobres, estou feliz em fazer parte de um Governo que coloca a população em primeiro lugar, que tem a melhoria da condição de vida do povo como meta. O Plano Brasil Sem Miséria agrupa transferência de renda, acesso aos serviços públicos nas áreas de educação, saúde, assistência social, saneamento, energia elétrica e inclusão produtiva. Quer dizer, é um plano que

envolverá praticamente, Sr. Presidente, todos os ministérios, que colocará a estrutura do Governo Federal em função da mais importante meta já estabelecida: erradicar a miséria do nosso País. O plano ampliará programas existentes, desenvolverá novas iniciativas, além de articular ações com os Estados, Municípios, empresas públicas e privadas, além de organizações da sociedade civil.

Como bem frisou a nossa Presidenta, não será mais a população pobre que andará atrás do Estado; agora é o Estado que vai em busca das pessoas pobres. Será, de fato, a busca ativa, em que o Governo buscará identificar a população em situação de extrema pobreza para cadastrá-las e incluí-las nos programas assistenciais.

O plano, Sr. Presidente, utilizará a experiência adquirida no governo anterior, do Presidente Lula, que conseguiu melhorar a renda e a qualidade de vida de mais de 30 milhões de brasileiros e demonstrou que as medidas de transferência de renda foram muito acertadas. Agora é a vez de incluir mais 16 milhões de brasileiros e brasileiras no processo de desenvolvimento econômico pelo qual o País atravessa.

O Governo, Srs. Senadores e Sr's Senadoras, poderá até dar o peixe, mas, ao mesmo tempo, ensinará a pescar. É isso o que o Governo da Presidenta Dilma está fazendo. A pessoa em situação de extrema pobreza está destituída de sua cidadania. O plano, com certeza, ajudará esses homens e essas mulheres a resgatarem o orgulho de serem brasileiros e a abrir as portas da sociedade e do mercado de trabalho.

A capacitação e a assistência técnica são um dos grandes trunfos do plano, que dará apoio à organização produtiva dos trabalhadores e das trabalhadoras, sejam eles urbanos ou rurais.

Vou aqui, Sr. Presidente, fazer uma pequena redução do plano a números, para que possamos visualizar o que significa essa importante iniciativa.

O Sr. Jorge Viana (Bloco/PT – AC) – Senadora, V. Ex^a me permite um aparte?

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sim, Senador Jorge Viana. Com a palavra.

O Sr. Jorge Viana (Bloco/PT – AC) – Eu queria, querida Senadora Ana Rita, dizer que tive o privilégio, como V. Ex^a e vários colegas do Senado e do Congresso e muitos brasileiros e brasileiras, de viver um momento histórico, que diz respeito a um projeto de Governo que tem sequência. Foi iniciado com o Presidente Lula, que vem de uma das camadas mais sofridas do nosso povo. Ele alcançou o cargo mais importante da República e montou uma equipe que tinha na coordenação uma mulher das mais brilhantes deste País: a Presidente Dilma. Hoje, na qualidade de

Presidente da República, ela avança um pouco mais no programa iniciado pelo Presidente Lula, na busca de chamar todos nós, brasileiros, para combater essa chaga, algo que nos envergonha. Este País é um dos grandes produtores de alimentos do mundo, um dos países mais aquinhoados com riquezas naturais, mas que tem uma parcela importante da população que passa fome, que sofre e que vive no que chamamos de pobreza extrema ou miséria. E V. Ex^a, trazendo esse tema para cá, hoje, faz com que fique registrado nos Anais da Casa, na história do Brasil, o início da erradicação da miséria no nosso País. Fiquei feliz quando ouvi a Presidente Dilma anunciando o Bolsa Verde, por exemplo. Sei que V. Ex^a vai falar de todos os pontos. O Bolsa Verde é um sonho dos ambientalistas, daqueles que vivem na atividade rural, trabalhando o campo; daqueles que têm sensibilidade social. Muitos, milhares de famílias, dos vinte e cinco milhões de amazônicas, vivem cuidando do meio ambiente, cuidando dos limites do nosso País, nas fronteiras, e nunca receberam nada, nem mesmo um “muito obrigado” do País pelo trabalho que fazem. Agora, não; agora, vão ser reconhecidos como cidadãos que fazem um serviço ambiental, que é importante para o Brasil e para o mundo. E mais do que isso, são os guardiões de uma das áreas mais importantes que nós temos, que é a Amazônia. Então, da cidade menor deste País às metrópoles, aos lugares mais distantes na Amazônia, esse plano abarca, porque onde houver um cidadão passando necessidade... Como a Presidente falou, é uma ação proativa, é uma busca que cada vereador, prefeito, Deputado, Senador, entidade da sociedade civil deve fazer a partir do lançamento desse programa, para encontrarmos uma família desamparada e, com o apoio do Governo, estendermos a mão e apontarmos o caminho do amparo, para que elas possam se libertar desse drama. Encerro, com isso, parabenizando V. Ex^a. É dura essa história de que V. Ex^a falava ainda há pouco, de dar a vara de pescar ou já o peixe. Não, não se trata disso. Eu aprendi que nós temos de libertar as pessoas dessa dependência, desse sofrimento de ter de viver para garantir o que comer, para garantir a sobrevivência, ou seja, o seu alimento. Esse programa vai libertar milhões de brasileiros e vai fazer com que todos nós possamos ficar orgulhosos do País que nós vamos ajudar a construir brevemente, se Deus quiser. Parabéns a V. Ex^a.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Obrigada, Senador Jorge Viana.

Realmente, hoje de manhã, foi emocionante a apresentação do plano, porque é um plano extremamente grandioso, é um plano de governo de fato, no qual todos os Ministérios estão envolvidos. O que mais

nos chama a atenção é justamente essa articulação entre os Ministérios e essa preocupação com todo o povo brasileiro, do campo e da cidade, particularmente com as pessoas mais pobres e mais esquecidas deste País. Nós acreditamos muito. Agora, vai depender, Sr. Senador, também do envolvimento dos Municípios, dos prefeitos, dos governadores, porque é um grande mutirão. Eu considero esse plano um trabalho a ser realizado em forma de mutirão, com o Governo Federal, os governos estaduais e os governos municipais trabalhando juntos para que, de fato, esse plano possa atingir a meta estabelecida pela Presidenta Dilma. É isso.

Então, rapidamente, eu gostaria de visualizar alguns números que foram destacados e que eu considero extremamente importantes para que quem estiver nos ouvindo, principalmente nos vendo pela TV Senado, possa ter a dimensão da importância desse plano lançado, hoje, pela Presidenta Dilma.

Tem como meta:

- Retirar 16,2 milhões de cidadãos e cidadãs da extrema pobreza.
- Buscar famílias com renda *per capita* de até R\$70.
- Qualificar 1,7 milhão de pessoas entre 18 e 65 anos, em idade produtiva, e inseri-las no mercado de trabalho.
- Capacitar 60 mil catadores para coleta seletiva até 2014.
- Estruturar a cadeia produtiva do lixo para 280 mil catadores e incrementar 100 redes de comercialização.
- Elevar para 250 mil o número de agricultores em situação de extrema pobreza atendidos pelo Programa de Aquisição de Alimentos.
- Assistência técnica rural, elevando para 11 técnicos para cada mil famílias de agricultores – isso é extremamente importante, trata-se de demanda dos trabalhadores e trabalhadoras rurais que sempre temos recebido.
- Fomento semestral de R\$2,4 mil por família, durante dois anos, para apoiar a produção e a comercialização de excedentes de alimentos.
- 253 mil famílias receberão sementes e insu-
mos – olha que beleza: poder produzir seu alimento e produzi-lo também em condições de vender.
- 600 mil famílias terão cisternas para produ-
ção.
- 257 mil famílias receberão energia elétrica.
- 750 mil famílias construirão cisternas nos pró-
ximos dois anos e meio.
- 272 mil famílias receberão sistemas de abas-
tecimento.

- Instituição da Bolsa Verde de R\$300 para preservação ambiental.
- Inclusão de mais 800 mil pessoas.
- Mais 1,3 milhão de crianças e adolescentes incluídos no Bolsa Família.

Esse plano segue a lógica muito bem defendida pela Presidenta da Cooperativa de Costureiras de Osasco, São Paulo, que estava presente no evento: essas pessoas não precisam de esmola e, sim, de oportunidade, e o plano dará o apoio necessário para que esses cidadãos e cidadãs avancem e ganhem autonomia financeira.

É importante, Sr^ss e Srs. Senadores, o depoimento de uma senhora que faz parte dessa cooperativa, que ressaltou a diferença que fez em sua vida o fato de ter sido incluída no Bolsa Família e de ter tido oportunidade de se qualificar, de estudar, de se preparar e também de ocupar outros espaços. Hoje, ela preside uma cooperativa que tem total autonomia, que tem condições de oferecer os seus serviços, de participar do processo de licitação pública, enfim, uma cooperativa que pode assegurar a ela e às outras pessoas associadas melhores condições de vida.

Assim, Sr. Presidente, quero finalizar parabenizando nossa Presidenta Dilma, parabenizando toda a sua equipe de trabalho, parabenizando todos os Ministros e Ministras pela grande iniciativa.

Orgulhamo-nos de ter um Governo que olha para o cidadão e para a cidadã, que busca incluir todos no crescimento econômico.

Também quero parabenizar a nossa Ministra Tereza Campello, que, apesar das dificuldades pessoais por que passou nesses últimos tempos, conseguiu construir esse plano magnífico, esse plano maravilhoso que, com certeza, vai fazer uma grande diferença na vida do povo brasileiro.

Era isso o que eu gostaria de dizer, Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores.

Muito obrigada.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem. Em seguida, o Senador Renan Calheiros.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Enquanto o Senador Renan Calheiros, nosso amigo, se dirige à tribuna... Ele vai devagarzinho.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – V. Ex^a está inscrito para falar posteriormente.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, muito obrigado pela educação de V. Ex^a conduzindo os tra-

balhos da Mesa. Aqui, não tem escoteiro, todo mundo é Senador e há que se respeitar um Senador que extrapole dois, três ou quatro minutos, discutindo temas importantes. Não há que se evocar Regimento Interno para dar esporro em Senador, porque aqui não tem menino. V. Ex^a está dando um exemplo dessa compreensão. Chegou aqui pelo voto. Aqui, ninguém é CC2 do Governo e nem é CC3 de gabinete de Senador nenhum, para Senador sentar-se nessa cadeira e achar que pode dar esporro em quem está aqui embaixo.

Agradeço muito a Deus por não ter estado na sessão de ontem, pois, com o sangue que Deus me deu, ninguém morde a minha veia, porque fica muito difícil. Mas agradeço a V. Ex^a a compreensão de me deixar fazer o registro.

Aliás, quero alertar os Senadores que se sentam nessa cadeira de que Salomão escreveu alguma coisa e deixou para eles: “A arrogância precede a ruína”. É de Salomão essa frase, por isso é tão forte e tão bonita.

Eu gostaria de registrar, mais uma vez, a movimentação da família brasileira, ontem, nessa Esplanada. Foram líderes do País inteiro, numa movimentação de pessoas que se levantam não somente contra o PL nº 122, que é famigerado. Esse PL nº 122 é um defunto que só precisamos sepultar. Aliás, é o recado que dou para o Brasil como Presidente da Frente da Família: não tem futuro, até porque não tem acordo. Não faremos acordo. E qualquer tentativa... Falo em nome de mais de 70 Senadores que fazem parte da Frente da Família, que amam a família e que acreditam em família nos moldes de Deus.

O povo veio às ruas para dizer, também, que está assustado com esse discurso de legalização de drogas. Antes, Fernando Henrique estava falando em legalização da maconha; agora, ele quer todas: ele quer o oxi, ele quer o crack, ele quer que se legalize cocaína. Vai ser lindo! Haverá uma lei estabelecendo que o cara que não contratar, para a sua empresa, um viciado em crack será preso; o cara que não contratar um viciado em cocaína para dirigir ônibus não terá condições de obter licença para ser empresário; o cara que não contratar um maconheiro para ser o ascensorista de seu prédio será banido da vida. Então, nós teremos um País de drogados.

É triste ouvir isso de quem governou este País durante oito anos. Eu, até agora, quero respeitá-lo.

Ontem, o Aécio falou para mim: “Vai devagar, porque o homem tem mais de 80 anos de idade.” Eu fiquei feliz, porque o Aécio me disse que esse não é um discurso do PSDB e nem dele. Eu fiquei preocupado, porque Aécio será candidato à Presidência da República em 2014. Preocupa-me pensar que ele também possa levar isso para frente. Até perguntei a Aécio o que ele

achava da legalização das drogas e o que ele achava do uso de drogas. Ele me falou que é contra isso tudo e até me tranquilizou, porque se esse fosse um discurso do partido, seria dolorido a gente entender que estão semeando uma coisa para fazer acontecer.

Ele teve oito anos para fazer isso e não teve coragem de fazer esse discurso. Ele estava querendo eleger o Serra e, se fizesse esse discurso, como já estava baixo demais, ficaria pior. Faltou coragem. Agora, ele dá entrevista em todo lugar querendo a legalização das drogas. Eu vi uma entrevista dele que está nos jornais. Ele não quer só maconha, não; ele quer que se legalizem o oxi, a cocaína, o crack. Olha só! Mamãe, me acode! Só está faltando eu ver chover para cima.

Então, quero registrar que, como Presidente da Frente da Família, de que V. Ex^a faz parte – eu digo isso ao povo da Paraíba e ao povo de Alagoas –, de que nós fazemos parte, nós haveremos de fazer esse enfrentamento aqui, como fizemos ao PL nº 122, esse famigerado, desgraçado, que não vai ter vida aqui, porque o Senado jamais criará uma lei para enfrentar valores de família.

O enfrentamento que fizemos foi para a morte desse kit gay, em relação ao qual a Presidente Dilma tão sabiamente, de maneira tão decisiva, em favor de valores de família, tomou uma decisão tão importante.

Por isso, eu faço este registro hoje, e o registro da tristeza, da arrogância da Mesa no dia de ontem, embora fazendo parte da base do Governo.

Governo que quer prosperar não pode colocar nessa mesa pessoas que fazem o enfrentamento e que trazem prejuízos ao Governo, sob o ponto de vista do relacionamento.

Aqui estou há oito anos e quatro meses e nunca vi o que vi ontem: Senador sendo desrespeitado, tendo a palavra cortada. Aqui, não tem nenhum escoteiro e, se houvesse um escoteiro, tinha de respeitar. Tinha de respeitar! Aqui, não tem nenhum CC4, nenhum CC2 de gabinete de Senador. Todo mundo veio aqui pelo voto.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra o Senador Renan Calheiros.

V. Ex^a dispõe do tempo regimental.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL.) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^as Senadoras e Srs. Senadores, como é de conhecimento público, os Senadores do PMDB estiveram em várias reuniões importantes na semana que vai se encerrando. Primeiro, Sr. Presidente, a bancada se uniu em torno do Presidente Michael

Temer em um jantar, na segunda-feira, em que tratamos de temas extremamente relevantes para o País.

Nessa reunião de trabalho, o partido debateu alguns dos temas que afligem o Parlamento, em particular, o Senado Federal. O atual modelo de análise das medidas provisórias, tão discutido aqui ontem e hoje, está provocando a atrofia do Senado Federal e nos levando, Sr. Presidente, a esse clima de desgaste, a esse clima de permanente desgaste que ontem e que hoje vivemos aqui.

Esse engessamento, como todo mundo sabe, não pode prosperar. No formato atual, temas da maior repercussão e importância só chegam ao Senado Federal na undécima hora e rebaixa, Sr. Presidente, os Senadores a meros despachantes de medidas provisórias. Esse modelo imobiliza o Senado Federal, e a nenhum democrata interessa que um dos Poderes seja diminuído ou atrofiado pelo excesso de outros Poderes. Temos também, Sr. Presidente, já tive a oportunidade de expressar daqui da tribuna do Senado Federal, muita preocupação com o bicameralismo. A Constituição nos obriga a praticá-lo e, da forma que vai, vamos ter uma crise na relação bicameral no Brasil entre Câmara e Senado Federal.

Da mesma maneira, Sr. Presidente e Srs. Senadores, o PMDB defende um debate minucioso e mais aprofundado sobre o Código Florestal. O próprio Governo já acenou com a possibilidade de prorrogação do decreto. Ontem, no almoço que tivemos com a Presidenta Dilma, nós pedimos a Presidenta, já que existe um esforço nesta Casa para construir um consenso em torno do Código Florestal, que seja dilatado o prazo do decreto, para que tenhamos tempo para construir esse acordo. Porque, todos sabem, esse acordo vai até o dia 11 de junho. O Código, o PMDB entende dessa forma, é uma imperiosa modernização na preservação do nosso patrimônio ambiental.

O PMDB entende, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que é possível e desejável buscar um modelo que conjugue crescimento econômico com sustentabilidade e preservação ambiental. Para tal, o primeiro passo é dar aos antagonismos o tamanho que eles têm. Não adianta pressa se vamos para o lado errado. Uma legislação para o futuro não pode, de forma alguma, ser vítima de açodamentos.

Outra decisão igualmente relevante do partido, da bancada do nosso partido aqui no Senado Federal, se refere, Sr. Presidente e Srs. Senadores, à urgente necessidade de alterarmos o indexador que hoje corrige as dívidas dos Estados com a União.

O atual indexador, o IGP-DI (Índice Geral de Preços), mais 6%, em alguns casos 7.5% ou mesmo 9%, conforme o caso, repito, é desproporcional e in-

compatível com a atual realidade do Brasil e com a capacidade de pagamento dos Estados brasileiros. No ano passado, para que todos tenham uma ideia, o IGP-DI foi de 11%, e para os Estados que devem pagar mais de 9%, os juros totais anuais vão – pasmem – a 20%. Um percentual abusivo, já que os Estados não são empresas, não visam lucros e, portanto, é ilógico a União pretender faturar financeiramente em cima dos Estados.

É óbvio, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que a Presidenta Dilma não tem nada, absolutamente nada a ver com isso. O Governo da Presidenta Dilma está apenas começando. Mas a circunstância exige a substituição desses índices. E ontem, tivemos a oportunidade, juntamente com a bancada do PMDB, de levar esse assunto e discutir com muita abertura com a Presidenta da República sobre ele.

Mais do que rever esse índice – já disse isto, mas quero repetir –, defendemos ainda, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que 20% dessas dívidas sejam transformadas em investimentos, nos Estados, em educação e saúde.

Nesse aspecto, para que isso possa ser proposto, e na sequência implementado, a bancada indicou os Senadores Luiz Henrique da Silveira e Eduardo Braga para compilarem uma proposta que será, em breve, aprovada pela bancada do Senado, aprovada pela bancada da Câmara dos Deputados e entregue ao Ministro da Fazenda.

Todos esses temas, Presidente Wilson Santiago, foram levados à Presidente Dilma, repito, no almoço realizado na quarta-feira com a bancada do PMDB. Os Senadores do PMDB, a impressão que temos, foi o que nós recolhemos conversando com todos, ficaram muito satisfeitos com a aproximação feita pela Presidente, e reiteraram a confiança na robustez dessa aliança política, que está revolucionando o perfil socioeconômico do Brasil.

A bancada entende, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que, depois de domar as ameaças da volta da inflação – e, em nome da bancada, eu tive a satisfação de colocar isso para a Presidente Dilma –, o Governo e seus aliados têm diante de si um desafio coletivo de aperfeiçoar a relação política entre o Executivo e o Legislativo. Da parte do PMDB, nos colocamos à disposição para colaborar nesse aprimoramento e para participar da formulação de políticas públicas de interesse da Nação.

A Presidente Dilma, como todos sabem, foi muito receptiva e encadeou argumentos em favor do aprimoramento da relação política. Eu não tenho dúvida, Sr. Presidente e Srs. Senadores – e este é o testemunho que tenho a satisfação de dar aqui da tribuna do Sena-

do Federal –, que esse aprimoramento vai acontecer. Nós precisamos dele, o Brasil precisa dele. O Governo – repito – está indo muito bem, está começando muito bem, e nós não podemos deixar, todos juntos, de superar essa dificuldade, que é uma dificuldade normal, natural, circunstancial, sobretudo dos governos que começam.

Políticas, Sr. Presidente, como o Brasil sem Miséria, programa apresentado, ontem, ao Conselho Político, em que discutimos pormenorizadamente sua abrangência, suas ações – e sugerimos ações que, evidentemente, faltavam, e a Presidente fez questão de dizer que iria inseri-las – e anunciado hoje, oficialmente, numa solenidade no Palácio do Planalto.

O Plano Brasil sem Miséria terá como eixos o aumento e qualificação dos programas de transferência de renda, a ampliação dos serviços públicos como água, luz, esgotos e a inserção produtiva. Para isso, combinará programas já existentes, como o Bolsa Família, aos recém lançados Pronatec e Rede Cegonha.

Para, Sr. Presidente, Srs. Senadores, fazer chegar à população, o Governo se articulou com os Estados e Municípios para erradicar definitivamente a miséria. O plano prevê ainda parcerias com a iniciativa privada e com a sociedade civil contra a pobreza extrema.

No Censo de 2010, o IBGE registrou a existência de 16,2 milhões de pessoas que vivem com renda *per capita* de até R\$70,00 no Brasil.

A meta do Governo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é erradicar a miséria do País nos próximos quatro anos. Uma iniciativa que só podemos aplaudir e trabalhar verdadeiramente para concretizá-la.

Estes 16,2 milhões de brasileiros extremamente pobres representam 8,5% da população. Eles estão concentrados principalmente na Região Nordeste, onde estão 9,61 milhões de pessoas, ou seja, 59,1% do universo que será atendido no programa.

A Região Nordeste estará experimentando o ciclo virtuoso e, por esse motivo, a Região tem sido tema de reportagem da imprensa internacional durante toda semana.

Nesse período, a renda dos assalariados e dos mais pobres teve um ritmo positivo. Isso foi, Sr. Presidente, o resultado do crescimento da economia regional, formalização do trabalho, estabilidade econômica, aumentos reais do salário mínimo e programas de transferência de renda como o Bolsa Família, iniciativas que estão transformando a face da região e para as quais tivemos oportunidade de colaborar muito mesmo aqui no Senado Federal.

Fui, e tenho muito orgulho disso, relator do Programa Bolsa Família nesta Casa do Congresso Nacional, e, quando presidi o Senado Federal, criamos uma

comissão mista no Congresso Nacional que aprovou e sugeriu ao Presidente a fórmula de aumentos reais para o salário mínimo.

A elevação da renda, Sr. Presidente, foi acompanhada dos novos instrumentos, como o crédito consignado, o microcrédito e, mais recentemente, a consolidação e a expansão do microempreendedor individual, para os quais reduzimos a burocracia e os tributos, estimulando a adesão, que já ultrapassou a marca de um milhão de microempreendedores.

Apesar disso – e já encerro –, a região Nordeste permanece com desigualdades em relação às demais. Para manter o ímpeto de crescimento, é fundamental, Sr. Presidente, Srs. Senadores, concentrar o foco na infraestrutura, assegurar os investimentos públicos e atrair, também, claro, investimentos privados.

Desta forma, considero muito oportuno que o Governo Federal conjugue esse plano Brasil sem Miséria, cujo maior público está no Nordeste, com a negociação das dívidas dos Estados. Uma coisa tem diretamente a ver com a outra.

Muitos Estados do Nordeste, como Alagoas, por exemplo, já comprometem grande parte de suas receitas somente com o pagamento dos juros, não podendo, Sr. Presidente, na prática, sequer amortizar as dívidas. Se as duas iniciativas andarem juntas – ontem dissemos isso à Presidente –, os Estados terão condições de contribuir ainda mais na redução da pobreza na região e ajudar na ampliação, tão desejada, dos serviços públicos.

Encerrando, Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu queria dizer aqui da tribuna, rapidamente, que o PMDB é um partido complexo, democrático. Nós temos conversado bastante até para que essas coisas se expressem assim mais naturalmente, democraticamente. Eu comprehendo perfeitamente, respeito perfeitamente a posição que foi há pouco defendida aqui da tribuna do Senado Federal pelo Senador Pedro Simon. Mas eu gostaria de registrar que, neste cenário que estamos vivendo hoje no Brasil, o Ministro Antonio Palocci – e o Senador Pedro Simon não disse diferentemente – é um quadro importante do Governo Federal para ajudar nesse aprimoramento das relações políticas a que nos referimos há pouco.

O Ministro Palocci, como homem público, responsável e democrata que é, tenho absoluta convicção, não se furtará, nos foros legais, a responder às dúvidas remanescentes quanto à sua atividade empresarial. Atividade, Sr. Presidente, que – eu já disse e queria repetir –, pelas leis brasileiras, não tem nenhuma restrição legal.

Se a maioria desta Casa porventura entender que é caso de modificações legais, vamos fazê-las, já

que, Sr. Presidente, todos sabem, não há ilícito sem uma lei anterior que o defina, sem uma lei que o define previamente.

Portanto, Presidente Dilma, conte com o nosso apoio, conte com a nossa solidariedade, conte com o apoio e com a solidariedade do partido que tenho a honra de liderar aqui no Senado Federal. O PMDB, eu já disse e queria repetir, não vai participar, absolutamente não vai participar de nenhuma conspiração para fragilizar o Ministro Palocci, nem para expor o Governo que está apenas começando. O Brasil está indo muito bem, o Governo está começando muito bem, e o que for preciso fazer para sustentá-lo, o PMDB entende que esse é o seu verdadeiro papel.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco/PT – RJ) – Senador Renan Calheiros...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Senador Lindbergh, eu já estava encerrando, mas é uma honra muito grande receber o seu aparte.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco/PT – RJ) – Eu quero aplaudir a posição do PMDB. O PT hoje teve uma reunião da sua Executiva Nacional pedindo também a defesa do Ministro Palocci. A Dilma hoje teve um momento do seu Governo muito especial: o lançamento do programa Brasil sem Miséria. Amanhã o Ministro Palocci vai oferecer explicações à imprensa, ao público. Mas eu quero me associar aqui e dizer que o PT está junto. Nós temos confiança no Ministro Palocci e nós queremos agradecer a posição firme do PMDB nesta Casa. O Brasil está bem, nós temos menos de seis meses de Governo, a economia está bem, nós conseguimos superar o desafio do controle da inflação. Hoje eu acho que a Presidenta Dilma conseguiu marcar um gol, colocar uma pauta positiva, que é a erradicação da miséria no País, tirar 16 milhões de brasileiros da miséria extrema neste País. Então nós vamos tocar este País no mesmo rumo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Eu acho que nós vamos superar este momento. Eu estou muito satisfeito, quero dizer isto aqui no Senado, da posição da base do Governo. E quero cumprimentar V. Ex^a pela liderança da bancada do PMDB, que tem sido firme. Eu quero aproveitar para comunicar a este Senado a posição da Executiva do PT, que foi uma posição em consenso de defesa do Ministro Antônio Palocci. Muito obrigado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Agradeço muito, Senador Lindbergh, o seu aparte, as informações. É uma satisfação muito grande somar esforços com V. Ex^a neste momento difícil da conjuntura nacional. Mas eu tenho absoluta convicção de que fazendo as coisas de maneira certa nós vamos em frente, e o País também vai em frente.

Eu, infelizmente, não posso conceder igualmente o aparte à Senadora Marinor, porque o Presidente já está me advertindo aqui e eu, que preciso falar quase que diariamente, não posso deixar de levar em consideração a advertência que o Presidente está fazendo.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Renan Calheiros, o Sr. Wilson Santiago, 2º Vice-Presidente deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Vicentinho Alves.

Durante o discurso do Sr. Renan Calheiros, o Sr. Vicentinho Alves deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Wilson Santiago, 2º Vice-Presidente

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem, Senadora Marinor.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Eu tinha desejo de fazer um aparte, para exercer o direito de contraditório. Eu, diferente do Senador Lindbergh, não estou com a mesma sensação de que o País está bem.

No meu Estado, só numa semana, agora, morreram quatro trabalhadores rurais no campo. Então, quando existe problema com o povo da minha região, com o povo brasileiro, eu acho que não podemos considerar que o País está bem.

Mas eu pedi pela ordem, excelência, para trazer a este plenário um debate que anda meio esquecido, meio escondido aqui pela Casa e que, do meu ponto de vista, não está sendo bem conduzido, principalmente à luz dos princípios que devem reger a administração pública, particularmente o da transparência e da honestidade.

O Boletim Administrativo Eletrônico de Pessoal nº 4.735, publicado no dia 1º de junho de 2011, registra como Atos da Comissão Diretora do Senado Federal os estudos apresentados pelo Sr. 1º Secretário, Senador Cícero Lucena, “sobre a questão da frota de veículos e sugeriu a locação de veículos para atendimento aos Senadores, alternativa que apresenta uma redução da ordem de R\$6 milhões no ano. A Comissão Diretora autorizou a 1ª Secretaria a adotar os procedimentos administrativos necessários para a implantação da solução.”

Isso está asulado. Está dentro do conteúdo do Boletim Administrativo Eletrônico de Pessoal.

Em primeiro lugar, Senador, gostaria de saber quais as bases do estudo apresentado pelo Senador Cícero Lucena para se chegar ao valor presumível da

economia a ser alcançada com a terceirização e aluguel de 83 novos veículos para atendimento dos Senadores e Senadoras da Casa.

Caso existam esses estudos, eu gostaria que eles fossem distribuídos, para cada Senador tomar conhecimento. Eu não tomei conhecimento do conteúdo desses estudos.

E queria também saber quais as empresas foram consultadas para apresentarem suas propostas.

Porventura alguma das empresas consultadas para efetivarem a terceirização da frota de veículos pertence a algum empresário que tenha parentesco ou vinculação com algum Senador ou Senadora? Eu quero saber isso.

Os Srs. Senadores já sabem qual será o destino de mais de 200 trabalhadores, entre motoristas e profissionais, que atuam na oficina do Senado após a privatização do transporte oficial?

Eu queria também que o Senado me respondesse se sabe da existência de uma oficina mecânica que mantém a frota com um alto grau de resolutividade dos principais problemas mecânicos e de manutenção especializada dos veículos que utilizamos.

(Interrupção do som.)

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Para concluir, Sr. Presidente, eu queria, portanto, que o Senado tomasse providências no sentido de esclarecer bem essa questão, porque esses veículos que utilizamos são só para trafegar em Brasília, principalmente no plano piloto. A vida útil desses veículos, segundo informações que conseguimos coletar, poderá ser ampliada por mais de dez anos, mantendo, portanto, um eficiente padrão de atendimento.

Eu proponho que evitemos mais um vexame para esta Casa. Precisamos dar o melhor exemplo neste momento da vida política nacional. Não precisamos pagar, como se diz no popular, um mico como este, caso essa medida venha a se efetivar.

Eu queria dizer a V. Ex^a também que estou solidária aos trabalhadores do transporte, que não querem perder seus empregos e deixar suas famílias desamparadas.

Além do mais, a medida só fará ampliar os gastos com essa absurda proposta...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Senadora Marinor, a Mesa recebe a solicitação de V. Ex^a e vai encaminhá-la à secretaria administrativa para posteriormente lhe fornecer todas essas informações.

Com a palavra Benedito de Lira.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Antes, peço um minuto ao Senador para anunciar aqui o requerimento do Senador Rodrigo Rollemberg, que solicita licença para se ausentar dos trabalhos da Casa no dia 3 de junho do corrente

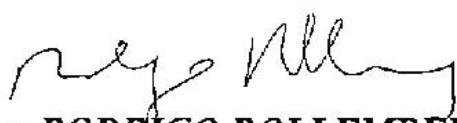
ano, a fim de participar do evento “Rumo à Rio +20”, na cidade do Rio de Janeiro, como Membro da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA.

É o seguinte o requerimento:

REQUERIMENTO N° 678, de 2011

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 40, §1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-me desta Casa no dia 03 de junho do corrente ano, quando participarei, como Membro da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), da diligência objeto do Requerimento nº 38/2011-CMA, aprovado em 31.05.2011, para acompanhar, na cidade do Rio de Janeiro-RJ, os preparativos e ações dos diversos organismos públicos e privados envolvidos nas tratativas para constituir a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio + 20, evento de dimensão global e de larga envergadura internacional.

Sala das Sessões,



rodrigo rollemberg
Senador RODRIGO ROLLEMBERG

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Encaminho o requerimento à votação dos Srs. Senadores.

Aqueles que concordam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Há um segundo requerimento, Senador Benedito, lido em sessão anterior o **Requerimento nº 532, de 2011**, de autoria do Senador Paulo Paim e outros, solicitando a realização de Sessão Especial destinada a comemorar o Dia do Orgulho Autista – *o Brasil precisa conhecer o autismo* –, a realizar-se no dia 27 de junho.

Em votação.

As Sr^as e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, só uma questão de justiça, foi uma parceria, adaptamos a data com o Senador Cristovam. Só para que fique este registro nos Anais da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Será registrado, Sr. Senador.

Com a palavra o Senador Benedito de Lira, que dispõe do tempo regimental, para que, posteriormente, se dirija ao Estado de Alagoas.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, já estive na tribuna desta Casa, em outra oportunidade, tratando de um tema que reputo da maior importância, Paim, para a vida dos Estados brasileiros.

Na verdade, o Governo terá que ser parceiro... Temos que sensibilizar o Governo e sua área econômica para fazer uma análise do que está acontecendo com os Estados brasileiros, particularmente com os Estados mais pobres, e aí está incluído o meu Estado de Alagoas.

O tema que desejo trazer a este plenário é o da situação da dívida dos Estados para com a União, resultante do refinanciamento dessas dívidas, absorvidas pela União em 1997, com base na Lei nº 9.496, daquele ano, e nas posteriores Medidas Provisórias nºs 2.185 e 2.192, de 2001.

Em 1997, na esteira do Plano Real, a União assumiu dívidas dos Estados no valor de R\$100 bilhões, numa iniciativa destinada a sanear e a organizar a dívida pública nacional. O pagamento pelos Estados deveria ser feito em trinta anos, com juros calculados pelo IGP-DI mais 6% ao ano, embora essa taxa chegue a 9% em

alguns casos. Os pagamentos mensais são limitados a 13% ou 15% da receita líquida dos Estados.

Os Estados deveriam amortizar pelo menos 20% das suas dívidas em três anos, caso contrário, os juros contratados seriam elevados. A maioria dos Estados privatizou seus bancos e empresas de energia elétrica para manter a taxa de 6%, com exceção de Alagoas, Minas e Pará. Passaram, com isso, a pagar IGP-DI mais 7,5% ao ano.

Vejam, Sr^as e Srs. Senadores: o Estado de Alagoas é detentor, infelizmente, dos piores índices sociais e é o que está condenado a pagar a maior taxa de juros pela renegociação de sua dívida.

Ocorre que, com o limitador para o valor das prestações, o valor não pago a cada mês é adicionado ao saldo devedor. Com isso, restará, no final dos contratos, um resíduo de dívida, que terá que ser pago em dez anos, dessa vez, Sr^a Presidente, sem o limitador das parcelas de 13% da receita líquida dos Estados, como ocorre com as prestações pagas atualmente.

Trata-se de uma conta impagável – só o Tesouro Nacional não quer enxergar isso –, segundo o título da matéria publicada pela revista *Veja* em sua edição de 27 de abril próximo-passado, uma bomba-relógio que explodirá em 2027. Segundo a revista, naquele ano, todos os Estados ficarão insolventes. Não é brincadeira!

Para o economista José Roberto Afonso, citado pela *Veja*, é a mesma situação que se observa nos financiamentos habitacionais do antigo BNH, no período da explosão inflacionária. Quanto mais o mutuário pagava, mais ele devia. No final do contrato, o valor do apartamento que deveria ser dele não pagava o saldo devedor se por acaso fosse vendido.

O caso do Estado de São Paulo, o mais rico da Federação, mencionado pela revista, ilustra bem a situação. Entre 2007 e 2010, a dívida do Estado saltou de R\$120 bilhões para R\$153 bilhões, e isso apesar de São Paulo ter pago religiosamente, todos os anos, R\$9 bilhões, conforme estabelece seu contrato. Com o dinheiro gasto, o Estado poderia ter construído, a cada ano, 900 escolas técnicas.

Mas há outra armadilha pronta no caminho dessa dívida. Daqui a cinco anos, segundo a mesma revista, já em 2016, os Estados que estiverem devendo mais do que 1,2 vezes sua receita líquida deixarão de receber verbas federais, com exceção das transferências obrigatórias para educação, saúde e segurança.

Trata-se de restrição imposta pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 2000), regulamentada pela Resolução nº 40, de 2001, do Senado Federal, um limite máximo de endividamento estabelecido para os Estados. De acordo com o art. 31

da Lei de Responsabilidade Fiscal, o descumprimento desse limite gera a penalidade de não recebimento de transferências voluntárias pelo Estado, o que, graças a uma interpretação feita pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – e não poderia ser diferente –, somente valerá a partir do ano de 2016.

No caso específico de Alagoas, essa situação é ainda mais complicada, em razão da incorporação do refinanciamento dos títulos de precatórios, que faz a dívida do Estado dar um salto absolutamente incontrolável. Hoje, Alagoas tem um saldo devedor da ordem de R\$6 bilhões, aproximadamente, sendo que tem pago também religiosamente, todos os meses, o que foi estabelecido pelo contrato assinado à época do refinanciamento da dívida. Para o País, R\$40 milhões não representam tanta coisa, praticamente nada, mas, para o Estado de Alagoas, R\$40 milhões sangrado da sua economia é um desastre, e é o que estamos passando naquele Estado da Federação, na região encostada no Nordeste brasileiro.

A incorporação das dívidas ao saldo devedor fez com que ele crescesse em ritmo muito mais rápido do que vinha crescendo anteriormente. Somente o pagamento das prestações do refinanciamento dos títulos de precatórios esgota o limite de 15% da receita líquida do Estado, ampliado graças a uma medida judicial obtida por Alagoas.

Com isso, não têm sido pagas a amortização e os juros das demais dívidas. A incorporação dessas parcelas ao saldo devedor e a incidência de juros e correção sobre esse montante fazem a dívida crescer de forma acelerada.

Mas voltemos aos aspectos gerais do problema. O que é que torna essa dívida impagável? Os termos da renegociação feita em 1997 eram bem razoáveis. Contudo, contratos de longo prazo, com condições financeiras fixas, não atreladas a variações no cenário econômico, tornam-se desequilibrados em economias ainda instáveis, como a nossa, muito sujeitas a fortes oscilações nos índices de inflação, na taxa de juros real e na taxa de crescimento econômico.

Assim, os contratos de refinanciamento das dívidas têm onerado excessivamente os Estados e os Municípios por dois motivos principais: a indexação da dívida pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP – DI) e as taxas de juros fixas, situadas entre 6% e 9% ao ano.

O IGP-DI tem apresentado uma variação muito superior à do índice utilizado pelo Banco Central no sistema de metas de inflação, que é o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Somente nos anos de 2003, 2005 e 2009 o IGP-DI variou abaixo do IPCA. Nos demais, durante a vigência dos contratos das dí-

vidas, o crescimento foi muito maior. Com isso, acumulou uma inflação de 229%, enquanto o IPCA cresceu apenas 134% no período.

Acrescente-se a esse crescimento os juros reais entre 6% e 9% ao ano, que eram razoáveis à época da renegociação, mas hoje são elevados, e o resultado é um custo excessivo da dívida para os Estados e Municípios, o que torna a sua liquidação inviável, com o sacrifício desses entes da Federação.

Os casos de São Paulo e de Alagoas exemplificam o tamanho do problema. Mas vamos, Sr^a Presidente, fazer uma observação com relação ao Rio Grande do Sul, para dar outra amostra: o pagamento do saldo devedor ao Governo Federal, ao final do contrato, em 2027, poderá comprometer até 60% dos recursos do Estado.

E pergunto ao País, à Nação brasileira, às Sr^as e aos Srs. Senadores: O Estado do Rio Grande do Sul, que é um Estado politicamente organizado, um Estado que economicamente está indo bem, como vai continuar, se compromete 60% do patrimônio do seu Tesouro para pagamento da dívida? Não é possível continuar convivendo com esse tipo de coisas que estamos passando a observar.

Vamos continuar nessa luta para que possamos, com isso, sensibilizar o Governo a reexaminar isso. Ninguém está pedindo perdão de dívida, estamos pedindo apenas modificação do indexador, porque é para isso que o Governo existe. A Nação não pode ser absolutamente rica e os Estados pobres, cada vez mais miseráveis.

É por isso, Sr^a Presidente, Srs. Senadores, que esses Estados – e Alagoas, que é um dos mais pobres, é o que mais sofre nessas circunstâncias, dadas a sua realidade e as condições mais difíceis em que renegociou sua dívida – estão perdendo completamente sua capacidade de investimento para atender às necessidades da população. Tornam-se, a cada dia, mais dependentes de repasses da União, com os quais também já não poderão mais contar a partir de 2016.

Assim, urge encontrar uma solução para a rediscussão dos termos dos contratos de refinanciamento das dívidas dos Estados e dos Municípios. É preciso reconstituir a Federação, composta por Estados independentes. É imprescindível alterar o quadro atual, em que o único ente da Federação que dispõe de recursos para investir é a União, à qual todos os outros precisam pedir. Essa situação prejudica o desenvolvimento socioeconômico do País.

Há várias soluções sendo propostas pelos Estados ao Governo Federal. Uma alternativa interessante – porque é bastante equilibrada e busca preservar os princípios da Lei de Responsabilidade Fiscal – é o

Projeto de Lei Complementar nº 75, que trata de contratos que têm prazo de 30 anos e que foram firmados antes da referida lei.

Assim, União, Estados e Municípios passariam a ter liberdade para renegociar os termos de pagamento dessas dívidas, buscando uma solução política de interesse comum. Não há dúvidas de que o Governo Federal também deseja resolver esse problema, para desarmar a bomba de efeito retardado cuja explosão não interessa a ninguém.

Além disso, precisamos repensar a questão da redistribuição das receitas dos entes da Federação, para torná-las compatíveis com as suas respectivas responsabilidades e para terminar de vez com a situação de dependência em que vivem todos os Estados e Municípios em relação à União.

Para que isso possa acontecer, precisamos, sem dúvida nenhuma, fazer uma reforma tributária, Senador Eduardo Amorim. Esta e a outra Casa do Congresso Nacional, a Câmara dos Deputados, não podem furtar-se a analisar um projeto desse tamanho e dessa importância para a tranquilidade das populações mais carentes que vivem em todo o território nacional.

Pois bem, Sr^a Presidente, Srs. Senadores, este é um momento de reflexão para esta Casa, que teve a responsabilidade de regulamentar, com a Resolução nº 40, a renegociação das dívidas. Esta mesma Casa tem o compromisso e a responsabilidade de rever esse processo. E a Presidenta Dilma não cria maiores dificuldades, está sensível a esse procedimento, mas é preciso, acima de tudo, que haja a compreensão da sua área econômica. Eu nunca vi, por exemplo, criarse tanta dificuldade para que as coisas possam acontecer. O pior poderá vir, e, quando vier, o que se fará? O que vai acontecer?

Por isso é que, aproveitando esta oportunidade, gostaria de dizer às Sr^as e aos Srs. Senadores que ontem vivemos aqui momentos de tensão. Nunca vi isso, especialmente no Senado Federal. Precisamos, sim, reunir as lideranças desta Casa, dos partidos representados, com as lideranças da Câmara dos Deputados e encontrar um caminho para apreciarmos a emenda constitucional de autoria do Presidente Sarney, que dá um rito diferente às medidas provisórias, a fim de que esta Casa, que tem a responsabilidade de ser a revisora do processo, não fique apenas como homologadora, evitando-se, assim, o que vimos ontem.

Precisamos apenas pedir desculpas à Nação brasileira, que não espera de nós, não espera do Senado um comportamento diferente daquele que tem sido traçado e pautado durante toda a sua vida.

Também gostaria de cumprimentar, nesta oportunidade, a Presidenta Dilma pelo lançamento do belo

programa que vai dar assistência aos miseráveis deste País. Brasil sem Miséria, Brasil sem fome, Brasil com um povo decente.

Naquela reportagem vimos os habitantes do semiárido brasileiro. Aquilo, na verdade, não pode ser condizente com a grandeza desta Pátria. Por isso, queria dizer aqui, para encerrar, que estou muito feliz em participar desse processo. Aqui, no Senado Federal, estarei disposto a ajudar o Governo, a participar das ações juntamente com os companheiros que têm compromisso com seus Estados, para que possamos ver, amanhã, um brasileiro de qualquer rincão deste País dizendo que vive com dignidade.

Não adianta sermos um País rico – hoje, a quinta ou a sexta economia do mundo –, e haver mais de 16 milhões de brasileiros que não têm o que comer em determinados momentos da sua vida.

E queria, aproveitando mais uma vez a oportunidade, Sr^a Presidente, dizer que o Governo da Presidenta Dilma está indo muito bem, está cuidando das coisas que são interessantes para o País. Mas temos a responsabilidade de respaldá-lo, para que as coisas possam acontecer.

O Governo precisa ser fortalecido, apoiado; não se deve tentar desestabilizá-lo, criando-se algumas dificuldades para alguns de seus membros, como o Ministro Palocci. Nós, eu particularmente e o meu Partido, confiamos e acreditamos na postura do Ministro. Ele terá oportunidade de esclarecer aquilo que a imprensa tem pedido.

Há diversos temas importantes para serem tratados neste País. Infelizmente, a miséria está aí, a fome está aí. Com relação ao desenvolvimento das regiões mais pobres do País – Norte, Nordeste e Centro-Oeste –, ninguém vê uma página, ninguém vê uma letra tratando de temas fundamentais, como a casa própria para aqueles que não têm casa; o desenvolvimento do Nordeste, no sentido de fazer com que as grandes indústrias que ainda possam implantar-se no Brasil sejam carreadas para as três regiões mais carentes, Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Sr^a Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, nós, os Senadores das três regiões, haveremos de reunir-nos nestes próximos dias, para que tenhamos uma pauta comum, a fim de que nossas regiões possam entrar no cenário nacional. O Nordeste está fora da pauta nacional, e nós precisamos incluí-lo. Essas, sim, são ações que devem ser pautadas por nós e não a picuinha política, que não interessa ao Brasil e, particularmente, àqueles que fazem política.

Por isso, quero agradecer a V. Ex^a e aos meus Pares, por ter tido oportunidade de mostrar aos meus conterrâneos que nós estamos preocupados e que

vamos continuar lutando nesta Casa, pedindo o apoio dos Senadores de todas as regiões do Brasil, porque precisamos de rever as dívidas dos Estados.

Repto: o Estado de Alagoas, nobre Senadora Ana Amélia, é o mais pobre do Brasil, é o detentor dos piores índices sociais. Sua economia não pode ser sangrada, todos os meses, com R\$40 milhões. Esse valor não tem importância nenhuma para a Nação, não representa absolutamente nada, é a mesma coisa que um pingo d'água no oceano. O que vai aumentar ou diminuir as águas do oceano? Mas R\$40 milhões tirados de Alagoas têm muita importância, porque as coisas continuam piorando, cada vez mais, na educação, na saúde, na segurança, na infraestrutura, enfim, no bem-estar da sociedade alagoana.

Vamos continuar lutando. Peço o apoio dos meus companheiros nesta Casa, porque precisamos rever esse montante de dívida não apenas para Alagoas. Vão passar 30 anos pagando, e, quando chegarem ao final, vai acontecer a mesma coisa que acontecia com o mutuário da casa própria no sistema de habitação do BNH: terminado o pagamento...

(A Sr^a Presidente faz soar a campainha.)

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – ... terminado o contrato – Presidenta, vou encerrar –, se ele vendesse o apartamento, não pagaria o saldo devedor. Isso não existe. Isso não pode continuar acontecendo.

Não adianta uma Nação rica com os Estados miseráveis. Não adianta um Estado pobre, porque os Municípios ficarão mais pobres. Então, é preciso que haja essa compreensão.

Esta Casa tem esse compromisso, essa responsabilidade constitucional, e vamos fazer valer exatamente o que estabelece o texto da Constituição.

Não podemos, Sr^a Presidente, tratar os desiguais de forma igual, nós temos de tratar cada um de acordo com as suas condições.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Benedito Lira, o Sr. Wilson Santiago, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Ana Amélia.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senador Benedito de Lira, V. Ex^a aborda um tema que é de responsabilidade desta Casa da República. Somos aqui representantes e defensores dos interesses dos Estados, e a dívida renegociada com a União é um caso típico que nos pauta para discutirmos aqui a revisão do pacto federativo.

Parabéns a V. Ex^a, especialmente por abordar uma questão que não interessa apenas ao seu Estado Alagoas, mas a todos os Estados brasileiros, como o meu Rio Grande do Sul.

Muito obrigada a V. Ex^a.

Pela Liderança do PSC, agora usará da palavra o Senador Eduardo Amorim.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Antes de passar a palavra ao Senador, a Presidência designa, nos termos dos **Ofícios nºs 41, 88, 166 e 273, de 2011**, respectivamente, das Lideranças do DEM, do PTB, do PMDB e do PSOL, para integrarem a Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 547, de 2011, destinada a investigar irregularidades praticadas pelo Ecad, os seguintes senadores:

– pelo Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV, os Senadores Vital do Rêgo, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como titulares; e os Senadores João Alberto de Souza e Geovani Borges, como suplentes;

– pelo PTB, o Senador João Vicente Claudino, como titular; e o Senador Gim Argello, como suplente;

– pelo DEM, o Senador Demóstenes Torres, como titular; e

– pelo PSOL, o Senador Randolfe Rodrigues, como titular, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.

São os seguintes os Ofícios:

OF. N° 041/11-GLDEM

Brasília, 23 de maio de 2011.

Senhor Presidente.

Em resposta ao OF. SF nº. 656/2011, de 18 de março de 2011, indicamos o **Senador DEMÓSTENES TORRES**, como membro titular, para compor a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar supostas irregularidades no ECAD – Escritório Central de Arrecadação e Distribuição.

Atenciosamente,

Senador DEMÓSTENES TORRES
Líder do Democratas no Senado Federal

OF. N° 088/2011/GLPTB

Brasília, 19 de maio de 2011.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais e em atenção ao Ofício N° 657/2011-SF, comunico a Vossa Excelência que indico, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB, o Senador **JOÃO VICENTE CLAUDINO**, como membro titular, e a mim, Senador **GIM ARGELLO**, como membro suplente, para integrarem a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar irregularidades praticadas pelo ECAD.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protesto de estima e consideração.

Senador GIM ARGELLO
Líder do PTB

OF.GLPMDB Nº 0166/11**Brasília, 19 de maio de 2011**

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação dos membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV), que irão compor a Comissão Parlamentar de Inquérito, nos termos do Requerimento nº 547, de 2011, destinada a investigar, no prazo de cento e oitenta dias, as irregularidades praticadas pelo ECAD na arrecadação e distribuição de recursos oriundos do direito autoral, abuso da ordem econômica e prática de cartel no arbitramento de valores de direito autoral e conexos, o modelo de gestão coletiva centralizada de direitos autorais de execução pública no Brasil e a necessidade de aprimoramento da Lei nº 9.610/98, ficando a mesma assim constituída.

<u>TITULARES</u>	<u>SUPLENTES</u>
Senador Vital do Rêgo	Senador João Alberto
Senador Ciro Nogueira	Senador Geovani Borges
Senador Sérgio Petecão	

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração.



Senador **RENAN CALHEIROS**
Líder do PMDB

Ofício SF/GSMB nº 0273/2011**Brasília, DF, 1º de junho de 2011****Assunto: Indicação de membro em CPI**

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, na qualidade de Líder do Partido Socialismo e Liberdade – PSOL, tendo em vista o disposto no ofício do Líder do Partido dos Trabalhadores – PT e do Bloco de Apoio ao Governo, Senador HUMBERTO COSTA, em anexo, cedendo a vaga de titular na Comissão Parlamentar de Inquérito criada através do Requerimento nº 547, de 2011, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues e outros Senadores, composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e oitenta dias, supostas irregularidades praticadas pelo ECAD na arrecadação e distribuição de recursos oriundos do direito autoral, abuso da ordem econômica e prática de cartel no arbitramento de valores de direito autoral e conexos, o modelo de gestão coletiva centralizada de direitos autorais de execução pública no Brasil e a necessidade de aprimoramento da Lei nº 9.610/98, ao Partido Socialismo e Liberdade - PSOL, que indico o Senador Randolfe Rodrigues para integrar a referida Comissão.

Atenciosamente,

Mucanir
Senadora **MARINOR BRITO**

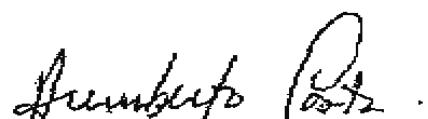
Líder do PSOL

Ofício nº 067/2011 – GLDBAG

Brasília, 27 de maio de 2011

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular, na Comissão Parlamentar de Inquérito criada para apurar supostas irregularidades no ECAD, ao Partido Socialismo e Liberdade – PSOL.

**Senador Humberto Costa****Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo**

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Convido, agora, o Senador Eduardo Amorim para falar pela Liderança do PSC.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^ss Senadoras e Srs. Senadores, o art. 214 da Constituição Federal, no seu inciso I, dispõe:

Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração de ações do poder público que conduzam à:

I – erradicação do analfabetismo [...].

A erradicação do analfabetismo é um tema da mais alta relevância e uma tarefa que exige uma ampla mobilização de recursos humanos e financeiros por parte dos governos e da sociedade.

O que aconteceu ao longo dos anos, com a deficiência do atendimento no ensino fundamental, foi que um grande número de jovens e adultos, ou não tiveram acesso ou abandonaram a escola nesse nível de ensino. E hoje, o número de analfabetos no País é ainda muito grande.

O Plano Nacional da Educação (PNE), que define objetivos para todos os níveis de ensino no Brasil, apresenta objetivos e metas a serem cumpridas no decênio 2011-2020, sendo a primeira delas o estabelecimento de programas visando alfabetizar 10 milhões de jovens e adultos, em cinco anos e, até o final da década, erradicar o analfabetismo. Além de aumentar para 85% a taxa de matrículas de jovens de 15 a 17 anos no ensino médio.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que o Brasil tem uma população de 57,7 milhões de pessoas com mais de 18 anos que não frequentam escola ou que não têm o ensino fundamental completo. Segundo texto produzido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) essa parcela da população deveria ser atendida pela Educação de Jovens e Adultos (EJA), no entanto o atendimento está aquém do que poderia ser.

A quantidade de escolas que oferecem esta modalidade de ensino no País diminuiu, Sr^a Presidente. Em 2007, eram pouco mais 42 mil colégios que ofereciam turmas de EJA. Em 2010, o número caiu para

pouco mais de 39 mil. Em Sergipe, são 564 escolas com EJA.

Em dez anos, o analfabetismo caiu apenas quatro pontos percentuais no País. Para os pesquisadores do IBGE, essa diminuição tem sido muito lenta. O próprio presidente do Instituto, Eduardo Pereira Nunes, afirma que essa taxa “não cai tão rápido” e aponta como o principal motivo a dificuldade da alfabetização de pessoas mais velhas. Isso é mostrado pelo fato de que, à medida que se avança na faixa etária, maior é o percentual de analfabetos.

E o Nordeste, Sr's e Srs. Senadores, apresenta o pior índice de analfabetismo dentre todas as regiões do País, Sr^a Presidente. Enquanto na Região Sul – a sua região – o índice é de 5,1%, no Sudeste é 5,5%, no Centro-Oeste 7,2% e na região Norte é de 11,2%, no Nordeste – acrelide Presidenta – é de 19,1%. É perverso. De cada dois nordestinos com mais de 60 anos, um é analfabeto.

Em Sergipe, o percentual de analfabetos na faixa etária dos 10 aos 14 anos é de 4,1%, aumentando para 16,3% entre aqueles que têm mais de 15 anos. Dos 75 Municípios do Estado, 14% apresentam uma taxa de analfabetismo superior a 40% da população. É muita perversidade!

Sr^a Presidente, Sr's Senadoras, Srs. Senadores, todos os indicadores apontam para a profunda desigualdade regional na oferta de oportunidades educacionais. Fica evidente que a concentração da população analfabeta ou insuficientemente escolarizada encontra-se nos bolsões de pobreza existentes neste País.

Durante a última reunião do Conselho Político, no Palácio do Planalto, ontem, na presença da Presidente Dilma Rousseff, a ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, apresentou as diretrizes do plano que hoje foi lançado, o “Plano Brasil sem Miséria”, composto por três eixos principais: o primeiro deles, a garantia de renda; o segundo, o acesso a serviços públicos, e, o terceiro, a inclusão produtiva. Considero este, a inclusão produtiva, um dos mais importantes programas do Governo no combate à pobreza e às desigualdades regionais e sociais que afligem o nosso povo, comprometem o seu futuro e atrasam o desenvolvimento do nosso País.

Lá, Sr^a Presidente, sugerimos à Presidente e à Ministra, que utilizassem os agentes de saúde, um exército composto de mais de 200 mil profissionais, que conhecem todas as nossas famílias, para que fizessem o acompanhamento, em tempo real e integral, não só desse programa, mas de outros programas, como já fazem com o da saúde. Sugerimos também que com a informatização e a capacitação desses profissionais poderíamos ter, Sr^a Presidente, em tempo real, ou, no

máximo, mensalmente, uma verdadeira informação, Senador Paulo Paim, de tudo o que acontece no País.

Poderíamos usar esse exército, um exército do bem, que conhece as nossas famílias, que conhece cada família. Muitas vezes, Senador Paim, eles funcionam até como psicólogos. Treinando esses profissionais, colocando um computador com Internet nas mãos deles, teríamos informações plenas, reais, de todas as famílias, praticamente, em nosso País, em pouco mais de um mês.

Sugeri isso à Presidente. Tomara que essa sugestão vá adiante, para que possamos ir fazendo todas as correções e diminuindo as perversidades que insistem e que atravessaram séculos e séculos ao longo da nossa história.

Os números da desigualdade não são nada amistosos. Não podemos cruzar os braços diante dessa realidade brasileira. Só para citar a minha região, no Nordeste, 18% da população vivem em situação de extrema pobreza, como mostrou ontem a Ministra Tereza Campello.

Como uma das faces da pobreza, as taxas de analfabetismo acompanham os desequilíbrios regionais brasileiros, tanto no que diz respeito às regiões político-administrativas, como no que se refere às áreas urbanas e rurais. Assim sendo, é fundamental o estabelecimento de políticas públicas diferenciadas, com prioridades, para atender a essa clientela, numerosa e heterogênea. A integração dos programas de educação de jovens e adultos com a educação profissional pode ser uma excelente saída para vencermos o analfabetismo no nosso País, para diminuirmos essas desigualdades, para diminuirmos essas perversidades. Através da educação e da preparação desses jovens e adultos para o mercado de trabalho, diminuiremos, com certeza, a pobreza, sobretudo, a pobreza extrema que aflige o nosso País, especialmente a nossa região, e oprime o nosso povo.

Para finalizar, Sr^a Presidente, gostaria de citar Paulo Freire, quando diz: “Ninguém educa ninguém, ninguém se educa sozinho, os homens se educam em comunhão.”

Parabenizo aqui, finalizando, a Presidente Dilma, pela ousadia de lançar um programa como esse, o “Plano Brasil Sem Miséria”.

Oxalá um dia venhamos alcançar isso!

Oxalá os índices de analfabetismo neste País não sejam tão perversos!

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Parabéns!

Cumprimento o Senador Eduardo Amorim pelo pronunciamento.

São dramáticos os números que V. Ex^a apresenta a respeito do analfabetismo, especialmente na Região Nordeste. Temos que mudar esse quadro com urgência, Senador. Essa é uma das obrigações desta Casa.

Obrigada, Senador Eduardo Amorim, que falou pela Liderança do PSC.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Os Senadores João Pedro e Paulo Davim apresentaram os **Requerimentos nºs 612 e 613, de 2011**, respectivamente, solicitando, nos termos do art. 40, do Regimento Interno, autorização para participarem do 6º Fórum Mundial da Água, em Estrasburgo, França, no período de 8 a 12 de junho do corrente ano.

A matéria depende de parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Nesse sentido, nos termos do § 4º do art. 40 do Regimento Interno, encontram-se sobre a mesa pareceres favoráveis oferecidos às matérias pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que serão publicados na forma regimental.

São os seguintes os Pareceres:

PARECER N° 377, DE 2011

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Requerimento nº 612, de 2011, do Senador João Pedro, que requer, nos ferimos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para participar, no período de 08 a 12 de junho de 2011, do 6º Fórum Mundial da Água, em Estrasburgo – França, e, nos termos do art.39, inciso J, do referido Regimento, comunicaque estará ausente dos trabalhos da Casa no citado período.

RELATOR: Senador Aníbal Diniz

I – Relatório

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional é chamada a se pronunciar sobre o Requerimento nº 612, de 2011, do Senador João Pedro, que requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para participar, no período de 08 a 12 de junho de 2011, do 6º Fórum Mundial da Água, em Estrasburgo – França, e, nos

termos do **art. 39**, inciso 1, do referido Regimento, comunica que estará ausente dos trabalhos da Casa no citado período.

O Requerimento do Senador João Pedro se faz acompanhar do Ofício nº 001/2011/CMAGUA, da Presidente da Subcomissão Permanente da Água, Senadora Marisa Serrano, dirigido ao Presidente do Senado Federal,

Senador José Sarney, solicitando autorização para que os Senadores João Pedro, Paulo Davim, Marisa Serrano, Eduardo Braga e Cristovam Buarque participem do Processo Parlamentar do 6º Fórum Mundial da Água, organizado em conjunto pelo Conselho da Europa, pelo Conselho Mundial da Água e pelo Comitê Internacional do 6º Fórum, tendo como anfitriã a Assembléia Parlamentar do Conselho da Europa.

II – Analise

O art. 13 do Regimento interno do Senado Federal expressa as situações em que o Senador não será considerado ausente, quais sejam: “se estiver em licença, ou em representação a serviço da Casa ou, ainda, em missão política ou cultural de interesse parlamentar, previamente aprovada pela Mesa, obedecido o disposto no art. 40”.

O art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, por sua vez, prevê que “a ausência do Senador, quando incumbido de representação da Casa ou, ainda, no desempenho de missão no País ou no exterior, deverá ser autorizada mediante deliberação do Plenário, se houver onus para o Senado”, estabelecendo, ainda, em seu parágrafo 4º, a necessidade de que seja ouvida a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ou a Comissão que tiver maior pertinência.

Em cumprimento ao disposto no art. 39, inciso I, do Regimento Interno, o Requerente comunica que estará ausente do País no mesmo período da licença solicitada – 08 a 12 de junho de 2011. Sua Excelência, o Senador João Pedro, solicita, portanto, as necessárias providências para o desempenho da missão.

III – Voto

Diante do exposto, e em vista da importância da missão, meu voto é pela aprovação do Requerimento N° 612, de 2011. – Senador **Fernando Collor**, Presidente. – Senador **Aníbal Diniz**, Relator.

Secretaria de Comissões
 Subsecretaria de Apoio às Comissões Permanentes
 Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

PROPOSIÇÃO: REQUERIMENTO N° 612, DE 2011

ASSINAM O PARECER, NA REUNIÃO DE 02/06/2011, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO COLLOR <i>(Assinatura)</i>	
RELATOR: SENADOR <i>Aníbal Diniz</i>	
TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B, PRB)	
ANIBAL DINIZ (PT) <i>Aníbal Diniz</i>	1 - DELCIDIO DO AMARAL (PT)
EDUARDO SUPLICY (PT)	2 - JORGE VIANA (PT)
GLEISI HOFFMANN (PT)	3 - LINDBERGH FARIA (PT)
JOÃO PEDRO (PT)	4 - MARCELO CRIVELLA (PRB)
BLAIRO MAGGI (PR)	5 - CLÉSIO ANDRADE (PR)
CRISTOVAM BUARQUE (PDT)	6 - ACIR GURGACZ (PDT)
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	7 - RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)
BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
JARBAS VASCONCELOS (PMDB)	1 - LOBÃO FILHO (PMDB)
PAULO BAUER (PMDB)	2 - ROMERO JUCÁ (PMDB)
VALDIR RAUPP (PMDB)	3 - ANA AMÉLIA (PP) <i>Assinatura</i>
VITAL DO REGO (PMDB)	4 - ROBERTO REQUIÃO (PMDB)
PEDRO SIMON (PMDB)	5 - RICARDO FERRAÇO (PMDB)
FRANCISCO DORNELLES (PP) <i>Assinatura</i>	6 - EDUARDO AMORIM (PSC)
BLOCO PARLAMENTAR (PSDB, DEM)	
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB) <i>Assinatura</i>	1 - AÉCIO NEVES (PSDB)
PAULO BAUER (PSDB) <i>Assinatura</i>	2 - CYRO MIRANDA (PSDB)
JOSÉ AGRIPIÑO (DEM) <i>Assinatura</i>	3 - DEMÓSTENES TORRES (DEM)
PTB	
FERNANDO COLLOR	1 - MOZARILDQ CAVALCANTI <i>Assinatura</i>
GIM ARGELLO	2 - INÁCIO ARRUDA (PC do B)
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES	VAGO

PARECER N° 378, DE 2011

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Requerimento n° 613, de 2011, do Senador Paulo Davim, que requer, nos termos do art 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para participar, no período de 08 a 12 de junho de 2011, do 6º Fórum Mundial da Água, em Estrasburgo – França, e, nos termos do art. 39, inciso I, do referido Regimento, comunica que estará ausente dos trabalhos da Casa no citado período

Relator: Senador Aníbal Diniz

I – Relatório

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional é chamada a se pronunciar sobre o Requerimento n° 613, de 2011, do Senador Paulo Davim, que requer, nos termos do ad. 40 do Regimento Interno do Senado

Federal, autorização para participar, no período de 08 a 12 de junho de 2011 do 6º Fórum Mundial da Água, em Estrasburgo – França, e, nos termos do art. 39, inciso I, do referido Regimento, comunica que estará ausente dos trabalhos da Casa no citado período.

O Requerimento do Senador Paulo Davim se faz acompanhar do Ofício n° 001/2011/CMAGUA, da Presidente da Subcomissão Permanente da Água, Senadora Marisa Serrano, dirigido ao Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney, solicitando autorização para que os Senadores João Pedro, Paulo Davim, Marisa Serrano, Eduardo Braga e Cristovam Buarque participem do Processo Parlamentar do 6º Fórum Mundial da Água, organizado em conjunto pelo Conselho da Europa, pelo Conselho Mundial da Água e pelo

Comitê Internacional do 6º Fórum, tendo como anfitriã a Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa.

II – Análise

O art. 13 do Regimento Interno do Senado Federal expressa as situações em que o Senador não será considerado ausente, quais sejam: “se estiver em licença, ou em representação a serviço da Casa ou, ainda, em missão política ou cultural de interesse parlamentar, previamente aprovada pela Mesa, obedecido o disposto no art. 40.

O art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, por sua vez, prevê que “a ausência do Senador, quando incumbido de representação da Casa ou, ainda, no desempenho de missão no País ou no exterior, deverá ser autorizada mediante deliberação do Plenário, se houver onus para o Senador, estabelecendo, ainda, em seu parágrafo 4º, a necessidade de que seja ouvida a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ou a Comissão que tiver maior pertinência.

Em cumprimento ao disposto no art. 39, inciso I, do Regimento Interno, o Requerente comunica que estará ausente do País no mesmo período da licença solicitada – 08 a 12 de junho de 2011. Sua Excelência, o Senador Paulo Davim, solicita, portanto, as necessárias providências Para o desempenho da missão.

III – Voto

Diante do exposto, e em vista da importância da missão, meu voto é *pela* aprovação do Requerimento N° 613, de 2011.

Sala da Comissão, em 02 de junho de 2011. – Senador **Fernando Collor**, Presidente. – Senador **Aníbal Diniz**, Relator.

Secretaria de Comissões
 Subsecretaria de Apoio às Comissões Permanentes
 Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

PROPOSIÇÃO: REQUERIMENTO N° 613, DE 2011

ASSINAM O PARECER, NA REUNIÃO DE 02/06/2011, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO COLLOR <i>F. Collor</i>	
RELATOR: SENADOR <i>Aníbal Diniz</i>	
TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B, PRB)	
ANÍBAL DINIZ (PT) <i>Aníbal Diniz</i>	1 - DELCIDIO DO AMARAL (PT)
EDUARDO SUPLICY (PT)	2 - JORGE VIANA (PT)
GLEISI HOFFMANN (PT)	3 - LINDBERGH FARIA (PT)
JOÃO PEDRO (PT)	4 - MARCELO CRIVELLA (PRB)
BLAIRO MAGGI (PR)	5 - CLÉSIO ANDRADE (PR)
CRISTOVAM BUARQUE (PDT)	6 - ACIR GURGACZ (PDT)
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	7 - RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)
BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
JARBAS VASCONCELOS (PMDB)	1 - LOBÃO FILHO (PMDB)
PAULO HENRIQUE (PMDB)	2 - ROMERO JUCÁ (PMDB)
VALDIR RAUPP (PMDB)	3 - ANA AMÉLIA (PP) <i>Ana Amélia</i>
VITAL DO REGO (PMDB)	4 - ROBERTO REQUIÃO (PMDB)
PEDRO SIMON (PMDB)	5 - RICARDO FERRAÇO (PMDB)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	6 - EDUARDO AMORIM (PSC)
BLOCO PARLAMENTAR (PSDB, DEM)	
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	1 - AÉCIO NEVES (PSDB)
PAULO BAUER (PSDB)	2 - CYRO MIRANDA (PSDB) <i>Cyro Miranda</i>
JOSÉ AGRIPIÑO (DEM)	3 - DEMÓSTENES TORRES (DEM)
PTB	
FERNANDO COLLOR	1 - MOZARILDO CAVALCANTI <i>Mozarildo Cavalcanti</i>
GIM ARGELLO	2 - INÁCIO ARRUDA (PC do B)
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES	VAGO

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Em votação o Requerimento nº 612, de 2011, do Senador João Pedro.

As Sr^as e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o Requerimento do Senador João Pedro, de nº 612.

Em votação também o Requerimento nº 613, de 2011, do Senador Paulo Davim.

As Sr^as e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Para usar da palavra agora, como orador inscrito, em substituição com a Senadora Angela Portela, o Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente Ana Amélia, Sr^as e Srs. Senadores, antes de qualquer coisa, gostaria de saudar a nossa Presidenta Dilma Rousseff e a Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, pelo lançamento, hoje, pela manhã do “Plano Brasil sem Miséria.”

O plano visa retirar da extrema pobreza 16 milhões de brasileiros por meio de ações que abrangem transferência de renda, acesso a serviços públicos e inclusão produtiva da população considerada extremamente pobre, integrada por famílias cuja renda *per capita* não ultrapassa os R70,00.

Essa iniciativa representa o aprofundamento das ações do Governo brasileiro, visando à erradicação da miséria em nosso País, especialmente aquelas constantes do programa Fome Zero, da gestão do Presidente Lula.

A propósito, Sr^a Presidente, gostaria de informar que apresentei um requerimento à Comissão de Assuntos Econômicos para ouvir nossa Ministra sobre o “Brasil sem Miséria” na perspectiva da formação do mercado interno de massas.

Volto a esta tribuna hoje para partilhar minhas preocupações com o Código Florestal aprovado pela Câmara dos Deputados no último dia 24 de maio.

Apesar do esforço empreendido pelo relator, meu amigo Aldo Rebelo, o novo Código representa, em minha opinião, um retrocesso em nossa legislação ambiental, tida como uma das mais avançadas do Planeta.

Em reunião com os Senadores do PT, na semana passada, a Presidenta Dilma Rousseff expressou sua preocupação com o Novo Código e foi contundente

ao afirmar que o governo brasileiro não aceitará retrocesso ambiental.

Tenho conversado com a ex-Ministra e ex-Senadora Marina Silva, com a atual Ministra Izabela Teixeira, com ambientalistas, com produtores rurais e percebi que, a despeito de tantas diferenças, todos compartilham uma convicção de fundo, com a qual também me identifico: o Brasil não pode deixar de ser, simultaneamente, potência agrícola e potência ambiental. Nas palavras da Presidenta Dilma, “temos que ser verdes produtivos”.

A tese a partir da qual um consenso inteligente e responsável pode ser alcançado, na sociedade brasileira e na esfera política, deve partir da recusa firme à ideia falsa de que fomos capturados por uma armadilha histórica, de que estamos irremediavelmente condenados a uma equação de soma zero, de que estamos aprisionados em um dilema apenas superável pela escolha entre dois mundos mutuamente excludentes – ou preservamos o meio ambiente, a biodiversidade, a estabilidade climática e investimos numa economia de baixo carbono, reconfigurando a matriz energética, privilegiando fontes limpas, renováveis e refratárias ao desmatamento, ou, alternativamente, expandimos o agronegócio, ampliamos as fronteiras para a produção rural, reduzimos entraves normativos e fiscais que retardam e dificultam o desenvolvimento do setor mais dinâmico da economia brasileira, responsável, afinal de contas, pelo superávit comercial e pela alimentação da sociedade brasileira.

Não é verdade, Sr^as e Srs. Senadores, Felizmente, não é verdade. Não estamos ante uma escolha de Sofia, em que um filho se salva para que o outro morra, um destino é abortado, para que outro vingue e prospere. Graças a Deus, não é assim, não precisa ser assim, desde que saibamos combinar, com responsabilidade, fortuna e virtude, ou seja, as condições extraordinárias de nosso riquíssimo patrimônio natural, com a capacidade de nossos produtores rurais, grandes e pequenos, e de nossa ciência aplicada em tecnologia de ponta no campo.

Não é assim, insisto. Não precisa ser assim, e, agora, cabe a nós construir, na prática, essa possibilidade não excludente. A via de desenvolvimento que merece ser seguida é aquela que cumpre ambos os conjuntos de metas: expande a produção, estimula os produtores, valoriza o setor mais dinâmico da economia e, ao mesmo tempo, agrega valor aos produtos agrícolas, associando a dinâmica produtiva à implantação de uma linha sustentável de desenvolvimento, cuja base é o respeito rigoroso ao meio ambiente; ou seja, a preservação das nossas florestas.

Combinar ambas as metas, ambos os caminhos, de modo a maximizar conquistas em todas as frentes, constitui a direção que, adotada, pode conferir qualidade ao processo legislativo e ampliar as condições para um consenso político virtuoso. Um Brasil verde, produtivo, potência agrícola e ambiental, sustentável e socialmente justo, democrático e comprometido com as futuras gerações.

Sr. Presidente Paulo Paim, Sr's e Srs. Senadores, tenho estudado o texto aprovado pela Câmara dos Deputados e, confessando, aumenta a minha preocupação à medida em que me aprofundo na análise e no estudo do novo Código. Não encontro nele o compromisso com o equilíbrio, sem o qual nos afastamos daquele princípio da unidade entre os dois destinos do Brasil: potência agrícola e potência ambiental.

Hoje, quero abordar o que considero os cinco principais problemas do Código.

Primeiro, consolidação dos desmatamentos抗igos e incentivos a novos desmatamentos, ao permitir que um desmatamento irregular feito hoje (ou no futuro), em área de reserva legal, possa ser compensado em outra região ou recuperado, Sr. Presidente, em 20 anos com o uso de espécies exóticas em até 50% da área – está aqui no art. 38 do Código. Hoje, a lei permite compensação apenas para desmatamentos irregulares ocorridos até 1998. Ao não restringir essas hipóteses de regularização apenas a desmatamentos passados, a lei incentivará que proprietários desmatem irregularmente áreas onde o valor da terra é mais alto e as compensem em outros lugares, em outros Estados, onde a terra seja mais barata.

Além disso, ao afirmar que o fiscal ambiental poderá – em vez de “deverá” – embargar atividades realizadas em novas áreas de desmatamento (art. 58), contrariando o decreto hoje vigente, a nova lei facultará ao proprietário, caso não ocorra o embargo, a utilização de parte da reserva legal irregularmente desmatada por até 20 anos.

Trata-se, em resumo, Sr. Presidente, de um prêmio à ilegalidade. Ponto dois, segundo problema: cria, corretamente, um programa de regularização ambiental – está aqui no art. 33 –, mas abre espaço para uma anistia eterna e legítima.

Questiono isso e quando falo do art. 33, Sr. Presidente, trago essa preocupação, porque o novo Código estabelece prazo de um ano para a adesão dos proprietários e determina que, durante esse tempo, não poderão ser aplicadas a ninguém e não apenas aos que já tenham aderido ao programa, sanções administrativas por desmatamento ou uso irregular de APP e reserva legal ocorridos até 2008. Isso está no art. 33.

Segundo a justificativa, essa medida constituiria um incentivo para que os proprietários buscassem a regularização. No entanto, o prazo de vigência desse benefício – a inaplicabilidade de sanções – pode ser prorrogável por decreto, inclusive dos Estados, o que significa que governadores poderão prorrogar sucessivamente essa “anistia provisória”, e todos poderão continuar ocupando irregularmente áreas protegidas sem serem multados ou embargados. Trata-se, portanto, de uma paradoxal provisoriação ilimitada.

Além disso, dispõe aqui no art. 34 que a assinatura de termo de compromisso suspende a punibilidade de crimes ambientais ligados ao desmatamento ilegal. Entretanto, como não estabelece um corte temporal para essa suspensão de punibilidade, permite que novos desmatamentos fiquem impunes com a simples assinatura do referido termo.

O art. 33, § 5º, “legitima” toda forma de ocupação nas áreas rurais consolidadas, especialmente porque, cumpridas as obrigações estabelecidas no Programa de Regularização Ambiental, as multas serão consideradas convertidas em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente.

Ademais, o *caput* do art. 8º – isso aqui é a Emenda nº 164 –, inserido no Código pela infeliz Emenda nº 164, inclui a citação “manutenção de atividades consolidadas até 22 de julho de 2008” e remete a exigência de previsão legal para as hipóteses de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto.

Senador Raupp, aqui há um problema nessa Emenda nº 164. O que o texto diz?

O texto legal, vou falar aqui, ainda aduz um complemento. Cito: “atividades agrossilvopastoris, ecoturismo e turismo rural”. Vou ler aqui, na íntegra, o *caput* desse art. 8º da Emenda 164, que temos de derrotar aqui, para conciliar o que chamo potência agrícola e potência ambiental. O que diz o texto, o *caput*?

A intervenção ou supressão de vegetação em área de preservação permanente e a manutenção de atividades consolidadas até 22 de junho de 2008 ocorrerão nas hipóteses de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental, previstas em lei [é onde joga também para a lei estadual], bem como nas atividades agrossilvopastoris, ecoturismo e turismo rural.

Isso aqui acaba com as APPs. Acaba definitivamente, até para ser pasto – qualquer atividade agrossilvopastorial.

Então, esse é um problema, mas volto aqui ao meu texto. Eu falava dessas atividades agrossilvopastoris.

Com esse dispositivo, cria-se uma dificuldade adicional para os casos de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto, os quais necessitarão de lei específica, enquanto a inclusão da referência a atividades agrossilvopastoris, ecoturismo e turismo rural, abre a possibilidade de supressão de vegetação em área de preservação permanente, de forma ampla.

Terceiro problema.

Com a definição de área rural consolidada remetida apenas à referência temporal de julho de 2008, a proposta abre a possibilidade de regularizar toda e qualquer ocupação nas áreas de APP, em toda a sua variação tipológica, sem maior atenção aos impactos decorrentes da manutenção das atividades em curso. Adicionalmente, inclui a previsão do regime de pousio como uma regra geral aplicável a qualquer imóvel rural.

O pousio remete ao abandono de área de cultivo por um certo período, visando à recomposição do solo, e é uma prática associada à agricultura de subsistência em poucas comunidades tradicionais, não se justificando sua adoção como regra geral para a agricultura. Sua adoção como regra geral cria uma enorme dificuldade para o monitoramento e controle do desmatamento, já que sempre que uma área que está sendo desmatada for detectada, o argumento de que essa é uma área “em pousio” poderá ser utilizado.

Isso se agrava na medida em que o conceito de pousio apresentado no inciso VIII do art. 3º não faz qualquer referência temporal objetiva.

O art. 3º, em combinação com o art. 8º, inserido pela malfadada Emenda nº 164, enterra o conceito de Área de Preservação Permanente. Disto é que eu falava com o Senador Valdir Raupp: APP será a nova sigla para Área de Predação Permanente.

Senador Raupp.

O Sr. Valdir Raupp (Bloco/PMDB – RO) – V. Ex^a, Senador Lindbergh, está abordando um tema que já começou a ser discutido no Senado Federal, mas que foi discutido exaustivamente na Câmara dos Deputados. É um tema, sem dúvida, muito complexo, tanto é que houve embates muito fortes na Câmara Federal e não vai ser muito diferente aqui no Senado. Espero, sinceramente, Senador Lindbergh, que o Senado seja a Casa da Federação, a Casa Revisora, com esse projeto tramitando na Comissão de Meio Ambiente do Senado, na Comissão de Agricultura e na Comissão de Constituição e Justiça, com dois relatores equilibrados – o ex-Governador Senador Luiz Henrique, de Santa Catarina, Governador por dois mandatos, e o Senador Jorge Viana, que vai relatar na Comissão de Meio Ambiente e foi Governador do Estado do Acre, Estado que tem um modelo de preservação florestal

que serve para todo o Brasil. E, com a nossa ajuda, que tanto o Senador Jorge Viana quanto o Senador Luiz Henrique têm dito que querem trabalhar em parceria com os Senadores, também se reportando aos líderes da Câmara, para fazer de repente um relatório que, mesmo que venha a modificar – e eu acredito que há alguns pontos, concordo com V. Ex^a, nessa Emenda nº 164, lá da Câmara, que talvez tenham de ser mudados. Com todo o respeito a nossa bancada do PMDB na Câmara dos Deputados, mas talvez haja alguns pontos que têm de ser rediscutidos. Sou autor de um projeto aqui, no Senado Federal, que trata do desmatamento zero. Falei com a Presidenta Dilma, ainda ontem, em um almoço no Palácio da Alvorada, quando ela dizia que não abriria mão da proteção ambiental, sobretudo da Amazônia – é claro que de todo o Brasil, mas onde está havendo mais problemas é na Amazônia, porque os organismos internacionais estão de olho no Brasil. Acho que estamos hoje preservando em torno de 78%; perdão, temos 17% da Amazônia desmatados, 83% em florestas da Amazônia Legal, que é 61% do território nacional. Quando jogamos para o País, vamos ter em torno de 54% de preservação florestal no Brasil. É a maior preservação do mundo! O país que mais preserva floresta nativa no mundo é o Brasil. E nós devemos parar aqui. Acho que o desmatamento avançou até agora, mas eu sou defensor do desmatamento zero. O meu projeto foi premiado por três institutos legislativos do Brasil como importante ao País. Eu dizia à Presidente ontem, no almoço, que, se colocarmos no relatório aqui no Senado, na relatoria do Jorge Viana e do Luiz Henrique, o desmatamento zero, nós vamos aprovar, porque ninguém quer desmatar mais. E hoje V. Ex^a disse aí que o desmatamento está avançando por falta de uma lei, de uma lei firme, de uma lei clara de meio ambiente, que é a reforma que está sendo feita do Código Florestal. E quanto mais tempo demorarmos aqui no Senado para revisar o projeto que veio da Câmara, mais desmatamentos vão acontecer. A lei está muito frouxa, muito solta, não tem fiscalização. O Ibama, infelizmente, não tem estrutura para fiscalizar. Então, nós devemos trabalhar rápido, nessas três Comissões – Meio Ambiente, Agricultura e CCJ –, trazer ao plenário e aprovar um Código que realmente venha a servir para preservar o meio ambiente. Parabéns a V. Ex^a por este pronunciamento. O meu projeto também trata de liberar as áreas consolidadas das pequenas propriedades. Eu acho justo, porque uma pequena propriedade não tem como reflorestar 50%, 80%; as grandes, sim: acima de quatro módulos sim, até quatro módulos creio que não. Agora, a reserva da APP – Área de Preservação Permanente, dessa ninguém pode abrir mão. Concordo com V. Ex^a, ninguém pode abrir mão

da proteção das nossas águas, das nossas nascentes, dos nossos topos de morros para não haver erosão. Então, as APPs não são negociáveis. Concordo com V. Ex^a que vai ter que mudar. Se for da forma como V. Ex^a está dizendo que veio da Câmara, terá que mudar aqui, no Senado Federal. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Senador Raupp, eu concordo com V. Ex^a. Eu acho que há espaço para trabalharmos um acordo aqui nesta Casa. Esta é a Casa do entendimento. Por exemplo, observei, com entusiasmo, a reunião do Senador Rodrigo Rollemberg, do Senador Jorge Viana, do Senador Luiz Henrique, com o Senador Blairo Maggi, discutindo saídas aqui.

Na reunião com os Senadores do PT, a Presidente Dilma – e eu sei que ela disse também na reunião com os Senadores do PMDB – disse que o agronegócio moderno do País estaria dando um tiro no pé com a aprovação desse Código, porque a repercussão internacional disso tudo poderia criar, inclusive, barreiras internacionais, barreiras comerciais à nossa produção agrícola. E nós vamos ter, aqui no Brasil, a Rio+20 no próximo ano.

De forma que a sua preocupação com o desmatamento zero, Senador Raupp, é central. Cito aqui, pois não quero alongar-me muito, o art. 38 mostra que, do jeito que está, estamos abrindo espaço para mais desmatamentos.

O art. 38 diz o seguinte:

Art. 38. O proprietário ou possuidor de imóvel rural com área de Reserva Legal em extensão inferior ao estabelecido no art. 13 poderá regularizar a sua situação, independentemente da adesão ao Programa de Regularização Ambiental (...).

O que é o Programa de Regularização Ambiental? É isso aqui que nos remete à data de 22 de julho de 2008, ou seja, libera-nos daquela data, que era importante nisso. Abre-se espaço, de fato, para novos desmatamentos.

Creio que a sua preocupação também é a minha: evitar novos desmatamentos. Desmatamento zero tem que estar no centro desta discussão aqui.

A quarta preocupação minha quanto ao novo Código é a promoção à estadualização da legislação ambiental, na medida em que o art. 8 dessa polêmica Emenda nº 164 retira do CONAMA, Conselho Nacional do Meio Ambiente – órgão colegiado com participação da União, Estados, Municípios e sociedade civil – o poder de regulamentar as hipóteses de supressão da vegetação nativa em APP.

O clima, Sr. Presidente, e os biomas não respeitam as fronteiras dos Estados. Não é razoável que, no mesmo bioma, um Estado tenha uma legislação am-

biental distinta da de outro. O Brasil precisa ter uma política ambiental única.

Essa previsão poderá lançar o Brasil na aventura autodestrutiva de uma guerra ambiental, à semelhança da guerra fiscal, cujos efeitos até hoje ferem os superiores interesses nacionais.

O quinto ponto – e eu sei que aqui talvez haja uma discordância com o Senador Raupp –, a permissão para que imóveis com até quatro módulos fiscais não precisem recuperar sua reserva legal – isso está no art. 13, §7º – abre brechas, sim, na minha avaliação, para uma isenção quase generalizada. Embora alguns argumentem que esse dispositivo visa permitir a sobrevivência de pequenos agricultores, os quais não poderiam abrir mão de áreas produtivas para manter a reserva, o texto não prevê essa flexibilização apenas para agricultores familiares, como seria lógico. Com isso, permite que mesmo proprietários que não vivam da produção agrícola ou que tenham vários imóveis menores de quatro módulos fiscais – e, portanto, tenham terra mais que suficiente para sua sobrevivência – beneficiem-se da isenção e não sejam obrigados a recuperar a Reserva Legal.

Além de tudo, ao omitir qualquer referência a limite temporal – não há data – para a geração das matrículas objeto da isenção de recuperação, o novo Código cria as condições para que a isenção esteja disponível, a qualquer momento, para os que venham a desdobrar suas matrículas, esvaziando, assim, qualquer obrigação de recuperação.

Trata-se de um caso em que a própria norma cria as condições para a sua abolição: a própria norma traz a burla embutida nos termos que a formulam. Essa brecha fará com que mais de 90% dos imóveis do País sejam dispensados de recuperar suas reservas legais.

Vou lhes dar um exemplo, Sr^as e Srs. Senadores: um proprietário cujo imóvel se situe em São Paulo, com 500 hectares, fracionado em oito ou dez matrículas, seria beneficiado pelo disposto no novo Código. Isso é inaceitável. Tanto é assim que várias organizações campesinas, como Via Campesina e Fetraf, posicionaram-se contrariamente ao novo Código.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Além desses pontos, para concluir, Sr. Presidente, o novo Código traz muitas outras polêmicas, como permitir a recuperação de apenas quinze metros de matas ciliares ao longo dos rios menores, enquanto hoje se exige a recuperação de trinta metros. Estudo avaliado pela SBPC e pela Academia Brasileira de Ciência indica que essas áreas são de fundamental importância para a qualidade da água e para a sobrevivência de muitas espécies da fauna e da flora, e que a faixa atual – que

se pretende diminuir – já é insuficiente para garantir o cumprimento da maior parte das funções ambientais esperadas dessas áreas. Recente parecer emitido pela Agência Nacional de Águas – ANA, aponta na mesma direção.

Enfim, Sr. Presidente Paulo Paim, são muitos os pontos polêmicos que merecem do Senado da República tratamento à altura da importância da matéria e de nossas responsabilidades, à altura das nossas florestas.

Como bem disse a Presidenta Dilma, as exportações de produtos agrícolas brasileiros poderão sofrer embargos, especialmente por parte da Europa, caso o novo Código seja aprovado dessa forma.

O Brasil é uma potência agrícola respeitada pelo mundo inteiro exatamente porque é uma potência ambiental.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância de V. Ex^a.

Muito obrigado, Sr^{as}s e Srs. Senadores.

Durante o discurso do Sr. Lindbergh Farias, a Sra. Ana Amélia deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Senador Lindbergh Farias, que, de forma muito tranquila e equilibrada, defende o meio ambiente e aponta a importância da nossa produção na área rural.

Esse equilíbrio é que vai construir o entendimento, com certeza, de um grande projeto aqui, no Senado. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com a palavra o Senador Vicentinho Alves, para fazer o seu pronunciamento, com a mesma tolerância que a Presidência teve para com os outros Senadores.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, venho hoje à tribuna para falar sobre a potencialidade das hidrovias do Brasil. Venho do Estado do Tocantins, do Estado das águas, banhado por dois grandes rios: o Tocantins e o Araguaia. Portanto, venho falar das hidrovias do Brasil.

O modal hidroviário brasileiro, Sr. Presidente, possui 63 mil quilômetros de águas entre rios e lagos. Do total, 29 mil quilômetros estão, naturalmente, disponíveis para navegação, mas apenas 13 mil quilômetros são utilizados economicamente.

As principais hidrovias brasileiras são denominadas: Solimões/Amazonas, hidrovia do Madeira, do Tapajós/Teles Pires, do Tocantins/Araguaia, do Par-

naíba, do São Francisco, hidrovia Paraná/Tietê, do Paraguai e a do Sul.

A hidrovia Amazonas/Solimões possui uma extensão de 3.100 quilômetros e movimentou, no ano de 2010, os seguintes números, Sr. Presidente: dois milhões e meio de toneladas na navegação interior estadual; seis milhões na navegação interior interestadual; 18 milhões ao longo do curso e 19 milhões na cabotagem.

A hidrovia do Madeira tem pouco mais de mil quilômetros e movimentou quatro milhões de toneladas, no ano de 2010, exclusivamente pela navegação interestadual.

Essa hidrovia é de fundamental importância para o escoamento dos mercados consumidores do exterior da produção de soja do Centro-Oeste, bem como da própria Região Amazônica, a nossa região. É uma hidrovia de vital importância para o desenvolvimento regional devido à sua posição estratégica e por constituir a única via de transporte para a população que vive, em grande parte, das cidades localizadas às margens do rio Madeira.

A hidrovia do Tapajós possui 345 quilômetros navegáveis entre a cidade de São Luís do Tapajós, que fica um pouco acima da cidade de Itaituba, até a foz do rio Amazonas.

A viabilização da capacidade plena de transporte de carga da hidrovia passa pela construção de escunas nos aproveitamentos hidrelétricos, naturalmente, previstos para os rios Tapajós e Teles Pires, num total de sete barramentos até a cidade de Sinop, no Mato Grosso.

A hidrovia do Parnaíba possui extensão de 1.600 quilômetros. Sua área de influência envolve quatro Estados: o Piauí, o Maranhão, a Bahia e o meu Tocantins, além de margear 128 Municípios.

A produção de grãos atual é de quatro milhões de toneladas, e a projeção para a produção de 2012 é de sete milhões de toneladas.

Condições para navegação de embarcações para o transporte de cargas são necessárias como investimento para dragagem, derrocamento – derrocamento nada mais é do que a recuperação dos rios –, sinalização, balizamento, implantação de terminais, revitalização das margens e as áreas ribeirinhas.

Existe a previsão de cinco usinas no rio Parnaíba. Naturalmente, com as escunas, para se ter as hidrovias do Parnaíba em pleno funcionamento.

Quero falar também da hidrovia do São Francisco, cuja extensão é de 1.400 quilômetros. Atualmente é uma pequena navegação comercial, restrita apenas à cidade de Ibotirama e Juazeiro, na Bahia. Juazeiro e Petrolina, Bahia e Pernambuco.

A hidrovia do Paraguai possui 1.270 quilômetros de extensão navegável no Brasil, delimitando um

trecho da fronteira entre Brasil e Bolívia e entre Brasil e Paraguai. Na Argentina, essa hidrovia tem acesso ao Oceano Atlântico. A hidrovia movimentou cerca de quatro milhões de toneladas em 2010, entre o Brasil e os países vizinhos.

A hidrovia Tietê/Paraná, Sr. Presidente, possui 1.700 quilômetros de extensão e movimentou quase seis milhões de toneladas em 2010. Apresentou crescimento na carga transportada superior a 10%, nos últimos anos. A Transpetro iniciou processo que vai promover o transporte de etanol pela hidrovia Tietê/Paraná. Serão construídos 20 comboios, e os produtos serão enviados aos mercados externos e internos.

Agora, a nossa hidrovia Araguaia/Tocantins possui 1.580 quilômetros de extensão, no rio Tocantins, e 2.060 quilômetros de extensão no rio Araguaia. Em 2010, essa hidrovia movimentou 3 toneladas apenas na navegação interior; 11 milhões ao longo do curso e 8 milhões na cabotagem, principalmente nos portos e terminais do norte do Pará.

Portanto, Sr. Presidente, a hidrovia do Sul, região de V. Ex^a, possui 9.995 quilômetros de extensão e movimentou, em 2010, 2,5 milhões de toneladas na navegação interior; 22 milhões ao longo do curso e meio milhão na cabotagem.

Concluindo, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, quero dizer que os recursos direcionados para as hidrovias aumentaram gradativamente, o que mostra a vontade ou a necessidade de se utilizar melhor esse modelo de transporte no Brasil.

A previsão orçada no PAC 2, para o período de 2011 a 2014, que levantamos, Sr. Presidente, atingiu o patamar de 2,9 bilhões, contra 1,2 bilhão no período anterior. Dos 2,9 bilhões, 20% foram distribuídos em estudos e projetos; e, como consequência, a necessidade do incremento desses recursos para a execução das obras.

Dos 1,2 bilhão direcionados para os anos de 2007 a 2010, 815 milhões foram para a conclusão das obras das eclusas de Tucuruí, muito importante e, inclusive, inaugurada recentemente, em 2010, pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Foi inaugurada em novembro de 2010. As eclusas permitirão a navegação de comboios com capacidade para 19 mil toneladas, entre a cidade de Marabá e os portos marítimos da Vila do Conde e Belém do Pará.

A construção das eclusas é de suma importância para o País, Sr. Presidente, porque não dá para se dissociar das hidrelétricas as eclusas. Temos que ter atenção, principalmente o Governo Federal, com relação às hidrelétricas nos rios do País. Sem a construção das eclusas, nossos rios ficam cortados e impossibilitados da navegação.

Portanto, quero aqui falar sobre as eclusas de Lajeado e de Estreito. São duas hidrelétricas do nos-

so Estado. Amanhã, inclusive, estaremos com o Governador Siqueira Campos, com a Diretoria da Suez, Tractebel, visitando a usina hidrelétrica de Estreito. Em breve, estaremos recebendo em nosso Estado a nossa Presidenta Dilma, que irá, naturalmente, inaugurar esse empreendimento importante para o País, principalmente na área de geração de energia, da qual tanto carecemos para nosso desenvolvimento.

Portanto, com ambas vindo a entrar em operação, Lajeado e Estreito, e Serra Quebrada e Marabá, poderemos gerar milhares de empregos. Sairemos de Porto Nacional, minha cidade, e vamos até Belém do Pará, navegando pelo rio Tocantins.

Ainda sonho e antevejo, Presidente Paim, Senador Valdir Raupp, demais Senadoras e Senadores, o Vale do Tocantins todo com a produção de grãos, de frutas para o mundo. Ali, será um vale, um celeiro de produção para o mundo, e os navios encostando às margens daquela produção. Eu ainda sonho em ver, em breve, esse Vale do Tocantins, produzindo com a declividade que nós temos, com a água, ali nos reservatórios, a banhar toda aquela produção do agro-negócio, gerando emprego, gerando renda e gerando alimentos para o mundo.

Acredito eu que quando o campo floresce e produz, Senador Valdir Raupp, as pessoas nas cidades vivem mais felizes. Portanto, eu espero ainda ver a hidrovia Araguaia – Tocantins levando a produção do nosso Estado. Somos um Estado altamente privilegiado por termos dois grandes rios a nos banhar – o Araguaia e o Tocantins –, tanto para a irrigação quanto para a navegação.

Portanto, numa outra oportunidade, falarei, especificamente, sobre a questão da hidrovia Araguaia – Tocantins.

Também, Senador Paim, estou fazendo um estudo sobre a questão socioambiental. Já estou chegando à conclusão, e farei uso desta tribuna, de que a hidrovia, além de ser o meio mais barato para se escoar, entre os modais rodovia, ferrovia e hidrovia, é o que menos polui o meio ambiente se usado de forma adequada. Portanto, após concluir esse estudo, farei uso da tribuna para falar da questão socioambiental.

Será também formado, junto a todas essas eclusas, um corredor de exportação que levará a produção regional, com o aproveitamento do transporte hidroviário, combinado, se necessário, com o transporte ferroviário.

O nosso Estado é altamente privilegiado. Primeiro, pela situação geográfica: somos o Estado central do Brasil. Portanto, tudo o que for de infraestrutura nacional, naturalmente, passa pelo Tocantins: a ferrovia Norte-Sul, a ferrovia Leste-Oeste, a rodovia BR-153, hidrovias. Quer dizer, nós temos uma situação privilegiadíssima com relação à infraestrutura nacional.

Sr. Presidente, todos esses números que foram mostrados demonstram o potencial que o transporte fluvial tem, ainda mais num País que conta com uma hidrografia tão privilegiada. É importante o Governo Federal dar muita ênfase, nessa nova fase da infraestrutura nacional, às hidrovias do Brasil. Eu, aqui, defenderei sempre essa situação, particularmente a hidrovia Araguaia – Tocantins.

Tenho certeza, Sr. Senador Paulo Paim, Sr^as e Srs. Senadores, de que as nossas hidrovias garantirão a desconcentração industrial do País, trazendo para outras regiões o desenvolvimento futuro que o Brasil busca para se colocar, definitivamente, no rol das nações mais ricas e desenvolvidas do Planeta.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, era o que eu tinha a dizer. Agradeço a compreensão e a atenção das Sr^as e dos Srs. Senadores.

Para finalizar, quero repetir que, amanhã, estaremos na usina de Estreito, um empreendimento importante para o Tocantins, para o Maranhão e para o Brasil. Haveremos de ter outras hidrelétricas. Ainda bem que, no nosso Estado, os Governos estadual e federal estão muito atentos à questão de geração de energia e não tivemos nenhum problema socioambiental. Ela está lá, gerando emprego, gerando renda, respeitando o meio ambiente e ajudando o Brasil.

Nós, tocantinenses, somos um dos Estados que mais produzimos energia hidráulica no conjunto do rio Tocantins e de vários outros rios do nosso Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Vicentinho Alves, pela sua fala, fortalecendo o seu Estado, fortalecendo o poder da energia das nossas águas para haver desenvolvimento social e econômico.

Meus cumprimentos. Foi um belo pronunciamento o de V. Ex^a.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Vicentinho Alves, eu gostaria de convidar V. Ex^a para presidir a sessão neste momento, e convido o Senador Valdir Raupp para assumir a tribuna.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, que ora passa a Presidência para o Senador Vicentinho, que acaba de fazer seu pronunciamento, Sr^as e Srs. Senadores, podemos dizer que hoje foi um dia memorável, com o lançamento, no Palácio do Planalto, do programa Brasil sem Miséria, pela Presidente Dilma, pela Ministra Tereza Campello e diversos outros Ministros, Senadores, Deputados Federais e a sociedade organizada lá representada.

Eu diria que foi um dos lançamentos de programa mais bonitos da história do nosso País. Eu acompanhei quase que todos os programas lançados pelo Presidente Lula, mas este, hoje, eu diria que bateu o recorde em emoção, em eficiência. Não quero dizer que não foram todos os outros programas, como Minha Casa Minha Vida; Fome Zero; Bolsa Família; Programa de Aceleração do Crescimento; e Luz para Todos. Espero que muitos outros programas venham a ser lançados ainda neste ano. Ontem, na reunião do conselho, no Palácio do Planalto, eu até sugeri alguns programas à Presidente Dilma, entre eles o programa de duplicação das nossas rodovias federais.

É uma vergonha que um País que é a sétima economia do mundo e que tem mais de 60 mil quilômetros de rodovias pavimentadas – a maioria mal pavimentada e esburacada –, tenha menos de cinco mil quilômetros de rodovias duplicadas. Menos de cinco mil quilômetros. E observem que R\$10 bilhões dariam para duplicar cinco mil quilômetros de rodovias federais – mais do que dobraria a malha de hoje, com economia, evitando acidentes trágicos, com mortes fatais, que acontecem quase todos os dias nas nossas rodovias, nas nossas BR.

Estou fazendo essa introdução porque houve o lançamento, hoje, desse programa no Palácio do Planalto, mas eu quero falar sobre o café, sobre essa cultura que gerou riquezas e edificou cidades como São Paulo e Belo Horizonte, e, por que não dizer, Estados como São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e tantos outros que tiveram, principalmente no século passado, a sua economia baseada no café.

O meu Estado, que é novo, também já produz muito café, por isso eu quero falar sobre o café.

Como falei de estradas, não posso deixar de agradecer a presença do Diretor-Geral do DER do meu Estado, Rondônia, Dr. Lúcio Mosquini.

Antes ser Governador do meu Estado, eu também ocupei esse cargo de diretor-geral do DER. Fiz muitas estradas, construí muitas pontes e continuo, ainda, construindo muitas pontes hoje, mas na articulação política, porque nós temos de construir pontes todos os dias, articulando como líder da bancada que fui aqui e, agora, como Presidente Nacional do PMDB. Mesmo como Senadores, temos de construir uma ponte por dia, as pontes dos entendimentos.

Então, agradeço as presenças do Lúcio Mosquini e do nosso Governador, Confúcio Moura, que está em Brasília. Esteve no lançamento no Palácio do Planalto pela manhã e, à tarde, esteve em audiência, às 15 horas, com a Presidente Dilma Rousseff. Então, obrigado ao nosso Governador.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Senador Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – O Governador Confúcio é um tocantinense.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – É, nasceu no Estado do Tocantins.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – É muito amigo nosso. Nós temos orgulho de tê-lo lá. Os tocantinenses, todos nós temos orgulho de tê-lo como Governador do Estado de Rondônia.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – E foi Deputado Federal também. Acho que conviveu com V. Ex^a, lá na Câmara, como Deputado Federal, por três mandatos, e com a Deputada Marinha Raupp, minha esposa, que já está no quinto mandato. O Confúcio foi um grande Deputado, um grande prefeito da cidade de Ariquemes por dois mandatos e, sem dúvida, será um grande governador.

Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, no dia 24 de maio comemoramos o Dia do Café, a bebida mais popular do Brasil. Trata-se de um produto de grande importância econômica, cultural e social para o País.

Ao ler recente matéria divulgada pelo jornal *Folha de S.Paulo*, em seu caderno de Economia, fui tomado por um sentimento misto de estranheza e indignação. De fato, a notícia é de deixar todos estupefatos.

A despeito de sermos os maiores produtores mundiais de café *in natura*, somos grande importador do produto beneficiado e industrializado. Para os senhores e senhoras terem uma ideia, estamos comprando o grão torrado e moído até mesmo da China! A China está exportando café para o Brasil.

Enquanto o quilo de café arábica verde, de ótima qualidade, está valendo US\$4 no mercado mundial, o valor médio do café industrializado que importamos da Suíça, com pompa e circunstância, é de US\$78! Olhem só: de US\$4 para US\$78. Exportamos por US\$4 o grão *in natura* e compramos, importamos a US\$78. Vejam o quanto estamos perdendo nessa escala de valor agregado!

O cafezinho, Sr. Presidente – que o Zezinho e seus colegas nos servem todos os dias aqui –, é uma instituição nacional e está visceralmente inserido no cotidiano das casas, escritórios e restaurantes em todo o Brasil. Tornou-se, até mesmo, poderosa ferramenta de agregação familiar e social.

O cultivo do seu grão, historicamente, comandou as nossas exportações por décadas, desde o final do século XIX. As lavouras cafeeiras, e seus barões, comandaram a cena política e econômica brasileira até engrenarmos um vertiginoso e audacioso processo industrialização, iniciado por Getúlio Vargas e que teve continuidade por todo o século XX.

Sr. Presidente, tenho orgulho de pertencer ao maior produtor de café da Região Norte, o segundo

maior produtor de café Conilon e o sexto maior produtor do Brasil. Em meu Estado, o grão é produzido principalmente nas cidades de Cacoal, Rolim de Moura, Ouro Preto do Oeste, Jaru, Machadinho, Nova Brasilândia, Alta Floresta, Alto Alegre, São Miguel, Espigão d'Oeste – poderia, aqui, citar, talvez, 30 ou 40 Municípios do Estado de Rondônia, onde se produz muito café.

Ressalto que, no ano de 2010, tivemos a maior safra já produzida: 140 milhões de toneladas – o Estado de Rondônia já produz em torno de 140 milhões de toneladas de café.

Pois bem, meus nobres colegas, Senadoras, Senadores, senhoras e senhores ouvintes da Rádio Senado e telespectadores da TV Senado, a nossa atual condição no mercado internacional de café parece ser um retrato na parede. Paramos na história, Sr. Presidente. Produzimos um grão de altíssima qualidade e baixo valor agregado, vendemos por preço vil e compramos adiante os caros produtos cafeinados de grandes multinacionais europeias e americanas.

Acondicionados em vistosas embalagens e ostentando rótulos de grandes marcas publicitárias, o café processado suíço, italiano, alemão ou inglês está nas melhores prateleiras de nossos supermercados e lojas especializadas. Sem produzir um único grão, esses países vêm auferindo importantes ganhos comerciais com o negócio cafeeiro internacional.

Até quando, Sr. Presidente, engordaremos os lucros dessas multinacionais estrangeiras à custa do nosso produtor, à custa do suor do nosso produtor

Ora, se somos os maiores cultivadores de café, por que não investir maciçamente na construção de marcas e padrões de beneficiamento do grão? O Brasil, que é a sétima economia do mundo, que tem energia em abundância, que tem o produto, não industrializa esse produto para agregar valor.

Pela importância e grandeza do nosso País, Sr^as e Srs. Senadores, não basta sermos o celeiro do mundo. Temos que desenvolver nossos modelos produtivos e, cada vez mais, agregar valor às nossas *commodities*, sob pena de padecermos no degrau mais baixo do mercado internacional.

Essa situação relacionada ao café, portanto, se reveste de contornos bastante paradigmáticos. Exportar matérias primas é importante e nos ajudou a retomar a toada do crescimento econômico. O próximo salto, fundamental e decisivo, é dotarmos a nossa indústria de processamento desses produtos primários de competitividade internacional e passarmos a rivalizar, com renome equivalente, com os melhores produtos beneficiados de nossos clientes internacionais.

Sr. Presidente, se o Brasil já é grande, se a nossa economia está crescendo, exportando *commodities*, imagine se estivéssemos exportando matéria prima, produto de valor agregado.

Queremos tomar um legítimo e genuíno café brasileiro, plantado, colhido, torrado e moído por mãos e indústrias brasileiras!

É esse o apelo Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, que faço às nossas autoridades, ao Ministério da Indústria e Comércio, a todos os organismos federais ou estaduais que possam ajudar, tais como os bancos de fomento, o BNDES, o Banco da Amazônia, a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil, para que possam financiar empreendedores na construção de indústrias, para agregar valor aos nossos produtos, não só o café, mas tantos outros produtos que estamos exportando

in natura, como *commodities*, que poderiam ter valor agregado muito maior, ajudando a nossa economia a crescer, com certeza, cada vez mais.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Valdir Raupp, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Vicentinho Alves.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 679, DE 2011

Nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores pedido de informações acerca dos seguintes aspectos relativos ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado pelo Brasil em Lisboa, em 16 de dezembro de 1990: quais dos países signatários já ratificaram o referido ato internacional? Dentre aqueles que o ratificaram, quais já colocaram as novas regras ortográficas em vigor, e que medidas tomaram?

JUSTIFICACÃO

O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa foi assinado em Lisboa, em 16 de dezembro de 1990, pelos seguintes países: República de Angola, República Federativa do Brasil, República de Cabo Verde, República de Guiné-Bissau, República Portuguesa, República de Moçambique e República Democrática de São Tomé e Príncipe. Em 18 de abril de 1995, o Congresso Nacional aprovou o referido ato internacional, por meio do Decreto Legislativo nº 54, e o Governo Brasileiro depositou o instrumento de ratificação junto ao Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Portuguesa em 24 de junho de 1996.

Apenas em 29 de setembro de 2008, foi o Acordo promulgado pelo Governo Brasileiro, mediante o Decreto nº 6.583, que estipulou que o ato internacional supra mencionado produziria efeitos a partir de 1º de janeiro de 2009 e estabeleceu um período de transição, de 1º de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2012, durante o qual poderiam coexistir a norma ortográfica então em vigor e a nova norma estabelecida.

Com a aproximação da data limite estabelecida pelo Decreto nº 6.583, de 2008, para a utilização da antiga norma ortográfica e dadas as importantes consequências que tal fato acarretará, não só para as escolas brasileiras, como também para vários setores do sistema produtivo do país, que deverão realizar investimentos para se adequar às novas regras, cumpre saber se os demais signatários do Acordo já o ratificaram e se este já se encontra em vigor internacionalmente. Ademais, interessa ainda saber se a nova norma acordada está efetivamente em uso nos demais Estados Partes do Acordo, e que medidas foram por eles adotadas com vistas à sua implementação.

Ciente da relevância fundamental deste tema para o Congresso Nacional, Casa encarregada, por preceito constitucional, de resolver definitivamente sobre os tratados internacionais firmados pelo Presidente da República, e de também acompanhar a sua implementação, é que requeiro seja encaminhado ao Senhor Ministro das Relações Exteriores este pedido de informações.

Sala das Sessões,

Senador PAULO BAUER

(À Mesa, para decisão)

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 680, DE 2011

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja apresentado voto de louvor à empresa Tramontina pelo transcurso de seus cem anos de existência.

Justificação

A Tramontina completa, neste ano, um século de história. Orgulho dos gaúchos e dos brasileiros, a empresa foi criada pelo filho de imigrantes italianos Valentin Tramontina, no município de Carlos Barbosa, em 1911.

Do primeiro canivete para a poda dos vinhedos da serra gaúcha aos 17 mil itens produzidos agora, foi uma trajetória de intenso e dedicado trabalho de toda a “família Tramontina”, iniciada pelo Sr. Valentin, que passou pelas mãos e pelo destemor de sua esposa, D. Elisa e, posteriormente, pelos seus descendentes e colaboradores. Hoje, essa mesma família congrega algo como seis mil funcionários, de cujo trabalho reflete a qualidade que dá nome à marca e o orgulho de ser, cada um desses itens, um símbolo da criatividade, da habilidade e da devoção de tantos conterrâneos.

É difícil, para não dizer impossível, existir um único lar brasileiro por onde não tenha passado, pelo menos, um item da produção da Tramontina, nos segmentos de utensílios domésticos, ferramentas, móveis, material elétrico, entre tantos outros.

A importância da Tramontina não se explica, apenas, pelos seus quantitativos, embora tão significativos. A responsabilidade social também uma marca da empresa. Como escrito na sua página institucional, valorização da consciência social e o respeito ao ambiente características fortes que norteiam as ações das dez unidades fabris, sempre preocupadas com o bem-estar e a qualidade de vida das comunidades onde estão inseridas”.

Continua o texto institucional da Tramontina: “marca que conquistou os brasileiros está hoje, em mais de 120 países. Respeitar as diferenças culturais de cada um desses lugares é um dos princípios de negócios da Tramontina. Nesse sentido, mescla seus valores internos com os códigos locais, o que gera um clima organizacional coeso e harmônico em todas as suas unidades, no Brasil e no mundo”.

A Tramontina, portanto, não está, apenas, completando cem anos de história, o que já seria um fato louvável. Mais do que isso, a empresa está contribuindo, decisivamente, na construção da história do Brasil. Urna verdadeira honra para todos os brasileiros. E um

fato mais que justificativo para que todos nós possamos homenageá-la. – Senadora **Ana Amélia**. – Senador **Pedro Simon**. – Senador **Paulo Davim**.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – A Presidência encaminhará o voto de louvor solicitado.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 681, DE 2011

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas ao Ministro dos Transportes as seguintes informações de competência do DNTI, relativas à situação das obras de implantação e pavimentação da Rodovia BR 426/PB, estrada que liga os municípios de Piancó, Santana dos Garrotes e Nova Olinda, na Paraíba:

O cronograma de execução física da obra com as razões que explicam a morosidade para sua conclusão, uma vez que a mesma começou há uma década e meia e continua inconclusa;

Informações referentes à garantia de repasse dos recursos;

Abordagem analítica das condições atuais da obra, discriminando as ações levadas a cabo e elencando eventuais dificuldades para sua finalização;

Contrato com a Empresa RODOCOM.

Justificação

A construção da BR426/PB começou há uma década e meia, mas ficou pela metade.

Conforme a placa publicitária do Governo Federal afixada na obra, a estrada deveria ter sido concluída, depois da retomada em 2009, em julho do ano passado. No entanto, até o momento, nenhum metro de asfalto foi feito.

No dia 20 de maio, vereadores de Santana dos Garrotes e Nova Olinda realizaram uma sessão para debater a situação da BR 426/PB; a população desses municípios propõe seja criada uma comissão composta por representantes de ambas as cidades para acompanhar a conclusão da estrada, que é de suma importância para esses municípios e também para a população de Piancó, igualmente prejudicada pela falta de estrada para escoar a sua produção. – Senador **Vital do Rêgo**

(À Mesa para decisão)

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 682 , DE 2011

Requeiro, nos termos do art. 256, inciso I, do RISF, a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 258, de 2011– Que regulamenta a profissão de quiropraxista, e dá outras providências, de minha autoria a qual tramita na Comissão de Assuntos Sociais.

Sala das Sessões,



Senador PAULO PAIM

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – A Presidência defere o requerimento que acaba de ser lido.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.
São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 683, DE 2011

Requeiro, nos termos do art. 255, II, "c", 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 148, de 2011, que Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para disciplinar o descarte de medicamentos de uso humano ou de uso veterinário, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária.

Sala das Comissões,

Senador **ACIR GURGACZ**
Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

REQUERIMENTO Nº 684, DE 2011

Requeiro, nos termos do art. 255, II, "c", 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 36, de 2011, que Dispõe sobre a concessão de seguro-desemprego para os trabalhadores, empregados ou profissionais autônomos, com exercício de atividade impedido em razão de calamidade natural, e dá outras providências, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária.

Sala das Comissões,

Senador **ACIR GURGACZ**
Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão publicados e incluídos em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Os Srs. Senadores Romero Jucá, Aloysio Nunes Ferreira e Alvaro Dias enviaram discursos à Mesa, que serão publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o Inciso I e § 2º do art. 210, do Regimento Interno.

S. Ex^{as}s serão atendidos.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/ PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s Senadoras e Srs. Senadores, Venho à tribuna agradecer o recebimento da publicação nº 133, de abril de 2011, do CNC Notícias, revista da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo.

Acredito que as entidades empresariais têm colaborado imensamente para o desenvolvimento nacional. O empresário é o indivíduo que mais acredita no Brasil. Ele deposita a sua confiança no País ao investir os seus recursos, obtidos com o suor do trabalho. É natural, pois, que se organizem em entidades voltadas a defender os interesses daqueles que tanto contribuem para o futuro nacional.

As publicações são importantes porque funcionam como meio que permite aos empresários realizar troca de informações ou experiências. Fiquei bastante impressionado com a matéria de capa, intitulada *Parceria entre CNC e CNI promove o associativismo sindical empresarial*, que ressalta a parceria firmada entre as duas entidades sindicais empresariais. Como a reportagem afirma, o compromisso firmado entre a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) e a Confederação Nacional da Indústria (CNI) visa a modernizar os sindicatos empresariais e, consequentemente, ampliar a representatividade e o poder de influência do Sistema de Representação Empresarial.

Tal parceria, como delineado na matéria, comprehende o planejamento e a execução de ações voltadas

à ampliação da representatividade e da sustentabilidade dos sindicatos empresariais, ponto fundamental para a formação de um empresariado moderno e atuante, no sentido de colaborar de maneira decisiva no desenvolvimento nacional.

Como bem observou o presidente da CNC, Antônio de Oliveira Santos, a organização do empresariado precisa ser harmônica e forte, sendo os sindicatos patronais o melhor e mais reconhecido modelo para essa organização.

Além dessa interessante reportagem, destaco especialmente a coluna de Opinião, assinada pelo presidente da entidade, Doutor Antonio Oliveira Santos, com opiniões bastante instigantes a respeito do meio ambiente. Por fim, não poderia deixar de citar a bela matéria em homenagem ao saudoso ex-vice-presidente da República, José Alencar, um líder incontestável e um exemplo de vida, cuja atividade empresarial envolveu também atividade constante junto às entidades de classe da categoria.

Era o que tinha a dizer. Muito Obrigado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s Senadoras e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada, “Tensão entre petistas”, publicada pela revista *Veja* em sua edição de 27 de abril de 2011.

A matéria destaca que o deputado Ricardo Berzoini ameaça revelar “segredos” do PT caso o governo continue reduzindo sua influência nos bancos oficiais.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ALOYSIO NUNES FERREIRA, EM SEU PRONUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, § 2º do Regimento Interno.)

Tensão entre petistas
Veja nº 2214, 23/04/11

O deputado Ricardo Berzoini ameaça revelar “segredos” do PT caso o governo continue reduzindo sua influência nos bancos oficiais

DANIEL PEREIRA

ISOLADO | Berzoini se considera perseguido pelo ministro Mantega

RETALIAÇÃO | Mantega substituiu a diretorias de bancos oficiais dadas a aliados de Berzoini

O SEGREDO | Acusado por irregularidades na Bancoop, João Vaccari é amigo de Berzoini e tesoureiro do PT

O bancário Ricardo Berzoini foi presidente do PT entre 2005 e 2010, período em que Lula resistiu ao escândalo do mensalão e conquistou a reeleição. Também foi ministro duas vezes, da Previdência e do Trabalho. Desde fevereiro, cumpre o quarto mandato consecutivo como deputado federal. É uma das mais reluzentes estrelas petistas. Uma estrela que sempre teve nas mãos o poder de indicar aliados e vetar desafetos para cargos de direção no Banco do Brasil, na Caixa Econômica Federal e na Previ o bilionário fundo de pensão dos funcionários do BB. Donatário de bancos oficiais e fundações, o deputado também conquistou respeito pela lealdade que sempre demonstrou nos momentos difíceis e pela presteza e discrição com que se desincumbiu de missões espinhosas no interesse do partido. Berzoini é um daqueles quadros partidários de atuação modesta sob os holofotes, mas eficientíssima longe deles. Ele sabe seu valor e se considera um dos principais responsáveis pela ascensão do PT ao poder. Por isso tudo está ficando cada vez mais difícil esconder o fato de que o deputado Berzoini anda inconformado com a diminuição de suas prerrogativas no atual governo. Ele já falou até em se rebelar.

O isolamento de Berzoini começou já durante a campanha eleitoral que levou Dilma Rousseff à Presidência da República. No ano passado, antes das eleições, houve uma disputa fraticida e silenciosa, algo muito comum, entre os petistas, para indicar o sucessor de Sérgio Rosa, então presidente da Previ e, antigo aliado de Berzoini. De um lado estava o deputado com seu esquadrão sindical tentando manter o controle do fundo que tem um patrimônio de 150 bilhões de reais. Do outro, o ministro da

Fazenda, Guido Mantega, que defendia uma maior profissionalização na gestão da entidade. Em meio à queda de braço, foi divulgado um dossiê que acusava Marina Mantega, a filha do ministro, de ter tentado fazer tráfico de influência no Banco do Brasil. O documento, apócrifo, foi distribuído a várias autoridades de Brasília. O ministro Guido Mantega não teve dúvidas em identificar Berzoini como o autor intelectual da operação. A maioria das informações era oriunda de áreas restritas do Banco do Brasil, precisamente de diretorias sob o controle e a influência de aliados de deputado. Com isso o ex-presidente do PT não só perdeu a disputa pela Previ como ganhou um desafeto poderoso. Com a vitória de Dilma, Mantega foi reconduzido ao cargo de ministro da Fazenda.

Escalado pela presidente para definir as novas diretorias dos bancos oficiais, Mantega contrariou frontalmente o camarada Berzoini. A primeira mas digerível estocada de Mantega no prócer partidário foi a declaração de que era preciso “profissionalizar” as diretorias, dos bancos oficiais: Ainda sob Lula, Mantega já havia exonerado vice-presidentes do Banco do Brasil indicados por Berzoini. Não houve maiores traumas. Berzoini e sua turma engoliram a explicação de que o BB precisava melhorar sua gestão a fim de fazer frente dos concorrentes privados, Agora, com Dilma, foi a vez da Caixa Econômica Federal A renovação das diretorias afastou os últimos sindicalistas ligados a ele. Como é tradição no universo petista, a mágoa e a perda de prestígio andam de mãos dadas com o fogo amigo e as denúncias Berzoini não escapa à regra. Em uma reunião partidária recente, ele fez questão de se mostrar “indignado”. Reclamou de que Mantega havia se comprometido a não demitir os quadros do partido na Caixa e, na presença dos líderes do PT na Câmara e no Senado, disse que o partido estava sendo deliberadamente afastado dos cargos de comando nos bancos oficiais. Berzoini foi aos detalhes e aos nomes. Disse que a presidente Dilma Rousseff e Guido Mantega querem mesmo isolar os petistas, principalmente quando eles são petistas-sindicalistas, como é o caso dele.

O encontro teve momentos de tensão. Segundo um petista com gabinete no Planalto. Berzoini disse que terá de reagir caso continue a ter seu poder esvaziado pelo governo. Ameaçou, conforme o relato, tornar públicos detalhes

constrangedores para o partido e para pessoas do governo, citando especificamente o caso Bancoop. A Cooperativa Habitacional dos Bancários de São Paulo é um dos calos do PT. O Ministério Público acusa os petistas de desviarem dinheiro da entidade, que deveria construir casa para seus cooperados, e usá-lo em campanhas eleitorais do partido - uma modalidade de caixa dois. As investigações apontam João Vaccari Neto, aliado de Berzoini, sucessor do deputado na administração da Bancoop e atual tesoureiro do PT, como um dos pivôs do crime. Berzoini também presidia o PT quando explodiu o escândalo dos aloprados, e petistas foram presos tentando comprar um dossiê falso contra os adversários com dinheiro cuja procedência ainda é desconhecida. O que Berzoini teria a revelar sobre esses episódios? Quem conhece as entradas do partido sabe a resposta.

Conhecedores das liturgias petistas contam que Berzoini conseguiu se desgastar ao mesmo tempo com Lula e Dilma. Com Lula, por ter votado com os sindicatos e contra o Planalto na questão do "fator previdenciário", que visa a retardar a aposentadoria. Ficou mal com Dilma por ter apoiado a eleição do petista gaúcho Marco Maia para a presidência da Câmara dos Deputados. A presidente tinha fechado com o nome do líder Cândido Vaccarezza. Os pares de Berzoini tentam demovê-lo da ideia de se rebelar, lembrando que o PT manteve duas vice-presidências estratégicas na Caixa, a de tecnologia da informação e a de logística. "A disputa interna entre sindicalistas e diretores vindos do mercado estava na raiz da ineficiência da Caixa. O governo está montando uma equipe mais harmônica", diz um dirigente nacional do PT. Berzoini insiste que seu grupo vem perdendo espaço dentro do próprio partido. "A equipe que assumiu a Caixa é de gente do mercado mais afeita ao Fernando Henrique Cardoso. Se a Dilma quer governar com tucanos, obviamente não vai dar certo. Não vai terminar bem", diz um petista que serviu de ombro e ouvidos amigos para as queixas de Berzoini. Amargas para ele e seu grupo, as lágrimas de Berzoini são um bálsamo para os brasileiros - quanto menos companheiros ocuparem cargos apenas por ser companheiros, melhor para a gestão da coisa pública e melhor para o Brasil.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs. Senadoras e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada, “Corte de verba compromete a vigilância das fronteiras”, publicada pelo jornal *Folha de S.Paulo* em sua edição de 18 de abril de 2011.

A matéria destaca que o corte no orçamento da Polícia Federal para este ano afetou a fiscalização em regiões de fronteiras e as ações de combate ao narcotráfico e contrabando de armas. A redução vem na esteira do contingenciamento no Orçamento da União,

determinado por decreto assinado em fevereiro pela presidente Dilma Rousseff.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.
Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS, EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, § 2º do Regimento Interno.)

Corte de verba compromete a vigilância das fronteiras

Queda do número de agentes da PF ameaça ações de combate ao narcotráfico

Ponto policial é fechado na fronteira com o Peru; em Ponta Porá, agentes federais compram combustível fiado

RÁTIO BRASIL DE PONTOS DE FRONTEIRAS: 100% DAS TURBULAS. ENQUADRO ESPECIAL: A PONTA PORÁ.

O corte no orçamento da Polícia Federal para este ano afetou a fiscalização em regiões de fronteiras e as ações de combate ao narcotráfico e contrabando de armas.

O dia a dia das operações foi prejudicado devido à suspensão dos gastos com diárias para delegados e agentes segundo expediente.

Há relatos de problemas estruturais, como o fechamento de um posto na fronteira com o Peru, e da falta recursos para manutenção de caminhões usados no combate ao contrabando de bens.

A redução vem na esteira do contingenciamento no Orçamento da União, determinado por decreto assinado em fevereiro pela presidente Dilma Rousseff.

Ministério da Justiça, com orçamento previsto de R\$ 4,2 bilhões para 2011, o corte foi de R\$ 1,5 bilhão.

Agentes relataram à *Folha* que os cortes comprometeram a Operação Sentinel, feita com a Força Nacional de Segurança e a Polícia Militar nos Estados.

A ação combate crimes como tráfico internacional de drogas, entrada de armas, contrabando e migração ilegal. Hoje, reduzido do efetivo desde a Amazônia até o Rio Grande do Sul.

No Brasil, a situação da PF nas fronteiras abrange uma linha de 16.399 km.

Projetos, como o Vant, de fiscalização com um avião não tripulado, só conseguiram. No Pará, uma patrulha que monitorava o rio Amazonas em Obidos foi retirada.

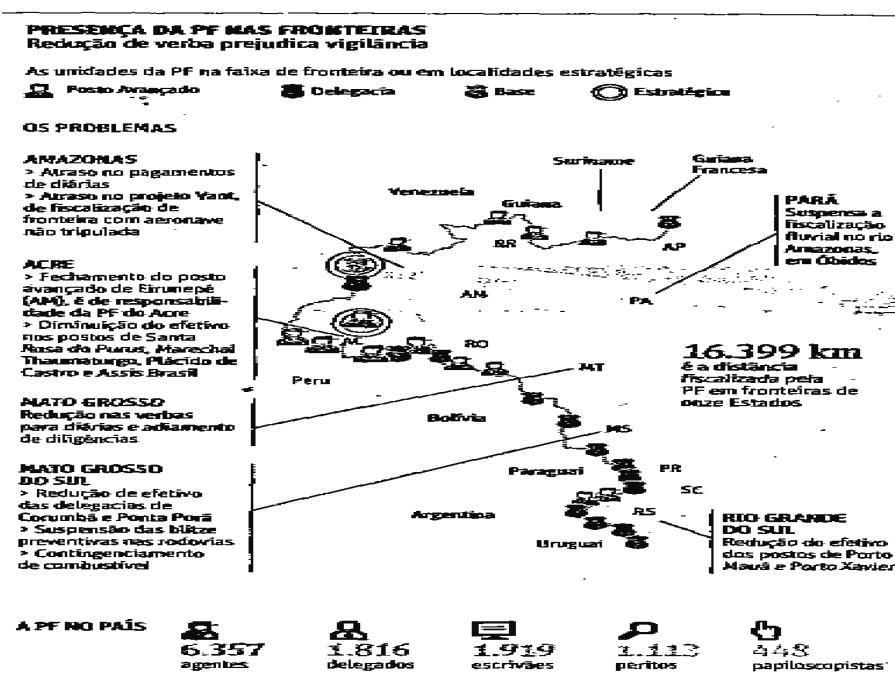
No Amazonas, o posto de Emanepe, próximo ao Peru, não está funcionando desde o mês passado.

O superintendente da PF no Estado, Sérgio Fontes, disse que na fronteira com a Colômbia e o Peru a Operação Sentinel será levada apenas “até onde der”. “O corte foi muito severo.”

PIADO

Em Mato Grosso do Sul, a redução no efetivo chegou a 50% no delegado da PF de Cuiabá e Porto Porá, na fronteira com o Paraguai. Segundo agentes federais, foram suspensas blitzes preventivas e blitzes preventivas nas rodovias.

Policiais que atuam em Ponta Porá descreveram à *Folha* que os agentes e carros estão parados por falta de manutenção e equipes



estão comprando combustível falso.

Com o contingenciamento, a maior parte do efetivo vindo de outros Estados teve de deixar a cidade. O sindicato dos policiais diz que a situação é crítica hoje com menos de metade do pessoal em relação a 2010.

Na fronteira do Rio Grande do Sul, outro importante ponto de combate à entrada de armas, também houve redução no efetivo do policial, segundo os agentes.

“Onde trabalhavam dois agentes, agora tem um”, disse Paulo Paes, que preside o sindicato local dos policiais.

Em Porto Velho e Ponta Porá, há tentativa de blindar a fronteira. A Polícia Federal está trabalhando em ritmo normal. Portanto, não há problema.”

Centenas de caminhões atravessam diariamente a fronteira, mas na prática o trabalho dos agentes se resume ao controle de migração. Celso Luiz, da PF, de Porto Velho:

OUTRO LADO

Orçamento menor não impede ações, afirma ministro

DE MANAUS

O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, disse que o corte orçamentário foi necessário para manter a eficiência da polícia. A Polícia Federal é subordinada ao ministro.

Cardozo negou, na sexta-feira, em Manaus, que haja problemas na fiscalização da PF nas fronteiras. “Não há nenhuma operação que não seja da A Polícia Federal está trabalhando em ritmo normal. Portanto, não há problema.”

Ele disse ainda ter “certeza absoluta” de que o corte não afetará “a prioridade do governo Dilma Rousseff, que é a segurança pública”.

É evidente que nãos temos

que fazer adequações, mas não há paralisação de atividade em hipótese nenhuma. Verba nãos temos, não é a menor, mas não temos que fazer aquela diminuição de verba com aquilo que é mais importante, a integração.”

Cardozo falou que há discussões sobre um plano integrado com Forças Armadas, Polícia Civil, Polícia Federal e Polícia Militar das Fronteiras de fronteira, além da colaboração internacional das polícias de fronteira.

O prazo de implantação do projeto de avião não tripulado da Amazônia é setembro para agosto, segundo o ministro.

A Folha procurou a direção da PF, mas o órgão informou que não se posicionaria sobre os cortes.

Sobre as operações e os problemas na sua atuação, disse que podera responder apenas hoje. (as)

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Não havendo mais oradores inscritos, encerro a presente sessão.

(Levanta-se a Sessão às 19 horas e 53 minutos.)

RETIRADA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA

(Artigo 256 do Regimento Interno)

RQS	SENADOR (A)	ART. RISF	PERÍODO	OBSERVAÇÃO
173-M	Eduardo Suplicy	40	08 a 12.05	Retirado pelo Requerimento nº 209, de 2011-M.
179-M	Eduardo Amorim	13	17.05	Retirado pelo Requerimento nº 208, de 2011-M.
205-M	Eduardo Amorim	13	31.05	Retirado pelo Requerimento nº 208, de 2011-M.

REQUERIMENTO DE LICENÇA

Artigos 13 e 43, I, do Regimento Interno (sem ônus)

RQS	SENADOR (A)	ART. RISF	PERÍODO	FINALIDADE
207-M	Marisa Serrano	13	01 e 02.06	Atividade Parlamentar
210-M	João Durval	43, I	05 a 19.06	Licença Saúde
211-M	Cícero Lucena	13	02.06	Atividade Parlamentar

Agenda cumprida pelo Presidente José Sarney
02/06/2011
quinta-feira

- 11h Cerimônia de Lançamento do Plano de Superação da Extrema Pobreza - Brasil sem Miséria
Salão Nobre, 2º andar do Palácio do Planalto
- 16h Ordem do Dia
Plenário

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54^a LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PT - Lindbergh Farias**
Bloco-PRB - Marcelo Crivella**

Maranhão

PTB - Epitácio Cafeteira*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza**
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
PSOL - Marinor Brito**

Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PT - Marta Suplicy**

Minas Gerais

Bloco-PR - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
PPS - Itamar Franco**

Goiás

Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-DEM - Demóstenes Torres**
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**

Mato Grosso

Bloco-DEM - Jayme Campos*
Bloco-PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**
Bloco-PMDB - Wilson Santiago**

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (S)
Bloco-PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferreira**

Piauí

PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Amazonas

Bloco-PT - João Pedro* (S)
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná

Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PT - Gleisi Hoffmann**
Bloco-PMDB - Roberto Requião**

Acre

Bloco-PT - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
Bloco-PMN - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PSDB - Marisa Serrano*
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

PTB - Gim Argello* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

Bloco-DEM - Kátia Abreu*
Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira** (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves**

Amapá

Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PMDB - Geovani Borges** (S)
PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI - TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 226, de 2011, de autoria da Senadora Marinor Brito e outros Senadores, composta por sete titulares e cinco suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e vinte dias, o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da convenção de Palermo.

(Requerimento nº 226, de 2011, lido em 16.3.2011)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM)⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)⁽⁵⁾

Leitura: 16/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Lídice da Mata (PSB-BA) (2,4,7)	1. Gleisi Hoffmann (PT-PR) (2,6)
Angela Portela (PT-RR) (2)	2. Cristovam Buarque (PDT-DF) (2)
Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) (2)	
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Paulo Davim (PV-RN)	1. Ricardo Ferraço (PMDB-ES)
Waldemir Moka (PMDB-MS)	2. João Alberto Souza (PMDB-MA)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Marinor Brito (PSOL-PA) (1)	1.
PTB	
Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) (3)	

Notas:

1. Em 5.4.2011, a Senadora Marinor Brito é designada membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 114/2001 SF/GSMB).
2. Em 13.4.2011, as Senadoras Vanessa Grazziotin, Ângela Portela e Marta Suplicy são designadas membros titulares; e a Senadora Lídice da Mata e o Senador Cristovam Buarque, membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 50/2011 - GLDBAG).
3. Em 13.4.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PTB (Ofícios nºs 80/2011/GLPTB e 159/2011/GSMB).
4. Em 19.04.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 053/2011 - GLDBAG).
5. Em 27.04.2011, foi lido o Of. 15/11 - SSCEPI, comunicando a eleição da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Randolfe Rodrigues, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
6. Em 04.05.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
7. Em 04.05.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).

2) CPI - SUPOSTAS IRREGULARIDADES NO ECAD

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 547, de 2011, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues e outros Senadores, composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e oitenta dias, supostas irregularidades praticadas pelo ECAD na arrecadação e distribuição de recursos oriundos do direito autoral, abuso da ordem econômica e prática de cartel no arbitramento de valores de direito autoral e conexos, o modelo de gestão coletiva centralizada de direitos autorais de execução pública no Brasil e a necessidade de aprimoramento da Lei nº 9.610/98.

(Requerimento nº 547, de 2011, lido em 17.5.2011)

Número de membros: 11 titulares e 6 suplentes

Leitura: 17/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
	1.
	2.
Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) (1,2)	
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
	1.
PTB	
	1.

Notas:

1. Vaga cedida temporariamente ao PSOL (OF. Nº 67/2011-GLDBAG).
2. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL (Of. nº 273/11-GSMB) em vaga cedida temporariamente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 67/11-GLDBAG).

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, de iniciativa da Mesa do Senado Federal, aprovado em 5.3.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel, aprovado em 10.12.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Leitura: 05/03/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo prorrogado: 17/07/2010

Prazo final prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

Senador José Pimentel (PT) ⁽¹⁾

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiossio@senado.gov.br

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - SITUAÇÃO DOS CIDADÃOS HAITIANOS NOS ESTADOS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA.

Finalidade: Averiguar, in loco, no prazo de 15 dias, a situação de cidadãos haitianos que se encontram no Acre e demais estados da Amazônia brasileira, visando medidas a serem tomadas para sua proteção e regularização migratória.

(Requerimento nº 153, de 2011, tendo como signatários os Senadores Jorge Viana e Aníbal Diniz, aprovado em 03.03.2011)

Número de membros: 5

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

Senador Anibal Diniz (PT) ⁽²⁾

Senador Jorge Viana (PT) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Senador Sérgio Petecão (PMN) ⁽³⁾

Senador Gilvam Borges (PMDB) ^(4,5)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Notas:

1. Em 14.03.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)
2. Em 14.03.2011, o Senador Anibal Diniz é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)
3. Em 16.03.2011, o Senador Sérgio Petecão é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)
4. Em 16.03.2011, o Senador Gilvam Borges é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)
5. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

3) ALTERAÇÕES NO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA CIVIL

Finalidade: Propor, no prazo de 90 dias, alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil e construir proposta de constituição de uma força nacional de defesa; atuando especialmente em estados onde ocorreram tragédias de grandes proporções como Alagoas, Pernambuco e Rio de Janeiro.

(Requerimento nº 171, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Jorge Viana, aprovado em 17.3.2011)

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁵⁾

RELATOR: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ⁽⁵⁾

Instalação: 04/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Jorge Viana (PT) ⁽⁴⁾	1. Senador Rodrigo Rolemberg (PSB) ^(4,6)
Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾	2. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾
Senador Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴⁾	3. Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽⁴⁾
Senador Inácio Arruda (PC DO B) ⁽⁴⁾	4. Senador Acir Gurgacz (PDT) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Senador Casildo Maldaner (PMDB) ⁽³⁾	1. Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB) ⁽³⁾	2. Senador Luiz Henrique (PMDB) ⁽³⁾
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽³⁾	3. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁷⁾
Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽³⁾	4.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB) ⁽¹⁾	1. Senador Cyro Miranda (PSDB) ⁽¹⁾
	2.
PTB	
Senador Fernando Collor ⁽²⁾	1. Senador Armando Monteiro ⁽²⁾

Notas:

1. Em 1º.04.2011, os Senadores Paulo Bauer e Cyro Miranda são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão. (Of. 74/2011 - GLPSDB)
2. Em 06.04.2011, os Senadores Fernando Collor e Armando Monteiro são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão. (Of. 77/2011 - GLPTB)
3. Em 07.04.2011, os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Vital do Rêgo e Valdir Raupp são designados membros titulares do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão; e os Senadores Ricardo Ferraço e Luiz Henrique, membros suplentes. (Of. 105/2011-GLPMDB)
4. Em 20.04.2011, os Senadores Jorge Viana, Delcidio do Amaral, Lindbergh Farias e Inácio Arruda são designados membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão; e os Senadores Ana Rita, Blairo Maggi, Lídice da Mata e Acir Gurgacz, membros suplentes. (Of. 54/2011-GLDBAG)
5. Em 04.05.2011, foi lido o Of. 015/11-SSCEPI, que comunica a instalação da Comissão Temporária e a eleição do Senador Jorge Viana para Presidente e do Senador Inácio Arruda para Vice-Presidente, bem como a designação do Senador Casildo Maldaner para Relator.
6. Em 04.05.2011, o Senador Rodrigo Rolemberg é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita. (Of. 59/2011-GLDBAG)
7. Em 04.05.2011, o Senador Benedito de Lira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 140/2011).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - REALIZAR VISITA IN LOCO À ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A (ELETRONUCLEAR)

Finalidade: Realizar visita, in loco, à Eletrobrás Termonuclear S.A. (ELETRONUCLEAR), em específico, a Usina Nuclear de Angra I, Angra II e demais instalações do complexo.

(Requerimento nº 237, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Lindbergh Farias, aprovado em 22.03.2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Lindbergh Farias (PT) ⁽²⁾	1. Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽³⁾
Senador Jorge Viana (PT) ⁽⁷⁾	2. Senador Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Senador Lobão Filho (PMDB) ⁽¹⁾	1.
Senador Marcelo Crivella (PRB) ^(6,9)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁸⁾	1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) ⁽⁴⁾

Notas:

1. Em 29.03.2011, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 096/2011 - GLPMDB).
2. Em 29.03.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
3. Em 29.03.2011, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
4. Em 29.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 073/2011 - GLPSDB).
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
6. Em 29.03.2011, o Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) cedeu a segunda vaga de titular na Comissão ao PRB (Of. nº 096/2011 - GLPMDB).
7. Em 29.03.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
8. Em 29.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 073/2011 - GLPSDB).
9. Em 30.03.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 41/2011 - GLDBAG).

5) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - AÇÕES DA POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Acompanhar e analisar, no prazo de 12 meses, as ações da Política Nacional de Segurança Pública, especialmente os projetos e programas financiados com recursos do PAC 2.

(Requerimento nº 455, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Braga, aprovado em 25.05.2011)

Número de membros: 5

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

6) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - IV CONFERÊNCIA DE PREFEITOS DA C40

Finalidade: Representar o Senado Federal na IV Conferência de Prefeitos da C40, que acontecerá em São Paulo, no período de 30 de maio a 3 de junho de 2011.

(Requerimento nº 588, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Inácio Arruda, aprovado em 25.05.2011)

Número de membros: 3

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

Senador Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Notas:

1. Em 31.05.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 068/2011 - GLDBAG).

7) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - CONFLITO AGRÁRIO NA DIVISA DOS ESTADOS DO ACRE, AMAZONAS E RONDÔNIA

Finalidade: Visitar as regiões de conflito agrário na divisa dos Estados do Acre, Amazonas e Rondônia, onde ocorreu o assassinato de Adelino Ramos e, ainda, no município de Nova Ipixuna, no Sudeste do Pará, local do assassinato do casal de extrativistas José Cláudio Ribeiro da Silva e sua esposa, Maria do Espírito Santo Silva, e Eremilton Pereira dos Santos.

(Requerimento nº 609, de 2011, tendo como primeira signatária a Senadora Vanessa Grazziotin, aprovado em 31.05.2011)

Número de membros: 3

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

REFORMA POLÍTICA - 2011

Finalidade: Elaborar, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, Anteprojeto de Reforma Política.

(Atos do Presidente do Senado Federal nºs 24 e 28, de 2011)

Número de membros: 15 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

Designação: 10/02/2011

TITULARES	SUPLENTES
Senador Francisco Dornelles (PP)	1. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Itamar Franco (PPS)	2. Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Fernando Collor (PTB)	3. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Aécio Neves (PSDB)	4. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	5. Senadora Ana Amélia (PP)
Senador Luiz Henrique (PMDB)	6. Senador Vicentinho Alves (PR)
Senador Wellington Dias (PT)	
Senador Jorge Viana (PT)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	
Senador Pedro Taques (PDT)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	
Senador Eduardo Braga (PMDB)	
Senadora Ana Rita (PT)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Senadora Lúcia Vânia (PSDB)	

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone(s): 61 33034638

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. José Pimentel (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Angela Portela (PT)
Gleisi Hoffmann (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Wellington Dias (PT)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Clésio Andrade (PR)	6. Blairo Maggi (PR)
João Ribeiro (PR) ⁽⁷⁾	7. Vicentinho Alves (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	8. Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁹⁾
Lídice da Mata (PSB)	9. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazzotin (PC DO B)	10. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Ana Amélia (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	6. Geovani Borges (PMDB) ^(4,8)
Lobão Filho (PMDB)	7. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Ivo Cassol (PP)	9. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽³⁾	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB) ⁽²⁾
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	5. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽⁵⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Fernando Collor
João Vicente Claudino	2. Gim Argello

PSOL

Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues
---------------	-----------------------

Notas:

- *. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.
- **. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.
- ***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.
- ****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.
1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio Amaral e Lobão Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.
3. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.
4. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
5. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferrão é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).
7. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
9. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of nº 66/2011-GLDBAG).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: terças-feiras, às 10h - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Marta Suplicy (PT)	1. Acir Gurgacz (PDT)
José Pimentel (PT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Armando Monteiro (PTB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 6/2011, com o objetivo de acompanhar e avaliar, até o final da presente sessão legislativa ordinária, o desempenho da política fiscal implementada pelo Governo e suas consequências para a gestão da política macroeconômica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Gleisi Hoffmann (PT)	1. Angela Portela (PT)
Clésio Andrade (PR)	2. Lindbergh Farias (PT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Francisco Dornelles (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) (2)	1. Armando Monteiro (PTB) (1,3)

Notas:

1. Em 12.04.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda. (Of. nº 67/2011 - CAE).
2. Em 12.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves. (Of. nº 67/2011 - CAE).
3. Em 25.05.2011, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves, em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 159/2011-CAE).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. João Pedro (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
Vicentinho Alves (PR)	5. Lindbergh Farias (PT)
João Durval (PDT)	6. Clésio Andrade (PR)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	7. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Paulo Davim (PV) ⁽²⁾	2. Pedro Simon (PMDB)
Romero Jucá (PMDB) ^(3,5)	3. Lobão Filho (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	4. Eduardo Braga (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	6. Sérgio Petecão (PMN)
Ana Amélia (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cyro Miranda (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
João Vicente Claudino ^(1,6)	2. Gim Argello

Notas:

*. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sergio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).
2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges(OF. nº 062/2011 - GLPMDB).
3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jayme Campos e Casildo Maldaner, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
5. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)
6. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: quintas-feiras, às 11h30 - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Wellington Dias (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽³⁾

Notas:

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Lindbergh Farias Presidente deste colegiado.
2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Marisa Serrano Vice-Presidente deste Colegiado.
3. Em 07.04.2011, a Senadora María do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. nº 20/2011 - CAS).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Humberto Costa (PT)	1. João Durval (PDT)
Ana Rita (PT) ⁽¹⁾	2. Wellington Dias (PT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Ana Amélia (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)

Notas:

1. Em 7.4.2011, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 20/2011 - CAS).
2. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Humberto Costa e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado para o biênio 2011/2012 (Of. nº 22/2011-CAS).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 11/2009, do Senador Paulo Paim , com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Vicentinho Alves (PR)
Lídice da Mata (PSB)	2. João Pedro (PT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Sérgio Petecão (PMN)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)

Notas:

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lídice da Mata Vice-Presidente deste Colegiado.
2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste Colegiado.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS SOBRE DEPENDENTES QUÍMICOS DE ÁLCOOL, "CRACK" E OUTROS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 02/2011, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo acompanhar, no prazo de 90 (noventa) dias, Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e Outras Drogas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Wellington Dias (PT)	1. Angela Portela (PT)
Vanessa Grazzotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Paulo Davim (PV)
Ana Amélia (PP)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽³⁾	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Ana Amélia Vice-Presidente deste Colegiado.
2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Dias Presidente deste Colegiado.
3. Em 18.05.2011, o Senador Cyro Miranda deixou de integrar a Subcomissão em virtude de participar de diversas outras Comissões (OF. nº 40/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
José Pimentel (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT) ⁽¹⁰⁾
Marta Suplicy (PT)	2. Ana Rita (PT) ⁽¹⁰⁾
Pedro Taques (PDT)	3. Aníbal Diniz (PT) ^(10,11)
Jorge Viana (PT) ⁽⁸⁾	4. Acir Gurgacz (PDT)
Magno Malta (PR)	5. Clésio Andrade (PR) ^(20,22)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁹⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Marcelo Crivella (PRB)	8. Humberto Costa (PT) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eunício Oliveira (PMDB)	1. Luiz Henrique (PMDB) ^(3,5,17,21)
Pedro Simon (PMDB) ^(2,16)	2. Valdir Raupp (PMDB) ^(4,17)
Romero Jucá (PMDB)	3. Eduardo Braga (PMDB) ^(13,17)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(15,17)
Renan Calheiros (PMDB) ⁽²¹⁾	5. Lobão Filho (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	6. Waldemir Moka (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Sérgio Petecão (PMN)	8. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB) ⁽²³⁾
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁴⁾
Demóstenes Torres (DEM) ⁽¹⁹⁾	4. José Agripino (DEM) ⁽¹⁸⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Ciro Nogueira (PP) ⁽⁶⁾
Gim Argello	2. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁷⁾
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

**. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ.

***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ.

****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CCJ.

1. Em 09.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e José Pimentel, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)

3. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)

4. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (OF.Nº 41/2011-GLPMDB)

5. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (OF.Nº 42/2011-GLPMDB)

6. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).

7. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).

8. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

9. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

10. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).

11. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (OF. nº 014/2011-GLDBAG).

13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (OF. nº 063/2011-GLPMDB).

14. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).

15. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

16. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar(PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)

17. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).

18. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

19. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

20. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

21. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (OF. GLPMDB nº 136/2011).

22. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).

23. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB).

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DO PRS Nº 96, DE 2009 - REFORMA ADMINISTRATIVA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCJ nº 2/2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com o objetivo de analisar, no prazo de 90 (noventa) dias, do PRS nº 96, de 2009, que Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações.

Número de membros: 5 titulares

PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽²⁾

TITULARES

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

Eduardo Suplicy (PT)

Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Vital do Rêgo (PMDB)

Ricardo Ferraço (PMDB)

Benedito de Lira (PP) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 16.03.2011, o Senador Benedito de Lira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. nº 15/2011 - Presidência CCJ)

2. Em 23.03.2011, o Presidente deste colegiado designou o Senador Ricardo Ferraço como Relator (OF. nº 18/2011 - Presidência da CCJ).

3. Em 23.03.2011, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Eduardo Suplicy Presidente deste colegiado(OF. nº 18/2011 - Presidência da CCJ).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Aníbal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Gleisi Hoffmann (PT)
Walter Pinheiro (PT)	5. Clésio Andrade (PR)
João Ribeiro (PR) ⁽¹²⁾	6. Vicentinho Alves (PR)
Magno Malta (PR)	7. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	8. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁰⁾
Lídice da Mata (PSB)	9.
Inácio Arruda (PC DO B)	10.
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Roberto Requião (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Eduardo Amorim (PSC)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ^(7,13)	3. Luiz Henrique (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	4. Waldemir Moka (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	5. Vital do Rêgo (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	6. Sérgio Petecão (PMN)
Ricardo Ferraço (PMDB)	7. Ciro Nogueira (PP) ⁽¹¹⁾
Benedito de Lira (PP)	8.
Ana Amélia (PP)	9.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁵⁾	1. Alvaro Dias (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁴⁾
Paulo Bauer (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁶⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
José Agripino (DEM) ⁽⁸⁾	5. Demóstenes Torres (DEM) ⁽⁹⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Mozarildo Cavalcanti
João Vicente Claudino	2. ⁽¹⁾
PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues

Notas:

- *. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.
- **. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.
- ***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.
- ****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.
- 1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 043/2011-GLPTB).
- 2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
- 3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Roberto Requião e Marisa Serrano, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
- 4. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).
- 5. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 060/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
- 6. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 061/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
- 7. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
- 8. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
- 9. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
- 10. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)
- 11. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB)
- 12. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
- 13. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: terças-feiras, às 11h - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Notas:

*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA
Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Kátia Abreu (DEM-TO) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Anibal Diniz (PT)	1. Ana Rita (PT)
João Pedro (PT)	2. Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Vicentinho Alves (PR)	4. Blairo Maggi (PR)
Pedro Taques (PDT)	5. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Wilson Santiago (PMDB)	2. Lobão Filho (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	3. Waldemir Moka (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	5. Garibaldi Alves (PMDB)
Ivo Cassol (PP)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Kátia Abreu (DEM)	3. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Paulo Davim (PV) ⁽¹⁾	1. João Vicente Claudino ⁽²⁾
PSOL	
Randolfe Rodrigues ⁽⁵⁾	1. VAGO ^(5,6)
Notas:	
*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.	
**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.	
***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.	
****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.	
*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.	

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
3. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Rollemberg e Kátia Abreu, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).
5. Em 1º.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL e a Senadora Marinor Brito deixa de ocupar a vaga de suplente do PSOL (Of. SF/GSMB nº 0275/2011).
6. Em 1º.06.2011, o PSOL cede a vaga de suplente ao Partido dos Trabalhadores - PT (Of. SF/GSMB nº 0276/2011).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: terças-feiras, às 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Eduardo Braga (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Kátia Abreu (DEM)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Jorge Viana (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
João Pedro (PT)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

*. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Blairo Maggi (PR)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Pedro Taques (PDT)	2. VAGO (1)
Anibal Diniz (PT)	3. Vicentinho Alves (PR)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)

*. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
João Pedro (PT)	1. Jorge Viana (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Pedro Taques (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3.
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Ivo Cassol (PP)	1. Lobão Filho (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Delcídio do Amaral (Of. nº 26/2011 - CMA).

*. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DA CONFERÊNCIA DA ONU SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 25/2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de acompanhar a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Pedro (PT-AM) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
João Pedro (PT)	1. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Ivo Cassol (PP)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Marisa Serrano (PSDB)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 5.5.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores João Pedro e Paulo Davim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Pedro Taques (Of. nº 47/2011 - CMA).

*. Em 10.5.2011, foi lido o Ofício nº 47, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Pedro Taques, Eduardo Braga, Ivo Cassol, Cícero Lucena e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, Antonio Carlos Valadares, Jorge Viana, Valdir Raupp, Marisa Serrana e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - RIO+20.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Wellington Dias (PT)	4. João Pedro (PT)
Magno Malta (PR)	5. Vicentinho Alves (PR)
Cristovam Buarque (PDT)	6. João Durval (PDT)
Marcelo Crivella (PRB) ⁽¹¹⁾	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geovani Borges (PMDB) ^(8,10)
Eduardo Amorim (PSC) ^(1,13)	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	4. Wilson Santiago (PMDB)
Sérgio Petecão (PMN)	5. VAGO ⁽¹³⁾
Paulo Davim (PV)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB) ^(5,9)	1. VAGO ⁽⁶⁾
VAGO ⁽⁷⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti ⁽²⁾	1.
Gim Argello ⁽¹²⁾	2.
PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.
- *****. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.
1. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
 2. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).
 3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Rita, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
 4. Em 17.03.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do PSOL na Comissão (OF. nº 085/2011 - GSMB)
 5. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (OF. nº 64/2011 - GLPSDB).
 6. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (OF. nº 66/2011 - GLPSDB).
 7. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (OF. nº 65/2011 - GLPSDB).
 8. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
 9. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (OF. nº 110/2011-GLPSDB).
 10. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
 11. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 63/2011-GLBAG).
 12. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).
 13. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB)

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: terças-feiras, às 12h - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Marta Suplicy (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Sérgio Petecão (PMN)	1. Eunício Oliveira (PMDB)
VAGO (1)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM) (1)	1.

Notas:

1. Em 04.05.2011, foi lido o OF. Nº 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).

*. Em 02.05.2011, foi lido o Of. 150/2011-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.04.2011; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e João Alberto Souza como membros titulares e do Senador Eunício Oliveira como membro suplente do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Subcomissão; e a eleição das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO E ACOMP. DA REGUL. FUNDIÁRIA DA AMAZÔNIA LEGAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 29/2009, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar a execução da regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal.

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DA JUVENTUDE E DO IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 25/2010, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em defesa da criança, do adolescente, da juventude e do idoso.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marinor Brito (PSOL-PA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 19/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Marinor Brito (PSOL)	1. Ana Rita (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Garibaldi Alves (PMDB)
Paulo Davim (PV)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB)	1. Cyro Miranda (PSDB)

Notas:

1. Em 19.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Marinor Brito e o Senador Marcelo Crivella, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (OF. Nº 269/11-CDH).

*. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 269/11-CDH designando a Senadora Marinor Brito e o Senador Marcelo Crivella como titulares e as Senadoras Ana Rita e Lídice da Mata como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Eduardo Amorim e Paulo Davim como titulares e os Senadores Garibaldi Alves e Wilson Santiago como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV; e o Senador Ataídes Oliveira como titular e o Senador Cyro Miranda como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA E REDUÇÃO DA POBREZA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 3/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de, no prazo de 6 meses, identificar, analisar e debater propostas legislativas que tratam dos temas da pobreza, da exclusão social e da questão de acesso e do exercício de direitos humanos fundamentais das populações menos favorecidas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PMN-AC) ⁽¹⁾

Instalação: 18/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Sérgio Petecão (PMN)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Paulo Davim (PV)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Cristovam Buarque (PDT)

Notas:

1. Em 18.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Wellington Dias e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

*. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 268/2011/CDH designando a Senadora Ana Rita e o Senador Wellington Dias como titulares e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como titulares e os Senadores Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV, e o Senador Cyro Miranda como titular e o Senador Cristovam Buarque como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Anibal Diniz (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Jorge Viana (PT)
Gleisi Hoffmann (PT)	3. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴⁾
João Pedro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Blairo Maggi (PR)	5. Clésio Andrade (PR)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Acir Gurgacz (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Ana Amélia (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	5. Ricardo Ferraço (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	6. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
PTB	
Fernando Collor	1. Mozarildo Cavalcanti
Gim Argello	2. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁾
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

4. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Reuniões: quintas-feiras, às 10h - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no " I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMP. DA RIO +20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR)
Lindbergh Farias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)

2. Em 26.05.2011, foi lido o Ofício nº 061/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 19 de abril do ano em curso, dos Senadores Cristovam Buarque e Francisco Dornelles para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

*. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

**. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Blairo Maggi (PR)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Jorge Viana (PT)	2. Acir Gurgacz (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Gleisi Hoffmann (PT)	4. João Pedro (PT) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽²⁾	1. Cyro Miranda (PSDB) ⁽¹⁾
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

1. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
2. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
3. Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
4. Em 18.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu o Senador Mozarildo Cavalcanti e a Senadora Ana Amélia, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (OF. Nº 029/2011-CRE/PRES).

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Blairo Maggi (PR)	5. Vicentinho Alves (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	6. Pedro Taques (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	8. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Geovani Borges (PMDB) ^(3,4)
Lobão Filho (PMDB)	3. Roberto Requião (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Wilson Santiago (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	6. Casildo Maldaner (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	7. Eduardo Amorim (PSC)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ivo Cassol (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB) ^(2,5)	3. Mário Couto (PSDB) ⁽⁵⁾
Demóstenes Torres (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Fernando Collor	1. Armando Monteiro
Mozarildo Cavalcanti	2. João Vicente Claudino
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

1. Em 17.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lúcia Vânia Presidente e o Senador Blairo Maggi Vice-Presidente deste colegiado (OF. nº 003/2011 - CI).

2. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

5. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: quintas-feiras, às 9h - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Wellington Dias (PT) ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
Ana Rita (PT)	2. João Pedro (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. José Pimentel (PT) ⁽³⁾
Vicentinho Alves (PR)	4. Magno Malta (PR)
João Durval (PDT)	5. Acir Gurgacz (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	6.
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. João Alberto Souza (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	2. Lobão Filho (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
Wilson Santiago (PMDB)	4. Eunício Oliveira (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. Garibaldi Alves (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB) ⁽⁶⁾	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. José Agripino (DEM) ⁽⁵⁾
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgálio, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
4. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
5. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: quartas-feiras, às 14h -

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Ciro Nogueira (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 04.04.2011, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Wellington Dias Presidente e o Senador Eduardo Amorim Vice-Presidente, deste colegiado (Of. nº 001/2011 -CDR).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. Acir Gurgacz (PDT)
Vicentinho Alves (PR)	2. João Pedro (PT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Ivo Cassol (PP)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽²⁾	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Em 12.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Vicentinho Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo(Of. nº 113/2011-GLPSDB).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amélia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPÍADA E PARAOLIMPÍADA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Gleisi Hoffmann (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT)
João Pedro (PT)	3. Walter Pinheiro (PT)
Clésio Andrade (PR)	4. Blaíro Maggi (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	5. João Durval (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁵⁾	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Garibaldi Alves (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	3. Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	4. Luiz Henrique (PMDB)
Ivo Cassol (PP)	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. João Alberto Souza (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁾	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB) ⁽⁴⁾
Jayme Campos (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM) ⁽⁷⁾
PTB	
(1)	1. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁶⁾
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

**. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blaíro Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. nº 047/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Acir Gurgacz e Waldemir Moka, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

4. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
6. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
7. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: quintas-feiras, às 12h -
Telefone(s): 3303-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Aníbal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Magno Malta (PR)
João Ribeiro (PR) ⁽⁴⁾	4. Cristovam Buarque (PDT)
Pedro Taques (PDT)	5. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Marcelo Crivella (PRB) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Geovani Borges (PMDB) ^(3,5)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Fernando Collor
PSOL	
VAGO ⁽⁶⁾	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular; e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

*****. Em 23.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando o Senador Marcelo Crivella como membro suplente, para compor a CCT.

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF.nº 026/2011-GLDBAG)
2. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Braga e Gim Argelo, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
4. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
5. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
6. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 274/11-GSMB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: quartas-feiras, às 8h45 -
Telefone(s): 3303-1120
Fax: 3303-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3303-1120
Fax: 3303-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 26/04/2011

Notas:

1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 26.04.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT)⁽¹⁾

1^a Eleição Geral: 19/04/1995 **5^a Eleição Geral:** 23/11/2005

2^a Eleição Geral: 30/06/1999 **6^a Eleição Geral:** 06/03/2007

3^a Eleição Geral: 27/06/2001 **7^a Eleição Geral:** 14/07/2009

4^a Eleição Geral: 13/03/2003 **8^a Eleição Geral:** 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Lobão Filho (MA)	1.
João Alberto Souza (MA)	2. Wilson Santiago (PB)
Renan Calheiros (AL)	3. Valdir Raupp (RO)
Romero Jucá (RR)	4. Eunício Oliveira (CE)
PT	
Humberto Costa (PE)	1. Aníbal Diniz (AC)
Wellington Dias (PI)	2. Walter Pinheiro (BA)
José Pimentel (CE)	3. Angela Portela (RR)
PSDB	
Mário Couto (PA)	1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)	2. Marisa Serrano (MS)
PTB	
Gim Argello (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
DEM	
Jayme Campos (MT)	1. Maria do Carmo Alves (SE)
PR	
Vicentinho Alves (TO)	1.
PP	
Ciro Nogueira (PI)	1.
PDT	
Acir Gurgacz (RO)	1.
PSB	
Antonio Carlos Valadares (SE)	1.
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	

Vital do Rêgo (PMDB/PB)

Atualização: 27/04/2011

Notas:

1. Eleito na 1ª reunião do Conselho, realizada em 27/04/2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Waldemir Moka (PMDB/MS)	PMDB
Delcídio do Amaral (PT/MS)	PT
Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)	PTB
Demóstenes Torres (DEM/GO)	DEM
Benedito de Lira (PP/AL)	PP

Atualização: 26/04/2011

4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 26/04/2011

5) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM)⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE:

1^a Designação: 03/12/2001

2^a Designação: 26/02/2003

3^a Designação: 03/04/2007

4^a Designação: 12/02/2009

5^a Designação: 11/02/2011

MEMBROS

PMDB

PT

Gleisi Hoffmann (PR)⁽⁶⁾

PSDB

Lúcia Vânia (GO)

PTB

Mozarildo Cavalcanti (RR)⁽⁴⁾

DEM

Maria do Carmo Alves (SE)⁽⁵⁾

PR

PP

Ciro Nogueira (PI)⁽¹⁾

PDT

PSB

Lídice da Mata (BA)

PC DO B

Vanessa Grazziotin (AM)⁽³⁾

PSOL

Marinor Brito (PA)⁽²⁾

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PSC

Eduardo Amorim (SE)

PPS

PMN

Sérgio Petecão (AC)

PV

Paulo Davim (RN)

Atualização: 24/02/2011

Notas:

1. Indicado para ocupar a vaga do PP, conforme Of.nº 070/2011-GSFD, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
2. Indicada para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.nº 034/2011-GSMB, de 16.02.2011, lido na sessão da mesma data.
3. Indicada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.nº 003/2011-GLPCdoB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
4. Indicado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of.nº 038/2011-GLPTB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
5. Indicada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.nº 008/2011-GLDEM, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
6. Indicada para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 14/2011-GLDPT, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
7. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 24.02.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258

E-mail:scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽¹⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹⁴⁾

1^a Designação: 23/03/2010

2^a Designação: 14/03/2011

MEMBROS

PMDB

Waldemir Moka (MS) ⁽⁵⁾

PT

Jorge Viana (AC) ⁽⁸⁾

PSDB

Cyro Miranda (GO) ⁽¹⁰⁾

PTB

Armando Monteiro (PE) ⁽¹¹⁾

DEM

José Agripino (RN) ⁽⁹⁾

PR

Clésio Andrade (MG) ⁽¹²⁾

PP

Ivo Cassol (RO) ⁽⁷⁾

PDT

PSB

Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹³⁾

PC DO B

Inácio Arruda (CE) ⁽²⁾

PSOL

Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁵⁾

PRB

Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾

PSC

Eduardo Amorim (SE) ⁽⁴⁾

PPS

PMNSérgio Petecão (AC) ⁽³⁾**PV**Paulo Davim (RN) ⁽⁶⁾**Atualização:** 19/05/2011**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.nº 086/2011, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal de 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 05, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 117, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 55, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 52/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 12/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 024/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 054/2011, lido na sessão do Senado Federal de 23/03/2011.
11. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 64, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 004/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designado para ocupar a varga do PSB, conforme Of. nº 003/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleito na 1ª Reunião de 2011, realizada em 03/05/2011.
15. Designado para ocupar a vaga cedida pelo PSOL ao PSDB, nos termos dos Ofs. nºs 118/2011, da Liderança do PSDB, e 213/2011 da Liderança do PSOL, respectivamente, lidos na sessão do Senado Federal do dia 19/05/2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽¹⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽¹⁵⁾

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS

PMDB

Pedro Simon (RS) ⁽⁶⁾

PT

Ana Rita (ES) ⁽⁸⁾

PSDB

Cícero Lucena (PB) ⁽¹¹⁾

PTB

João Vicente Claudino (PI) ⁽¹⁰⁾

DEM

Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁹⁾

PR

Blairo Maggi (MT) ⁽¹²⁾

PP

Ana Amélia (RS) ⁽⁷⁾

PDT

PSB

Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹³⁾

PC DO B

Inácio Arruda (CE) ⁽⁴⁾

PSOL

PRB

Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾

PSC

Eduardo Amorim (SE) ⁽⁵⁾

PPS

PMN
Sérgio Petecão (AC) ⁽²⁾
PV
Paulo Davim (RN) ⁽³⁾

Atualização: 25/05/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.nº 087/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 118, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 06, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 54, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designada para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 13/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 022/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 65/2011-GLPTB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 55/2011-GLPSDB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg.005/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designado para ocupar a varga do PSB, conforme Of. nº 002/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 25.05.2011.
15. Eleito na 1ª reunião do Conselho, realizada em 25.05.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

8) PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁴⁾

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS

PMDB

Casildo Maldaner (SC) ⁽⁷⁾

PT

Jorge Viana (AC) ⁽⁹⁾

PSDB

Cyro Miranda (GO) ⁽¹¹⁾

PTB

Gim Argello (DF) ⁽¹⁰⁾

DEM

Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁸⁾

PR

Clésio Andrade (MG) ⁽¹²⁾

PP

Ciro Nogueira (PI) ⁽⁵⁾

PDT

Cristovam Buarque (DF) ⁽¹⁵⁾

PSB

Lídice da Mata (BA) ⁽¹³⁾

PC DO B

Vanessa Grazziotin (AM) ⁽³⁾

PSOL

PRB

Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾

PSC

Eduardo Amorim (SE) ⁽⁴⁾

PPS

PMN

Sérgio Petecão (AC) ⁽⁶⁾

PV

Paulo Davim (RN) ⁽²⁾

Atualização: 05/05/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.nº 88/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designada para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 04, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 56, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 14/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 114/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 75/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 025/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 24/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 72/2011-GLPTB, de 28/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 29/03/2011.
11. Designado para ocupar a vaga do PSDB, em substituição ao Senador Paulo Bauer, nos termos do Of.nº 79/11-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal do dia 05/04/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of.nº 006/2011-GLPR, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designada para ocupar a varga do PSB, conforme Of. nº 004/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleita na 1^a Reunião de 2011, realizada em 04/05/2011.
15. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do OF. GLPDT nº 026/2011, de 05/05/2011, lido na sessão do Senado Federal desta data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):(61)3303-5255 Fax:(61)3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Senador José Sarney (PMDB/AP)

Chanceler: Deputado Marco Maia (PT/RS)

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Marco Maia (PT/RS)	PRESIDENTE José Sarney (PMDB/AP)
1º VICE-PRESIDENTE Rose de Freitas (PMDB/ES)	1º VICE-PRESIDENTE Marta Suplicy (PT/SP)
2º VICE-PRESIDENTE Eduardo da Fonte (PP/PE)	2º VICE-PRESIDENTE Wilson Santiago (PMDB/PB)
1º SECRETÁRIO Eduardo Gomes (PSDB/TO)	1º SECRETÁRIO Cícero Lucena (PSDB/PB)
2º SECRETÁRIO Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP)	2º SECRETÁRIO João Ribeiro (PR/TO)
3º SECRETÁRIO Inocêncio Oliveira (PR/PE)	3º SECRETÁRIO João Vicente Claudino (PTB/PI)
4º SECRETÁRIO Júlio Delgado (PSB/MG)	4º SECRETÁRIO Ciro Nogueira (PP/PI)
LÍDER DA MAIORIA Paulo Teixeira (PT/SP)	LÍDER DA MAIORIA
LÍDER DA MINORIA Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	LÍDER DA MINORIA Mário Couto (PSDB/PA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA João Paulo Cunha (PT/SP)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Eunício Oliveira (PMDB/CE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 09.05.2011)

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=768&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389/1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

Número de membros: 13 titulares e respectivos suplentes

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Lei nº 8.389/91, artigo 4º	Titulares	Suplentes
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/cn>

E-mail: sclcn@senado.gov.br

Informações: (61) 3303-4050

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389/1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL
(Resolução nº 01/2007-CN)

Número de membros: 9 Senadores e 9 Deputados

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

Senado Federal

Titulares	Suplentes

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____
Vice-Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

Secretário: Antônio Ferreira Costa Filho
Telefones: (61) 3216-6871 / 3216-6878
Fax: (61) 3216-6880
E-mail: cpmc@camara.gov.br
Local: Câmara dos Deputados – Anexo II – Sala T/28
Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI
(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)¹
Vice-Presidente: Senador Fernando Collor (PTB/AL)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
LÍDER DA MAIORIA Paulo Teixeira (PT/SP)	LÍDER DA MAIORIA
LÍDER DA MINORIA Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA Mário Couto (PSDB/PA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 09.05.2011)

Notas:

1- Assumiu a presidência na 1ª Reunião de 2011, realizada em 3-5-2011, em substituição ao Senador Fernando Collor, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião de 2001 da CCAI, realizada em 15-8-2011.

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN



Edição de hoje: 158 páginas

OS: 2011/12719